



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Paloma Juliana Silva

**Ditadura, empresas e repressão a trabalhadores: o caso da hidrelétrica
Itaipu Binacional (1975-1987)**

São Gonçalo

2025

Paloma Juliana Silva

**Ditadura, empresas e repressão a trabalhadores: o caso da hidrelétrica Itaipu
Binacional (1975-1987)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão

São Gonçalo

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S586
TESE

Silva, Paloma Juliana.

Ditadura, empresas e repressão a trabalhadores : o caso da hidrelétrica Itaipu Binacional (1975-1987) / Paloma Juliana Silva. – 2025.
202f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão.
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Itaipu Binacional – História – Teses. 2. Trabalhadores da construção – Teses. 3. Brasil – História – 1964-1985 – Teses.
I. Brandão, Rafael Vaz da Motta. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB7 – 6150

CDU 981

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Paloma Juliana Silva

**Ditadura, empresas e repressão a trabalhadores: o caso da hidrelétrica Itaipu
Binacional (1975-1987)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Aprovada em 06 de outubro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Victoria Basualdo
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

São Gonçalo
2025

DEDICATÓRIA

Aos trabalhadores de Itaipu, por memória, verdade, justiça e reparação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que se tornou possível graças à colaboração de diversas pessoas, que me acompanharam desde as suas primeiras etapas até a entrega final. Meu agradecimento se estende, primeiramente, à minha família, que foi minha rede de apoio incondicional, permitindo que eu, como mãe, pudesse dar continuidade à minha formação. Em especial, ao meu filho Gabriel, que foi a minha principal força e incentivo.

À professora Jussaramar da Silva, pelo convite para ser bolsista no projeto sobre responsabilidade empresarial e violação de direitos durante a ditadura. Mais do que um convite, foi a oportunidade de retomar, em meio à maternidade, meu papel como mulher e pesquisadora, uma atitude que se tornou inspiração para eu continuar. Agradeço sua coorientação constante, que me guiou no início da pesquisa documental, mostrando os caminhos para a análise dos documentos e, além disso, a sensibilidade de lidar com os sujeitos da pesquisa.

Ao professor Rafael Vaz da Motta Brandão, pela orientação paciente e focada na pesquisa e pelo incentivo à escrita, sempre buscando manter a sensibilidade de minha voz nos textos e na seleção da documentação. Sua presença tornou este trabalho uma jornada de aprendizado. Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ-FFP), pela rica discussão proporcionada pelas disciplinas.

Agradeço também à equipe do caso Itaipu, por disponibilizar a discussão sobre a pesquisa e por ter possibilitado minha contribuição no relatório. Um agradecimento especial às professoras Martina Spohr Gonçalves e Carla Luciana Silva, pelo incentivo à pesquisa e pelas valiosas indicações bibliográficas. Agradeço, também, à professora Victória Basualdo e ao professor Pedro Henrique Pereira Campos, por aceitarem compor a banca de defesa. Ao professor Valdri Sessi, em particular, por gentilmente conceder entrevista.

Por fim, meu reconhecimento à Capes e ao CNPq, pelo fomento e apoio essenciais à pesquisa e aos estudantes.

RESUMO

SILVA, Paloma Juliana. *Ditadura, empresas e repressão a trabalhadores: o caso da hidrelétrica Itaipu Binacional (1975-1987)*. 2025. 202f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

Esta dissertação tem como objetivo analisar as relações estabelecidas entre a empresa Itaipu Binacional e a ditadura brasileira no contexto da repressão a trabalhadores durante a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Inserida em uma área estratégica classificada como de “segurança nacional”, a empresa estruturou, por meio da sua Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI/Itaipu), um aparato de vigilância e controle responsável pela implementação de práticas repressivas no interior do canteiro de obras. Entre tais práticas, destacam-se interrogatórios e detenções ilegais. Além disso, a AESI/Itaipu atuou no monitoramento de operários, elaborando dossiês e as chamadas “listas sujas”, documentos contendo nomes de funcionários considerados “subversivos”, que eram sistematicamente encaminhados a órgãos de repressão do regime, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). O recorte temporal delimitado para esta investigação compreende o período entre os anos de 1975 e 1987. Em 1975, teve início a execução das obras civis da barragem, com o recrutamento dos primeiros operários brasileiros e paraguaios, contratados pelos consórcios de empreiteiras responsáveis pela construção de alojamentos e vilas residenciais. Já em 1987, um ano após a fundação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Foz do Iguaçu, e em meio ao processo de redemocratização, eclodiram as primeiras greves organizadas no canteiro de obras, duramente reprimidas com o uso de força militar, incluindo a presença de tanques do Exército.

Palavras-Chave: Itaipu; trabalhadores; pedidos de busca; responsabilização empresarial; ditadura.

ABSTRACT

SILVA, Paloma Juliana. *Dictatorship, companies and repression of workers: the case of the Itaipu Binacional hydroelectric plant (1975-1987)*. 2025. 202f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

This dissertation aims to analyse the relations established between the company Itaipu Binacional and the Brazilian dictatorship in the context of the repression of workers during the construction of the Itaipu hydroelectric plant. Located in a strategic area classified as ‘national security,’ the company structured, through its Special Security and Information Advisory (AESI/Itaipu), a surveillance and control apparatus responsible for implementing repressive practices within the construction site. Among these practices, interrogations and illegal detentions stand out. In addition, AESI/Itaipu monitored workers, compiling dossiers and so-called ‘dirty lists,’ documents containing the names of employees considered ‘subversive,’ which were systematically forwarded to the regime's repressive agencies, such as the National Information Service (SNI) and the Department of Political and Social Order (Dops). The time frame for this investigation covers the period between 1975 and 1987. In 1975, civil works on the dam began, with the recruitment of the first Brazilian and Paraguayan workers, hired by the consortiums of contractors responsible for the construction of lodgings and residential villages. In 1987, one year after the founding of the Union of Workers in the Civil Construction Industries of Foz do Iguaçu, and in the midst of the redemocratization process, the first organized strikes broke out at the construction site, which were harshly repressed with the use of military force, including the presence of Army tanks.

Keywords: Itaipu; workers; search requests; corporate accountability; dictatorship.

RESUMEN

SILVA, Paloma Juliana. *Dictadura, empresas y represión a los trabajadores: el caso de la central hidroeléctrica Itaipu Binacional (1975-1987)*. 2025. 202f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

Esta tesis tiene como objetivo analizar las relaciones establecidas entre la empresa Itaipu Binacional y la dictadura brasileña en el contexto de la represión a los trabajadores durante la construcción de la central hidroeléctrica de Itaipu. Ubicada en una zona estratégica clasificada como de «seguridad nacional», la empresa creó, a través de su Asesoría Especial de Seguridad e Información (AESI/Itaipu), un aparato de vigilancia y control responsable de la implementación de prácticas represivas dentro de la obra. Entre estas prácticas destacan los interrogatorios y las detenciones ilegales. Además, la AESI/Itaipu se dedicó a vigilar a los trabajadores, elaborando expedientes y las llamadas «listas negras», documentos que contenían los nombres de los empleados considerados «subversivos», que eran sistemáticamente remitidos a los órganos de represión del régimen, como el Servicio Nacional de Información (SNI) y el Departamento de Orden Político y Social (Dops). El periodo de tiempo delimitado para esta investigación abarca el periodo comprendido entre los años 1975 y 1987. En 1975, se inició la ejecución de las obras civiles de la presa, con la contratación de los primeros obreros brasileños y paraguayos, contratados por los consorcios de constructoras responsables de la construcción de alojamientos y villas residenciales. Ya en 1987, un año después de la fundación del Sindicato de Trabajadores de la Industria de la Construcción Civil de Foz do Iguaçu, y en medio del proceso de redemocratización, estallaron las primeras huelgas organizadas en la obra, duramente reprimidas con el uso de la fuerza militar, incluida la presencia de tanques del Ejército.

Palabras clave: Itaipu; trabajadores; órdenes de búsqueda; responsabilidad empresarial; dictadura.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Mapa de distribuição regional das empresas	62
Figura 1 – Organograma do Sistema Nacional de Informações (1983)	137
Figura 2 – Documento Pedido de Busca	152
Figura 3 – Ficha de contratação da Unicon	164

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACO	Ação Civil Originária
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AESI/Itaipu	Assessoria Especial de Segurança e Informação de Itaipu
AFL-CIO	Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais
AFP	Administradoras de Fondos de Pensiones
AIT	Agrupación Independiente de Trabajadores
AN	Arquivo Nacional
Apesp	Arquivo Público do Estado de São Paulo
APEGE	Entidades Gremiales Empresarias
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
APS	Área de Propriedade Social
ATCA	Alien Tort Claims Act
Basa	Banco da Amazônia
BCRA	Banco Central de la República Argentina
BHC	Banco Hipotecario de Crédito
CAL	Construtora Adolpho Lindenberg S/A
CAVO S/A	Companhia Auxiliar de Viação e Obras
CCDTyE	Centros Clandestinos de Detención, Tortura y Exterminio
CEA	Consejo Empresario Argentino
CELS	Centro de Estudios Legales y Sociales
Cenimar	Centro de Informação da Marinha
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGT	Confederação Geral do Trabalhador da República Argentina
CIER	Comisión de Integración Energética Regional
CIE	Centro de Informação do Exército
Ciop	Coordenadoria de Informações e Operações Policiais

Cisa	Centro de Informação da Aeronáutica
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí
CJM	Circunscrição Judiciária Militar
CMPC	Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones
CMPC/Florestal Minico	Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones/Florestal Minico
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CONADEP	Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas
CORFO	Corporación de Formento de la Producción
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CS/FI	Coordenação de Segurança-FI
CS	Convergência Socialista
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Deops	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
DINA	Direção de Inteligência Nacional
DIN	Desdobramentos das Informações Necessárias
Dops	Ordem Política e Social
DSI/MME	Divisão de Segurança e Informação
DSI	Divisões de Segurança e Informação
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Funai	Fundação Nacional do Índio
GNA	Gendarmería Nacional Argentina
IIEP	Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INFORSA	Industrias Forestales S.A.
IPC	Índice de Precios al Consumidor
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ITC	Terras e Cartografias Itamon: Itaipu Montagem Ltda
IVA	Imposto ao Valor Agregado
JTP	Juventud Trabajadora Peronista
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionária
MJT	Movimento Justiça e Terra
MPF	Ministério Público Federal
MPSP	Ministério Público de São Paulo
MST	Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra
Oban	Operação Bandeirantes
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PB	Pedidos de Busca
PGR	Procuradoria-Geral da República
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
SG/CSN	Secretária-Geral do Conselho de Segurança Nacional
SIDE	Agência de Inteligência do Estado
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SMATA	Sindicato de Mecanicos y Afines del Transporte Automotor de la Republica Argentina
SNBP	Serviço de Navegação da Bacia do Prata
SNI	Serviço Nacional de Informação
SOCMA	Soldati y Macri
SOMISA	Sociedad Mixta Siderúrgica Argentina
SSN	Sessões de Segurança Nacional
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TRF4	Tribunal Regional Federal de 4ª Região
UCR	União Cívica Radical UCRI: União Cívica Radical Intransigente

Unicon	União de construtoras Ltda
UP	Unidade Popular
URSS	União Soviética
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
WRM	Florestas Tropicais
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 DITADURA, EMPRESAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: OS CASOS DE ARGENTINA, CHILE E BRASIL	29
1.1 Responsabilidade empresarial na Argentina e os processos de luta por memória, verdade, justiça e reparação	29
1.2 Responsabilidade empresarial no Chile e as graves violações de direitos humanos durante a ditadura de Pinochet	70
1.3 Responsabilidade de empresas na ditadura brasileira: o caso Volkswagen	92
2 VIOLÊNCIA E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM: VIGILÂNCIA, REPRESSÃO E PERSEGUIÇÃO A TRABALHADORES PELA ITAIPU BINACIONAL	112
2.1 Histórico da construção da barragem	112
2.2 A formação do lago artificial: perseguição e violações pequenos proprietários, posseiros, trabalhadores sem-terra e povos indígenas	120
2.3 Violação de direitos contra trabalhadores no canteiro de obras	129
3 CONEXÕES COM O TERRORISMO DE ESTADO: A RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL DE ITAIPU E SUA RELAÇÃO COM O APARATO REPRESSIVO DA DITADURA	139
3.1 A estrutura de informação do aparato repressivo e o terrorismo de Estado no Brasil	139
3.2 Controle interno no canteiro de obras: a atuação da ASI e da AESI na Itaipu Binacional durante a ditadura	145
3.3 Os <i>Pedidos de Busca</i> : fichas detalhadas sobre trabalhadores investigados	151
3.4 Monitoramento e controle de trabalhadores na hidrelétrica	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	190

INTRODUÇÃO

No contexto do Terrorismo de Estado (TDE), durante a ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1988), a repressão não se restringiu apenas às esferas governamentais e militares, estendendo-se a diversas instituições públicas e privadas que, por ação direta ou indireta, participaram do aparato repressivo do regime. Dentre as empresas que se destacam nesse contexto, a Itaipu Binacional representa um caso emblemático e complexo, dada sua dimensão estratégica e importância geopolítica.

A construção da usina hidrelétrica, considerada área de “segurança nacional” e localizada em uma “zona de fronteira”, expôs um ambiente onde a segurança e o desenvolvimento se entrelaçaram com práticas de vigilância e controle sobre os trabalhadores. Esta dissertação volta-se para a análise das relações entre a empresa Itaipu Binacional e a ditadura empresarial-militar, com ênfase na repressão a trabalhadores durante as obras de construção da usina hidrelétrica.

Nesse sentido, discutiremos como a Assessoria Especial de Segurança e Informação de Itaipu (AESI/Itaipu) montou uma estrutura de vigilância e controle, responsável por práticas repressivas contra os operários que atuaram no canteiro de obras da barragem. Essas práticas incluíram interrogatórios forçados, detenções ilegais, monitoramento constante e elaboração de dossiês e das chamadas “listas sujas”, que eram repassadas aos órgãos de repressão do regime, como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), com nomes de funcionários considerados “subversivos”.

O caráter onipresente da vigilância e do controle é revelado pelo vasto dispositivo de coleta e análise de informações assumidas pelas AESIs¹ de Itaipu. Conforme apontado por Jussaramar da Silva, essas estruturas, em colaboração com outros órgãos de repressão atuaram na região, operando sobre a premissa de que todos os indivíduos eram, em princípios, suspeitos.² Esse paradigma de desconfiança generalizada justificava a implementação de mecanismos de controle prévio e contínuo sobre os trabalhadores.

Um dos instrumentos centrais nesse sistema de vigilância eram os *Pedidos de Busca* (PB). Criados pelas AESIs, esses documentos tinham como finalidade verificar a vida pregressa

¹ Itaipu apresenta duas Assessorias, uma no Brasil e outra no Paraguai.

² SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil – Paraguai (1973-1987)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, p. 136.

dos operários. Neles, solicitavam-se dados pessoais relacionadas ao cargo de ocupação e informações como nascimento e recomendações trabalhistas. Essa minuciosa coleta de informação visava a um mapeamento completo do histórico individual do trabalhador, permitindo que a empresa e os órgãos de repressão identificassem possíveis “ameaças”.

A documentação utilizada nesta dissertação é multifacetada, mas com um foco central nos *Pedidos de Busca*. A relevância desses documentos, para compreender o aparato repressivo, constituem a principal evidência da vigilância e classificação ideológica dos operários da usina. A partir da análise desses registros, é possível mapear as estratégias de inteligência e repressão, identificar os perfis de trabalhadores considerados “subversivos” e compreender a extensão da cumplicidade entre a empresa e os órgãos de segurança do regime.

Os *Pedidos de Busca* e as fichas de trabalhadores representam grande volume no Arquivo Nacional (AN), particularmente no fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI). Neste fundo, foram acessados diversos documentos das AESIs de Itaipu, incluindo fichas, prontuários e dossiês de operários monitorados. Além disso, o levantamento documental se expandiu para outras unidades arquivísticas, como o Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), em particular, o fundo do Departamento de Ordem Política e Social (Deops), e o Arquivo do Estado do Paraná, também o fundo Dops.

Nessas instituições, foi possível acessar fichas de trabalhadores de Itaipu que foram monitorados e vigiados em razão de sua atuação sindical, complementando a base de dados sobre a repressão cotidiana direcionada à classe trabalhadora. A utilização dessa documentação foi realizada através de uma abordagem historiográfica de perspectiva crítica,³ que busca descrever as nuances dessas práticas repressivas.

Nos últimos anos, diversas produções têm contribuído para a compreensão das tendências e correntes que configuram o campo dos estudos sobre a ditadura no Brasil. Obras como *1964: 50 anos depois – a ditadura em debate*, de Grimaldo Carneiro Zachariadhes, oferece a análise estrutural e de longa duração sobre o golpe. Por sua vez, as publicações *1964: golpismo e democracia - as falácias do revisionismo*, de Caio Navarro de Toledo, e *A miséria*

³ Nos últimos anos, diversos balanços historiográficos têm contribuído para a compreensão das tendências e correntes que configuram o campo dos estudos sobre a ditadura no Brasil. Publicações como *A miséria da historiografia – uma crítica ao revisionismo contemporâneo* (MELO, 2014) e *1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo* (TOLEDO, 2004) criticam o revisionismo histórico recente. Por sua vez, as publicações *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe* (DREIFUSS, 2006) e *1964: 50 anos depois – a ditadura em debate* (ZACHARIADHES, 2015) oferecem análises estruturais e de longa duração sobre o golpe. Novas abordagens têm ressaltado o papel do empresariado, como *Empresariado e ditadura no Brasil* (CAMPOS; BRANDÃO; LEMOS, 2020) e *American way of Business* (SPOHR, 2020), e bem como as experiências dos trabalhadores sob ditaduras, como em *Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal* (MATTOS; VEGA, 2014). Também se destacam investigações recentes sobre intelectuais e tecnocratas ligados ao regime, como *Os ipesianos no poder (1964-1967)* (BORTONE, 2023).

da historiografia – uma crítica ao revisionismo contemporâneo, de Demian Bezerra de Melo, criticam o revisionismo histórico recente.

Novas abordagens têm ressaltado o papel do empresariado, como em *Empresariado e ditadura no Brasil* organizado por Pedro Henrique Pedreira Campos, Rafael Vaz Motta Brandão e Renato Luís do Couto Neto e Lemos e *American way of Business* da autora Martina Spohr, e as experiências dos trabalhadores sob ditaduras, como em *Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal* de Marcelo Badaró Mattos e Rubén Veja. Também se destacam investigações recentes sobre intelectuais e tecnocratas ligados a ditadura, como em *Os ipesianos no poder (1964-1967)* de Eliane de Almeida Bortone.

Os dados contidos nos *Pedidos de Busca* serão examinados para reconstruir os perfis dos trabalhadores visando as justificativas para sua vigilância e as consequências deste monitoramento, como veremos no terceiro capítulo. Nele, a análise se concentrará em discutir não apenas o que foram, mas perceber o papel que estes instrumentos repressivos tiveram no processo de construção da violência contra a classe trabalhadora.

Em relação à metodologia adotada para a análise dos processos repressivos foram utilizados os estudos conduzidos pela historiadora argentina Victoria Basualdo sobre a responsabilidade empresarial em delitos de lesa humanidade contra operários na última ditadura na Argentina. Segundo a autora,

la investigación se centró en los estudios de casos de empresas porque esta escala permitió hacer foco de forma privilegiada en el proceso represivo desatado sobre los trabajadores y analizar las distintas formas de participación de funcionarios jerárquicos o de propietarios de las empresas.⁴

O quadro metodológico traçado por Basualdo envolve um amplo levantamento de fontes, desde documentação oficial, de imprensa, sindicatos e judiciais, com o objetivo de “*detectar evidencia – en algunos casos, firme; en otros, preliminar y tentativa – de responsabilidad de un importante número de empresas en la represión*”.⁵

As pesquisas, conforme a autora, foram conduzidas com “*criterios metodológicos diseñados específicamente para contrastar la evidencia preliminar, recabar nueva información*

⁴ BASUALDO, Victoria (org.). *Responsabilidad Empresarial en Delitos de Lesa Humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado*. Possadas: EDUMAN/Buenos Aires: Flacso, 2016, Tomo I, p. 7-8.

⁵ Ibidem, p. 8.

y elaborar un primer análisis sistemático”, com foco especial na seleção de arquivos relevantes e na reconstrução detalhada dos acontecimentos.⁶

Além disso, o critério para a definição dos vitimados inclui trabalhadores das empresas analisadas, mas também “*algunos extrabajadores que mantuvieron vínculos que, por diversas razones explicitadas en cada informe, han resultado relevantes*”,⁷ bem como casos conexos envolvendo vitimados com vínculos familiares, militantes ou jurídicos com os trabalhadores, como advogados trabalhistas. Basualdo classifica as vítimas em três categorias principais: “*los desaparecidos, los asesinados y los detenidos-liberados*”.⁸

Nesse sentido, foi utilizada uma abordagem qualitativa, combinando a análise de fontes primárias, como documentos de arquivos públicos e privados, relatórios de órgãos de segurança do período, registros sindicais e depoimentos de vitimados e ex-funcionários, com fontes secundárias.

A dissertação busca contribuir para os estudos acerca da responsabilidade empresarial em processos repressivos contra trabalhadores durante a ditadura no Brasil, a partir de uma agenda de pesquisa que vem avançando significativamente na última década. Ao focar em um caso de grande envergadura como o de Itaipu Binacional, o estudo pretende contribuir para a compreensão da complexa rede de cumplicidade entre empresas e regimes autoritários.

Ademais, a investigação das violações de direitos humanos em períodos sensíveis da história brasileira é crucial para a memória, verdade, justiça e reparação, aprofundando a compreensão sobre os mecanismos de controle e coerção que afetaram milhares de vidas e que ainda impactam o entendimento de nossa história recente.

Nesse campo específico da responsabilização empresarial e das violações cometidas contra trabalhadores durante a construção de Itaipu, destacam-se três autores cujas contribuições são fundamentais. A dissertação de Jussamar da Silva trata especificamente da atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação de Itaipu (AESI/Itaipu), revelando como essa estrutura foi central na vigilância e repressão aos operários e movimentos opositores nas obras da usina. Segundo a autora, a AESI foi responsável por espionar e produzir relatórios sobre trabalhadores considerados suspeitos, atuando em articulação com os sistemas repressivos do cone sul, especialmente no âmbito da Operação Condor.⁹

⁶ Ibidem, p. 8.

⁷ Ibidem, p 8-9.

⁸ Ibidem, p 10.

⁹ SILVA, Jussamar da. *A Usina de Itaipu e ...* Op. cit, p 10-12.

A segunda contribuição de Valdir Sessi aprofunda essa discussão ao investigar, além da AESI de Itaipu, o papel do aparato repressivo ligado ao consócio Unicon, formado pelas empreiteiras responsáveis pela execução das obras. Sua pesquisa revela a existência de uma estrutura sistemática de controle e repressão dentro do canteiro de obras, incluindo casos documentados de detenções arbitrárias, agressões físicas e outras formas de violações de direitos humanos.¹⁰

Por fim, outro autor que fundamenta a pesquisa é Aluizio Palmar, militante e pesquisador que destaca a relação de Itaipu com diversos órgãos do aparato repressivo da ditadura, como o SNI, Dops, Cenimar e Polícia Federal. De acordo com seus levantamentos, a empresa compartilhava informações de candidatos a emprego com esses órgãos, resultando na exclusão de trabalhadores por motivos políticos, como envolvimento prévio com o movimento estudantil e sindical.¹¹

A dissertação, ao dialogar com essas contribuições, busca não apenas retomá-las, mas também ampliá-las, discutindo o papel de Itaipu como agente participativo na repressão durante o terrorismo de Estado brasileiro, propondo uma leitura crítica sobre a responsabilização empresarial em contexto de construção de grandes obras.

Sobre a agenda de responsabilização empresarial no Brasil, destaca-se trabalhos como a coletânea *Empresariado e ditadura no Brasil*, que contribui para o avanço da tipificação do regime instaurado em 1964, propondo a caracterização do regime como uma ditadura empresarial-militar.¹² Fundamentada em pesquisas recentes reunidas no volume, a publicação traz à tona múltiplas dimensões do regime, destacando seu viés classista e sua articulação estrutural com os interesses do grande empresariado, especialmente aqueles setores vinculados ao capital estrangeiro.

Deve-se destacar, ainda, o conjunto de pesquisadores reunidos no Coletivo Mais Verdade, que atuou no sentido de levantar dados e informações, subsidiando os trabalhos da

¹⁰ SESSI, Valdir. “*O Povo do Abismo*”: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu (1974-1987). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

¹¹ PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2014, p. 147.

¹² BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Empresariado e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio).¹³

Outra obra importante para o processo de responsabilização empresarial é o livro *Repressão aos trabalhadores e responsabilidade empresarial nas ditaduras do Cone Sul*, fruto dos esforços coletivos desenvolvidos no âmbito da Rede de Estudos sobre Processos Repressivos, Empresas, Trabalhadores e Sindicatos na América Latina (RIProR).¹⁴ A rede reúne pesquisadores e pesquisadoras provenientes de diversos países da região, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, promovendo o intercâmbio acadêmico e o fortalecimento de uma agenda comum de pesquisa. O livro aprofunda não apenas a vitalidade intelectual das produções realizadas por seus membros, mas também o dinamismo e a relevância desse campo de estudo, que articula contribuições oriundos da história social, história política da sociologia, da economia e de outras áreas. A propor uma abordagem interdisciplinar e transnacional, a obra reafirma o potencial analítico e crítico das investigações voltadas a compreender as relações entre capital e trabalho durante o terrorismo de Estado¹⁵.

As pesquisas desenvolvidas por Endrica Geraldo, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), representam contribuições fundamentais para os estudos sobre a história social do trabalho, memória e grandes obras no contexto da ditadura empresarial-militar. A partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar, a autora investiga os discursos oficiais, os relatos de trabalhadores e os lugares de memória associados à construção da usina hidrelétrica de Itaipu. O foco central de sua pesquisa recai sobre a maneira como diferentes

¹³ O Coletivo Mais Verdade foi formado em 2013, no Rio de Janeiro, por pesquisadores, professores universitários e militantes comprometidos com o aprofundamento dos estudos sobre a participação do empresariado na ditadura brasileira. Seu objetivo era pressionar para que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e outras comissões da verdade estaduais e setoriais incorporassem essa dimensão na apuração das responsabilidades pelo regime instaurado em 1964. Em 2017, parte de seus integrantes fundou o Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil (GTEDB), com o intuito de consolidar um espaço permanente de reflexão e articulação acadêmica sobre o papel do empresariado tanto na ditadura brasileira quanto em outros regimes do Cone Sul. O GTEDB é uma iniciativa conjunta do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política da UFRJ (LEMP), coordenado por Renato Lemos, e do Laboratório de Economia e História da UFRRJ (LEHI), coordenado por Rafael Brandão e Pedro Campos. Em 2018, o grupo organizou o Seminário Nacional Empresariado e Ditadura no Brasil, realizado entre os dias 1º e 4 de outubro, com atividades promovidas em diferentes instituições do Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, UFRRJ e UERJ-FFP.

¹⁴ A Rede de Processos Repressivos, Empresas, Trabalhadores (as) e Sindicatos na América Latina tem promovido encontros internacionais periódicos desde 2018, com o objetivo de articular pesquisadores da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai em torno do estudo das relações entre o terrorismo de Estado, repressão estatal, mundo do trabalho e responsabilidade empresarial. Os eventos realizados incluem os encontros de 2018 (Flacso, Argentina), 2019 (IdIHCS, Argentina), 2021 (formato remoto) e 2023 (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, Brasil). Link: <https://linktr.ee/ripor_americalatina?utm_source=linktree_profile_share&tsid=22ab591e-c595-4a5a-a22e-5cd5e215fcd6>. Acesso em: 12 de maio de 2025.

¹⁵ CORRÊA, Larissa R.; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho; MARTINS, Richard (orgs.). *Repressão aos trabalhadores e responsabilidade empresarial nas ditaduras do Cone Sul*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2022, p. 7.

instituições – como o Estado e os consórcios de empreiteiras (Unicon) e empresas de montagem eletromecânica (Itamon) -, e grupos sociais, como os próprios trabalhadores, disputam a memória sobre a construção da usina. Por meio da análise de entrevistas concedidas por autoridades da época, publicações internas da empresa e discursos estatais, Endrica Geraldo analisa os esforços para construir uma narrativa oficial que exaltasse o projeto de Itaipu como símbolo de progresso, desenvolvimento e integração regional, apagando, no entanto, aspectos cruciais com a exploração da força de trabalho, as precárias condições de vida dos operários e a ausência de direitos básicos¹⁶. Um aspecto particular dos estudos de Geraldo é a análise da Vila C em Foz do Iguaçu, enquanto lugar de memória. Originalmente concebido como um espaço habitacional provisório para abrigar trabalhadores durante a construção da usina, a Vila C foi marcada por um projeto de exclusão, ao fim das obras, as famílias seriam removidas e as casas demolidas. Contudo, por meio da organização coletiva e da resistência social, os moradores conseguiram permanecer no local, consolidando ali suas vidas e redes comunitárias. A Vila C, portanto, tornou-se símbolo da memória viva dos trabalhadores. Inserida no projeto do Laboratório de Estudos de História do Mundo do trabalho (LEHMT),¹⁷ a pesquisa da autora conjuga a metodologia de história oral, análise documental e crítica das políticas de memória, oferecendo uma leitura ampla e complexa sobre o papel do trabalho e das disputas de narrativa no Brasil.¹⁸

Nesse sentido, é importante destacar que o trabalho de seus orientandos e orientadas também ampliam essa perspectiva analítica, aprofundando o estudo sobre os trabalhadores de Itaipu em diferentes dimensões.

Eduardo Gonçalves Ueda, em seu trabalho de conclusão de curso, busca analisar o processo de construção de uma memória histórica dominante em torno da Usina Hidrelétrica de Itaipu, produzida e difundida pelos aparelhos institucionais da Binacional. Tal memória, como aponta o autor, ainda amplamente veiculada nos dias atuais, tem suas origens no momento

¹⁶ UEDA, Eduardo Gonçalves; GERALDO, Endrica. A farda e o fardo: memórias sobre o mundo do trabalho na construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (1975-1991). *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, n. 1, nov. 2020 – abr. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/lucaspoy,+05+Goncalves+Geraldo_137-163%20(3).pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

¹⁷ O LEHMT reúne professores e estudantes do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH-UFRJ) e de outras universidades interessados nos debates e na pesquisa de temáticas relacionadas à história social do trabalho e dos movimentos sociais em perspectiva interdisciplinar. Link: <<https://www.lehmt.org/>>. Acesso em: 31 de maio de 2025.

¹⁸ GERALDO, E. LMT#105: Vila C de Itaipu, Foz do Iguaçu (PR). Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho. Lugares de Memória dos Trabalhadores, março/2022. Disponível em: <<https://lehmt.org/lmt105-vila-c-de-itaipu-foz-do-iguacu-pr-endrica-geraldo>>. Acesso em: 31 de maio de 2025.

da escolha do projeto técnico e no período de edificação da usina, ocultando, deliberadamente, aspectos da precariedade vivenciada por muitos trabalhadores migrantes.¹⁹ Durante a década de 1980, diversas matrizes interpretativas sobre o processo construtivo da hidrelétrica foram formuladas por diferentes atores sociais, incluindo, segundo Ueda, os próprios trabalhadores, por meio de sindicatos, bem como dos consórcios Unicon e Itamon e dos órgãos institucionais de Itaipu, configurando um campo de disputa pela representação da experiência laboral naquele contexto.

Larissa Souza de Lima investigou as regiões de origem dos trabalhadores de Itaipu, os processos de migração, a diversidade de funções desenvolvidas no interior do canteiro de obras, os aspectos do cotidiano dentro e fora do canteiro e as formas de sociabilidade estabelecidas entre os operários.²⁰ Dessa forma, a autora buscou contribuir para ampliação e compreensão sobre a experiência social dos trabalhadores envolvidos em grandes empreendimentos estatais durante a ditadura no Brasil.

A análise dos sentidos e usos atribuídos ao termo *barrageiro*, principalmente o modo como foi apropriado pela administração de Itaipu com intuito de construir uma narrativa institucional que enfatizasse a harmonia e a integração entre os trabalhadores, apesar de suas diferentes origens linguísticas, regionais e nacionais, foi tema de estudo de Emerson Barbosa Matos.²¹

Inaiara Lôbo Mendes, por sua vez, analisou aspectos da vida cotidiana dos trabalhadores contratados pelos consórcios brasileiros responsáveis pela execução das obras entre os anos de 1975 e 1987, dando ênfase nos chamados pões e barrageiros.²²

¹⁹ UEDA, Eduardo Gonçalves. *História e memória dos trabalhadores brasileiros na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019. p 11.

²⁰ LIMA, Larissa Souza de. *História local e consciência histórica: investigando a aprendizagem de jovens estudantes de Foz do Iguaçu sobre a história da construção de Itaipu e seus impactos*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – Licenciatura), Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

²¹ MATOS, Emerson Barbosa. *A Itaipu e os barrageiros: uma análise das representações dos trabalhadores a partir do Informativo Unicon (1978-1980) e dos espaços de memória de Foz do Iguaçu*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História – América Latina), Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

²² MENDES, Inaiara Lôbo. *Entre peões e barrageiros: origens e trajetórias dos trabalhadores na construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (1975-1987)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História – América Latina), Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

Para compreender os processos repressivos e a responsabilização empresarial durante o terrorismo de Estado na Argentina e no Chile, é imprescindível considerar a atuação de atores econômicos como parte integrante e não periféricos das ditaduras do cone sul. Nesse sentido, duas obras são fundamentais e que oferecem bases teóricas e políticas para essa análise crítica: *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*, de 2013, organizado por Horacio Verbitsky e Juan Pablo Bohoslavsky, e o livro *Complicidad económica con la dictadura chilena: Un país desigual a la fuerza*, de 2021, organizado por Karinna Fernández, Juan Pablo Bohoslavsky e Sebastián Smart.

O livro *Cuentas Pendientes* busca desconstruir a ideia, ainda dominante, de que o terrorismo de Estado na Argentina foi conduzido exclusivamente por setores militares e de segurança. Os autores da obra coletiva argumentam que houve uma articulação estrutural entre o aparato repressivo e setores do poder econômico, que não só participaram, como também se beneficiaram da repressão e da reorganização do Estado durante última ditadura na Argentina. Ao trazer à tona documentos, depoimentos e análises de casos concretos, a publicação contribui para uma narrativa histórica mais completa e plural, fundamental para o avanço das políticas de memória, verdade, justiça e reparação.

Já o livro *Complicidad económica con la dictadura chilena*, por meio de estudos de caso e argumentos teóricos robustos, defende que os vínculos entre empresas, elites econômicas e o regime de Augusto Pinochet foram elementos centrais na consolidação do projeto neoliberal chileno. A obra evidencia como essas alianças contribuíram para a imposição de um modelo econômico excludente e profundamente desigual, cujos efeitos ainda são sentidos na sociedade chilena nos dias atuais. O livro também oferece um marco teórico e jurídico que pode orientar ações futuras de responsabilização, reparação e prevenção de novas violações de direitos humanos.

Ambas as obras colocam em evidência a necessidade de expandir o campo da Justiça de Transição para além da responsabilização penal de agentes estatais, incluindo também a participação de civis que foram essenciais para a viabilidade e a sustentação das ditaduras. Ao fazê-lo, ampliam os horizontes analíticos e políticos da luta por justiça e por memória, abrindo caminhos para uma compreensão mais aprofundada das raízes históricas da exploração e repressão de classe, que ainda marcam os países do Cone Sul.

Nesse sentido, a dissertação está estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado *Ditadura, empresas e violações de direitos*, aborda o debate sobre responsabilização empresarial na Argentina, explorando os processos de reparação voltadas às vítimas e seus familiares, além de examinar o caso de

responsabilização empresarial no Chile, bem como o caso Volkswagen do Brasil, tendo os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) como marco fundamental. Também serão mencionados os casos de investigações a partir do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Volkswagen, de forma a compreender o avanço, nos últimos anos, das pesquisas no Brasil sobre o tema, do qual fui uma das bolsistas, tendo atuado no projeto de pesquisa do caso Itaipu.

No segundo capítulo, intitulado *Violência e violação de direitos humanos na construção da barragem: a repressão e a perseguição aos trabalhadores pela Itaipu Binacional*, é demonstrado como a construção da barragem e do lago artificial atingiu milhares de camponeses, entre eles, pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores sem-terra, além de povos indígenas, sobretudo da etnia Avá-Guarani, que também sofreram com as desapropriações e migraram para outras regiões, inclusive para o lado paraguaio. Em uma segunda análise, demonstramos as práticas repressivas cometidas pela empresa Itaipu Binacional contra trabalhadores durante as obras de construção da usina hidrelétrica, bem como o regime de trabalho, os acidentes de trabalho e as formas de habitação dos trabalhadores.

Por fim, o terceiro capítulo, sob o título de *Conexões com o Terrorismo de Estado: a responsabilidade empresarial de Itaipu e a cumplicidade com o aparato repressivo*, parte da centralidade dos chamados *Pedidos de Busca* que, nesta dissertação, não se dá apenas pelo ineditismo de sua abordagem detalhada, mas também pela possibilidade que eles oferecem de aprofundar dimensões ainda pouco exploradas da relação entre Estado, empresas e repressão a trabalhadores durante a ditadura empresarial-militar. Esmiuçar a natureza desses documentos, seu conteúdo, seus emissores e seus destinatários, revela-se uma etapa essencial para que se possa adentrar os demais aspectos da pesquisa.

É justamente essa análise minuciosa que permite demarcar a especificidade deste trabalho em relação à produção historiográfica existente, renovando o debate ao propor uma leitura que parte diretamente das evidências documentais produzidas pelas estruturas da ditadura. A participação que desenvolvi na pesquisa no âmbito do edital sobre a responsabilidade de empresas por violação de direitos durante a ditadura, financiado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp), foi decisiva para a definição do objeto da presente dissertação. Atuando como bolsista, envolvi-me especialmente na organização dos documentos relacionados aos trabalhadores, momento em que emergiam lacunas e contradições documentais que despertaram questionamentos e me impulsionaram à formulação do projeto, posteriormente acolhido pelo professor Rafael Vaz da Motta Brandão, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Minha trajetória teve início em Juiz de Fora, Minas Gerais, cidade marcada pela presença da Belgo-Mineira, onde cresci ouvindo relatos de meu pai, operário da empresa, que foram fundamentais para que eu me aproximasse das denúncias de violações a partir de uma escuta atenta às experiências da classe trabalhadora. A formação universitária no Rio de Janeiro consolidou essa escuta crítica e, ao me debruçar sobre a atuação de uma empresa localizada no Paraná, articulei o conhecimento empírico herdado com os marcos analíticos da pesquisa histórica e documental. Assim, construí um olhar sensível e comprometido com os trabalhadores cujas histórias permanecem, em muitos casos, silenciadas nos arquivos.

A problemática dos *Pedidos de Busca* se impôs como eixo central desde os primeiros momentos da pesquisa. Esses documentos despertaram atenção pela frequência com que apareciam associados a grandes empresas, especialmente no setor de infraestrutura. A partir de referências esparsas e menções indiretas, foi possível rastrear os documentos até sua localização no Arquivo Nacional, em diferentes fundos, como o da Secretária-Geral do Conselho de Segurança Nacional, da Polícia Federal e da Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Relações Exteriores.

Este capítulo parte dos conceitos de terrorismo de Estado e de violência organizada, conforme desenvolvidos por Enrique Serra Padrós, bem como da noção de responsabilidade empresarial proposta pela historiadora argentina Victor Basualdo. A partir dessas referências teóricas, os *Pedidos de Busca* são analisados como evidências concretas da articulação entre o aparato repressivo estatal, envolvendo órgãos como o SNI, o Doi-Codi, o Cenimar, a SG/CSN, entre outros, e a atuação da empresa Itaipu Binacional no contexto da repressão a trabalhadores.

A leitura atenta desses documentos revela procedimentos de vigilância sistemática, solicitação ativa de informações, trocas institucionais entre forças de segurança e a direção da empresa, e até a elaboração de dossiês sobre a “conduta” dos operários. Ao dialogar diretamente com esses documentos, esta pesquisa busca não apenas descrevê-los, mas situá-los historicamente, analisando suas implicações políticas e sociais. Mais do que simples registros burocráticos, os *Pedidos de Busca* revelam uma lógica de controle que atravessa o cotidiano dos trabalhadores, molda a atuação das empresas e evidencia os vínculos entre o desenvolvimento econômico e a repressão no período. Dar a devida dimensão a esses documentos significa compreender como se estruturava o funcionamento repressivo do terrorismo de Estado e de que maneira atores civis e empresários participaram ativamente dele. Assim, os *Pedidos de Busca* não são apenas fontes documentais, são chaves de leitura para entender o entrelaçamento entre economia, política e violência sob a ditadura.

A seleção e organização dos documentos referentes aos *Pedidos de Busca* dos trabalhadores de Itaipu foram analisadas, utilizando o método da leitura imanente das fontes. Essa abordagem organizou a documentação em diversas categorias, como: luta pela terra, trabalhadores, tratado, observação de civis, povos originários, estrutura de informação, empreiteiras, colaboração internacional, meio ambiente e outros aspectos indefinidos. O foco principal da análise recaiu sobre os trabalhadores, resultando na separação e classificação de mais de mil documentos relacionados a essa temática.

Nesse primeiro momento, a leitura imanente foi focada na análise da extensa massa documental sobre os trabalhadores, encontrada em diferentes fundos do Arquivo Nacional. Devido à quantidade e à diversidade de documentos, houve a necessidade de tipificar e categorizar as fontes. A análise imanente busca preservar a integridade do objeto, respeitando sua estrutura e lógica interna e garantindo a preservação de sua presença histórica. Segundo Chasin, trata-se de uma leitura imanente entendida como condição de possibilidade de compreensão efetiva do escrito.²³

Com essa organização tipificada, o segundo momento da análise documental focou nos estudos de caso, privilegiando o processo repressivo desencadeado sobre os trabalhadores de Itaipu. A análise da responsabilidade empresarial em cada caso se dá a partir da reconstrução dos fatos e da identificação das vítimas do terrorismo de Estado. A tipificação dos trabalhadores e a categorização dos documentos possibilitam uma compreensão mais profunda e estruturada da repressão sofrida. Essa abordagem oferece um olhar aprofundado sobre a realidade vivida pelos trabalhadores e as dinâmicas de repressão que os afetaram, mantendo a coerência com a estrutura documental existente, especialmente em relação à colaboração entre as empresas e os militares.

Segundo Campos, apesar dos avanços no conhecimento sobre a atuação empresarial durante a ditadura brasileira, os pesquisadores dedicados ao tema enfrentam uma série de obstáculos, sendo o primeiro relacionado às fontes primárias.²⁴ O autor observa que, ao investigar a atuação de empresários, suas organizações e empresas durante o período ditatorial, muitos pesquisadores buscaram acessar e analisar documentos produzidos por esses próprios

²³ CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 41.

²⁴ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia*. *Sillogés*, v. 3, n. 1, p. 17, jan./jun. 2020.

agentes. Infelizmente, a Itaipu, em diversas tentativas de negociação para obtenção de acesso à sua documentação, não disponibilizou seus documentos.²⁵

É relevante destacar que, em 1985, na edição de abril do *Informativo Unicon*, nº 113, foi publicada uma reportagem na página 5 sobre um centro de documentação de alto nível em Itaipu:

Arquivados, microfilmados ou distribuídos na Biblioteca do Centro de Documentação, no Centro Executivo da Itaipu Binacional, estão todos os documentos e praticamente qualquer registro que possa servir como base de pesquisa para se saber como, onde e quando se deram cada uma das obras dentro de Itaipu. Organizada segundo padrões modernos e de alto nível, o Centro de Documentação do Centro Executivo impressiona pelo capricho e pela riqueza de informações que tem sob sua guarda e responsabilidade.²⁶

Na reportagem, o Centro de Documentação do Centro Executivo de Itaipu é retratado como responsável por armazenar, microfilmar e distribuir todos os documentos e registros às obras da usina, permitindo a consulta detalhada sobre o desenvolvimento de cada projeto.

Segundo Campos, “a ideologia dos empreiteiros está relacionada às atividades dessas empresas ao progresso do país”.²⁷ Esse foco na organização e preservação documental está relacionado à ideologia dos empreiteiros. Ele observa que a ideologia desses empresários está fortemente associada a estratégia de desenvolvimento, refletindo nas atividades dessas empresas, como no caso de Itaipu, que investiu em um centro altamente estruturado para garantir o controle e a centralização de suas informações.

A reportagem publicada no *Informativo Unicon* destaca a centralização da documentação em Itaipu, começando com a criação, em 1975, de um Centro de Documentação no Rio de Janeiro e em Assunção. O objetivo era coordenar e executar atividades documentais, como arquivísticas, microfilmagem e biblioteconomia, voltadas para o projeto Itaipu Binacional. Em 1977, foram implementados núcleos desse centro em Foz do Iguaçu e Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este), equipados com bibliotecas, arquivos e microfilmagem, todos subordinados à Diretoria Geral de Itaipu. A chefia do centro era encarregada de supervisionar os órgãos que o compunham, além de elaborar publicações e índices para facilitar o acesso à informação nas diversas áreas da entidade.

²⁵ Essas tentativas de negociação ocorreram enquanto eu participava como bolsista do projeto “A responsabilidade de empresas por violação de direitos durante a ditadura”, organizado pelo CAAF/Unifesp.

²⁶ Acervo pessoal fornecido pelo historiador Valdir Sessi.

²⁷ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. 2 ed. Niterói: Ed. UFF, 2022, p. 304.

A reportagem também ressalta a preocupação constante de Itaipu com a organização e análise dos dados e informações. O Arquivo Central, criado em 1975 como o primeiro órgão do Centro de Documentação, cresceu em paralelo à entidade, que começou em 1974. Junto com a biblioteca e a microfilmagem, ele formou a estrutura completa do Centro de Documentação, sendo responsável por disciplinar as atividades de arquivamento e oferecer apoio aos diversos setores, garantindo a padronização do processo de arquivamento, inclusive por meio de microfilmagem. Segundo a reportagem,

Até fevereiro último foram microfilmados 1.320 rolos de 16 mm, perfazendo um total de 2271.125 documentos. Foram ainda microfilmados 56.002 desenhos técnicos em 118 rolos de 35 mm. Foram ainda prestadas 20.681 informações e fornecidas 9.946 cópias eletrostática. As informações fornecidas pelo Núcleo do Centro de Documentação (Arquivo, Biblioteca e Microfilmagem) alcançaram um total de 129.160, até o final de fevereiro.²⁸

Os arquivos empresariais são uma fonte preciosa de informações históricas, especialmente sobre a história do trabalho. De acordo com Marcelo Chaves, esses conjuntos documentais guardam dados valiosos não apenas sobre a economia, mas também sobre variados aspectos da história brasileira, proporcionando uma visão mais ampla do desenvolvimento social e econômico.²⁹

O *Informativo*, publicado em abril de 1985, revela que desde a criação do Centro de Documentação da Itaipu, em 1975, houve um grande fluxo de centralização e organização de documentos. Mesmo possuindo um centro de documentação, a empresa não disponibilizou a documentação solicitada para a presente pesquisa. Esse cenário reflete um obstáculo ao conhecimento sobre a responsabilidade empresarial, mesmo diante do esforço institucional para organizar e preservar essas informações. O decreto Presidencial nº 5.584/2005 determinou que documentos da época da ditadura fossem enviados ao Arquivo Nacional e disponibilizados ao público, mas ainda permitia que documentos, classificados como “segredos” ou “ultrassegredos”, permanecessem sigilosos por até 50 anos, renováveis indefinidamente.³⁰

Esse contexto foi parcialmente modificado com a Lei de Acesso à Informação, sancionada no governo Dilma Rousseff, que garantiu o acesso à documentação pública como um direito fundamental reduzindo o prazo máximo de sigilo para 25 anos, renováveis apenas

²⁸ Acervo pessoal fornecido pelo historiador Valdir Sessi. *Informativo Unicon*, nº113, ano 1985, p. 5.

²⁹ CHAVES, Marcelo Antônio. Arquivos empresariais como fonte para a produção da História. *Revista Fontes*, n. 7, 2017-2, p. 15-24.

³⁰ Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005.

uma vez.³¹ A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011, foi fundamental para revelar parte dos conteúdos de documentos da ditadura, mas a resistência de empresas como Itaipu em liberar seus registros demonstra como o controle da informação pode ser utilizado para proteger interesses empresariais, especialmente aqueles associados à repressão e violação de direitos humanos.

Assim, apesar da estrutura sofisticada de arquivamento desenvolvida pela Itaipu, as limitações no acesso à documentação e a possível existência de dossiês continuam a ser um entrave para o esclarecimento da responsabilidade empresarial durante o terrorismo de Estado no Brasil.

³¹ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

1 DITADURA, EMPRESAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: OS CASOS DE ARGENTINA, CHILE E BRASIL

Embora Itaipu tenha sido um consórcio brasileiro e paraguaio, em condomínio binacional, com administração própria, início este capítulo com uma análise sobre o avanço das discussões acerca da responsabilidade empresarial na Argentina e no Chile. Esta inversão tem sentido, conforme veremos em seguida, pelo fato de que os primeiros casos analisados sobre responsabilização de empresas por violações de direitos humanos durante os regimes de terrorismo de Estado aconteceram naqueles países. Todavia, ao longo das análises em cada país, o leitor terá contato com meandros do processo brasileiro, até adentrarmos formalmente no Brasil, com os avanços e dificuldades no processo de judicialização dos casos.

Apenas mais recentemente, a discussão acerca da responsabilidade empresarial vem tomando o debate historiográfico no Brasil, e a empresa Itaipu Binacional, conforme mencionado na introdução deste trabalho, é uma das companhias objeto das investigações. Assim, a questão da responsabilidade empresarial será tratada desta forma, demonstrando como o debate se desenvolveu no Brasil. Evidentemente, pesquisas sobre o tema avançam também no Uruguai,³² mas, dada o problema que nos colocamos nesta discussão, estes aspectos não serão tratados aqui.

1.1 A responsabilidade empresarial na Argentina e os processos de luta por memória, verdade, justiça e reparação

A análise histórica e política da última ditadura na Argentina tem focado no papel de diferentes setores da sociedade que participaram do novo regime. A ênfase está na responsabilidade empresarial, nos quais os setores da economia, incluindo o empresariado, foram essenciais para manter o poder e garantir a sua eficiência na repressão e na violação sistemática de direitos humanos.

O papel destes atores econômicos vai muito além da colaboração: em muitos casos, eles não apenas apoiaram o regime, mas dirigiram suas ações, influenciando diretamente militares

³² Ver: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). *El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya*. Montevideo: Penguin, 2016.

e participando ativamente das práticas repressivas. A violência e a repressão não eram apenas uma imposição militar, mas um esforço conjunto entre diferentes setores da sociedade civil, sobretudo empresários.

Bohoslavski e Verbitsky, em obra coletiva já mencionada, ampliam a compreensão histórica sobre o período do terrorismo de Estado na Argentina entre os anos de 1976 e 1983, refutando a ideia de que o regime foi resultado de ações isoladas de um pequeno grupo de militares ou suboficiais das Forças Armadas.³³ Essa contradição que os autores apontam evidencia que a repressão foi muito mais complexa, envolvendo um plano estratégico e coordenado, tanto político quanto econômico, para implementação de reformas neoliberais, que favoreceram interesses empresariais e financeiros em detrimento dos trabalhadores. Como veremos, a repressão a movimentos sociais, sindicatos e a qualquer forma de resistência à agenda neoliberal foi sistemática.

O processo de reparação na Argentina tem como fundamento a luta por memória, verdade, justiça e reparação. Segundo os autores, “*en los juicios realizados en todo el país, se pronunciaron 404 condenas y 45 absoluciones*”.³⁴ Esses números refletem os esforços legais e judiciais para levar os responsáveis à justiça, embora o número de absolvidos também revele o quanto ainda existem desafios no sistema judiciário argentino para julgar os crimes de lesa humanidade.

Segundo Bohoslavsky e Verbitsky, o papel da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP), criada na Argentina em 1983, funcionou com um instrumento para a Justiça de Transição, com objetivo principal de investigar os crimes cometidos pelo terrorismo de Estado, especialmente os casos de desaparecimento forçados, torturas e assassinatos.³⁵

Os crimes mais graves da ditadura puderam ser investigados institucionalmente, o que “*permite ampliar el horizonte y analizar el contexto en el que esos delitos fueron cometidos, focalizando en los cómplices civiles, económicos y eclesiásticos, cuyas contribuciones hicieron posible, tornaron más fácil o mejoraron la eficiencia en la comisión de tales delitos*”.³⁶ Segundo os autores, a responsabilidade indireta daqueles que deram suporte ao terrorismo de

³³ BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; VERBITSKY, Horacio. *Cuentas pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

³⁴ Ibidem, p. 11.

³⁵ Ibidem, p. 11.

³⁶ BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; VERBITSKY, Horacio. *Cuentas pendientes...* Op. cit., p. 15.

Estado fortaleceram o aparato repressivo e as reformas econômicas, políticas e sociais contra os trabalhadores no período.

Esse suporte acontecia com apoio logístico, econômico e administrativo de empresas que forneciam tecnologias de vigilância utilizadas para perseguir trabalhadores e os bancos que financiaram empresas e empresários nas violações sistemáticas. Para os autores, a participação ativa do setor empresarial na última ditadura argentina não deve ficar reduzida na análise da teoria racional e nas decisões de benefícios e prejuízos, sendo preciso usar uma visão historicizada e multidisciplinar que considere o contexto político, institucional, social e econômico.

A Justiça de Transição, ainda que pioneira no julgamento de crimes de lesa humanidade durante a última ditadura argentina, apresenta lacunas que comprometem o processos de memória, verdade, justiça e reparação³⁷. Um dos principais pontos na visão de Bohoslavsky e Verbitsky é a “*falta de consideración de los factores económicos que contribuyeron a mantener una dictadura crea un peligro cierto de ceguera histórica, que puede resultar en una amnesia que comprometa la promesa del Nunca Más*”.³⁸ A responsabilização exclusiva de atores políticos e militares, sem considerar a participação de setores empresariais que se beneficiaram com a repressão, abre espaço para tais práticas se repetirem.

Sob essa perspectiva, Eduardo Basualdo propõe uma abordagem que conecta os aspectos econômicos com os aspectos políticos e sociais, destacando como esses fatores estavam interligados e como o terrorismo de Estado argentino foi resultado de um padrão específico de acumulação de capital.³⁹

Esse padrão de acumulação citado pelo autor favoreceu certos setores da sociedade, como as elites empresariais, em detrimento dos trabalhadores que tiveram suas conquistas reprimidas ou eliminadas. As relações de poder entre os trabalhadores e os setores dominantes

³⁷ Para abordar o processo de justiça de transição na Argentina para esta pesquisa utilizei como referencial teórico VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas pendientes: Los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013. No entanto, em virtude dos contínuos desdobramentos judiciais e da necessidade de atualização de dados ver: ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. *Repertorios: perspectivas y debates en clave de Derechos Humanos: 3 - Responsabilidad Civil en delitos de lesa humanidad*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, 2022; ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. *Nombrar la dictadura*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, 2023.

³⁸ Ibidem, p. 18.

³⁹ BASUALDO, Eduardo. El legado dictatorial: El nuevo patrón de acumulación de capital, la desindustrialización y el ocaso de los trabajadores. In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas pendientes...* Op. cit., p. 81.

da sociedade foram profundamente alteradas. As forças armadas se tornaram um bloco de poder e passaram a representar os interesses das elites argentina. Além do mais, existiam disputas internas no próprio campo militar por frações denominadas “Azules” e “Coloradas”,⁴⁰ que se enfrentaram no contexto da resistência popular.

A substituição de importações, a crescente dívida e as reformas estruturais, são alguns dos fenômenos chave para conjuntura política e econômica. Basualdo, destaca que o ciclo de substituição curto foi um processo de substituição de importação na tentativa de reduzir sua dependência de produtos estrangeiros ao desenvolver sua própria produção interna.

As exportações na Argentina desempenharam papel crucial nesse processo, mas a dívida externa também foi um fator importante segundo o autor. Isso determinou *“la conjunción de ambos fenómenos – expansión exportadora y endeudamiento con el exterior – determinó una tendencia creciente de las reservas disponibles en el Banco Central de la República Argentina (BCRA)”*.⁴¹ Calcagno aponta que, em 1975, *“los ingresos tributarios habían caído en más de 6 puntos porcentuales del PBI, llevando las necesidades de financiamiento del sector público al 15% del PBI, dos terceras partes de las cuales fueron cubiertas por financiamiento del Banco Central (BCRA)”*.⁴²

O aumento do endividamento externo, principalmente no setor público, estava relacionado ao processo de industrialização argentino que, em parte, foi financiado com recursos externos. A relação entre a dívida externa e a expansão industrial foi direta e, à medida em que a Argentina aumentava sua produção industrial, especialmente voltada para exportação, também crescia o endividamento com o exterior.

Segundo o Eduardo Basualdo, esse processo de substituição esgotou-se durante o governo de Arturo Frondizi, em que houve uma tentativa de reestruturação do setor ferroviário, o que gerou grande conflito sindicais, pois o plano *“proponía eliminar el 50% de la red ferroviaria, vender tierras, expulsar a setenta y cinco mil trabajadores, privatizar la reparación y fabricación de equipos, y modificar el régimen laboral”*.⁴³ As empresas que se beneficiariam com as privatizações foram, sobretudo, a Fiat, a General Motors, a General Electric e o grupo econômico Acindar.

⁴⁰ Ibidem, p. 86.

⁴¹ Ibidem, p. 85-86.

⁴² CALCAGNO, Alfredo. Las finanzas públicas. In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas pendientes...* Op. cit., p. 103.

⁴³ BASUALDO, Eduardo. El legado dictatorial... Op. cit., p. 86.

Após o golpe que depôs o governo peronista, começaram a ser aplicadas medidas de austeridade e reformas estruturais que afetaram diretamente os trabalhadores com o aumento dos processos repressivos. Esses fatores estavam relacionados ao novo bloco de poder que se consolidou com regime, favorecendo os interesses econômicos de grandes grupos empresariais e impactando a economia e a sociedades argentina.

Conforme Eduardo Basualdo analisa, as lutas entre os setores populares e o bloco de poder, se caracterizavam por um conflito desigual entre a população, especialmente os trabalhadores e as forças populares e o bloco de poder, representado pelas elites econômicas e políticas. O autor observa, como parte dessa reorganização, que, entre 1957 e 1962, surgiram movimentos populares como os programas *La Falda y de Huerta Grande*, que visavam distinguir um sindicato combativo e a burocracia sindical liberal representadas na figura de Augusto T. Vandor.⁴⁴

A criação da Confederação Geral do Trabalho da República Argentina (CGT) em 1968 refletiu, segundo o autor, uma postura mais combativa e uma oposição crescente ao governo e às elites econômicas. A fundação da CGT deu início a uma “ofensiva popular” dos argentinos, a intensificando a resistência contra as forças dominantes.

O processo de organização e mobilização dos trabalhadores se consolidou com a greve geral e protestos populares em 1969, o Cordobazo, liderado por trabalhadores e estudantes que se opunham às políticas do governo e à repressão militar. Após o revés das ditaduras e o retorno ao poder do peronismo em 1973, com a eleição de Héctor Cámpora, a *Juventud Trabajadora Peronista* (JTP) emergiu como uma força importante dentro do movimento peronista, representando a juventude e os setores mais radicais da luta política e social.⁴⁵

Eduardo Basualdo observa que aconteceram mudanças na estratégia de segurança e na abordagem militar adotada pela Argentina e por outros países latino-americanos durante o final da década de 1950 e início dos anos 1960. No contexto da Guerra Fria e da Aliança para o Progresso, promovida pelos Estados Unidos, a Argentina adotou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que significava a repressão a movimentos de esquerda sob justificativa de combater o comunismo e a “subversão interna”.

Antes disso, nas décadas de 1940 e 1950, havia uma concepção predominante de que as Forças Armadas deveriam se concentrar em defender as fronteiras nacionais contra ameaças externas e possíveis invasões. Na visão de Eduardo Basualdo, dois elementos são centrais na

⁴⁴ Ibidem, p. 87.

⁴⁵ Ibidem, p. 87.

DSN, que foram implementados nos países latino-americanos durante a Guerra Fria, sob influência dos Estados Unidos.

O primeiro é o crescimento econômico como solução para as contradições sociais. Nesse sentido, a doutrina defendia que, para superar os conflitos sociais internos e combater o que era visto como ameaça interna, era essencial promover o crescimento econômico. Isso implicava no fortalecimento do capital estrangeiro como fundamental para o desenvolvimento do país, além do fortalecimento do aparato repressivo contra a “subversão”, o que incluía, no caso argentino, a violência e repressão contra o movimento peronista.⁴⁶

A repressão ao “inimigo interno” é, para Basualdo, o segundo elemento central da DSN, pois a repressão acontecia contra os movimentos sociais, partidos e sindicatos, vistos como “subversivos” e vinculados ao comunismo. A guerra contrarrevolucionária implantada na Argentina se muniu de estratégias militares da doutrina francesa adaptada às circunstâncias locais para eliminar as organizações e movimentos de resistência interna, como o peronismo, entendido como uma variante do comunismo, uma vez que, para as elites econômicas e políticas e para os militares, qualquer movimento que promovesse uma distribuição de poder e riqueza e que pudesse ser associado a ideias progressistas era visto como “inimigo interno”.

Internamente, os militares argentinos concordavam em relação à DSN, mas divergiam na forma como lidar com o peronismo e os movimentos populares. Segundo Eduardo Basualdo, o partido militar se dividiu em duas frações: os “azuis” e os “colorados”. Os azuis eram compostos principalmente pela cavalaria, muitos dos quais eram descendentes da oligarquia pampeana e provincial que havia se oposto a Juan Domingo Perón e seus primeiros governos. Eles tinham fortes ligações com a Força Aérea e, politicamente, com a União Cívica Radical Intransigente (UCRI).

Já a facção colorados eram compostos principalmente pela infantaria e artilharia. Esses militares provinham, em sua maioria, dos setores médios e haviam sido aliados militares nas primeiras administrações peronistas. Estabeleciam forte vinculação com a Marinha e com partidos políticos conservadores, como a União Cívica Radical (UCR).⁴⁷

A principal diferença entre os azuis e os colorados estava em como cada um via a atuação do peronismo. Para os colorados, o peronismo deveria ser eliminado, pois os viam como uma ameaça de penetração comunista no país. Para os azuis, o peronismo deveria ser

⁴⁶ Ibidem, p. 88.

⁴⁷ Ibidem, p. 88.

neutralizado politicamente, ou seja, enfraquecido de dentro para fora, dividindo suas forças e lideranças.

Na visão de Eduardo Basualdo, a facção dos colorados inicialmente não tinha um projeto claro, mas isso mudou drasticamente após a derrota das Forças Armadas pelos setores populares e com a retomada de Perón. Com isso, eles tiveram a chance de definir sua própria doutrina dentro do contexto militar influenciados pela doutrina francesa.

O papel da França no pós-guerra ajuda a compreender a base ideológica e operacional que sustentou o terrorismo de Estado no Cone Sul. Como destaca Marie-Monique Robin, os militares franceses, com ampla experiência na repressão de movimentos anticoloniais na Indochina e na Argélia, foram os precursores da “guerra contrarrevolucionária”. Essa doutrina, centrada na noção do “inimigo interno” e no uso de métodos de guerra não convencionais, como tortura, desaparecimento forçado e guerra psicológica, foi posteriormente usada e ampliada em larga escala nos países latino-americanos.⁴⁸

Para Marie-Monique Robin, os franceses tiveram um papel importante na formação dos militares na região.⁴⁹ Quando Videla assumiu o poder na Argentina, todo o Cone Sul já estava sob controle de ditaduras que empregavam práticas de repressão em nome do combate ao comunismo.⁵⁰ A repressão feroz conduzida por Stroessner no Paraguai, Pinochet no Chile e Figueiredo no Brasil, que atuava junto com o comissário Fleury nos esquadrões da morte,⁵¹ espelhava diretamente os métodos aprendidos com os franceses.

Embora a influência dos Estados Unidos sobre as ditaduras seja amplamente conhecida, Robin chama atenção para a presença francesa, especialmente no caso argentino.⁵² A DSN passou por uma reestruturação influenciada pela guerra da Argélia (1954-1962), que resultou em uma política de repressão sistemática contra os trabalhadores e o movimento popular, com

⁴⁸ EXCLUSIVO. Escuadrones de la muerte: la escuela francesa. *La conexión francesa*. 5 set. 2003. Disponível em: <https://ciperchile.cl/wp-content/uploads/la-conexion-francesa-7mas7.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

⁴⁹ CARTA CAPITAL. Nosso mundo: tortura à francesa. Entrevista Marie-Monique Robin mostra como o Brasil foi pioneiro na importação da teoria militar sobre esquadrão da morte. Carta Capital, 16 fev. 2005, p. 34. Disponível em: https://www.mariemoniquerobin.com/wa_files/2005_2002_20Nosso_20Mundo.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

⁵⁰ EXCLUSIVO. Escuadrones de la muerte: la escuela francesa ... Op. cit., p. 11.

⁵¹ CARTA CAPITAL. Nosso mundo: tortura à francesa ... Op. cit., p. 36.

⁵² EXCLUSIVO. Escuadrones de la muerte: la escuela francesa ... Op. cit., p. 11.

práticas como desaparecimento forçado, tortura, assassinatos, naquilo que a historiografia especializada denominou como “guerra suja”.⁵³

Ademais, o terror de Estado implantou uma política econômica voltada para o monetarismo, interrompendo o processo de industrialização e dando centralidade à valorização financeira. Essa mudança gerou uma reestruturação econômica que favoreceu um novo padrão de acumulação capitalista, alinhado com o neoliberalismo que se espalhou ao longo dos anos de 1970.

Esse novo padrão de acumulação se baseava em um rearranjo de poder econômico e político na Argentina. O capital transnacional e a oligarquia pampeana se reorganizaram, formando, segundo Eduardo Basualdo, um novo bloco de poder que começou a concentrar as instituições do Estado e a economia nacional. Grandes empresas como Pérez Companc, Bidas, Acindar, Techint, Arcor, Loma Negra, Clarín, Bemberg, Bunge y Born, exerceram controle sobre o Estado em conjunto com capital estrangeiro.⁵⁴ Esses grupos buscaram consolidar sua hegemonia econômica, colocando seus intelectuais orgânicos nos principais cargos de poder no governo.

Uma das principais características do processo repressivo com os trabalhadores que autor destaca está na redistribuição de renda, que resultou em uma drástica queda nos salários reais dos trabalhadores de 40% entre os anos de 1976 a 1977 e uma redução de 45% para 25% da participação na renda nacional. Durante o terrorismo de Estado, aconteceram intervenção na CGT, com as suspensões das negociações salariais, do direto a greve e nomeando interventores militares nas centrais sindicais.⁵⁵

Segundo Calcagno, “*el gobierno de la dictadura disolvió los sindicatos, reprimió los reclamos sociales y congeló los salarios por tres meses*”.⁵⁶ Essa repressão institucional teve como objetivo enfraquecer a capacidade de mobilização dos trabalhadores e viabilizar reformas estruturais sem oposição organizada. Outro aspecto analisado pelo autor, corresponde a liberalização dos preços e a unificação do câmbio, “*también liberó los precios y unificó el tipo de cambio en un nivel que implicó un aumento del 354% entre diciembre de 1975 y diciembre de 1976, frente al 348% del índice de precios al consumidor (IPC) y el 153% de los salarios*

⁵³ BASUALDO, Eduardo. El legado dictatorial... Op. cit., p. 89-90.

⁵⁴ Ibidem, p. 90.

⁵⁵ Ibidem, p. 92.

⁵⁶ CALCAGNO, Alfredo. Las finanzas... Op. cit., p. 103.

básicos de convenio".⁵⁷ Tal movimento mostrava que, embora os preços e a taxa de câmbio tenham sofrido reajustes, os salários foram mantidos abaixo da inflação, resultando em uma perda de poder de compra dos trabalhadores.

Além da repressão direta, houve uma mudança estrutural no setor industrial e, segundo o Eduardo Basualdo, a ocupação de trabalhadores na indústria caiu por um longo período. Isso significou que menos pessoas estavam trabalhando na indústria, o que aumentou a taxa de exploração, isto é, a produtividade das indústrias cresceu sem um aumento proporcional no custo salarial, levando ao aumento nos lucros da produção.

Esse processo também levou à desindustrialização, com a indústria perdendo seu papel central na economia, sendo substituído pelo capital financeiro. O salário deixou de ser visto como um fator essencial para estimular a demanda e passou a ser tratado como um custo de produção a ser reduzido para maximizar os lucros das empresas.

Conforme o Eduardo Basualdo, a introdução de uma nova normativa, como a lei nº 21.526, sobre as entidades financeiras foi um passo importante para alterar a estrutura econômica do país. Para controlar a inflação e a reestruturação econômica, o autor destaca três tipos de políticas monetária que foram aplicadas no período.⁵⁸ Entre 1977 e 1978 foi aplicada a política monetária ortodoxa, centrada na redução da quantidade de dinheiro em circulação, na contração da base monetária. Essa política visava combater a inflação através do controle rigoroso da oferta da moeda.

A segunda política foi aplicada em 1978, para eliminar expectativas inflacionárias, na qual o objetivo era reduzir a expectativa da população e do mercado em relação à inflação futura, tentando estabilizar a economia e controlar a alta dos preços. No entanto, apesar das medidas adotadas, os resultados foram limitados. A baixa eficácia dessas políticas também pode ser explicada pela forma como os investimentos públicos foram conduzidos durante o período. Como observa Calcagno, "*varios factores pueden explicar [...] la existencia de sobreprecios puede haber sobrestimado la inversión real; algunas obras de escaso impacto productivo resultaron sumamente costosas, como las relacionadas con el Mundial de Fútbol de 1978 y las autopistas urbanas*".⁵⁹ Esses projetos consumiram grandes volumes de recursos do Estado, mas tiveram pouco retorno em termos de desenvolvimento econômico ou melhoria da infraestrutura do país. Além disso, para o autor, "*el rubro de la inversión pública que más creció*

⁵⁷ Ibidem, p. 103.

⁵⁸ BASUALDO, Eduardo. El legado dictatorial... Op. cit., p. 93-94.

⁵⁹ CALCAGNO, Alfredo Las finanzas... Op. cit., p. 110.

fue el relativo a las fuerzas de seguridad, que representó la quinta parte de esa inversión en 1979".⁶⁰ Isso revela uma prioridade de governo voltada para o controle social e repressão.

Por fim, a terceira política monetária destacada por Eduardo Basualdo teve como enfoque monetário a balança de pagamento e foi aplicada entre 1979 e 1981. Durante sua aplicação houve convergência entre a reforma financeira e a abertura de mercados internos para o comércio exterior, incluindo a circulação de bens de capital.

A convergência foi parte do processo que envolveu a burguesia nacional e algumas empresas estrangeiras que não se adaptaram ao novo modelo, ao mesmo tempo em que beneficiou grandes grupos empresariais. Para o autor, a capacidade de transferir livremente recursos financeiros para dentro e fora do país foi um ponto central na reestruturação econômica, favorecendo a acumulação de riqueza por parte de setores empresariais.

O ministro da Economia, José Martínez de Hoz, revalorizou o peso argentino ao introduzir a "tablita cambial", fazendo com que a taxa de juros interna fosse mais alta do que o custo de se endividar com o exterior,⁶¹ acelerando o endividamento de das elites econômicas com o exterior e permitindo-lhes investir e valorizar recursos no mercado financeiro interno, além de enviá-los para fora do país.

A partir de 1979, parte do setor político nacional e empresas estrangeiras que não se alinhavam com novas diretrizes econômicas foram despejadas, ao mesmo tempo em que favoreceu as frações favoráveis as novas diretrizes econômicas. O movimento aconteceu por meio da transferência de capital fixo e por desaparecimento de empresas, além da apropriação de renda financeira, consequências entre as taxas internas e internacionais de juros.⁶²

O processo de endividamento e da fuga de capitais é descrito pelo autor como um processo que interrelacional, especialmente com a intervenção do Estado e a crescente hegemonia da oligarquia que estava diversificada. Inicialmente o endividamento era utilizado para financiar investimentos produtivos e capital de trabalho, para expandir a produção das empresas. No entanto, esse endividamento foi progressivamente transformando em uma forma de obter renda financeira.

De acordo com Calcagno, um dos mecanismos do regime de promoção industrial implantados entre 1979 e 1983, que favoreceram as províncias de La Rioja, San Luis, Catamarca e San Juan, consistia na concessão de amplo incentivo fiscal. Como afirma o autor,

⁶⁰ Ibidem, p. 110.

⁶¹ BASUALDO, Eduardo. El legado dictatorial... Op. cit., p. 93.

⁶² Ibidem, p. 93.

*“gracias a ellos, los proyectos industriales se beneficiaban con la desgravación de impuestos nacionales, en especial el IVA, no sólo sobre la inversión del proyecto mismo sino sobre las compras que luego realizaban las empresas promovidas”,*⁶³ ou seja, os incentivos fiscais permitiam que as empresas não pagassem certos impostos nacionais, especialmente o Imposto ao Valor Agregado (IVA), não apenas sobre os investimentos iniciais nos projetos industriais, mas também sobre compras futuras realizadas pelas empresas beneficiadas.

Além disso, Calcagno menciona outra forma de subsídio, *“los cuantiosos avales otorgados a un pequeño número de grandes empresas privadas para que accedieran a créditos externos por casi 3000 millones de dólares entre 1976 y 1983”*.⁶⁴ Isso significava que o Estado argentino concedeu garantias a empresas privadas, permitindo que elas contratassem empréstimos externos. Esse tipo de apoio estatal, concentrado em poucos atores, revelava uma política econômica seletiva e voltada para o fortalecimento de certos grupos empresariais durante o processo de industrialização.

O endividamento deixou de ser uma ferramenta focada no crescimento da produção e passou a ser usado para gerar lucros financeiros, sem necessariamente beneficiar a produção de bens e serviços. Eduardo Basualdo cita o caso da empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), que entregou vinte e uma áreas de exploração de petróleo para contratantes privadas. O governo pagou um preço muito superior aos custos originais que a empresa estatal tinha para explorar essas áreas.⁶⁵

Os grupos econômicos que se beneficiaram da privatização da estatal foram Pérez Companc, Bidas, Astra, Soldati y Macri (SOCMA), que passaram a dominar essas áreas de exploração de petróleo.⁶⁶ Outra medida que envolveu a YPF e demais empresas estatais foi a obrigatoriedade de se endividar no exterior. Essa política econômica tinha não só o objetivo de garantir que a Argentina recebesse divisas estrangeiras, mas também de facilitar a fuga de capitais para o exterior. Como aponta o autor, o endividamento externo foi utilizado para garantir recursos financeiros, mas ao mesmo tempo possibilitou que o capital fosse enviado para fora do país, prejudicando a economia interna e aumentando o endividamento nacional.

⁶³ CALCAGNO, Alfredo. Las finanzas... Op. cit., p. 110.

⁶⁴ Ibidem, p. 110.

⁶⁵ BASUALDO, Eduardo... El legado dictatorial... Op. cit., p. 94.

⁶⁶ Ibidem, p. 94.

Nesse sentido, “*la fuga de capitales devino su contracara y, en consecuencia, exhibió una elevada correlación con aquella*”.⁶⁷ A fuga de capitais significou o oposto do endividamento produtivo, porque, em vez de usar o crédito para promover o crescimento interno, os capitais estavam sendo desviados para o exterior. A dívida externa que, em 1975 era de 7.700 milhões de dólares, disparou para 45.900 milhões de dólares em 1983, representando um aumento de 6,6 vezes.⁶⁸

Após apresentação de alguns aspectos macroeconômicos entre as décadas de 1960 e 1980, será feita a apresentação de alguns estudos de caso de empresas presentes no livro *Cuentas Pendientes*. Começamos com o texto sobre os casos da Ford e da Mercedes Benz, de autoria de Victoria Basualdo, Tomás Ojea Quintana e Carolina Varsky. A seleção dos casos está vinculada ao fio condutor desse estudo, que é o de analisar as relações entre empresas e a ditadura na repressão aos trabalhadores e os casos de responsabilização empresarial na Argentina.

No texto, os autores discutem os casos destacando a *cumplicidade*⁶⁹ de empresas com as Forças Armadas durante a última ditadura na Argentina, que ocorreu entre os anos de 1976 e 1983. Ademais, o texto menciona que esses casos resultaram em processos judiciais, tanto dentro da Argentina, quanto fora do país.

A Ford iniciou suas operações na Argentina no início do século XX, nas localidades de Barracas e em La Boca e, após o crescimento da indústria automotiva na década de 1970, a planta na cidade de Pacheco se tornou um centro de organização sindical. Segundo os autores, o processo de mobilização das bases foi representado por duzentos delegados que começaram a intensificar suas reivindicações, não apenas contra a empresa, mas também contra a direção nacional do próprio sindicato, o Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor de la Republica Argentina (SMATA). Nesse processo, em 1976, Pedro Troiano, trabalhador,

⁶⁷ Ibidem, p. 94.

⁶⁸ Ibidem, p 86.

⁶⁹ Termo cunhado pela historiadora argentina Victoria Basualdo, a expressão “cumplicidade patronal-militar” refere-se à colaboração entre grandes empresas e as Forças Armadas durante o terrorismo de Estado na última ditadura na Argentina (1976–1983), especialmente no contexto da repressão a trabalhadores e movimentos sindicais. A partir de um debate desenvolvido no Brasil, observou-se um avanço conceitual importante: as novas investigações passaram a adotar o termo responsabilidade, em vez de cumplicidade, ao tratar da relação entre empresariado e ditadura. Esse deslocamento terminológico resulta do acúmulo de pesquisas e da formulação de novas questões, permitindo à historiografia avançar na compreensão de que essa relação vai além do que inicialmente se desenhava. Ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; BASUALDO, Victoria. Responsabilidade empresarial em violações de direitos humanos nas ditaduras da Argentina e do Brasil. In: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da; FOGELMAN, Patricia; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; MELO, Leda Agnes Simões de (org.). *Conexões Brasil-Argentina: pontes e intercâmbios a partir da história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2024.

delegado de fábrica e membro da comissão interna, foi sequestrado e torturado dentro da planta da Ford, o que demonstrou a repressão e o Estado de terror do período.⁷⁰

A militância sindical foi vista como uma ameaça pelo terrorismo de Estado, que reagiu com repressão. Como mostram os autores, vinte e cinco trabalhadores, principalmente da comissão interna de fábrica e militantes sindicais, foram alvos de sequestro, sendo mantidos em condições de desaparecimento forçado por um período de trinta a sessenta dias. Parte desses trabalhadores foi mantida em ambiente privado e levados para a delegacia de Tigre, que funcionava como um centro de detenção clandestino, enquanto outros foram capturados e perseguidos diretamente na fábrica da montadora, onde permaneceram presos por várias horas antes de serem transferidos para o mesmo centro de detenção.

Conforme os autores, esse processo repressivo ilustra o impacto brutal da ditadura sobre os movimentos sindicais e as lutas dos trabalhadores. No caso Ford, a empresa não apenas forneceu os meios para a repressão, como a utilização das caminhonetes F100,⁷¹ usadas pelos militares para sequestrar os trabalhadores, bem como “marcou” trabalhadores como alvos para os militares, entregando listas com os nomes e fotos dos próprios crachás, para facilitar a identificação e sequestro.

Esta prática, conforme se verá no capítulo 3, relacionado aos *Pedidos de Busca*, mostra uma intersecção internacional dos aparatos repressivos, com formas de atuação que avançaram em todo o subcontinente, evidenciando um *modus operandi* comum nas formas de atuação. Fichar trabalhadores já era uma prática descrita por Lefebvre em análise sobre o Estado Moderno, realizando a organização do Estado a partir dos preceitos capitalistas ainda no final do século XIX na França. Segundo o autor francês,

a redução das diferenças e a homogeneidade que o Estado faz prevalecer são alcançadas através de uma atitude simples e terrível: a identificação repetitiva. É dessa maneira que o Estado bloqueia as variáveis de seus próprios elementos, ditando e executando o fim das contradições as quais são responsáveis por promoverem nele o movimento e ao agirem dessa maneira congelam e fixam o social. Somente assim se explica essa atitude banal, quotidiana e obstinada do Estado que faz divulgar o “estado civil”, impondo “comprovações de identidade” que a todo instante devem estar disponíveis e verificáveis pelos controles policiais. Seja por sua própria conta ou por uma exigência mais ampla, o Estado não subsiste que pela imposição desta lei duplamente lógica: identidade e repetição. A lógica atuante e a policiamento caminham juntos não sem excelentes argumentos de ordem moral e jurídica, dissimulando o “estado-político”. No auge dessa situação, caso os cidadãos permitam, o Estado poderia controlar todos os indivíduos através do banco de dados dos

⁷⁰ BASUALDO, Victoria; OJEA, Tomás; VARSKY, Carolina. Los casos de Ford y Mercedes Benz. In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013, p. 185.

⁷¹ Ibidem, p. 186.

computadores, fato este que é do conhecimento de todos. O Estado então controlaria cada deslocamento, ele poderia se impor em todos os acontecimentos da vida cotidiana, do berço à tumba passando pelo casamento.⁷²

Tal modelo se espalhou pelo mundo, e o incremento da Guerra Fria, das DSN e da doutrina francesa, ou de guerra contrarrevolucionária, fez com que esta prática ganhasse nuances ainda mais nefastas. O avanço da informática e das formas de comunicação via telex, além dos telefones e rádios no processo de modernização conservadora imposto pelas ditaduras empresarial-militares, somou-se ao combate do “inimigo interno”.⁷³

Retomando ao caso da Ford, a participação da empresa nos processos repressivos não se limitou a fornecer apoio logístico, como as caminhonetes, nem apenas a detenção de seus trabalhadores, conforme indicam os autores. Foi comprovado que, dentro da montadora, funcionava um quartel militar, com localização na área de lazer, no *quincho* do campo de esportes. A justificativa para manter um aparato repressivo nas dependências da empresa era de que era necessário para combater a “subversão”. Posteriormente, foi comprovado judicialmente pela Câmara Federal da cidade de Buenos Aires que essa prática fazia parte de um plano criminoso.⁷⁴

Aliás, no caso brasileiro, também se encontra um modelo similar de utilização de veículos. Ela pode ser verificada na pesquisa realizada sobre a participação do jornal *Folha de São Paulo*. Através da utilização dos veículos de envio de jornais, foi denunciado um esquema em que estes carros eram utilizados pela repressão em São Paulo.⁷⁵

⁷² No original: “la réduction des différences et l'homogénéité dominée par l'État s'atteignent par cette démarche simple et terrifiante: l'identité répétitive. C'est ainsi que l'État bloque les situations de ses propres éléments, prononce et exécute la mort des contradictions qui mettraient en lui du mouvement, fige et fixe le social. Ainsi seulement s'explique ce fait banal, quotidien: l'acharnement de tout État a promulguer "l'état civil", à imposer des "papiers d'identité" à tout instant disponibles, vérifiables, contrôlables policièrement. Que ce soit pour son propre compte ou pour celui des firmes mondiales, l'État ne persiste qu'en imposant cette loi doublement logique: identité et répétition. Logique et police vont ensemble. Non sans excellents arguments d'ordre moral et juridique, dissimulant l'étatico-politique. A la limite (chacun sait aujourd'hui que les ordinateurs permettent d'approcher et même de réaliser, si les "citoyens" laissent faire, cette situation-limite", l'État contrôlerait chaque déplacement; l'État pourrait assigner sa place à chaque événement de la vie quotidienne, du cerceau à la tome, en passant par le mariage”. LEFEBRE, Henri. *De L'Etat*. Tome IV: Les Contradictions de L'État Moderne la dialectique et/ de L'État. Paris: UGE, 1978, *apud* SILVA, Jussamar da. *Sangue espalhado no chão do Cone Sul: conexões repressivas, contrarrevolução e terrorismo de estado*. Córdoba: Lago Editora, 2025, p. 50.

⁷³ SILVA, Jussamar da. Sistemas de comunicação para controle de classe: o caso da Itaipu Binacional (1974-1983). *Revista Questões e Debates*, no prelo.

⁷⁴ BASUALDO, Victoria; OJEA, Tomás; VARSKY, Carolina. Los casos de... Op. cCit., p.188.

⁷⁵ RIBEIRO, A. P. G. et. all. Folha de São Paulo. In.: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe público: A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo, CAAF/Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf.

Trabalhadores foram ilegalmente detidos nesse local e em outras delegacias como a de Tigre e na delegacia de Ingeniero Maschwitz, onde sofreram tortura. A prática repressiva desempenhada pela empresa contou com a participação de funcionários nos interrogatórios dos trabalhadores sequestrados, com o objetivo de obter informações sobre atividades sindicais dentro da fábrica.

Segundo os autores, “*este conjunto de elementos muestra un patrón claro de relación entre la empresa y las fuerzas repressivas*”.⁷⁶ Um histórico de envolvimento da Ford com a utilização de prisioneiros de guerra como mão de obra escrava durante a Segunda Guerra Mundial é sinalizado pelos autores como parte dessa relação história com as forças repressivas. Embora essas acusações não tenham gerado avanços legais que implicassem o processo de responsabilização empresarial, a Ford reconheceu os fatos e ajudou a compensar as vítimas.

No caso Ford na Argentina, os trabalhadores afetados pelos processos repressivos começaram a buscar justiça logo após o fim da ditadura, movendo ações legais que perduraram ao longo do tempo.⁷⁷ Entre os anos de 2001 e 2002, após a inconstitucionalidade das leis de impunidade, foi possível que os responsáveis pelos crimes na ditadura Argentina fossem processados. Pedro Troiano, um dos trabalhadores sequestrados e torturado, se apresentou como querelado, isto é, como parte interessada no processo judicial. Como afirmam os autores, o objetivo da ação legal era responsabilizar os diretores da Ford por sua cumplicidade nos crimes cometidos contra os trabalhadores. A queixa foi apoiada por outros delegados sindicais e houve um esforço contínuo e significativo para renuir provas que apontassem a responsabilidade da empresa Ford.

O processo investigativo teve a supervisão de um juiz federal, mas foi a insistência e o trabalho dos vitimados e da queixa que realmente impulsionaram a investigação. A organização seguiu com o relato de testemunhas, que contaram com especialistas para analisar o histórico da empresa. Também foi solicitado a inspeção da empresa, que foi negada. Assim, apresentaram documentos que poderiam ajudar a comprovar o envolvimento da montadora Ford nos crimes de violação dos direitos humanos.⁷⁸

A construção das evidências levou anos de trabalho e, em 2006, a queixa representada por ex-trabalhadores e seus familiares, implicando os quatro diretores da Ford, “*el presidente de la empresa, Nicolás Enrique Courard, el gerente general de la planta, Pedro Müller, el*

⁷⁶ BASUALDO, Victoria; OJEA, Tomás; VARSKY, Carolina. Los casos de... Op. cit., p. 189.

⁷⁷ Ibidem, p. 189.

⁷⁸ Ibidem, p. 190.

gerente de Relaciones Laborales, Guillermo Galarraga, y el jefe de Seguridad de la planta, Héctor Francisco Sibilla”,⁷⁹ que foram chamados a se explicar no tribunal. No entanto, o processo enfrentou uma série de obstáculos, como disputas sobre a jurisdição e a paralisia do caso.

Todavia, a organização dos vitimados e de seus familiares não parou e, em 2006, ex-trabalhadores da montadora continuaram com as reivindicações, posicionando-se como vítimas de crime de Estado e se identificando como “Desaparecidos da Ford”. Mesmo depois de décadas, os atingidos pela Ford continuam buscando por memória, verdade, justiça e reparação, e apesar dos atropelos, o sistema jurídico argentino, ainda que tardiamente, começou a responder às reivindicações.

Em 2012, o caso começou a evoluir e foram solicitadas inspeções no local dos crimes. Segundo os autores, isso representou uma conquista simbólica e importante para os trabalhadores. Com apoio da Secretaria de Direitos Humanos do governo argentino, no mesmo ano, os quatro dos ex-diretores da Ford foram convocados para interrogatório. Entretanto, após adiamentos, os interrogatórios retornaram em 2013. Naquele momento, um dos acusados já havia morrido, dois se recusaram a depor e um prestou depoimento negando as acusações.⁸⁰

Segundo Basualdo, Ojea e Varsky, dois momentos foram importantes na busca por justiça das vítimas de crimes cometidos na planta Ford durante a ditadura. Em 2013, a juíza Alice Vence processou três dos ex-diretores da Ford por envolvimento direto em sequestros e torturas de trabalhadores da fábrica. Apesar disso, eles não foram presos preventivamente e continuaram em liberdade. A busca por justiça dos vitimados foi além das fronteiras nacionais e enfrentou obstáculos jurídicos e políticos, tanto na Argentina quanto internacionalmente.

Em 2004, os trabalhadores tentaram levar o caso para a justiça dos Estados Unidos, usando uma lei que permite que estrangeiros possam entrar com ações judiciais nos tribunais dos EUA. A lei é denominada *Alien Tort Claims Act* (ATCA), que possibilita processar empresas por violações de direitos ocorridos fora do país.⁸¹ No entanto, uma decisão jurídica que restringia a utilização do ATCA, colocou mais um obstáculo na luta dos trabalhadores argentinos.

Para manter vivo o processo nos EUA, os autores apontam alguns vínculos que indicam as contradições de todo o processo. Na visão dos autores, mesmo com as restrições impostas

⁷⁹ Ibidem, p. 191.

⁸⁰ Ibidem, p. 191-192.

⁸¹ Ibidem, p. 192.

pela Suprema Corte dos EUA no caso “Kiobel”,⁸² o caso Ford apresenta algumas diferenças. Entre elas, a que a empresa acusada é norte-americana, o que justifica a jurisdição no EUA, mesmo que as violações de direitos humanos tenham ocorrido em território argentino. A Ford Argentina era subordinada à matriz norte americana, e isso, na visão dos autores, implicaria na criação de responsabilidade legal direto ou indireta com a empresa no EUA.

Para reforçar essa ligação entre as duas empresas, a visita de Henry Ford III à planta na Argentina antes da ditadura foi o que apresentou fortes indícios para os autores do envolvimento direto da matriz com as operações locais. Documentos do governo estadunidense mostram que o presidente da montadora na Argentina tratava de assuntos comerciais diretamente com Washington.⁸³

Outro caso envolvendo a responsabilização de empresas com a última ditadura na Argentina que os autores analisam é companhia automobilística Mercedes Benz. A empresa foi fundada em 1890 na Alemanha e teve sua primeira filial fora da Alemanha em 1951, na Argentina, na cidade de González Catán. Como afirmam os autores, isso mostra uma tentativa da empresa automobilística de se expandir no pós-guerra, apesar do seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial com a colaboração com o nazismo, fornecendo veículos e equipamentos militares. Cumpre acrescentar que a empresa utilizou trabalho escravo,⁸⁴ prática comum entre várias empresas alemãs que se beneficiaram da repressão e do sistema de campos de concentração.⁸⁵

Os trabalhadores, insatisfeitos com a direção indicada pelo *Sindicato de Mecanicos y Afines del Transporte Automotor de la Republica Argentina* (SMATA), mobilizaram-se e, em 1975, elegeram uma nova comissão interna, que ficou conhecida como o *grupo dos nove*, o que levou a não aceitação do processo decisório pela SMATA, induzindo na demissão de mais de

⁸² O caso civil foi movido por Esther Kiobel, viúva de Barinem Kiobel, juntamente com outras três mulheres, contra a empresa britânica Shell, acusada de cumplicidade nas prisões, condenações e execuções ilegais de nove ativistas ambientais nigerianos, enforcados pelo governo militar da Nigéria em 1995. Esther Kiobel conduz há mais de duas décadas uma batalha judicial pela responsabilização da petrolífera. Inicialmente, buscou-se a aplicação do *Alien Tort Claims Act* (ATCA), legislação norte-americana que vinha permitindo a responsabilização civil por violações de direitos humanos cometidas fora dos EUA. No entanto, a Suprema Corte dos Estados Unidos, no julgamento do *Caso Kiobel*, restringiu tal possibilidade ao adotar a doutrina da “presunção contra a extraterritorialidade”, encerrando o uso do ATCA em casos similares.

⁸³ BASUALDO, Victoria; OJEA, Tomás; VARSKY, Carolina. Los casos de... Op. cit., p. 192- 193.

⁸⁴ A Volkswagen do Brasil manteve, por 12 anos, uma fazenda no estado do Pará, a Fazenda Vale do Rio Cristalino, também conhecida como Fazenda Volkswagen, onde eram utilizados trabalhadores em condições de trabalho escravo. A exploração de trabalhadores ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980. A fazenda tinha cerca de 140 mil hectares, o equivalente à área da cidade de São Paulo. Link: <<https://apublica.org/2025/01/volkswagen-manteve-por-12-anos-fazenda-com-trabalho-escravo-no-pa-financiada-pela-ditadura/>>. Acessado em: 10 de abril de 2025.

⁸⁵ BASUALDO, Victoria; OJEA, Tomás; VARSKY, Carolina. Los casos de... Op. cit., p. 193.

cem operários. Algum desses trabalhadores, segundos os autores, foram sequestrados e desapareceram com o apoio do sindicato e de seu secretário-geral, José Rodríguez.

Em resposta às demissões, o grupo *Montoneros* sequestrou um executivo da empresa, Heinrich Metz, como forma de pressionar pela reintegração dos trabalhadores demitidos. A empresa cedeu e aceitou reintegrá-los, mas os Montoneros exigiram um valor para o resgate, que gerou controvérsias sobre o seu valor real. Como apontam os autores, o aspecto mais intrigante é a alegação de que a Mercedes Benz usou o sequestro como uma oportunidade para fraudar suas declarações fiscais, um valor que de acordo com a empresa era de 7 milhões de dólares, enquanto os responsáveis do grupo Montoneros solicitavam o valor de 2 milhões,⁸⁶ fazendo com que a empresa inflacionasse o valor do resgate em suas declarações para a matriz na Alemanha, o que lhe permitiu obter lucros ilícitos.

No Brasil, também ganhou corpo a discussão dos financiamentos com o justicamento do empresário dinamarquês naturalizado brasileiro Albert Henning Boilesen. Segundo Dreifuss, alguns líderes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) passaram a se envolver diretamente com as operações mais obscuras do aparato de informação e repressão durante a ditadura.⁸⁷ Entre eles, destacava-se Boilesen, presidente do grupo Ultragaz, identificado como um dos principais articuladores de um esquema de financiamento privado, em especial às polícias e às Forças armadas.⁸⁸

Durante o terrorismo de Estado, Boilesen tornou-se um dos principais entusiastas e apoiadores da Operação Bandeirante (Oban), criada pelo Exército em 1969, em São Paulo, com o objetivo de investigar, deter e eliminar integrantes da esquerda armada. A Oban constituiu uma articulação entre agentes do Estado e setores do empresariado, sendo financiada por empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).⁸⁹

Retomando às práticas na Argentina, os processos repressivos que sofreram os trabalhadores da empresa automobilística, são torturas e desaparecimentos forçados, como

⁸⁶ Ibidem, p. 194.

⁸⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 417.

⁸⁸ MEMÓRIAS DA DITADURA. Albert Henning Boilesen. *Biografias da Ditadura: civis que disseram sim*. Disponível em: <https://memoriasdadtadura.org.br/personagens/albert-hening-boilesen/>. Acesso em: 25 jun. 2025. Ver também: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório Final*. Tomo I, Parte I: O financiamento da repressão. São Paulo: Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, [s.d.]. p. 4. Disponível em: https://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_O-financiamento-da-repressao.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

⁸⁹ Ibidem.

foram os 16 trabalhadores sequestrados, com apenas dois sobreviventes: Juan Martín e Héctor Aníbal Ratto. Ambos relataram as violências sistematizadas que sofreram, e seus testemunhos foram fundamentais para reconstrução dos fatos. Para a responsabilização da empresa, segundo os autores:

Para comprender cabalmente la estrecha relación entre el personal directivo y la cúpula militar, cabe destacar que Mercedes Benz, que se encontraba entre las veinte empresas de mayor facturación y era uno de los principales complejos industriales del país, tenía como principal cliente al Ejército Argentino, quien compraba a la firma los camiones Unimog.⁹⁰

E a relação não acontecia apenas na esfera econômica. De acordo com as informações fornecidas por membros da gestão da empresa que os autores tiveram acesso, a companhia doou, como parte de suas atenções ao Exército, equipamentos médicos para serem usados em *Campo de Mayo*, onde eram realizados partos clandestinos de mulheres desaparecidas. O que os autores indicam é que as investigações sobre a participação das empresas com a ditadura estavam focadas nos responsáveis diretos pelos crimes, como torturadores e assassinos, mas não abrangiam a estrutura mais ampla que sustentava o aparato repressivo do terrorismo de Estado.

É importante retomar aqui o que foi o *Campo de Mayo* e as práticas que lá eram utilizadas. Durante a ditadura argentina, funcionaram ao menos três centros clandestinos de detenção, onde milhares de pessoas foram torturadas e desaparecidas. Estima-se que entre 3500 e 5000 argentinos e argentinas foram detidos ali, e menos de 1% sobreviveu. Além disso, o local abrigava uma maternidade clandestina do Hospital Militar, onde mulheres sequestradas, muitas vezes grávidas, eram forçadas a dar à luz, com seus filhos sendo ilegalmente apropriados.⁹¹

Apesar das limitações, a busca por memória, verdade, justiça e reparação nunca cessou na Argentina, e, com isso, um grupo de trabalhadores e sindicalistas da Mercedes Benz, conseguiram reunir um conjunto documental com evidências e iniciaram ações para tornar público o envolvimento direto da empresa e de alguns de seus aliados nos crimes de lesa

⁹⁰ BASUALDO, Victoria; OJEA, Tomás; VARSKY, Carolina. Los casos de... Op. cit., p. 196.

⁹¹ Para um aprofundamento sobre o funcionamento de *Campo de Mayo* e o contexto do terrorismo de Estado na Zona Norte da Província de Buenos Aires, recomenda-se a consulta ao caderno elaborado pelas Organizações da Zona Norte e Noroeste da Província de Buenos Aires. O documento oferece uma análise detalhada da sistematização da repressão, do uso do local como Centro Clandestino de Detenção, Tortura e Extermínio, bem como das implicações nos voos da morte e na apropriação de bebês. Disponível em: <https://www.apdhrargentina.org.ar/sites/default/files/u62/CUADERNILLO%20PARA%20LA%20CONCIENCIA%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

humanidade. Essa causa foi iniciada em 2002 e, entre essas ações, destacam-se a colocação de placas nos locais de sequestro e a realização de atos públicos.

O grupo iniciou um processo judicial que contou com apoio do *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS), com base em evidências coletadas durante os *Juicios por la Verdad*,⁹² que buscavam revelar a verdade sobre os crimes cometidos. A acusação central foi que a empresa, em parceria com autoridades do governo militar e com a SMATA, teria se envolvido no sequestro e assassinato de representantes sindicais.

Contudo, após cinco anos da ação investigativa, o Fiscal Federal concluiu que, embora algumas pessoas da SMATA soubessem dos crimes, as evidências não eram suficientes para comprovar sua responsabilização direta. O processo foi então encaminhado para outra instância jurídica em San Martín, mas a investigação do caso envolvendo a Ford estava paralisada, o que dificultou a busca por justiça.⁹³

Ainda sobre os casos envolvendo a responsabilidade empresarial na última ditadura na Argentina, Victorio Paulón, em seu texto *Acindar y Techint: militarización extrema de la relación laboral*, discute o papel das empresas Acindar e Techint, ambas foram importantes para a economia na Argentina e participaram ativamente na repressão contra os trabalhadores. A repressão tinha um caráter economicamente racional, focada nos interesses empresariais em eliminar qualquer resistência ou organização dos trabalhadores.

Segundo o autor, essas empresas não foram apenas coniventes, mas colaboraram diretamente nos processos repressivos políticos e militares, ajudando, por exemplo, no sequestro de trabalhadores. O envolvimento das empresas foi tão profundo que, no caso da Techint, a justiça reconheceu recentemente que um processo trabalhista relacionado ao desaparecimento de um operário, com a participação da empresa, não prescreveu, por se tratar de um crime contra a humanidade.⁹⁴

Houve, nesse sentido, um plano deliberado de setores do poder econômico para acabar com um modelo de desenvolvimento industrial que favorecia a produção interna com a substituição de importações. Segundo o autor, a repressão não foi apenas militar ou policial, sendo também marcada pela “*planificación y protagonismo empresario en el terrorismo de*

⁹² BASUALDO, Victoria; OJEA, Tomás; VARSKY, Carolina. Los casos de... Op. cit., p. 198.

⁹³ Ibidem, p. 198.

⁹⁴ PAULÓN, Victorio. Acindar y Techint: militarización extrema de la relación laboral. In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas pendientes...* Op.cit., p. 203-204.

Estado".⁹⁵ Essa repressão incluiu práticas de tortura e desaparecimento forçado, imposição de salários baixos, demissões arbitrárias e jornada de trabalho exaustivas. As eliminações de concorrência entre o setor também aconteciam.

O panorama histórico da siderurgia na Argentina tem sua origem no século XIX até a consolidação do projeto nacional no pós-Segunda Guerra Mundial, com o início da instalação de tecnologias, como o forno Siemes-Martin (SGM). Com a SGM, o abastecimento de aço pelos países envolvidos no conflito foi dificultado, forçando a industrialização interna com a substituição de importações na Argentina.

Como aponta o autor, o governo argentino criou estatais como a Fábrica Militar de Aceros (1935) e Altos Hornos Zapla (1943), juntamente com empresas privadas como Tamet, Acindar y Santa Rosa.⁹⁶ Contudo, a criação *Sociedad Mixta Siderúrgica Argentina* (SOMISA), com a Lei 12.987 e Plano Siderúrgico Nacional, representou o ponto de maior inflexão nesse período, com autonomia industrial, centralizada na SOMISA. Mesmo com cerca de 150 empreendimentos no setor, o país teve uma baixa capacidade de atender a demanda interna, cerca 10% da necessidade local.⁹⁷

Mesmo assim, o governo argentino investiu na indústria estatal na SOMISA na produção de aço semiacabado. No entanto, as empresas Techint e Acindar cresceram e passaram a competir com a própria SOMISA, em vez de depender exclusivamente dela. Isso criou, segundo Paulón, um duopólio, com um mercado dominado por duas empresas. A ligação da Acindar com o terrorismo de Estado, começou com a presidência, nos anos 1970, de José Alfredo Martínez de Hoz, que depois se tornaria ministro da Economia durante a última ditadura argentina.⁹⁸

Quanto aos processos repressivos contra os trabalhadores, a Acindar, em 1975, esteve envolvida em uma das ações mais duras contra o movimento sindical. Sobre o ocorrido, Victoria Basualdo aponta que, em março de 1975, o governo ordenou a ocupação da cidade Villa Constitución, província de Santa Fé, uma importante área industrial. As ordens partiram da

⁹⁵ Ibidem, p. 204.

⁹⁶ Ibidem, p. 205.

⁹⁷ Ibidem, p. 205.

⁹⁸ Ibidem, p. 205.

então presidenta María Estela Martínez de Perón, com a justificativas que havia um “complô subversivo” no cinturão industrial do norte.⁹⁹

Os principais alvos foram os trabalhadores metalúrgicos, além de ferroviários e comerciários, muitos dos quais organizados em sindicatos combativos. Segundo a autora, esse evento é paradigmático, por ser um exemplo claro de repressão política contra o movimento operário antes da instauração da ditadura que começaria em março de 1976. Mostra também como o aparato repressivo já estava sendo utilizado contra os trabalhadores antes do golpe, com o apoio do empresariado.

As ocupações de cidades também aconteceram no Brasil. Em dois casos emblemáticos, a presença ostensiva de militares em Osasco, após a greve de 1967, e mesmo em Santos, logo após o golpe, denotam a atuação que, ultrapassando os muros de fábricas, adentraram na organização das cidades. Os dois casos estão localizados em São Paulo, mas se considerarmos o papel desempenhado fora dos muros das fábricas, vemos o espraiamento do terrorismo de Estado em larga escala, ameaçando especialmente cidades operárias.¹⁰⁰

Em 20 de março de 1975, o governo de Isabel Perón coordenou uma ocupação massiva da cidade de Villa Constitución, envolvendo cerca de 4 mil agentes de segurança e repressão, com helicópteros, barcos e carros blindados. Segundo Basualdo, a estratégia era sufocar a organização sindical e o movimento operário que vinham ganhando força na região entre Rosário e San Nicolás. Os agentes da repressão eram formados pela polícia federal e provincial, a Agência de Inteligência do Estado (SIDE), *Gendarmería Nacional Argentina* (GNA), grupos paramilitares, como a Organização Antissubversiva de Santa Fé, a Juventude Sindical Peronista ligada à ala mais conservadora do peronismo, bem como o Ministério do Bem-Estar.¹⁰¹

Antes da ação repressiva, a presidência se reuniu como José Alfredo Martínez de Hoz, presidente da Siderúrgica Acindar, como analisa a autora. Essa reunião mostra a colaboração entre o Estado e grandes empresas na repressão aos trabalhadores e ao movimento operário. Outro aspecto do processo repressivo organizado na fronteira, era o perigo da *serpente vermelha do Paraná*, nome dado oficialmente à suposta ameaça subversiva.¹⁰² “Serpente vermelha” fazia

⁹⁹ BASUALDO, Victoria. El caso de Acindar Villa Constitución y el ciclo de transformaciones represivas, productivas y laborales entre dictadura y democracia. *Revista Continentes*, Seropédica, v. 9, n. 16, 2020, p. 51.

¹⁰⁰ PEREIRA NETO, Murilo Leal. Cobrasma. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira (org.). *Informe público...* Op. cit.; VIEIRA, Vera. Docas. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira (org.). *Informe público...* Op. cit.

¹⁰¹ BASUALDO, Victoria. El caso de Acindar... Op. cit., p. 50.

¹⁰² Ibidem, p. 50.

referência ao perigo comunista, e “do Paraná” indicava a região industrial próxima ao rio Paraná,¹⁰³ onde Villa Constitución está localizada.

A violenta e sistemática ação repressiva contra o movimento operário deixou mais de 300 trabalhadores presos, com suas casas invadidas e saqueadas. Um total de 15 pessoas foram mortas durante o confronto e muitos presos foram levados para Rosário, onde sofreram tortura física e psicológica.¹⁰⁴ A reação dos trabalhadores frente à cumplicidade da siderúrgica com o aparato repressivo do Estado foi a organização de uma greve geral, organizada pelos metalúrgicos da Acindar que durou quase dois meses. A liderança ficou com um integrante da comissão interna da Acindar, Luis Ángel Segovi. Outras empresas aderiam à greve, como Metcon, Marathon e Villber. A greve geral possibilitou o surgimento de comitês de bairros e a participação das mulheres foi notável.

Como destaca Basualdo, *“el papel de las mujeres, tanto las madres, como esposas, hijas, hermanas, novias, acompañaron este proceso de lucha con aportes claves en el sostén, alimentación, circulación de información y movilización”*,¹⁰⁵ isso demonstra o engajamento coletivo e familiar nas lutas operárias no período.

No entanto, a resposta do governo foi de criminalizar a greve, ameaçando ampliar a Lei de Segurança Nacional nº 20.840, usada para reprimir a organização dos trabalhadores. Os ânimos ficaram ainda mais acirrados com a morte de um subchefe da polícia local pela organização Montoneros, acusado de ser um torturador.¹⁰⁶ Três dias depois do ocorrido, as fabricas foram desocupados pela força do aparato repressivo e muitas líderes sindicais foram presos.

Para a autora, o controle e a repressão contra os trabalhadores aumentaram com a prática do terrorismo de Estado, com a continuidade de sequestros, torturas, desaparecimento forçados e eliminação física. Segundo Paulón, nesse processo, a Acindar se beneficiou economicamente, especialmente durante a gestão de Martínez de Hoz e Domingo Cavallo, com investimentos e financiamentos estatais. Embora a solicitação de empréstimo tenha sido feita no governo

¹⁰³ O rio Paraná é o segundo maior curso d'água da América do Sul. Suas águas são utilizadas para a geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica de Itaipu. O rio Paraná, a partir da foz do rio Iguaçu, passa a ser o limite natural entre Argentina, Brasil e Paraguai.

¹⁰⁴ BASUALDO, Victoria. El caso de Acindar... Op. cit., p. 51.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 51.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 51.

peronista, foi sob o período da última ditadura que o financiamento foi concedido, e mais tarde, com Cavallo, essa dívida foi estatizada, passando a ser responsabilidade do Estado.¹⁰⁷

No caso brasileiro, é exemplar também a repressão orquestrada contra os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que acabou provocando a morte de trabalhadores. A CSN, instituída pelo decreto-lei nº 3.002 de janeiro de 1941,¹⁰⁸ representou um marco no projeto nacional-desenvolvimentista idealizado por Getúlio Vargas.¹⁰⁹

Sua criação transformou profundamente a região de Volta Redonda, no sul do Rio de Janeiro, que até então possuía uma estrutura social predominantemente rural, composta por grandes latifúndios e trabalhadores do campo. Com a instalação da CSN, a área passou a assumir uma identidade industrial e operária, refletindo uma reconfiguração econômica, social e cultural do espaço, que remodelou tanto a paisagem física quanto as relações sociais locais.¹¹⁰

O golpe de 1964 “teve impacto na vida política, sindical e econômica dos trabalhadores. A diretoria do sindicato e parte da diretoria da CSN foram afastadas e tiveram seus direitos políticos cassados; muitos deles foram presos, demitidos ou aposentados compulsoriamente”.¹¹¹ De acordo com Borges, “a CSN foi considerada uma operação de ‘interesse militar’, o que significava que nenhum trabalhador podia se ausentar por mais de oito dias do trabalho, sob pena de ser considerado um desertor”.¹¹²

Durante a ditadura no Brasil, a CSN contou com estruturas internas diretamente alinhadas à repressão estatal. A Assessoria de Segurança e Informação (ASI), vinculada à estatal, operava em estreita ligação com o aparato repressivo do terrorismo de Estado, desempenhando um papel estratégico no monitoramento e controle das mobilizações operárias e greves. De acordo com o *Informe* do CAAF/Unifesp, a pesquisa sobre o caso da CSN identificou e categorizou onze tipos violações de direitos atribuídos a participação direta e indireta da empresa.¹¹³

¹⁰⁷ PAULÓN, Victorio. *Acindar y Techint...* Op. cit., p. 207.

¹⁰⁸ BRASIL. Decreto-lei nº 3.002, de 30 de janeiro de 1941.

¹⁰⁹ ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. CSN. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira (org.). *Informe público...* Op. cit., p. 85.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 85.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 92.

¹¹² BORGES, André. Racismo, perseguição e assassinatos nas instalações da CSN nos anos da ditadura. *A Pública*, 9 jun. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/06/racismo-perseguiçao-e-assassinatos-nas-instalacoes-da-csn-nos-anos-da-ditadura/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

¹¹³ ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. CSN... Op. cit., p. 87-88.

Dentre essas violações, destacam-se duas consideradas de extrema gravidade, configurando-se como crime contra a humanidade: a prática de tortura contra trabalhadores e o assassinato de funcionários.¹¹⁴ Além dessas, foram apontadas diversas outras formas de violação, incluindo o fornecimento de informações pela CSN para a viabilização de ações repressivas; prisões arbitrárias de lideranças sindicais e operários; repressão a movimentos grevistas; demissões em massa; cassação de direitos políticos de membros das diretorias sindicais; invasão da sede sindical e destruição de seu patrimônio; despejo de famílias de trabalhadores demitidos; adoecimento e mortes em decorrência da exposição ao benzeno (benzenismo) e a prática de crimes ambientais.¹¹⁵

No caso argentino, o autor ainda destaca os impactos da política econômica aplicada no período e suas consequências sobre as pequenas e médias empresas e a indústria siderúrgica. As firmas de pequeno e médio porte representavam, segundo o autor, 60% do emprego privado no país¹¹⁶. Contudo, essas companhias foram duramente afetadas e muitas desapareceram, impulsionando a perda de postos de trabalho.

Los puestos de trabajo directos disminuyeron de 45 000 a 17 000, siendo en la actualidad alrededor de 10 000, previa reconversión de Acindar y Techint en los primeros años de la década de 1990, y la privatización de SOMISA, que los redujo de alrededor de 14 000 a 3500 aproximadamente¹¹⁷.

Com a abertura econômica indiscriminada no período, a proposta do governo possibilitou a entrada de produtos estrangeiros sem adotar políticas de proteção à indústria nacional. Isso prejudicou os produtores argentinos que não conseguiram manter o mesmo nível de concorrência com os produtos das empresas estrangeiras. A abertura econômica enfraqueceu a indústria nacional; acarretando para os produtores argentinos a falta de acesso a empréstimos para investimentos.

Paulón, destaca que a empresa esteve controlada por civis das forças armadas, e que, “trabalhando” nas fábricas, espionavam os operários, o que gerou a demissão de muitos trabalhadores sem motivo legal. O autor defende que esse clima de repressão e controle

¹¹⁴ BORGES, André. Racismo, perseguição... Op. cit.

¹¹⁵ ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. CSN... Op. Cit., p. 88-89.

¹¹⁶ PAULÓN, Victorio. Acindar y Techint... Op. cit., p. 208.

¹¹⁷ Ibidem, p. 208.

começou em 1975 e durou até 1982, quando os trabalhadores fizeram uma greve geral convocada pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT).¹¹⁸

A área siderúrgica exemplifica como a política econômica e a repressão foram utilizadas, fazendo com que, na década de 1990, as empresas Acindar e Techit passaram a dominar o setor. Como Paulón aponta, elas cresceram durante a última ditadura argentina e se consolidaram com as privatizações do governo Menen, com a compra, por exemplo, da estatal SOMISA pela Techit em 1992.

Sobre a siderúrgica Techit, seu fundador, o engenheiro italiano Agostino Rocca, teve importante papel na indústria italiana no período do fascismo, durante o governo de Mussolini. Rocca aprendeu sobre o modelo corporativo fascista de colaboração entre Estado e empresas, ao se tornar um grande produtor de armamento na Segunda Guerra Mundial. Com o término da guerra, veio para Argentina com apoio de Torcuato Di Tella,¹¹⁹ para contribuir no desenvolvimento na produção tubos sem costura, utilizados em oleodutos e gasodutos.¹²⁰

O terrorismo de Estado atingiu centenas de trabalhadores desta fábrica, com diversas formas de violações, como apreensão na saída do turno ou em suas casas. Um desses episódios que o autor cita foi chamado “*Noche de los tubos*”, quando foram sequestrados quatro trabalhadores, em 22 de setembro de 1976.¹²¹ A siderúrgica Acindar enfrentou uma forte oposição sindical. A repressão violenta por parte do governo de Isabel Perón tem demonstrado, segundo o autor, como o Estado, mesmo antes da última ditadura, interveio em favor das elites econômicas, usando, inclusive, a força policial e grupos paramilitares.

O processo repressivo instaurado permitiu com que empresários como Arturo Acevedo e Agostino Rocca se aproximassem do poder. Eles se beneficiaram da política econômica conduzida pelo então ministro da Economia Martínez de Hoz. Com as privatizações dos anos de 1990, os herdeiros desses empresários tentaram expandir seus negócios. A Acindar foi comprada pela siderúrgica brasileira Belgo Mineira,¹²² que fazia parte do grupo internacional

¹¹⁸ Ibidem, p. 208-209.

¹¹⁹ Foi um industrial e filantropo italiano radicado na Argentina.

¹²⁰ PAULÓN, Victorio. Acindar y Techint... Op. cit., p. 209.

¹²¹ Ibidem, p 209.

¹²² Empresas como Fiat, Mannesmann (atualmente Vallourec) e Belgo-Mineira (posteriormente incorporada pela ArcelorMittal) foram citadas em um relatório de pesquisa intitulado *Informe Público*, encomendado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Caaf) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). A pesquisa foi financiada com recursos obtidos pelo Ministério Público Federal (MPF) por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Companhia Energética de São Paulo. Segundo o relatório, a Belgo-Mineira colaborou ativamente com a ditadura brasileira, empregando militares, denunciando trabalhadores sindicalizados aos órgãos

Arlet, de origem belga, e que se uniu à Usinor, de capital francesa, e à Aceralia de origem espanhola, criando a Arcelor, segunda maior produtora de aço do mundo no período.¹²³

A responsabilização e participação ativa do empresariado na última ditadura argentina, segundo o autor, não começou no período ditatorial, mas foi construída antes, por meio de ações estratégicas e de articulação dos grandes empresários. No caso argentino, o papel do *Consejo Empresario Argentino* (CEA), do qual empresas como Acindar e Techint faziam parte, articulavam a desestabilização contra o governo democrático, especialmente após a morte de Perón.¹²⁴ Como parte desse acordo, como cita o autor, eram realizados boicotes e *lock-out* patronal, com paralisação coordenadas de padrões pressionando pelo golpe.

Como frente empresarial do golpe, a *Entidades Gremiales Empresarias* (APEGE), liderada pela CEA, foi um instrumento direto dessa pressão, articulando setores industriais, comerciais e financeiros em oposição ao governo democrático e em apoio a ruptura institucional.

Do mesmo modo que a ditadura argentina, no Brasil, pesquisas relacionadas à questão empresarial apareceram a partir da obra seminal de René Dreifuss, sobre a atuação da burguesia no golpe de Estado.¹²⁵

Um dos pontos centrais da última ditadura na Argentina foi a repressão e violência contra trabalhadores. Durante o terrorismo de Estado, denúncias já aconteciam, tanto dentro, quanto fora do país, destacando a perseguição ao movimento operário. La *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), criada após o período de redemocratização, investigou os desaparecimentos forçados e, em seu relatório final publicado em 1984, conhecido como *Nunca Más*, reconheceu que os trabalhadores foram um dos alvos do terrorismo de Estado.

Foram iniciadas em 1980 ações judiciais civis e trabalhistas contra empresas que teriam colaborado com o aparato repressivo. No entanto, os julgamentos enfrentaram obstáculos jurídicos e políticos que dificultaram, durante anos, o esclarecimento dos fatos. Leis como

de repressão, cedendo suas instalações para práticas de tortura e permitindo que funcionários assistissem a essas sessões. Há ainda denúncias de que filhas de trabalhadores perseguidos pelo regime foram vítimas de violência sexual nas dependências da empresa. Link: <<https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/empresas-e-ditadura>>. Acesso dia 22 de abril de 2025.

¹²³ PAULÓN, Victorio. Acindar y Techint... Op. cit., p. 210-211.

¹²⁴ Ibidem, p 211.

¹²⁵ DREIFUSS, René. 1964: a conquista... Op. cit.

Punto Final,¹²⁶ de 1986, que estabelecia um prazo curto para apresentar denúncias e *Obediencia Debida*,¹²⁷ de 1987, isentava de responsabilização os militares de baixa e média patente, sob o argumento de que “apenas obedeciam a ordens”, influenciando no processo por busca por memória, verdade, justiça e reparação.¹²⁸

Na tentativa de “virar a página”, o ex-presidente Carlos Menem decretou indultos tanto aos militares quanto aos civis envolvidos. A reação popular à tentativa de reconciliação forçada por parte do governo e da justiça argentina foi rejeitada. A resposta da sociedade civil à imposição foi por meio de manifestações, denúncias públicas, arte e protestos como a prática de ação direta *escraches*.¹²⁹

Mesmo durante os anos de 1990, quando ainda vigoravam leis de indultos que impediam o julgamento dos crimes de lesa humanidade cometidos durante o terrorismo de Estado, a sociedade civil argentina encontrou caminhos para manter viva a luta por verdade e justiça. *Los Juicios por la Verdad*, iniciados em 1998, foram procedimentos judiciais sem poder de condenação, mas com objetivo investigativo de registrar as violações de direitos humanos.¹³⁰

Esse procedimento possibilitou a organização de documentos e relatos dos vitimados, além de ser um espaço de escuta das diversas vozes silenciadas e controladas pela repressão. Internacionalmente, a busca por verdade e justiça encontrou brechas na legislação europeia. Casos como Héctor Ratto, trabalhador da Mercedes Benz e sequestrado na própria fábrica, que denunciou Juan Tasselkraut, gerente de produção, por participar da repressão informando nomes de outro trabalhador como o de Diego Núñez, que também foi sequestrado e nunca mais visto.¹³¹

Episódios como o de Héctor Ratto ilustram a convivência de setores empresariais com o aparato repressivo estatal, demonstrando como a participação entre agentes privados e o

¹²⁶ ARGENTINA. Ley 23.492 - 24 de Diciembre de 1986. Link: <<https://www.legal-tools.org/doc/d464a5/pdf/>>. Acesso: 27 de junho 2025.

¹²⁷ ARGENTINA. Ley 23.521- 8 de Junio de 1987. Link: <<https://www.legal-tools.org/doc/a4be3b/pdf/>>. Acesso em: 27 de junho de 2025.

¹²⁸ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación. *Responsabilidad empresarial en las violaciones a los derechos humanos en Argentina*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, Secretaría de Derechos Humanos, 2022, p. 9.

¹²⁹ Os escraches constituíram formas de protesto social surgidas como resposta à impunidade dos crimes perpetrados durante a última ditadura cívico-militar na Argentina. A luta pela construção social da verdade e da justiça foi revitalizada e impulsionada pela atuação do coletivo H.I.J.O.S. e de outras organizações de direitos humanos, por meio de uma estratégia de protesto não violento fundamentada em atos de desobediência civil.

¹³⁰ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... Op. cit., p. 9.

¹³¹ Ibidem, p 10.

aparelho repressivo resultou em graves violações de direitos humanos, incluindo desaparecimentos forçados, como o de Diego Núñez. A denúncia foi arquivada porque o corpo de Núñez nunca foi encontrado, o que, para a justiça alemã, exige para comprovação do crime.

Em 2001, a luta pela memória, verdade, justiça e reparação na Argentina sofreu alterações profundas. A crise política e econômica levou à renúncia de vários presidentes em sequência, com protestos massivos e repressão nas ruas.¹³² As lutas populares se concentraram fortemente com as demandas por direitos humanos, especialmente lembrando do terrorismo de Estado e as violações cometidas contra os trabalhadores.

Ademais, cresceu a crítica ao papel das grandes empresas, bancos e setores do poder econômico, que se beneficiaram com as políticas repressivas e exploratórias desde os anos de 1970 até aquele momento. Com a crise de 2001, a agenda de luta pela defesa dos direitos humanos se ampliou, compreendendo que as violações não se davam apenas pela violência física, mas também pelas condições de vida desumana, impostas pelas políticas econômicas.

A repressão vivenciada pelas *Madres de la Plaza de Mayo* é exemplo fundamental para compreender o processo repressivo.¹³³ Símbolos da luta por direitos humanos desde a última ditadura argentina, a repressão sofrida durante os protestos de 2001 mostra como a busca por memória, verdade, justiça e reparação foram alvos da força estatal também naquele momento. Em 2003, com a chegada de Néstor Kirchner à presidência, houve uma mudança significativa na postura do Estado em relação aos direitos humanos. O congresso anulou oficialmente a *Lei de Punto Final* e a *Lei Obediencia Debida*, o que permitiu reabrir processos e condenar vários responsáveis por crime de lesa humanidade.¹³⁴

As lutas de décadas anteriores possibilitaram o progresso da justiça argentina no enfrentamento aos crimes do terrorismo de Estado, especialmente os cometidos com a participação de grandes empresas multinacionais, como a Ford e a Mercedes Benz. Em 2002,

¹³² A crise de 2001 na Argentina foi o ápice de um processo de deterioração econômica e social iniciado com a adoção de políticas neoliberais nos anos 1990. Em apenas 11 dias, o país teve cinco presidentes, enfrentando alto índice de desemprego e pobreza. A população respondeu com intensos protestos e mobilizações populares, marcando uma revolta contra o modelo neoliberal. O colapso incluiu privatizações, demissões em massa, endividamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o confisco das poupanças bancárias, conhecido como *corralito*. A repressão estatal aos protestos resultou na morte de 39 pessoas, aprofundando a crise institucional e a crítica à elite política e econômica.

¹³³ As Mães da Praça de Maio são uma associação argentina formada por mulheres que tiveram seus filhos assassinados ou desaparecidos durante o terrorismo de Estado promovido pela ditadura militar, que governou o país entre 1976 e 1983. A partir de 1977, elas passaram a se reunir semanalmente na Praça de Maio, em Buenos Aires, em frente à Casa Rosada (sede do governo argentino), exigindo respostas sobre o paradeiro de seus filhos. Sua mobilização representou um ato de resistência pública contra a repressão e o silêncio imposto pelo regime, tornando-se símbolo da luta por memória, verdade e justiça na Argentina.

¹³⁴ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... Op. cit., p. 11.

começaram os processos judiciais contra companhias acusadas de colaborar com a ditadura na repressão contra trabalhadores. As duas empresas foram acusadas de entregar listas com nomes de funcionários aos militares, que resultavam em sequestros, tortura e desaparecimentos.

Entre 2004 e 2005, aconteceram avanços legais fundamentais: os casos de Arancibia Clavel,¹³⁵ a Suprema Corte declarando que crimes como genocídio e desaparecimento forçado são crimes contra a humanidade e não prescrevem, e o caso de Simón, que reforçou a inconstitucionalidade das leis de anistia da ditadura, permitindo a continuidade dos julgamentos.¹³⁶

Na revisão crítica dos 30 anos do terrorismo de Estado, em 2006, ganhou força a discussão sobre o papel de empresas e empresários na repressão na ditadura. As empresas estaleiro Astarsa, as montadoras automobilísticas Ford e Mercedes Benz, as siderúrgicas Acindar e Dálmine Siderca e o engenho Ledesma, são citadas como atores ativos na lógica da repressão.¹³⁷ Segundo a historiadora Victoria Basualdo, a investigação sobre a relação entre grandes empresas e a repressão do Estado demonstra que havia um padrão sistemático de colaboração com o aparato repressivo do estatal, e não somente alguns casos isolados.¹³⁸

Essa participação incluía o apoio logístico e financeiro às forças armadas, com fornecimento de recursos materiais, como veículos e instalações, a facilitação do acesso dos agentes da repressão aos locais de trabalho, como canteiro de obras e pátios industriais. A autora destaca que as empresas permitiam e incentivavam o controle interno com espionagem, colocando agentes infiltrados atuando como funcionários, para coletarem informações sobre os trabalhadores, especialmente aqueles envolvidos em atividades sindicais ou em protestos.

A colaboração de parte da mídia com setores econômicos e o terrorismo de Estado são exemplificados pela responsabilização de Vicente Massot, dono do jornal *La Nueva Provincia*, pelo assassinato de dois jornalistas gráficos da sua própria empresa, em 1976, e pela violência psicológica, com campanhas de desinformação e manipulação da opinião pública, apoiando a

¹³⁵ Enrique Lautaro Arancibia Clavel, ex-militar chileno e agente da Direção de Inteligência Nacional (DINA), foi condenado à prisão perpétua pelo assassinato do general chileno Carlos Prats e de sua esposa, Sofia Cuthbert, ocorrido em Buenos Aires, em 1975. O crime, executado como parte da repressão transnacional coordenada entre as ditaduras do Cone Sul. Ver: <<https://memoriaviva.com/nuevaweb/criminales/criminales-a/arancibia-clavel-enrique-lautaro/>>. Acesso: 27 de junho de 2025.

¹³⁶ Ibidem, p. 11.

¹³⁷ Ibidem, p. 12.

¹³⁸ BASUALDO, Victoria. Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina: los casos de Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma y Mercedes Benz. *Revista Engranajes, Federación de Trabajadores de la Industria y Afines (FETIA)*, número 5 (edição especial), março 2006. p 16-17.

ditadura. Outro caso envolve a empresa *Papel Prensa*, que foi transferida para o grupo *Clarín*, *La Nación* e *La Razón*, num contexto de repressão e perseguição contra antigos donos.¹³⁹

Os casos judiciais envolvendo civis e empresários que colaboraram em crimes de lesa humanidade tiveram desenvolvimento complexo, com avanços e retrocessos, como demonstra o caso envolvendo os irmãos Emilio e Julio Méndez na condenação por permitirem que sua propriedade fosse usada como centro clandestino de detenção e execução. Carlos Alberto Moreno era um advogado trabalhista, defensor dos direitos dos operários da empresa *Loma Negra* e, em 1977, foi sequestrado e levado à força para a propriedade dos irmãos Méndez.

A condenação deles, em 2012, foi vista como avanço, pois reconheceu a responsabilidade de civis nos crimes do terrorismo de Estado. No entanto, o caso sofreu uma reviravolta e a decisão foi anulada em 2021, com a absolvição dos irmãos, no que foi considerado um retrocesso para a luta por verdade e justiça.¹⁴⁰

O caso da empresa Ledesma também teve seu desenvolvimento influenciado pelo processo jurídico argentino. O engenho é uma das maiores empresas produtoras de açúcar da Argentina, localizada em Jujuy, e foi palco de forte repressão a trabalhadores e lideranças sindicais durante o regime ditatorial. Muitos desses trabalhadores foram sequestrados, torturados e sofreram desaparecimento forçado, com apoio logístico da própria empresa.

O proprietário, Carlos Pedro Blaquier, e o ex-gerente administrativo, Alberto Lemos, foram apontados como colaboradores da repressão, mas não responsabilizados judicialmente, como ficou evidente, em 2015, com a decisão de falta de mérito, com o entendimento do tribunal de que não haviam provas. Em 2022, a Corte Suprema anulou a decisão, permitindo que o caso fosse finalmente julgado. Porém, devido à lentidão do processo, Blaquier foi excluído dos autos em 2022, por alegação de questões de saúde.¹⁴¹

Do mesmo modo, no Brasil, temos o caso da Usina Cambahyba, no qual foram encontradas as evidências de 12 corpos desaparecidos foram incinerados nos fornos da usina pelo ex-delegado Cláudio Guerra, segundo informações da Comissão Nacional da Verdade (CNV).¹⁴² Em 2024, o parque industrial da usina foi transformado em espaço de memória.

¹³⁹ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... Op. cit., p 12.

¹⁴⁰ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... Op. cit., p 12.

¹⁴¹ Ibidem, p 12.

¹⁴² “Justiça Federal de Campos condena ex-delegado do Dops por ocultação de cadáver durante a ditadura militar. Campos dos Goytacazes”, *Portal G1*, 13 jun. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2023/06/13/justica-federal-de-campos-condena-ex-delegado-do-dops-por-ocultacao-de-cadaver-durante-a-ditadura-militar.ghtml>>. Acesso em: 30 jun. 2025. Ver: GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

Localizada no município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, a antiga Usina Cambahyba ocupava uma área de aproximadamente 3.500 hectares, distribuída entre sete fazendas. Durante décadas, a propriedade foi uma das principais unidades agrindustriais da região, voltada à produção de cana-de-açúcar.¹⁴³ No entanto, a usina foi desativada em 1996, entrando em processo de decadência produtiva.

Em 2021, cerca de 300 famílias do Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a área, dando início à construção do Assentamento Cícero Guedes, que posteriormente foi regularizado pelo Incra como parte da política nacional de reforma agrária.¹⁴⁴ Além de sua importância no contexto agrário, a Usina de Cambahyba também ocupa um lugar sombrio na história da repressão durante a ditadura no Brasil. O ex-delegado Cláudio Guerra, agente do aparato repressivo, confessou em depoimento e posteriormente em livro, ter participado da queima dos corpos de opositores na fornalha da usina.¹⁴⁵ Em 2023, ele foi condenado pela Justiça Federal a sete anos de prisão em regime semiaberto.

Entre as vítimas que teriam sido incineradas na Cambahyba estão: Ana Rosa Kucinski Silva, Armando Teixeira Frutuoso, David Capistrano da Costa, Eduardo Collier Filho, Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, João Batista Rita, João Massena Melo, Joaquim Pires Cerveira, José Ramon, Luís Inácio Maranhão Filho, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto e Wilson Silva.¹⁴⁶

Em reconhecimento a essa história de violação dos direitos humanos, a área hoje abriga o Memorial Cambahyba, uma iniciativa de preservação da memória que resinifica o espaço como local de reflexão sobre a violência de Estado e o direito à verdade e à justiça.¹⁴⁷

¹⁴³ AZEVEDO, Caio. Usina Cambahyba, local de violência durante a ditadura, será tombada. *Rádio Nacional*, 24 out. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-10/usina-cambahyba-local-de-violencia-durante-ditadura-sera-tombada>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

¹⁴⁴ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Por que ocupamos as terras da usina Cambahyba? 24 jun. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/06/24/por-que-ocupamos-as-terras-da-usina-cambahyba/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

¹⁴⁵ CAETANO, Bruna. Cláudio Guerra: o pastor que assassinava e queimava corpos na ditadura militar. *Brasil de Fato*, 15 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/15/claudio-guerra-o-pastor-que-assassinava-e-queimava-corpos-na-ditadura-militar/>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

¹⁴⁶ “Justiça Federal de Campos condena ex-delegado do Dops por ocultação de cadáver durante a ditadura militar”. *Portal G1*, 13 jun. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2023/06/13/justica-federal-de-campos-condena-ex-delegado-do-dops-por-ocultacao-de-cadaver-durante-a-ditadura-militar.ghtml>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

¹⁴⁷ CARDOSO, Rafael. Tombamento de usina é novo capítulo de luta pela memória da ditadura. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 9 nov. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/tombamento-de-usina-e-novo-capitulo-de-luta-pela-memoria-da-ditadura>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

Outras tentativa da justiça Argentina em relação aos casos de colaboração empresarial com a ditadura, ficou conhecido como *Juicio de los obreiros*, que foi um julgamento dentro da causa de *Campo de Mayo*, um dos centros clandestinos do terrorismo de Estado, que focou na repressão contra mulheres, operários e sindicalistas de empresas como de Astarsa, Mestrina, Forte y de las ceramistas Lozadur y Cattáneo.¹⁴⁸ Essas empresas forneceram informações ao aparato repressivo, como nomes e endereços de trabalhadores, e permitindo o sequestro dentro das empresas. Todavia, apesar das evidências da participação empresarial, nenhum empresário foi acusado no julgamento.

Outro julgamento que focou na repressão contra trabalhadores e sindicalistas, foram os crimes cometidos pela *Fuerza de Tareas 5*.¹⁴⁹ A sentença de 2015 reconheceu que as ações do terrorismo de Estado contra esses grupos poderiam ser classificadas como genocídio, um termo jurídico que implica a tentativa de destruir parcial ou totalmente um grupo por motivos políticos, étnicos ou sociais.¹⁵⁰

O tribunal ordenou uma série de políticas reparatórias, como o direito à aposentadoria especial para os trabalhadores que sofreram perseguição e tiveram suas vidas afetadas, especialmente os dos Astillero Río Santiago. Também foram iniciadas investigações contra empresários e diretores de grandes empresas das fábricas Propulsora Siderúrgica, YPF, SIAP e frigorífico Swift,¹⁵¹ que teriam se beneficiado economicamente dessa colaboração, evidenciando suas responsabilidades.

Os avanços também aconteceram naqueles anos ampliando o processo de responsabilização empresarial durante a última ditadura na Argentina e mostrando que a repressão estatal foi articulada com participação de grandes empresas nacionais e multinacionais. As ações penais aconteceram contra as empresas Mercedes-Benz, Ford, Dálmine Siderca, La Nueva Provincia y Loma Negra na Província de Buenos Aires, La Veloz del Norte (Salta), Mina El Aguilar (Jujuy), Las Marías (Corrientes) e o Ingenio La Fronterita (Tucumán).¹⁵²

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 12.

¹⁴⁹ A Força-Tarefa 5 (FT 5 ou FUERTAR 5), também denominada Grupo “Río Santiago”, constituiu uma unidade da Marinha Argentina criada no contexto da chamada “luta contra a subversão” promovida pela última ditadura argentina durante a década de 1970.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 15.

¹⁵¹ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... Op. cit., p. 15.

¹⁵² *Ibidem*, p. 16.

O caso do setor açucareiro em Tucumán evidencia que a perseguição já ocorria antes do golpe de 1976.¹⁵³ O aparato repressivo já atuava na violação de direitos de trabalhadores rurais e sindicais. Os casos envolvendo a repressão na localidade da *Villa Constitución*, uma cidade industrial com forte organização sindical, tornou-se exemplo da colaboração entre setores empresariais e militares. A empresa Acindar foi um ator central, seu então presidente, Martínez de Hoz, assumiu o Ministério da Economia logo após o golpe.

Estudos interdisciplinares foram realizados na Argentina entre os anos de 2014 e 2015 sobre responsabilidade de empresas durante a última ditadura. A investigação foi fruto de uma parceria entre instituições estatais e organização da sociedade civil, também envolvendo,

dos de ellas estatales, la Secretaría de Derechos Humanos y el Programa Verdad y Justicia entonces dependiente en forma directa del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, y dos de la sociedade civil: el Área de Economía y Tecnología de FLACSO y el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS).¹⁵⁴

O fragmento acima mostra como a parceria entre diferentes setores pode fortalecer a busca por memória, verdade, justiça e reparação. O objetivo do estudo foi analisar 25 empresas de diferentes regiões do país que teriam colaborado com o terrorismo de Estado, contribuindo para a repressão de trabalhadores. As regiões e empresas investigadas são,

Quadro 1 - Mapa de distribuição regional das empresas

Região (Província)	Empresa
Noroeste Argentino	Ingenio La Concepción
Noroeste Argentino	Ingenio La Fronterita
Noroeste Argentino	Ingenio Ledesma
Noroeste Argentino	Minera Aguilar
Noroeste Argentino	La Veloz del Norte

¹⁵³ A causa *Operativo Independencia* foi o décimo segundo julgamento realizado em Tucumán por crimes contra a humanidade, distinguindo-se por dois aspectos centrais. Pela primeira vez, foram julgados crimes cometidos por forças repressivas antes do golpe de Estado de 24 de março de 1976, ainda sob um governo constitucional — o de María Estela Martínez de Perón. Através do Decreto 261/75, de 9 de fevereiro de 1975, esse governo autorizou a atuação do Exército na província de Tucumán, marcando o início de uma nova etapa repressiva: os chamados “delitos subversivos”, que até então resultavam apenas em detenções e submissão ao Poder Executivo Nacional (PEN), passaram a ser tratados de forma clandestina, com práticas sistemáticas de sequestro, tortura, estupro, desaparecimento e assassinato. Nesse contexto, instalou-se o “teatro de operações” sob o comando do general Acdel Vilas, chefe da V Brigada de Infantaria, que também subordinou a Gendarmaria, a Polícia Federal e a Polícia de Tucumán. O Exército ainda estruturou um aparato de propaganda para legitimar a repressão militar na região sul de Tucumán. BOLSI, Francisco. La megacausa Operativo Independencia en Tucumán: “Las inspecciones oculares” en los centros clandestinos de detención (1975-1976). *Cuadernos de Antropología Social*, n. 52, p. 103-118, 2020. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/6367/7720>>. Acesso em: 28 de abril de 2025.

¹⁵⁴ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... Op. cit., p. 17.

Noreste Argentino	Las Marías
Zona Norte PBA e sul de Santa Fé	Acindar
Zona Norte PBA e sul de Santa Fé	Dálmine Siderca
Zona Norte PBA e sul de Santa Fé	Astarsa y Mestrina
Zona Norte PBA e sul de Santa Fé	Lozadur y Cattaneo
Zona Norte PBA e sul de Santa Fé	Ford
Zona Norte PBA e sul de Santa Fé	Mercedes Benz
Zona Norte PBA e sul de Santa Fé	Grafa
Zona Sul e La Plata, Berisso e Ensenada	Astillero Río Santiago
Zona Sul e La Plata, Berisso e Ensenada	Propulsora Siderúrgica
Zona Sul e La Plata, Berisso e Ensenada	Petroquímica Sudamericana
Zona Sul e La Plata, Berisso e Ensenada	Swift (Berisso)
Zona Sul e La Plata, Berisso e Ensenada	Alpargatas
Zona Sul e La Plata, Berisso e Ensenada	Molinos Río de la Plata
Zona Centro-Sul PBA	Loma Negra
Zona Centro-Sul PBA	La Nueva Provincia
Zona Centro	Fiat

Fonte: SECRETARÍA DE DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN. *Responsabilidad empresarial en las violaciones a los derechos humanos en Argentina*. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, Secretaría de Derechos Humanos, 2022, p. 17.

O trabalho foi realizado reunindo fontes diversas com resultados quantitativos sistematizados sobre a participação de empresas no aparato repressivo. Os dados mostram que a colaboração empresarial foi ampla, estruturada e ativa, indo muito além da omissão. As formas de participação empresarial na repressão envolveram o sequestro de trabalhadores, com 88% das empresas investigadas participando ativamente dessa prática dentro dos locais de trabalho. Além disso, 76% das empresas forneceram informações privadas dos trabalhadores, como listas de lideranças sindicais às forças repressivas. Tais dados indicam o que a historiografia vem apresentando, demonstrando que não se trata apenas de colaboração ou cumplicidade, mas algo mais profundo: a responsabilidade destas empresas nestes processos repressivos. Ademais, a utilização da expressão ditadura empresarial-militar dá a clara dimensão do perfil de classe do regime.

A presença de quadros empresariais nas ações de repressão também foi objeto do estudo, com 52% das empresas permitindo a participação de seus executivos em detenções, sequestros e até mesmo em sessões de tortura. Esse aporte se estendeu também à parte financeira, com 52% das empresas realizando contribuições econômicas diretas às forças repressivas. Ademais, muitos empresários colaboraram com os métodos de sequestro, prática registrada em 40% dos casos analisados. A direção das companhias também solicitava ativamente a prisão de

trabalhadores, com 36% das empresas se envolvendo na detenção de pessoas suspeitas de atividades sindicais ou políticas.¹⁵⁵

Conforme veremos no segundo capítulo, no Brasil ainda não foi possível estabelecer claramente o aprofundamento da participação empresarial nas ações e os benefícios econômicos obtidos. Evidentemente, quadros dirigentes de empresas se repetiram em diversas estruturas, demonstrando o papel assumido pelo empresariado na orquestração dos golpes e ditaduras. Essa é uma lacuna ainda necessária de ser analisada, que dará uma dimensão ainda mais profunda sobre os aspectos que venho discutindo nesta dissertação.

Em suma, outra forma de participação foi o sequestro de trabalhadores fora do ambiente de trabalho, com 32% das empresas implicadas no sequestro de operários no trajeto entre a fábrica e as suas casas, reforçando a ideia de que a repressão não se limitava ao espaço profissional, mas se estendia a todos os aspectos da vida cotidiana.¹⁵⁶

No caso de Itaipu, segundo Sessi, “o Canteiro de Obras e as vilas residenciais eram as fronteiras onde o controle extrapolava de forma ampla e organizada para as esferas da vida privada do indivíduo”.¹⁵⁷ Tratava-se, portanto, da ampliação do controle, com a ampliação do poder sobre os trabalhadores para além da esfera produtiva, atingindo também o seu cotidiano e vida privada.

Essa ampliação dos mecanismos de vigilância e regulação revela uma dimensão disciplinar e normativo do projeto ditatorial, mascarada por discursos oficiais que frequentemente se ancoram em narrativas de progresso, desenvolvimento e bem-estar coletivo. No entanto, como aponta Sessi, tais discursos não correspondiam à realidade vivida pelos trabalhadores e suas famílias nos espaços do canteiro e das vilas de Itaipu.¹⁵⁸

Complementando essa perspectiva, Endrica Geraldo traz dados quantitativos e qualitativos que ilustram a complexidade da experiência vivida no Brasil e no Paraguai. A autora aponta que, “nas vilas residenciais brasileiras (A, B e C) e ns áreas paraguais (1 a 8)”, milhares de trabalhadores foram alojados de forma planejadas, mas também hierarquizada.¹⁵⁹ Segundo Geraldo, havia uma distinção clara entre os diferentes níveis de trabalhadores, o que

¹⁵⁵ Ibidem, p. 17.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 17.

¹⁵⁷ SESSI, Valdir. “*O Povo do Abismo*” ... Op. cit., p. 29.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 37.

¹⁵⁹ GERALDO, E. LMT#105: Vila C de Itaipu, Foz do Iguaçu (PR). *Lugares de Memória dos Trabalhadores*, Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho, março/2022. Disponível em: <<https://lehmt.org/lmt105-vila-c-de-itaipu-foz-do-iguacu-pr-endrica-geraldo/>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

criava uma estrutura interna de privilégio e exclusões. Além disso, a natureza temporária dos benefícios oferecidos era uma fonte de angústia: os trabalhadores sabiam que, ao fim da obra, não apenas perderiam o emprego, mas também a moradia e os serviços oferecidos, revelando o caráter precário e instrumental dessas medidas.¹⁶⁰

A pesquisa também abordou o processo de militarização dos ambientes industriais, destacando que a militarização das fábricas foi uma prática disseminada, com a presença constante das forças armadas e de segurança instaurando um ambiente de vigilância, repressão e medo. Em torno de 70% das empresas investigadas revelaram a presença e a atividade militar de controle, supervisão e intimidação no interior das fábricas. Além disso, 68% delas tiveram membros das forças armadas ou de segurança ocupando cargos diretivos.¹⁶¹

A presença de agentes de inteligência infiltrados nos locais de trabalho, segundo os estudos, foi comum, com um total de 60% das fábricas tendo agentes dentro de suas instalações. Ainda, 56% das empresas realizaram operações militares dentro das fábricas, demonstra o uso da estrutura industrial como campo de operações militares, onde realizavam detenções e outras ações repressivas.¹⁶²

Tal controle, orquestrado pelo Estado sob ditadura, ganhou contornos ainda mais profundos. Se considerarmos, por exemplo, que no Brasil todos os trabalhadores das empresas passaram pelo fichamento, com produção de *Pedidos de Busca*, mesmo em empresas menores, era possível estabelecer algum nível de controle, ainda que não houvesse um aparato de segurança interno.

O controle das entradas dos estabelecimentos também foi militarizado em 40% dos casos analisados. Por fim, o estudo aponta que 32% das empresas solicitaram intervenção militar para lidar com conflitos sindicais ou trabalhistas. Uma constatação importante no estudo foi a descoberta de que 5 dentre as 25 empresas investigadas serviam de centros clandestinos de “*detención, tortura y exterminio (CCDTyE)*”.¹⁶³

No caso Ford, os trabalhadores e delegados sindicais foram mantidos no *quincho*, antes de serem transferidos para delegacias da região e, posteriormente, para diversas unidades prisionais pelo país. O processo judicial relacionado à repressão dentro da Ford, chamado de “causa Ford”, teve sua fase de avanço entre 2017 e 2018. Durante esse período, foi importante

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... Op. cit., p 20.

¹⁶² Ibidem, p. 20.

¹⁶³ Ibidem, p. 22.

o trabalho de análise do espaço fabril, considerando os relatos dos vitimados, documentos de arquivos e inspeções na planta da empresa. Isso permitiu ampliar o entendimento sobre a dinâmica repressiva que funcionava dentro da planta, onde o controle da produção estava vinculado à organização e à execução dos sequestros e violações.¹⁶⁴

Na empresa de transportes La Veloz del Norte, em Salta, o estudo averiguou que os galpões eram usados durante as noites para detenções e interrogatórios de pessoas. Já no Astillero Río Santiago, um espaço dentro da empresa foi convertido em local de reclusão de sequestros, antes da transferência para o Liceu Naval. Inclusive, como citado anteriormente, o alojamento de solteiro da empresa siderúrgica Acindar, em Santa Fé, foi transformado em um centro clandestino de detenção.

No Brasil, durante a ditadura brasileira, o navio Raul Soares, uma antiga embarcação utilizada no passado para o transporte de imigrantes, foi convertida em navio-prisão e tornou-se um dos símbolos da repressão política no litoral paulista. De acordo com Marcelo Oliveira, há registros de que “pelo menos 263 pessoas estiveram presas na embarcação”,¹⁶⁵ evidenciando a magnitude do aparato repressivo montado pelas Forças Armadas. A manutenção dessa estrutura, contudo, não teria sido possível sem o apoio logístico e político da Companhia Docas de Santos, empresa da família Guinle, que detinha a concessão do porto desde 1886, ainda no período imperial.

A participação da Companhia Docas de Santos na repressão a trabalhadores durante o terrorismo de Estado brasileiro configurou graves violações de direitos e abusos de legalidade à luz dos princípios nacionais e internacionais. Essa articulação se materializou em diversas práticas sistemáticas de repressão aos trabalhadores portuários, incluindo o fornecimento de dados pessoais dos funcionários aos agenes da repressão.¹⁶⁶

Na Argentina, de maneira semelhante, no *Ingenio La Fronterita*, em Tucumán, os *conventillos* utilizados por trabalhadores migrantes durante a safra foram usados para reter prisioneiros sequestrados, servindo como mais um local onde os vitimados eram submetidos a violências sistemáticas. O estudo aponta a importância de compreender que os centros clandestinos de *detención, tortura y exterminio* (CCDTyE) não se limitam apenas ao espaço

¹⁶⁴ Ibidem, p. 23.

¹⁶⁵ OLIVEIRA, Marcelo. MPF debate como Porto de Santos deve reparar violações de direitos após apoio à ditadura. *A Pública*, 15 ago. 2024. Disponível em: <<https://apublica.org/nota/mpf-debate-como-porto-de-santos-deve-reparar-violacoes-de-direitos-apos-apoio-a-ditadura/>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

¹⁶⁶ VIEIRA, Vera. Docas. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira (org.). *Informe público...* Op. cit., p. 140.

físico de onde ocorriam as violações de direitos humanos, mas também inseridas dentro de uma rede repressiva mais ampla, implementada pelo terrorismo de Estado¹⁶⁷.

O estudo demonstra como a pesquisa sobre a atuação de empresas durante a última ditadura na Argentina levou os pesquisadores a repensar o conceito de “cumplicidade”. Como já abordamos, inicialmente, esse conceito era usado para descrever a colaboração das empresas com as ações do regime, mas os pesquisadores perceberam que ele não conseguia explicar completamente as práticas identificados nas empresas.

Por isso, a equipe adotou o conceito de “responsabilidade empresarial” em crimes de lesa humanidade, que abrange um aspecto mais amplo de formas e níveis de envolvimento das empresas. Embora o termo *cumplicidade* ainda fosse um aspecto relevante, o novo conceito permitia compreender melhor os diferentes tipos de participação das empresas, incluindo não apenas a colaboração passiva, mas também a co-responsabilidade ativa em relação as violações contra os trabalhadores e a outros grupos.¹⁶⁸

Esse termo foi determinante por conseguir refletir a complexidade das relações entre as empresas e as práticas repressivas identificadas no estudo. E, para essa análise, foi consultada uma ampla documentação, dentre arquivos judiciais, militares e policiais, que foram essenciais, segundo os pesquisadores, para entender como essas relações se estruturavam. O estudo revelou que, embora houvesse padrões comuns, as relações entre as forças armadas e os empresários também variavam dependendo da região e do caso específico.

Por outro lado, observa-se que o período entre 2015 e 2019, na Argentina, aconteceram muitos retrocessos e lutas na judicialização das responsabilidades empresariais, casos emblemáticos como os relacionados ao *Ingenio Ledesma* e ao conglomerado *La Nueva Provincia* sofreram retrocessos judiciais.¹⁶⁹ Após a eleição de Mauricio Macri, muitas políticas públicas voltadas aos direitos humanos foram descontinuadas e instituições que investigavam o envolvimento de grandes empresários com o terrorismo de Estado foram desmontadas.

Apesar disso, a sociedade civil reagiu, especialmente com protestos com a *Marcha de los pañuelos*,¹⁷⁰ em 2017, quando o governo tentou aplicar benefícios judiciais a criminosos da

¹⁶⁷ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... Op. cit., p 24.

¹⁶⁸ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... Op. Cit., p 25.

¹⁶⁹ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... Op. Cit., p 26.

¹⁷⁰ A mobilização referida ocorreu em 10 de maio de 2017, em repúdio à decisão da Corte Suprema da Argentina que autorizava a aplicação do benefício do “2x1” a condenados por crimes contra a humanidade. Esse benefício consistia em contar em dobro os dias de prisão preventiva após dois anos detido, o que poderia reduzir significativamente as penas dos repressores da ditadura. A medida gerou ampla reação social e levou o Congresso a aprovar, poucos dias depois, uma lei que restringia o uso do “2x1” para esse tipo de crime.

ditadura. Em 2015, o empresário Marcos Levín, proprietário da *La Veloz del Norte*, de Salta, foi julgado por sua participação direta na violação de direitos do trabalhador Víctor Cobos.

Inicialmente, em 2016, Levín recebeu a pena de 12 anos. Também três policiais também foram condenados. Víctor Hugo Almirón e Víctor Hugo Bocos, receberam a pena de 12 anos, enquanto Víctor Cardozo recebendo a pena de 8 anos. No entanto, a *Cámara Federal de Casación Penal* anulou a sentenças, não pela negação dos fatos, mas por entender que esses crimes não se enquadravam como crimes de lesa humanidade, uma categoria que impediria a prescrição do caso. Ao não reconhecer essa tipificação como crime de lesa humanidade, a corte permitiu que os crimes fossem considerados prescritos.

Este caso demonstra um dos obstáculos da Justiça de Transição, a saber, a dificuldade de manter a responsabilização de civis pelas violações cometidas em contextos de terrorismo de Estado, especialmente quando há disputa sobre a tipificação jurídica dos crimes. Em 2018, ocorreu o julgamento do caso de desaparecimento forçado do trabalhador rural Marcelo Peralta, em 1977, em uma propriedade rural localizada em *Gobernador Virasoro*, Provincia de Corrientes.¹⁷¹

O único acusado, Héctor María Torres Queirel, tinha múltiplos papéis, entre eles, o de interventor militar, além de empresário rural e empregador direto do vitimado. Ele também tinha o poder político local e controle sobre as ações militares na região. Mesmo com essas evidências e reconstrução de seu envolvimento, o tribunal o absolveu. Essa decisão judicial é criticada no estudo, por ignorar as provas materiais quanto ao contexto estrutural e ao papel das elites empresariais locais na repressão.

Mesmo em meio a uma fase marcada por retrocessos judiciais, foi possível alcançar o progresso mais relevante no processo de responsabilização empresarial, com o julgamento do “caso Ford”. O julgamento aconteceu em 2017 e sentença, proferida em 2018 pelo *Tribunal Oral Federal n° 1 de San Martín*, reconheceu que tanto militares, quanto executivos da Ford Argentina atuaram em conjunto na repressão a trabalhadores e sindicalistas.

A justiça condenou Santiago Omar Riveros a 15 anos de prisão. Riveros era um dos principais comandantes militares durante a ditadura e já havia sido julgado por outros crimes de violações de direitos humanos. Héctor Sibilla, chefe de segurança da fábrica, foi considerado responsável por facilitar o sequestro de trabalhadores dentro das instalações da empresa, sendo

¹⁷¹ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... Op. cit., p 28.

condendo a 12 anos de reclusão. Pedro Müller, condenado a 10 anos de prisão, também foi responsabilizado por participação direta nas violações.¹⁷²

A importância desse caso fundamenta-se no fato de que, além de um militar, foram condenados dois altos funcionários da empresa por atuarem diretamente com as forças armadas, facilitando sequestros e torturas de 24 trabalhadores dentro da própria fábrica. O caso foi resultado de anos de trabalho coletivo entre vitimados, movimentos sociais e pesquisadores, e representou um avanço inédito no reconhecimento judicial da responsabilização empresarial. Ainda que tenha havido apelação por parte do acusado Pedro Müller, a sentença foi confirmada em segunda instância.

Entre 2019 e 2022, durante o governo de Alberto Fernández, houve uma renovação no esforço estatal para avançar na responsabilização de empresas colaboradoras dos processos repressivos durante a última ditadura argentina e para reparar os danos causados a trabalhadores e sindicalistas. Como aponta o estudo, apesar dos desafios trazidos pela pandemia do COVID-19, o período incluiu avanços importantes, como a abertura e continuações de processos judiciais contra empresas como Acindar, Norwinco e Ledesma e o fortalecimento do reconhecimento internacional com a assinatura, em 2021, de um compromisso do Estado argentino com a Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), no caso de Pedro Troiani, que foi vítima direta do aparato repressivo dentro da fábrica da Ford.¹⁷³

Um marco importante para o avanço das ações civis ocorreu em novembro de 2020, com a alteração do Código Civil, que tornou imprescritível a reparação por crimes de lesa humanidade, o que representou um avanço jurídico e político importante, ao romper com as limitações anteriores e permitir com que essas ações sigam adiante mesmo após décadas.

Segundo Bohoslavsky, os esforços recentes para superar os desafios da Justiça de Transição na Argentina partem da premissa da necessidade de adaptar os instrumentos existentes ou criar novos instrumentos jurídicos e políticos capazes de responsabilizar atores econômico que participara ativamente com o terrorismo de Estado.

¹⁷² Ibidem, p. 29.

¹⁷³ ARGENTINA. Secretaría de Derechos Humanos de la Nación ... *Op. Cit.*, p 30.

1.2 Responsabilidade empresarial no Chile e as graves violações de direitos humanos durante a ditadura de Pinochet

Os problemas econômicos, políticos e sociais vividos hoje pelos chilenos tem suas raízes no modelo econômico aplicado entres os anos setenta e oitenta. Como veremos a seguir, a aposentadoria, as relações de trabalho, o meio ambiente, os meios de comunicação e população originária, como os Mapuche, foram diretamente afetados pela colaboração entre o governo Pinochet e as elites empresariais.

As pesquisas sobre os aspectos econômicos e os processos repressivos no caso do Chile estão na coletânea de textos organizada por Juan Pablo Bohoslavsky, Karinna Fernández e Sebastián Smart.¹⁷⁴ Este trabalho é fundamental para a análise que estamos propondo, já que atualiza aspectos fundamentais da participação empresarial na ditadura chilena. Na obra, a narrativa sobre a ditadura do general Augusto Pinochet é ampliada, e segundo Bohoslavsky, o trabalho visa

ofrecer elementos para considerar la responsabilidad de los cómplices económicos, invita a reflexionar acerca de cómo, en la búsqueda de los objetivos vinculados a la verdad, memoria, compensación de daños y no repetición, pueden (deben) considerarse el rol de las empresas y empresarios y las políticas económicas impulsadas por el gobierno. Al mismo tiempo, propone vincular esta nueva narrativa sobre complicidad económica con la actual agenda de justicia social¹⁷⁵.

A responsabilidade de empresas está atrelada a uma nova ordem social, econômica e política planejada naquele contexto em que as elites econômicas dispunham de autonomia para colocar em prática o modelo neoliberal. O que deveria ser combatido era o fato “*que el último medio siglo había llevado a un sostenido aumento en el tamaño y poder del Estado que estaba atrofiando el crecimiento económico y la libertad económica individual*”.¹⁷⁶

Esta tarefa implicava em combater toda a organização contrária às privatizações, para evitar os males do socialismo construídos pela Unidade Popular (UP) durante o governo de

¹⁷⁴ BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica con la dictadura chilena: un país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

¹⁷⁵ BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. La complicidad en contexto: Es la economía, estúpido! In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica...* Op. cit., p. 26.

¹⁷⁶ AHUMADA, Miguel José.; SOLIMANO, Andrés. Modelo económico y democracia subordinada en Chile. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica...* Op. cit., p. 150.

Salvador Allende. Para isso, a conquista da legitimidade pela nova ordem precisava, segundo Bohoslavsky “a) *asignar recursos económicos de una manera estratégica, procurando comprar lealtades y apoyo de sectores claves de la sociedad; y b) reprimir a la sociedad o conceder de manera oportunista libertades civiles y políticas a fin de minimizar las críticas*”.¹⁷⁷

Nesse sentido, o autor aponta que, para garantir o apoio de setores civis da sociedade como o empresariado, o governo de Pinochet distribuiu recursos de forma a beneficiar esses grupos. Após o golpe de Estado, os militares, em unidade com o empresariado chileno, buscaram restabelecer a ordem anterior a 1970, o que significava retornar a um modelo econômico capitalista mais tradicional. Para alcançar isso, o primeiro passo foi enfrentar os problemas econômicos, como a inflação elevada, e buscar a estabilização da economia, o que exigia implantar políticas de ajustes e austeridade para reduzir os efeitos da crise econômica geradas pelo governo de Allende e pela instabilidade política.¹⁷⁸

Diante das dificuldades em reduzir a inflação, Pinochet voltou-se para uma política econômica neoliberal e convidou os chamados *Chicago Boys*¹⁷⁹ para implementar reformas monetárias. Sergio de Castro, um dos principais membros desse grupo, assumiu como ministro da Fazenda em 1976 e desempenhou um papel na implementação dessas políticas.¹⁸⁰

Muitas das empresas nacionalizadas durante o governo Allende foram devolvidas aos seus antigos proprietários e outras foram privatizadas. Segundo Ahumada e Solimano, 250 empresas foram devolvidas aos seus proprietários anteriores depois do golpe, outras 230 empresas foram licitadas ou vendidas à particulares, e 30% das terras expropriadas foram devolvidas aos antigos proprietários agrícolas.¹⁸¹

Para combater a inflação, os gastos públicos foram reduzidos, assim como o déficit fiscal. Essas políticas envolveram a eliminação de subsídios e o fim de medidas de promoção industrial, que estavam em vigor durante o governo da Unidade Popular. Somado a isso, houve

¹⁷⁷ BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. La complicidad em... Op. cit., p. 26.

¹⁷⁸ AHUMADA, Miguel José.; SOLIMANO, Andrés. Modelo económico... Op. cit., p. 148.

¹⁷⁹ Os *Chicago Boys* foram um grupo de economistas chilenos, em sua maioria formados na Universidade de Chicago, responsáveis pela implementação de políticas neoliberais durante a ditadura de Augusto Pinochet. Suas reformas econômicas incluíram privatizações, abertura comercial e austeridade fiscal, provocando profundas transformações sociais e econômicas no Chile. Milton Friedman, um dos principais teóricos da Escola de Chicago, defendia a mínima intervenção estatal e políticas monetaristas, tendo cunhado o termo “milagre do Chile” para as reformas. Contudo, o impacto dessas políticas é controverso, especialmente diante do contexto de repressão política vigente durante a ditadura.

¹⁸⁰ AHUMADA, Miguel José.; SOLIMANO, Andrés. Modelo económico... Op. cit., p. 150.

¹⁸¹ Ibidem, p. 149.

reduções salariais e demissões em massa de funcionários públicos, impactando diretamente as condições de vida e trabalho.¹⁸²

Segundo Davis, durante o processo de privatização no Chile, muitas empresas foram vendidas em um período de recessão econômica, com altas taxas de juros no mercado interno. Isso significou um ambiente econômico instável, impactando no financiamento dessas aquisições por parte de compradores nacionais e internacionais.¹⁸³ Empresas como a *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO), que em 1970 controlava 46 empresas, passou a administrar 300 em 1973. Com a recessão sentida já nos anos de 1980, do total de empresas em seu controle a CORFO controlava apenas 24.¹⁸⁴

O processo de privatização e financeirização da economia impactaram a indústria nacional, que antes estava protegida por subsídios e tarifas alfandegárias, e não conseguiu competir com as importações após a abertura econômica e a desvalorização das barreiras comerciais. Como resultado, a participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) caiu significativamente. Segundo Ahumada e Solimano, a participação foi reduzida de 28% do PIB em 1973 a 23% em 1979.¹⁸⁵

Muitos setores industriais se endividaram, reestruturaram suas operações ou até mesmo mudaram de setor, abandonando a produção nacional para se concentrar no comércio de importações. Esse *boom* de capital fictício serviu de base para o crescimento econômico, mas também gerou contradições. O aumento do endividamento privado e a criação de grandes conglomerados empresariais intensificaram esse processo, gerando um terreno fértil para a crise econômica de 1982.

As reformas pelo governo Pinochet tiveram como propósito a consolidação do livre mercado, privatizando de empresas estatais e de setores sociais, como o de previdência e de pensões. Em 1980, o sistema previdenciário chileno foi reformulado estabelecendo que a empresa privada *Administradoras de Fondos de Pensiones* (AFP), era a única alternativa para controlar os 10% das cotizações dependentes dos trabalhadores.

O processo de repressão ou concessão de liberdade, segundo Bohoslavsky, é quando o governo enfrenta críticas, podendo optar por duas estratégias: reprimir os opositores como

¹⁸² Ibidem, p. 149.

¹⁸³ DAVIS, Ricardo French. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile*. Santiago: Siglo XXI, 2012, p. 87.

¹⁸⁴ AHUMADA, Miguel José.; SOLIMANO, Andrés. Modelo económico... Op. cit., p. 87.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 152.

aconteceu com trabalhadores, camponeses, os Mapuche, estudantes e militantes partidários; ou conceder certas liberdades de maneira temporária e estratégica, como foi a proposta do *Plan Laboral* nas relações trabalhistas, para reduzir a pressão econômica, social e política em nível interno e externo.

Os processos repressivos resultados da busca de consenso entre o governo de Pinochet e o empresários aconteceram já nos primeiros momentos do golpe, com a reprivatização de empresas estatais de grandes e pequenos proprietários, retirada de direitos de trabalhadores com o controle dos sindicatos, e perseguição e tomada das terras tradicionais dos povos Mapuche.

Nesse sentido, as investigações de Antonio Cassese contribuem para análise sobre as bases políticas e econômicas nas violações de direitos humanos cometidas contra diferentes grupos no período.¹⁸⁶ Segundo Karinna Fernández e Sebastián Smart, as denúncias feitas por Cassese demonstram que “*la dictadura estuvo marcada por la represión criminal, pero también por la masiva violación de derechos económicos, sociales y culturales, ambos requisitos indispensables e inseparables para la impune imposición de su modelo económico y político*”.¹⁸⁷

Uma das dimensões que foram adaptadas ao novo regime foi o sistema de pensões. Segundo Mariana Rulli, o sistema previdenciário chileno foi reformulado durante o terrorismo de Estado, em 1980. O Decreto-lei n° 3500/1980¹⁸⁸ foi uma medida central nesse processo, pois ele

creó un nuevo pilar de capitalización en el sistema de pensiones y estableció que las Administradoras de Fondos de Pensiones (AFP) empresas privadas con fines de lucro, eran las únicas que podían controlar y administrar el 10% obligatorio de cotización para el ahorro previsional de los trabajadores en relación de dependencia, con excepción de las Fuerzas Armadas y de Orden.¹⁸⁹

¹⁸⁶ Jurista Italiano especializado em Direito Internacional Público. De sua autoria, em 1973, foi publicado o Informe *Estudio del Impacto de la Ayuda y la Asistencia Económica Extranjera em el respeto de los derechos humanos em Chile*.

¹⁸⁷ FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián. El gran aporte de Cassese y sus denuncias aún pendientes. In: BOHOSLAVASKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica...* Op. cit., p. 92.

¹⁸⁸ Decreto-Ley 3500/1980 establece novo sistema de pensões. Ministério de Trabalho e Previdência Social. Link: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=7147>>. Acesso: 30 de abril de 2025.

¹⁸⁹ RULLI, Mariana. El gato sin cascabel. La privatización del sistema previsional chileno durante la dictadura militar de Pinochet. In: BOHOSLAVASKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica...* Op. cit., p. 287.

Esse novo sistema substituiu o modelo anterior, que era baseado em um sistema de pensões público. O sistema previdenciário antes do golpe em 1973, segundo a autora, era marcado pela fragmentação, com diversas caixas de previdência, com regimentos e normas diferentes, o que gerava alto custo e desigualdade. Nesse sentido, durante os governos de Jorge Alessandri, Eduardo Frei Montalva e Salvador Allende, foram feitas tentativas de reforma para universalizar e simplificar o sistema, mas não avançaram devido à falta de consenso político.

Para Rulli, o governo Pinochet implementou mudanças no sistema de pensões, criando regimes únicos para benefícios familiares, subsídios por desemprego, pensões assistenciais, a unificação das idades de aposentadoria e o aumento nas taxas de contribuição. Os trabalhadores passaram a contribuir para uma conta pessoal, por empresas privadas, chamadas *Administradoras de Fondos de Pensiones* (AFP), responsáveis pela gestão financeira das contas de pensão.

Para Vergara e Winn, no governo Allende, os trabalhadores tiveram “*una cuota de poder como nunca antes en la historia de Chile*”.¹⁹⁰ As reformas propostas, incluíam a nacionalização de empresas e a criação de *Área de Propiedad Social* (APS), levando a uma maior participação dos trabalhadores na gestão das empresas e na supervisão da produção, com comitês de trabalhadores em diferentes níveis. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que era a principal central sindical, representando 65% da organização, teve um papel fundamental nesse processo e viu um aumento significativo na taxa de sindicalização, indicando uma maior organização dos trabalhadores.¹⁹¹

Segundo os autores, a legitimidade do movimento sindical se refletia na taxa de sindicalização, que era de “*24 % a 35 % entre 1970 y 1973, la tasa más alta en la historia chilena*”.¹⁹² Esses avanços representaram uma ameaça às elites empresariais e, em resposta, a Junta Militar e o empresariado reprimiram o movimento sindical enfraquecendo sua capacidade de ação política e econômica.

O governo de Pinochet, em colaboração com os empresários, implementou uma série de medidas que desmantelaram os direitos dos trabalhadores, permitindo com que a classe patronal controlasse de forma mais rígida os locais trabalho. Esse processo foi acompanhado por uma repressão violenta, com violações dos direitos humanos e um clima de medo, em que

¹⁹⁰ VERGARA, Ángela; WINN, Peter. Los empresarios hacen lo que quieren»: sindicatos y trabajadores bajo la dictadura de Pinochet. In: BOHOSLAVASKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica...* Op. cit., p. 358.

¹⁹¹ VERGARA, Ángela; WINN, Peter. Los empresarios hacen... Op. cit., p. 358.

¹⁹² Ibidem, p. 358.

os trabalhadores temiam ser demitidos ou sofrerem punições caso se envolvessem com atividades sindicais.

Uma das orientações da CUT para os trabalhadores, caso houvesse golpe, era de permanecessem em seus postos. Contudo, em diferentes empresas essa orientação recebeu ressalvas. É o caso da empresa têxtil Ex-Yarur. Nela, a assembleia operária tomou a decisão de enviar os trabalhadores de volta para casa para evitar represálias. Na fábrica Sumar, no entanto, os trabalhadores, junto com os moradores de *La Legua* e membros do Partido Socialista, resistiram à repressão da Junta Militar. Além disso, um grupo de mineiros se abrigou na mina El Salvador e tentou resistir com explosivos.¹⁹³

Segundo Vergara e Winn, os militares ocuparam as empresas que faziam parte da área de propriedade social (APS), usaram de intimidação para forçar os trabalhadores a colaborar com o novo regime. Para trabalhadores que resistiram, as consequências foram demissões, perseguições e repressões. O impacto dessas medidas na vida dos trabalhadores foi profundo, com muitos deles enfrentando torturas, desaparecimento ou exílio. Segundo os autores,

La represión física, las amenazas y el amedrentamiento constante de los que fueron víctimas los dirigentes sindicales, tanto de parte de agentes del Estado como de los empresarios, contribuyeron a crear un ambiente de temor y desaliento entre los trabajadores.¹⁹⁴

Um dos aspectos mais críticos foi a fragmentação do movimento sindical, que perdeu sua capacidade de organização e comunicação entre suas lideranças e a base. Nesse período, a crise econômica e a perda de direitos trabalhistas e civis fizeram muitos trabalhadores viverem em situação de extrema pobreza.

O governo golpista alegava que os sindicatos e as confederações de trabalhadores haviam se tornado instrumentos de partidos de esquerda e do governo da Unidade Popular, justificando, assim, a necessidade de “restaurar” o conceito de sindicalismo, afastando-se de suas origens políticas. Um dos principais alvos foi a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que sofreu uma perseguição implacável. A CUT era vista como um símbolo da suposta “desnaturalização político-revolucionária” do sindicalismo, associando-se diretamente à esquerda e aos movimentos revolucionários.¹⁹⁵

¹⁹³ Ibidem, p. 359.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 360.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 360.

Os autores demonstram que, a partir de 1975, o alinhamento entre repressão e movimento sindical, bem como as reformas neoliberais em colaboração com os empresários se estreitaram ainda mais. Nesse sentido, “*el Plan de Recuperación Económica, conocido como las políticas de shock, ideado por los Chicago Boys, liberalizó la actividad económica y redujo drásticamente el gasto público*”.¹⁹⁶ Essas políticas liberalizaram a economia e reduziram drasticamente os gastos públicos também resultando em um aumento exponencial da exploração da força de trabalho, no agravamento da pobreza e da desigualdade social e econômica.

A partir de 1979, o governo Pinochet implementou mudanças profundas nas leis trabalhistas, substituindo o *Código Laboral de 1931* por um novo conjunto de regras que favoreciam ainda mais os interesses do empresariado chileno em detrimento dos trabalhadores. O objetivo desses reajustes era o de criar uma estrutura que fosse favorável a um modelo de economia neoliberal, no qual o mercado teria um papel central e os direitos sociais seriam mercantilizados. Esses ajustes também teriam um caráter institucionalizado, no sentido de criar uma nova ordem que fosse mais difícil de reverter, especialmente com o projeto de uma nova Constituição, que foi aprovada em 1980.¹⁹⁷

Segundo os Vergara e Winn, a pressão internacional foi um fator importante nesse processo de organização da nova ordem. A partir de 1979, o governo dos Estados Unidos, sob presidência de Jimmy Carter, passou a pressionar o governo de Pinochet devido às ações da Junta Militar nas violações de direitos humanos. Isso fez com que o governo Pinochet e os empresários, em comum acordo, se preocupassem com a legitimidade das reformas e com a possibilidade de que, em um futuro governo democrático, essas reformas fossem desfeitas.

Durante esse período, a Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO) enviou, em 1978, uma delegação ao país para alertar o governo Pinochet sobre as consequências internacionais das violações contra os direitos humanos. A resposta do ditador chileno “*fue la disolución y confiscación de los bienes de siete federaciones que representaban a 400 sindicatos y 113.000 trabajadores y la convocación a elecciones sindicales con solo cuatro días de aviso en octubre de 1978*”.¹⁹⁸ A medida de Pinochet, contida no chamado *Plan Laboral*, gerou uma reação forte da parte da AFL-CIO, que passou a ameaçar um boicote internacional às exportações e importações chilenas. Portanto, o

¹⁹⁶ Ibidem, p. 362.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 363.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 363.

o plano foi uma resposta a essas pressões internas e externas, visando consolidar um modelo econômico e social que favorecesse o capital privado.

Para Daniela Marzi, o sistema de relações sindicais instaurado durante a ditadura foi decretado em 1979 com o *Plan Laboral* de autoria do ministro do Trabalho e Previdência Social, José Piñera.¹⁹⁹ Um dos focos do terrorismo de Estado para desestabilizar as organizações de classe é a eliminação das lideranças sindicais e a destruição da estrutura sindical. No caso do Chile, a autonomia conquistada pelas organizações sindicais durante o governo da UP foi reduzida “*a asociaciones de ayuda mutua y de asistencia para funerales, revirtiendo no sólo el enorme aumento de poder que los obreros habían adquirido durante la revolución, sino también las “conquistas” de décadas de lucha*”.²⁰⁰

Segundo a autora, o *Plan Laboral* foi um instrumento de precarização do trabalho posto em prática durante as privatizações da ditadura chilena, que teve como objetivo regulamentar o direito coletivo do trabalho, ou seja, as relações trabalhistas no nível mais amplo, incluindo sindicatos e acordos coletivos.²⁰¹ As demissões e indenizações individuais, características do direito individual do trabalho não foram o foco do plano.

Para autora, no contexto econômico, político e social do Chile, a sindicalização era um instrumento fundamental para distribuição de riqueza em uma sociedade, ao lado da política tributária e da redistribuição de poder. Na proposta do *Plan Laboral* foram estruturados quatro pilares para o desmonte do poder econômico e social.

Os quatro pilares eram: 1) nas negociações coletivas com a empresa, o espaço de negociação ficaria restrito à empresa; 2) a greve não paralisaria a operação da empresa; 3) o pluralismo sindical foi incentivado para possibilitar várias organizações sindicais dentro da mesma empresa, mas o número de representantes dos trabalhadores foi reduzido; e 4) a despolitização sindical com o afastamento da política do sindicato, ocasionando a neutralização das influências políticas dentro das organizações sindicais²⁰².

Segundo Marzi, a possibilidade de greve, como colocada no *Plan Laboral*, não paralisava de forma total a empresa, pois existiam alternativas legais que permitiam a substituição dos grevistas, como o pagamento de bônus aos trabalhadores substitutos. Essa

¹⁹⁹ MARZI, Daniela. Derecho sindical: la antisindicalidad como triunfo neoliberal. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián (orgs.). *Complicidad económica...* Op. cit., p. 339.

²⁰⁰ Ibidem, p. 340.

²⁰¹ Ibidem, p. 340.

²⁰² Ibidem, p. 340.

atomização sindical ao qual a autora se refere, teve como consequências o enfraquecimento da representação dos trabalhadores, já que o foco na ação unificada para defender os direitos era dividido.

Além da atomização sindical, a despolitização dos sindicatos também concorreu para um maior enfraquecimento do movimento sindical. Conforme Marzi, “*la despolitización es una consecuencia lógica del cercamiento al interés colectivo de los trabajadores*”,²⁰³ em um contexto em que os trabalhadores estavam enfraquecidos, sendo forçados a redução de salários e condições precárias de trabalho. Como aponta a autora, a despolitização é vista como um processo que reduziu a capacidade dos trabalhadores de lutarem por transformações mais amplas, além de questões mais imediatas e restritas ao ambiente do trabalho.

Para Marzi, o *Plan Laboral*, implementado durante o governo Pinochet, não era apenas parte de um projeto de modernização, mas sim uma das mais relevantes reformas para a implementação das políticas neoliberais no Chile. Ao contrário das outras reestruturações idealizadas por José Piñera nas áreas da saúde, da seguridade social, da educação, do sistema judicial e da administração, o *Plan Laboral* permitiu um controle mais direto do poder da propriedade e da livre iniciativa.

O plano é descrito como um instrumento de “*redistribución de la riqueza en la sociedad*”,²⁰⁴ em que sua estrutura favoreceu as elites empresariais e contribuiu para a concentração de riqueza, enquanto perseguiu e reprimiu os trabalhadores, colocando obstáculos para a organização da classe trabalhadora. Apesar da repressão contra os trabalhadores e do desmonte dos sindicatos, em 1973, a taxa de sindicalização mais alta da história foi registrada no país, com 34% dos trabalhadores sindicalizados.²⁰⁵ Isso indica que, antes da implementação do *Plan Laboral*, havia a presença de sindicatos organizados e o fato de a maior taxa de sindicalização ocorrer antes da ditadura sugere que, após as reestruturações do golpe, o movimento sindical foi enfraquecido e fragmentado.²⁰⁶

²⁰³ Ibidem, p. 343.

²⁰⁴ Ibidem, p. 343.

²⁰⁵ Ibidem, p. 343.

²⁰⁶ Conforme autora aponta, durante os anos 1980, a taxa de sindicalização foi um pouco mais de 10%. Já nos anos 1990, a taxa de sindicalização era de 18,7% e 11,7% dos trabalhadores por estarem cobertos por acordos coletivos. Esse foi o pico de sindicalização com maior organização sindical e negociação coletiva desde o fim da ditadura.

A negociação coletiva proposta na *Constitución Política de la República de Chile*, em 1980,²⁰⁷ dava a iniciativa exclusiva ao presidente sobre a matéria de negociação.²⁰⁸ Segundo a autora, essa dimensão constitucional na negociação coletiva na planta empresarial refere-se à articulação de contratos coletivos que eram destinados a todos os trabalhadores de um setor específico, não considerando sua filiação sindical. Nesse sentido, a negociação coletiva pode afetar todos os trabalhadores dentro de um determinado setor empresarial.

De acordo com Marzi, a flexibilização das negociações coletivas, segundo a Constituição de 1980, não proibia a negociação coletiva em níveis de setores ou ramais, garantindo apenas a negociação coletiva no nível da empresa. Até porque, esse tipo de negociação foi implementada pela *Ley de Sindicalización Campesina*,²⁰⁹ de 1967, que teve como um dos seus objetivos melhorar a vida dos trabalhadores rurais no Chile.²¹⁰

No entanto, esse processo de *dignificación* do campesinato foi duramente reprimido pelo governo de Pinochet e a proposta das negociações coletivas foi reestruturada para as relações de trabalho com favorecimento das elites empresariais. A reforma fez com que a negociação coletiva no nível de empresa fosse considerada menos relevante, pois os trabalhadores tinham menos poder de negociação, dado que as empresas estavam em vantagem com o *Plan Laboral* como fundamento.

Para Vergara e Winn, o caso da greve Textil Panal, de propriedade da família Galmes também donos da *Almacenes Paris*, colocou à prova o *Plan Laboral*. A greve foi bem-sucedida em seus próprios termos e demonstrou a capacidade organizativa dos trabalhadores e as importantes redes de solidariedade que ainda existiam no mundo sindical. Conforme Vergara e Winn, “*cuando la empresa rechazó las demandas de mejoramiento salarial y de las condiciones de trabajo y contrato, los cerca de 1.500 trabajadores convocaron a una huelga legal*”.²¹¹

Embora o *Plan Laboral* tenha sido criado para enfraquecer os sindicatos, a greve demonstrou a resistência dos trabalhadores e sua capacidade de se organizar, obtendo apoio massivo de outros grupos, incluindo parte da Igreja Católica e líderes nacionais, como Clotario

²⁰⁷ CHILE. Constitución Política de la República de Chile. Texto promulgado por Decreto Supremo n° 1.150, de 21 de octubre de 1980. Link para acesso: <https://www.bcn.cl/historiapolitica/constituciones/detalle_constitucion?handle=10221.1/60446>. Acesso em: 24 de março de 2025.

²⁰⁸ MARZI, Daniela. Derecho sindical... Op. cit., p. 345.

²⁰⁹ A Lei de Sindicalização Campesina do Chile foi promulgada em 26 de abril de 1967, sob o governo de Eduardo Frei Montalva; Link: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?i=28586>>. Acesso em: 24 de março de 2025.

²¹⁰ MARZI, Daniela. Derecho sindical... Op. cit., p. 345.

²¹¹ VERGARA, Ángela; WINN, Peter. Los empresarios hacen... Op. cit., p. 366.

Blest.²¹² A greve ficou conhecida como a “greve milionária” devido ao grande apoio solidário, em que os trabalhadores conseguiram manter seus salários durante os 59 dias de paralisação.²¹³

No entanto, o resultado final da greve não foi favorável para os trabalhadores. Assim, *“las nuevas normas que regulaban los contratos de trabajo permitió a la empresa despedir a los 1.500 trabajadores sin justificación y con sólo 5 meses de indemnización y anunciar su cierre”*.²¹⁴ A empresa usou as novas leis trabalhistas para demitir os trabalhadores sem justa causa e com uma compensação mínima, além de fechar empresa. A empresa criou “listas sujas” com nome dos trabalhadores e isso impossibilitou que muitos deles voltassem a trabalhar em empresas têxteis.

O expediente chileno das “listas sujas”, conforme já visto na introdução e que será aprofundado no terceiro capítulo, quando tratarmos de Itaipu, foi uma das práticas do terrorismo de Estado que ultrapassou as fronteiras nacionais e vitimou milhares de trabalhadores. Aliás, a prática das “listas sujas” já existia no Brasil, ao menos, desde o golpe, se é que não é possível considerar os períodos anteriores. Mas, em qualquer caso, Chelest, em sua tese doutoral, aborda o problema da colaboração internacional, entre o Brasil e o golpe chileno

São as denominadas *Cover Actions*, cuja documentação foi localizada no *NSA Archive*. Os documentos detalham como os estadunidenses colaboraram junto com outros governos do Cone Sul, particularmente Brasil e Argentina, nos esforços contra o governo da UP. Portanto, empréstimos multilaterais foram bloqueados, créditos foram cancelados e empresas estadunidenses foram convocadas a abandonar as terras chilenas. O valor do cobre, principal produto de exportação e, portanto, de divisas para o país, teve seu valor internacional manipulado.²¹⁵

²¹² Clotario Blest Rizzo foi uma figura central no movimento sindical chileno e defensor incansável dos direitos humanos. Atuou como servidor público e sindicalista, fundando a Associação Nacional dos Empregados Fiscais (ANEF) em 1943 e, mais tarde, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1953, lutando pela unidade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Preso diversas vezes por sua militância, aproximou-se de movimentos revolucionários e da Teologia da Libertação nos anos 1960. Após o golpe de 1973, engajou-se na defesa dos direitos humanos, acolhendo a luta de familiares de presos e desaparecidos políticos. Faleceu em 1990, sendo lembrado como símbolo de resistência ética e social no Chile.

²¹³ VERGARA, Ángela; WINN, Peter. Los empresarios hacen... Op. cit., p. 366.

²¹⁴ Ibidem, p. 366.

²¹⁵ CHELEST, Alessandra di G. *Chile: o golpe estético como estratégia do domínio de dorações e mentes (1970's)*. Tese (Doutorado em História) Programa de Estudos Pós-graduados em História, Potinícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2023, p. 99.

A autora afirma ainda que a participação brasileira foi fundamental, bem como a estadunidense e argentina no processo de desinformação promovida contra o governo Allende, contando com a colaboração das embaixadas e adidos militares.²¹⁶

Essa digressão, aqui realizada, relaciona-se com um aspecto importante para a compreensão de todo o processo desenvolvido na esteira dos golpes empresarial-militares. Um continuum de ações e *modus operandi* que refletem a orquestração em larga escala das ações ditatoriais em conluio com empresários. Mais do que ações repressivas extra-fronteiras, desempenhadas pelos aparatos estatais, havia também uma organização para a atuação contra a classe trabalhadora no “chão de fábrica”.

Retomando à particularidade chilena, os autores argumentam que ele é reflexo de uma realidade mais ampla, uma vez que a indústria têxtil chilena estava em crise e a greve foi, em certa medida, utilizada como um mecanismo para reestruturar o setor. A demissão dos trabalhadores e a utilização da greve como uma estratégia para reconfigurar o capital foi coordenada por Juan Naveillan, um *Chicago Boy* e “*asesor del Comité Textil de Corfo y gerente de Panal*, [que] *no sólo provocó la huelga con su intransigencia en las negociaciones colectivas, sino que esta le permitió el despido masivo y barato de 1500 trabajadores*”.²¹⁷

Outro estudo sobre a responsabilidade daqueles que se beneficiaram economicamente e sua relação com o aparato repressivo refere-se aos casos da *Pesquera Arauco* e da *Colonia Dignidad*. Nesse estudo de caso, Karina Neira e Magdalena Fuentes destacam a importância da luta dos vitimados e seus familiares, bem como das organizações de direitos humanos na superação da impunidade, desafiando a ideia de que seria possível um tipo de justiça limitada proposta pelo governo de transição após a ditadura.

Entretanto, “*los procesos criminales no se han centrado en determinar las causas y consecuencias de la represión, tampoco se ha establecido judicialmente el rol de los diversos actores que contribuyeron y/o se beneficiaron de la perpetración de las masivas atrocidades*”.²¹⁸ E os processos judiciais não foram completos, pois não se concentraram nas consequências da repressão e tampouco na identificação dos diversos atores envolvidos, como grandes empresas.

²¹⁶ Ibidem, p. 219.

²¹⁷ VERGARA, Ángela; WINN, Peter. Los empresarios hacen... Op. cit., p. 367.

²¹⁸ NEIRA, Fernández Karinna; FUENTES, Garcés Magdalena. Los casos de la Pesquera Arauco y Colonia Dignidad. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián (orgs.). *Complicidad económica*... Op. cit., p. 468.

Segundo as autoras, a justiça chilena não aprofundou a investigação sobre a responsabilidade de setores empresariais, o que garantiu impunidade de muitos responsáveis. Segundo o *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*,²¹⁹ de 1996, empresas privadas e instituições financeiras, como Lan Chile²²⁰ e o Banco del Estado, também tiveram envolvidos no apoio ao terrorismo de Estado do governo Pinochet.

A responsabilização das empresas *Pesquera Arauco* e *Colonia Dignidad* na prática de crimes de lesa humanidade, segundo as autoras, exige não apenas evidências de envolvimento direto e indireto em sequestro, tortura e desaparecimento forçado de pessoas, mas também uma investigação judicial completa que examine as estruturas empresariais dessas organizações, incluindo o grau de participação de seus membros os crimes cometidos.

A *Compañía Pesquera Arauco S.A.*, uma empresa de pesca fundada na década de 1940 com o apoio da CORFO, foi criada como parte de um plano de industrialização voltada para a exportação e para o desenvolvimento da indústria pesqueira, visando o crescimento econômico e a geração de emprego.

Em 1967, a CORFO detinha uma importante participação na empresa, com cerca de 45%. Com isso, a *Pesquera Arauco* transformou-se em um grupo industrial, que teve forte liderança no novo ciclo de extração de recursos marítimos.²²¹ Após o golpe, o controle da empresa foi assumido por militares e empresários, muitos dos quais estavam envolvidos em atividades repressivas, como torturas e desaparecimento forçados. Assim,

[...] ex prisioneros y prisioneras políticas de la zona de San Antonio (V Región), donde se encontraba la Escuela de Ingenieros Militares de Tejas Verdes, a cargo de Manuel Contreras, así como sobrevivientes de los secuestros y torturas de la DINA, expresaron que durante su cautiverio eran trasladados en camionetas y camiones frigoríficos pertenecientes a la Pesquera Arauco.²²²

Segundo as autoras, a *Pesquera* foi associada ao governo de Pinochet, com relatos de que seus veículos frigoríficos foram usados para transportar corpos de vítimas de desaparecimentos forçados, que eram levados ao mar. Segundo Niera e Fuentes, “[...] los

²¹⁹ Ibidem, p. 469.

²²⁰ Cabe destacar que Sebastián Piñera, presidente do Chile entre 2010 e 2014 e novamente entre 2018 e 2022, foi sócio majoritário da companhia aérea LAN Chile. Ele é irmão de José Piñera, um dos principais economistas da escola dos Chicago Boys, mencionados anteriormente. Sebastián Piñera, inclusive, ocupava a presidência chilena durante o “Estallido Social”, em 2019.

²²¹ NEIRA, Fernández Karinna; FUENTES, Garcés Magdalena. Los casos de la Pesquera... Op. cit., p. 470.

²²² Ibidem, p. 470.

*vehículos se aculataban a la entrada de Londres 38,²²³ recinto clandestino de detención ubicado en Santiago, para que los prisioneros y prisioneras subieran vendados y amarrados en la parte posterior de los vehículos”.*²²⁴

A Direção de Inteligência Nacional (DINA), responsável pela repressão política e violações em direitos humanos, utilizava as instalações da *Pesquera Arauco* para repressão contra os trabalhadores. Segundo as autoras, o *Campamento de Prisioneros de Tejas Verdes*, era um centro de detenção e tortura, em que muitas vítimas transportadas para o local pela Arauco:

[...] La planta procesadora de la Pesquera estaba ubicada en San Antonio, donde existían hornos y deshuesadoras, recinto que desde el golpe de Estado fue fuertemente resguardado por personal militar. Manuel Contreras nombró como interventor de la planta a Mario Jara Seguel, quien ejercía labores de mando y torturas en el Regimiento de Tejas Verdes, desempeñándose desde abril de 1974, como comandante de la Brigada de Inteligencia Regional de la DINA Galvarino, con jurisdicción entre La Serena y San Fernando²²⁵.

As investigações relacionadas à participação da *Pesquera Arauco* em crimes de tortura e desaparecimento forçado durante o governo de Pinochet foram superficiais e desorganizadas. Não se abordou de maneira específica o papel da empresa nas violações, bem como a participação dos setores de comando e sua relação com a DINA. As autoras apontam, ainda, que a situação financeira da Pesquera e a distribuição dos lucros obtidos com sua venda também não foram investigadas adequadamente.²²⁶ A empresa foi vendida em 1975 para Empresa Pesquera Chile Ltda., associada a CORFO, tendo em sua direção Manuel Contreras e diversos outros empresários como Alberto Silva, Hubert Fuch e Luis Verdereau.²²⁷

Em 1979, a *Pesquera Arauco* teve suas atividades encerradas e seus direitos sobre a companhia forma transferidas para a *Compañía Nueva Aurora*. Esta transação foi realizada com a intervenção da CORFO. A venda da empresa aconteceu, mas as autoras destacam que não se

²²³ O casarão localizado no nº 38, da rua Londres, na capital do Chile, Santiago, foi o primeiro centro de detenção e tortura da Direção de Inteligência Nacional (Dina) da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). Atualmente, o local foi transformado em um espaço de memória. Link: <<https://www.londres38.cl/1937/w3-propertyname-3006.html>>. Acesso em: 27 de março de 2025.

²²⁴ NEIRA, Fernández Karinna; FUENTES, Garcés Magdalena. Los casos de la Pesquera... Op. cit. P. 470.

²²⁵ Ibidem, p. 470.

²²⁶ Ibidem, p. 471.

²²⁷ Ibidem, p. 471. Já fora mencionado anteriormente, para o caso da empresa Engenho Ledesma na Argentina, a similaridade também com o caso brasileiro na Usina Cambayba.

²²⁷ Ibidem, p. 432.

sabe ao certo como os recursos foram distribuídos e nem quais foram os beneficiados economicamente dessa transação.

Nesse processo, não foram identificadas as responsabilidades dos membros do conselho diretor da empresa, que incluíam figuras tanto da DINA, quanto da Junta Militar e dos setores privados. Muitos dos envolvidos já faleceram, o que segundo as autoras, torna mais difícil esclarecer os fatos e responsabilizar os responsáveis por esses crimes.

Em 2017, uma ação legal apresentada pela Londres 38, organização que busca esclarecer e luta contra as violações de direitos humanos cometidos durante a ditadura de Pinochet, foi movida contra os membros do conselho de administração da *Pesquera Arauco* e da *Pesquera Chile Ltda.*, incluindo agentes da DINA e empresários acusados de estarem envolvidos em crimes como sequestro qualificado, associação ilícita e enterro ilegal de pessoas. A ação está relacionada às atividades ilícitas cometidas em locais clandestinos de tortura, como o próprio centro Londres 38, onde muitas vítimas foram mantidas presas e desaparecidas. As autoras apontam que a investigação deve ir além da análise individual e examinar as práticas de macrocriminalidade, que envolvem padrões sistemáticos de crimes para identificar como o conselho administrativo da *Pesquera* e as forças repressivas trabalharam juntas na execução desses atos.

Outro caso que é analisado pelas autoras é a *Colonia Dignidad*, uma seita religiosa fundada por um grupo de alemães que fugiram de investigações por abuso sexual na Alemanha e se estabeleceram no Chile. Em 1961, fundaram a seita, que se tornou conhecida não apenas por suas atividades religiosas, mas também por suas ligações com o governo de Pinochet. Entre suas lideranças estavam o ex-oficial da Força Aérea Alemã Hermann Schmidt, os pastores Paul Schäfer Schneider e Hugo Baar, sendo o primeiro acusado de abuso sexual contra crianças em na Alemanha.²²⁸

Segundo Fuentes e Neira, a *Colonia Dignidad* foi inicialmente criada com a justificativa de ser uma instituição educacional e beneficente, recebendo apoio de colaboradores do Lar Alemão e alegando realizar um trabalho similar ao de uma instituição de caridade na localidade chilena de Catillo, na comuna de Parral. No entanto, as investigações da justiça chilena revelaram que, ao longo dos anos, a *Colonia Dignidad* tornou-se um local de abuso e colaboração com a DINA, sendo cúmplice no sequestro e desaparecimento de opositores do governo.

²²⁸ Ibidem, p. 473-474.

Em especial, as instalações da instituição foram usadas para prender e torturar pessoas. Neste aspecto, a Corte Suprema chilena determinou que houve uma participação ativa entre os líderes da *Colonia Dignidad* no desaparecimento forçado de civis.²²⁹

Os desdobramentos legais sobre o caso aconteceram em 1998, com uma queixa judicial ampla contra Augusto Pinochet e os líderes da *Colonia Dignidad*. A queixa visava investigar os crimes de genocídio e associação ilícita, cometidos dentro da colônia, especialmente as violações de direitos humanos, como desaparecimento forçados e abusos sexuais contra crianças. Dentre as vítimas, destaca-se Álvaro Vallejo Villagrán, militante do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), sequestrado pela DINA e levado para a *Colonia Dignidad*. Seu paradeiro até hoje é desconhecido. A investigação também incluiu uma série de crimes cometidos dentro da colônia, como sequestros, torturas, tráfico de armas e homicídio, além de casos de abuso sexual contra crianças.²³⁰

Segundo as autoras, a colônia foi favorecida com benefícios fiscais e aduaneiros devido a sua fachada como uma instituição de caridade, além de receber subsídios para sua escola e hospital. Durante a ditadura, recebeu proteção das autoridades, permitindo que crimes como trabalho forçado, maus-tratos a pacientes e apropriação de crianças ocorressem sem nenhum tipo de fiscalização.²³¹

Após 1990, esses processos repressivos começaram a ser investigados, com denúncias de abusos de violações dos direitos humanos. O presidente Patricio Aylwin revogou a personalidade jurídica que foi concedida em setembro de 1961. O decreto determinou que os bens da corporação fossem transferidos para a Igreja Metodista, mas, antes disso, os bens foram transferidos para outras sociedades comerciais, entre elas, a Abratec S.A., formada por quatro integrantes da colônia em 1988; a Sociedad Inmobiliaria e Inversiones Cerro Florido Ltda., responsável por adquirir o território em que ficava a colônia o que permitiu seguir funcionando com outro nome Villa Baviera; Agripalma S.A.; Bardana S.A. e Cinoglosa S.A., compostas por diretores ex-colonos da *Colonia Dignidad*.²³²

De acordo com o julgamento, a colônia fez investimentos financeiros que não foram corretamente declarados ou utilizados para suas atividades de beneficência, causando prejuízo patrimonial ao fisco chileno entre os anos de 1986 e 1989. O valor desse prejuízo foi estimado

²²⁹ Ibidem, p. 474.

²³⁰ Ibidem, p. 475.

²³¹ Ibidem, p. 478.

²³² Ibidem, p. 479.

em \$141.728.739, devido a omissão de impostos sobre lucros e excedentes não destinados à *Dignidad*.²³³

Como apontam as autoras, muito dos vitimados, como pessoas submetidas a trabalho forçado, não receberam reparação e ainda vivem em condições difíceis. Apesar da colônia ter sido desmantelada legalmente, a *Villa Baviera* continua operando através de diversas empresas, muitas das quais estão envolvidas em atividades imobiliárias e produtivas.

Durante as investigações, muitos documentos e evidências foram mantidas em segredo, e a busca por fossas e locais onde corpos foram queimados foram interrompidas. Embora alguns casos, como o de Álvaro Vallejos, tenham sido esclarecidos, muitos desaparecimentos continuam sem respostas. As causas por trabalho escravo e sequestro de prisioneiros políticos também foram arquivadas, apesar de existência de diversas provas.²³⁴

Sobre esse caso, as autoras apontam que foi criada uma Comissão Mista entre o Chile e a Alemanha, em 2017, para recuperar a memória histórica dos crimes cometidos na *Colonia Dignidad* e contribuir para a integração dos vitimados na sociedade, preservar os arquivos e vestígios do que ocorreu, bem como identificar as empresas vinculados à Villa Baviera.

As ações de empresas florestais privadas, com destaque aos grandes conglomerados de capital chileno que na atualidade ocupam parte considerável do sul do país, favorecidas pela contrarreforma agrária do governo Pinochet, resultaram em diferentes violações de direitos humanos. Um dos casos, é o da empresa *Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones* (CMPC), do grupo Matte, que produzia, em 1970, cerca de 220 mil toneladas anuais de celulose com sua produção de papel a 150 mil toneladas, com exportações de cerca de US\$ 30 milhões.²³⁵ O território do Chile, em hectares, supera os 3 milhões, sendo que 2,8 milhões são destinados para plantação de rápido crescimento, sendo as empresas florestais as detentoras da maior concentração de terras. Para a atividade de exportação, são cerca de 1,5 milhões de hectares que se encontram em regiões como Bío Bío, Araucanía, Los Ríos e Los Lagos, invadindo as terras tradicionais do povo Mapuche e infringindo a demarcação legal da propriedade que foi destinada desde de sua criação.²³⁶

²³³ Ibidem, p. 480.

²³⁴ Ibidem, p. 481.

²³⁵ AYLWIN, José. Las empresas forestales y los derechos humanos en Chile: el caso del pueblo mapuche. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián (orgs.). *Complicidad económica...* Op. cit., p. 446.

²³⁶ Ibidem, p. 444.

Pesquisas recentes têm demonstrado a participação da direção da empresa CMPC na morte de trabalhadores filiados ao partido da Unidade Popular (UP) dentro de uma de suas empresas em Laja.²³⁷ Segundo Aylwin, conforme as investigações sobre o caso, quem disponibilizou os nomes para os *carabineros* foram executivos da empresa. Esses trabalhadores foram levados para os centros de detenção em ônibus fornecidos pela própria empresa e foram torturados e amarrados em arames. Para ocultar os cadáveres dos trabalhadores, foi utilizado cal, fornecido pela própria empresa.²³⁸

No Chile, os *carabineros* constituem a mais antiga instituição armada de caráter policial, com origens no século XVIII, inicialmente subordinada às autoridades locais. À medida que o Estado chileno se consolidava e o governo central passou a organizar forças policiais nacionais, emergiu uma configuração institucional marcada por disputas de autoridades.

O processo sobre esse caso levou os *carabineros* a serem absolvidos, em 1980 e 1981, pela Corte Suprema, devidos às queixas do Arcebispado de Concepción. O grupo Matte esteve envolvido na participação do plano de golpe contra Allende, como demonstra Aylwin: “*los planes de Allende de nacionalizar la CMPC llevaron más tarde al mismo clan familiar, que para entonces controlaba dicha empresa, a impulsar una férrea oposición al gobierno de la Unidad Popular, la que tuvo como aliado principal al diario El Mercurio*”.²³⁹

As empresas florestais de capital privado também avançaram contra o território Mapuche. Como uma das ações do terrorismo de Estado, a contrarreforma agrária tinha como projeto restituir as suas antigas propriedades, buscando expropriar as terras entre os anos de 1967 e 1973. As vendas foram mais intensas na região centro-sul do país, de histórica ocupação Mapuche.²⁴⁰ Em extensão territorial, as províncias de Arauco, Malleco e Cautín e CORA mantiveram cerca de 415.053 hectares de ocupação campesina e Mapuche, correspondendo a 58,4% do total das terras expropriadas pelas empresas florestais privadas.²⁴¹ A luta dos Mapuche por seus territórios ancestrais e direitos coletivos não se rediziam às fronteiras nacionais, assim como os Avá-Guarani na região de Itaipu, cuja resistência ultrapassa os limites impostos pelos Estados nacionais. Na Argentina, essa disputa assumiu novas configurações,

²³⁷ Ibidem, p. 446.

²³⁸ Sobre o caso da empresa CMPC ver: Javier Rebolledo, *A la sombra de los cuervos. Los cómplices civiles de la dictadura*. Ceibo Ediciones, 2015.

²³⁹ AYLWIN, José. Las empresas forestales... Op. cit., p. 446.

²⁴⁰ Ibidem, p. 448.

²⁴¹ Ibidem, p. 448.

evidenciadas em confrontos com grandes grupos econômicos, como é o caso dos litígios territoriais envolvendo a multinacional Benetton.

O processo repressivo de expropriação das terras teve como um dos seus resultados a morte e o desaparecimento de 136 pessoas de origem Mapuche ligadas às lutas pela terra durante o governo da Unidade Popular. Essas violações contra o povo Mapuche está relatada no informe da *Comisión de Verdad Histórica y Nuevo Trato*. Estudos recentes de associações ligadas ao povo Mapuche vem demonstrando que o número de casos de mortes, desaparecimentos, prisões política e torturas com pessoas de origem Mapuche no período é maior do que até então foi quantificado pelo governo.²⁴²

A *Comisión de Verdad Histórica y Nuevo Trato* foi um organismo instituído no Chile, funcionando entre os anos de 2001 e 2003, com a finalidade de assessorar a presidência da República na compreensão das perspectivas históricas dos povos indígenas do país.²⁴³ Seu propósito consistiu na formulação de recomendações para a construção de uma nova política de Estado, orientada ao estabelecimento de um novo pacto entre a sociedade chilena e os povos originários, promovendo assim, um processo de reconciliação e reconhecimento mútuo.

No contexto brasileiro, é relevante mencionar o documento da *Comissão Guarani Yvyrupa*,²⁴⁴ que demonstra a constituição de uma Comissão da Verdade Avá-Guarani. Esta iniciativa desempenhou papel fundamental nas disputas políticas e jurídicas, sendo, inclusive, uma das bases das ações civis originárias (ACOs) desenvolvidas pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

As privatizações são outro aspecto na nova ordem social que foi consolidado com o golpe em 1973. Os conglomerados empresariais voltados para as florestas, como as empresas *Celulosa Arauco S.A.* e *Celulosa Constitución S.A.*, de propriedade da *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO), foram privatizadas entre os anos de 1977 e 1979. Ambas as empresas foram compradas pela *Compañía de Petróleos de Chile S.A.* (atualmente chamada Copec S.A.), uma gigante originária do setor petrolífero, mas que expandiu suas operações para outros segmentos como a produção de papel, um ramo econômico importante para o Chile,

²⁴² Ver: Asociación de Investigación: <<https://interferencia.cl/organizaciones/asociacion-de-investigacion-y-desarrollo-mapuche>> y Desarrollo Mapuche e Enlace Mapuche International: <<https://www.mapuchemission.org/espanol/indice.htm>>. Acesso em: 19 de março de 2025.

²⁴³ CHILE. *Comisión Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas*. Informe de la Comisión Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas. Santiago de Chile: Comisionado Presidencial para Asuntos Indígenas, 2008. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/articles-122901_recurso_2.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

²⁴⁴ Comissão Guarani Yvyrupa. Disponível em: <<https://www.yvyrupa.org.br/>>. Acesso em: 30 de junho de 2025.

especialmente para exportação. A Copec ficou com 99,9% das ações da *Celulosa Arauco e Constitución*. Após a compra, as duas empresas foram fundidas em uma nova entidade, *Forestal Arauco*, que foi constituída em setembro de 1979. Essa fusão resultou na criação de uma nova sociedade anônima, com o objetivo de consolidar as operações de ambas as ex-empresas públicas no setor de celulose e papel.²⁴⁵

Outra empresa do qual a CORFO tinha metade de suas ações era a *Industrias Forestales S.A. (Inforsa)*, que também foi privatizada. Com capacidade de produzir 60.000 toneladas de celulose e papel, a Inforsa foi vendida para o consórcio bancário do grupo *Banco Hipotecario de Crédito* (BHC). No entanto, conforme Aylwin, o grupo BHC entrou em falência pouco depois, e a Inforsa foi adquirida pela *Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones* (CMPC), pertencente ao grupo Matte,²⁴⁶ um dos conglomerados empresariais de maior influência no Chile.²⁴⁷

A compra da empresa Inforsa pela CMPC foi criticada pela *Comisión Antimonopolios*, uma vez que o grupo Matte possuiu a ter o controle de parte significativa da produção de papel no Chile. Aconteceram-se as investigações pela comissão, mas a denúncia de monopólio não foi considerada relevante ou válida o suficiente para tomar medidas legais ou impedir a compra. Além disso, a CMPC adquiriu outras empresas florestais, como Río Vergara, Maderas Nacimiento, Papeles Sudamérica, Forestal Crecex, Agrícola Monteverde, entre outras.²⁴⁸ Essas aquisições possibilitaram a CMPC ter o controle de cerca de 75 mil hectares de florestas já plantadas e a promessa de plantar mais 9 mil hectares.²⁴⁹

Uma das justificativas apresentadas para privatização de empresas florestais era o de promover “*el fomento a las plantaciones forestales, otorgando incentivos para la forestación y recuperación de suelos supuestamente degradados*”.²⁵⁰ Este fomento era estabelecido por bonificação fiscal para o reflorestamento. No artigo 21º do Decreto Lei de 1974,²⁵¹ o primeiro

²⁴⁵ AYLWIN, José. Las empresas forestales... Op. cit, p. 449.

²⁴⁶ Grupo Matte controla diversas empresas, incluindo produtoras de energia, celulose, telecomunicações, bancos e mineração. Empresas como a produtora de celulose Empresas CMPC SA, a produtora de energia Colbun SA e a gigante das telecomunicações Empresa Nacional de Telecomunicaciones SA.

²⁴⁷ AYLWIN, José. Las empresas forestales... Op. cit, p. 449.

²⁴⁸ Ibidem, p. 449.

²⁴⁹ Ibidem, p. 449.

²⁵⁰ Ibidem, p. 450.

²⁵¹ CHILE. Decreto Ley (DL) n° 701, 1974. Link para acesso: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=6294&idParte=>>>. Acesso em: 19 de março de 2025.

trecho detalha como eram realizadas essas bonificações que o Estado oferecia para florestação e manejo florestal, com um desconto de 75% sobre o valor das plantações e manejo. Especificamente, ele descreve como essas bonificações se aplicavam às pessoas físicas e jurídicas, incluindo as sociedades anônimas de atividades florestais.

O advogado José Aylwin, no entanto, aponta que as áreas consideradas supostamente degradadas não eram necessariamente áreas com solo realmente danificado ou improdutivo. Em informativo de 2014, do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM),²⁵² foi denunciado que, entre as empresas da América Latina, a CMPC/Florestal Minico (Chile) alegaram ajudar a “conservar a biodiversidade”. No entanto, as denúncias incluem violações dos direitos das comunidades indígenas e tradicionais sobre seus territórios, a ocupação ilegal dessas terras, a destruição de ecossistemas valiosos e fontes de água, e a substituição de áreas agrícolas por plantações florestais.²⁵³

As atividades de empresas florestais de capital privado não tiveram impactos apenas no meio ambiente, mas também sobre o povo Mapuche. As lutas e manifestação contrárias às atividades florestais desenvolvidas pelas empresas foram fortemente reprimidas pelo Estado chileno. Conforme Aylwin, as questões de posse de terra envolvendo o povo Mapuche estavam relacionadas com atuação das empresas florestais. Parte significativa das terras que essas empresas florestais utilizam para a plantação estavam situadas em terras que eram de ocupação tradicional Mapuche, o que entrava em conflito com as normas internacionais de direitos dos povos indígenas, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).²⁵⁴

Durante a reforma agrária do governo Allende, algumas terras foram devolvidas para o povo Mapuche. Contudo, durante o governo de Pinochet, com a contrarreforma agrária, os

²⁵² É um Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, ou Word Rainforest Movement (WRM), é uma iniciativa internacional que visa contribuir com lutas, reflexões e ações políticas de povos que dependem da floresta, indígenas, camponeses e outras comunidades do Sul Global. Link para acesso: <<https://www.wrm.org.uy/pt/>>. Acesso em: 19 de março de 2025.

²⁵³ MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS (WRM). Novas tendências na expansão dos monocultivos industriais de árvores na América Latina. *Documento informativo*, 2014. Disponível em: <<https://wrm.org.uy/pt/>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

²⁵⁴ A *Convenção 169* da Organização Internacional do Trabalho trata sobre Povos Indígenas e Tribais e foi adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989 com entrada em vigor internacional em 5 de setembro de 1991. A Convenção possui a definição de quem são os povos indígenas e tribais mencionados no documento, além de afirmar a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprias desses povos. Cabe destacar a relevante contribuição de Eunice Paiva no processo internacional de articulação e organização dos povos originários. Ver: BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. *Pioneirismo e legado: Eunice Paiva ajudou a Funai a demarcar territórios e contribuiu para o reconhecimento dos direitos indígenas*. Assessoria de Comunicação/Funai, 27 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/eunice-paiva-ajudou-a-funai-a-demarcar-territorios-no-maranhao-e-no-para-e-contribuiu-para-o-reconhecimento-dos-direitos-indigenas#:~:text=Em%201976%2C%20aos%2047%20anos,e%20autodetermina%C3%A7%C3%A3o%20dos%20povos%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 30 jun. 2025.

Mapuche perderam essas terras novamente. Conforme leis durante a ditadura chilena, como os Decreto Ley nº 2568 e 2570 de 1979,²⁵⁵ que “*resultaron en la división forzada de la casi totalidad de las comunidades mapuche hasta entonces existentes*”²⁵⁶ e a criação de pequenas parcelas de terra, que posteriormente foram vendidas ou alugadas a empresas florestais, resultando na desapropriação efetivo dos Mapuche de suas terras tradicionais.

O monocultivo de espécies não nativas (como pinus e eucaliptos) tem cercado e alterado o território do povo Mapuche, destruindo o habitat natural ao qual a cultura desse povo está intimamente ligada. Isso inclui a alteração da fauna e flora locais e a redução das fontes de água devido a essas plantações, transformando-se em um problema grave, afetando o acesso à água potável, essencial para a vida e saúde. Segundo Aylwin, “*sólo en la Araucanía se estima que el 10,6% del total de la población regional, 92.461 personas, particularmente en áreas rurales en que la población mapuche es predominante, es abastecida de agua mediante camiones aljibes*”.²⁵⁷

A situação é ainda mais grave em Araucanía, região onde o povo Mapuche é predominante. A região apresenta o maior índice de pobreza no Chile, alcançando 23,6% da população local, em contraste com a média nacional de 11,7%.²⁵⁸ As desigualdades na região são mais altas do que a média nacional, refletindo as condições em que muitos Mapuches enfrentam com altos índices de privação em diversas áreas, como saúde, educação e habitação.²⁵⁹

As organizações tradicionais Mapuche, em conjunto com movimentos sociais, têm se mobilizado ao longo das últimas décadas, principalmente em manifestações,²⁶⁰ para chamar atenção das autoridades sobre os danos causados aos seus direitos, especialmente sobre o direito à terra e ao território tradicional, me meio ao avanço das empresas florestais.

A resposta do governo chileno a esses protestos tem sido a repressão policial, com episódios de violência, tortura e morte de integrantes da comunidade Mapuche. Além disso,

²⁵⁵ CHILE. Decreto que modifica a lei nº17.729, sobre proteção de indígenas, e radicaís as funções do Instituto de Desenvolvimento Indígena no Instituto Agropecuário. Link para acesso: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=6957>>. Acesso em: 20 de março de 2025.

²⁵⁶ AYLWIN, José. Las empresas forestales... Op. cit, p. 452.

²⁵⁷ AYLWIN, José Las empresas forestales... Op. cit, p. 453.

²⁵⁸ Ibidem, p. 454.

²⁵⁹ Ibidem, p. 454.

²⁶⁰ Em 2019, durante as massivas manifestações de outubro, ocorreu um confronto com a política neoliberal de Piñera, que vale lembrar, foi implementada anteriormente pelos “chicago boys” durante o governo de Pinochet.

líderes Mapuches tem sido perseguidos judicialmente,²⁶¹ sendo processados sob a lei antiterrorismo, uma legislação que remonta à época da própria ditadura²⁶².

O contexto grave e a continuidade dos impactos da atividade monocultural, tem gerado preocupações em organismos internacionais de defesa dos direitos humanos. No processo repressivo sofrido pelo povo Mapuche, praticado pelas empresas florestais, os direitos à vida, à terra, território e recursos naturais, o direito ao meio ambiente e o direito à autodeterminação estão sendo amplamente violados. Assim, segundo Aylwin, “*se trata de una situación que por su gravedad y por su prolongación en el tiempo ha concitado preocupación de instancias internacionales de derechos humanos, y la condena de la Corte Interamericana de Derechos Humanos*”.²⁶³

1.3 Responsabilidade de empresas na ditadura brasileira: o caso Volkswagen

A responsabilização empresarial durante o período do terrorismo de Estado no Brasil (1964-1989)²⁶⁴ tem sido objeto de crescente atenção acadêmica e social, tendo em vista as aproximações com a experiência argentina. De modo semelhante ao país vizinho, a ditadura brasileira contou com a participação ativa de setores civis, incluindo empresas e empresários que, além de se beneficiarem economicamente das políticas econômicas do regime, também coloboaram ativamente com a repressão e, em alguns casos, chegaram propriamente a compor o aparato repressivo.

Todavia, diferentemente da Argentina, onde o processo de Justiça de Transição avançou com julgamentos e responsabilizações de agentes civis que colaboraram com a última ditadura, o Brasil vivenciou uma transição marcada por uma política de esquecimento e conciliação. A

²⁶¹ AYLWIN, José Las empresas forestales... Op. cit, p. 453.

²⁶¹ Ibidem, p. 456.

²⁶² CHILE. *Ley n° 18.314 de 1984*. Determina condutas terroristas e estabelece suas penas.

²⁶³ AYLWIN, José Las empresas forestales... Op. cit, p. 454.

²⁶⁴ Utilizamos a periodização proposta por Renato Lemos para melhor compreensão do processo político brasileiro que criou as condições para o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart em 1964 e para a implantação do terrorismo de Estado. Ver: LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e Marxismo*, v. 2, n. 2, jan./jul., 2014, pp.112-138. Disponível em: <<https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/40>>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

Lei da Anistia de 1979, que permanece em vigor mesmo após a redemocratização, funciona como um obstáculo para a responsabilização de agentes civis públicos e privados pelas violações cometidas durante o regime.²⁶⁵

Promulgada durante o governo do general João Figueiredo, a lei surgiu em um contexto político de abertura controlada, conforme proposta por seu antecessor, Ernesto Geisel, que defendia uma transição “lenta, gradual e segura”. Segundo Fico, durante o governo Geisel, iniciou-se uma transição gradual do regime autoritário para um modelo político mais aberto. Esse processo foi conduzido pelas Forças Armadas e visava manter a ordem institucional e evitar rupturas abruptas com o regime vigente desde 1964.²⁶⁶

Em 1979, a ideia de uma “anistia recíproca” já estava presente nas discussões sobre o tema, sendo refletido no projeto de lei enviando por João Figueiredo ao Congresso Nacional. A anistia, portanto, não se limitava a conceder o perdão aos opositores do regime, mas buscava uma reconciliação ampla, que envolvia tanto as vítimas da repressão quanto os torturadores.²⁶⁷

Como aponta o autor, nesse contexto, a sociedade civil começou a reorganizar-se e a pressionar por liberdades democráticas, como o direito ao retorno de exilados políticos e o fim das perseguições ideológicas.²⁶⁸ O surgimento do Movimento Feminista pela Anistia, em 1975, marcou um momento de organização pela luta por uma “anistia ampla, geral e irrestrita” para todos os presos e exilados políticos.

As intensificações das manifestações estudantis em 1977 e os Dias Nacionais de Protestos e Luta pela Anistia demonstraram o crescente engajamento da juventude e de outros setores da sociedade, indicando que a luta pela anistia estava se tornando um movimento nacional. A efemeridade do Comitê Primeiro de Maio pela Anistia revelou, segundo Fico, tanto a espontaneidade, quanto as dificuldades organizacionais diante da repressão ainda vigente.²⁶⁹

Segundo Janaína Teles, a centralidade da lei estava na equiparação entre as violências praticadas pelos militares e as ações contrárias ao regime, baseando-se na noção de que ambos os lados teriam cometido excessos em contexto de “guerra”. A justificativa para essa visão era

²⁶⁵ BRASIL. *Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

²⁶⁶ FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. In: BRASIL. Comissão de Anistia. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p. 319.

²⁶⁷ Ibidem, p. 319.

²⁶⁸ Ibidem, p. 319.

²⁶⁹ Ibidem, p. 319.

a chamada “teoria dos dois demônios”, que sustentava que tanto os agentes Estado quanto os opositores do regime eram responsáveis por atos de violência. Essa perspectiva, segundo a autora, influenciou por uma lógica de simetria entre as partes em conflito, sendo também adotada em outros contextos latino-americanos, como a própria Argentina.²⁷⁰

A exigência de uma anistia “ampla, geral e irrestrita” tornou-se o principal slogan do movimento. Essa formulação visava garantir o retorno de todos os exilados, a libertação de todos os presos políticos e, principalmente o julgamento dos responsáveis por crimes de Estado.²⁷¹ Contudo, essa visão foi parcialmente contemplada pela Lei de Anistia, que perdoou tanto opositores quanto os agentes do Estado, blindando estes últimos de futuras responsabilizações.

Conforme aponta Daniel Aarão Reis, no caso da lei mencionada, há evidências de que nem todos estiveram de acordo. De fato, ficaram de fora da discussão aqueles que intencionavam uma “anistia ampla, geral e irrestrita”, o que implicaria, inclusive, no desmantelamento da polícia política e o julgamento dos torturadores.²⁷² Esses setores, segundo o autor, embora ativos, foram excluídos no processo político. Eles defendiam não apenas o perdão aos perseguidos, como também a responsabilização dos agentes do Estado, o que não foi contemplado na lei aprovada.

Essa interpretação resultou em um cenário de impunidade estrutural, em que torturadores, militares e civis envolvidos com o aparato repressivo foram poupados de qualquer responsabilização penal. Além disso, medidas como a emissão de atestados de “paradeiro ignorado” ou “morte presumida” para desaparecidos políticos dificultaram a responsabilização do Estado e atrasaram a elucidação dos crimes cometidos durante o terrorismo de Estado no país. Muitos desses desaparecimentos ocorreram em instalações oficiais, como o Dops, e os centros de repressão, como os DOI-CODI, além de locais clandestinos operados sob comando direto de instituições do Estado e, como veremos a seguir, dentro de fábricas.

O caráter ambíguo da lei marcou profundamente a forma como o Brasil lidou com o terrorismo de Estado no período. Diferentemente de países como a Argentina e o Chile, que conseguiram avançar na responsabilização das violações dos direitos humanos, o Brasil

²⁷⁰ TELES, Janaína. Ainda estamos aqui, apesar de vocês. *Blog da Boitempo*, 02 dez. 2024. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/blog/2024/12/02/ainda-estamos-aqui-apesar-de-voces/#comments>. Acesso em: 05 maio 2025.

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 172, jun. 2010, p. 172.

permaneceu, por décadas, refém de uma leitura da anistia que impedia qualquer forma de justiça e reparação para os crimes cometidos pela ditadura.

Somente a partir dos anos de 2011, com a formação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o Estado brasileiro passou a reconhecer, mesmo que tardiamente e ainda sem efeitos penais, as graves violações de direitos humanos ocorridas no país entre os anos de 1964 a 1985. Ainda assim, a permanência da anistia para esses crimes continua sendo um obstáculo central à plena realização da Justiça de Transição no Brasil.

A criação da CNV representou um avanço significativo após décadas de pressão por parte de familiares de mortos e desaparecidos políticos durante o terrorismo de Estado no Brasil. Esses familiares dos vitimados, bem como os próprios vitimados vivos e em condições de atuação política e jurídica, juntamente com organizações de direitos humanos, comissões estaduais, municipais e setoriais da verdade, sindicatos e entidades classistas, comitês populares de memória, verdade e justiça, parlamentares, o poder judiciário e instituições de ensino e pesquisa, lutaram e organizaram a possibilidade da realização dos relatórios.²⁷³

O começo dos trabalhos da CNV, em maio de 2012, marcou o início de um esforço institucional significativo para esclarecer as graves violações de direitos humanos cometidos durante a ditadura brasileira. Ela se formou com um colegiado com membros indicados pela presidência da República e uma equipe de mais de 217 pessoas, organizada em três subcomissões e áreas de suporte. Foram realizadas 80 audiências públicas e produzidos 34 relatórios parciais, 45 publicações e 422 notícias.²⁷⁴ O relatório final, que se tornou o principal documento da CNV, foi publicado em três volumes, abordando a história das violações, a atuação das instituições envolvidas e os casos emblemáticos de tortura e repressão, proporcionando uma análise do aparato repressivo.²⁷⁵

O segundo texto do volume 2 do relatório final da CNV tratou das violações dos direitos humanos cometidas contra trabalhadores durante o terrorismo de Estado no Brasil. O relatório destacou que essas violações se deram em três eixos principais de atuação do aparato repressivo. Primeiramente, foi apontado o uso da força estatal de forma repressiva e coercitiva, materializada em práticas como perseguição política, prisões arbitrárias e torturas, que visavam

²⁷³ COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. *O&S*, Salvador, v. 25, n. 84, p. 015-029, jan./mar. 2018, p. 20.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 20.

²⁷⁵ BRASIL. Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: <<https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2025.

neutralizar a organização e resistência dos trabalhadores.²⁷⁶ Em segundo lugar, observou-se a construção ideológica do trabalhador enquanto figura subversiva e potencialmente inimiga da nação, estratégia que visava legitimar a repressão e desmobilizar movimentos sindicais e sociais. Por fim, o relatório demonstrou a utilização das chamadas “listas sujas” como mecanismo por meio dos quais se impedia que trabalhadores considerados politicamente indesejáveis fossem contratados.²⁷⁷

Segundo Costa e Silva, o relatório indica que, ainda antes do golpe de 1964, já havia sinais concretos da participação do empresariado brasileiro e de setores militares em torno da construção de um projeto político e econômico que atendesse aos seus interesses de classe. Essa aliança foi motivada, de um lado, pelo interesse do empresariado urbano em implementar um novo modelo de desenvolvimento econômico que articulasse o capital nacional ao capital estrangeiro. Por outro lado, os grandes proprietários rurais viam na ascensão dos militares ao poder uma forma de conter as reformas, como a proposta de reforma agrária e a ampliação de direitos trabalhistas²⁷⁸.

Nesse contexto, as elites civis convergiam em torno da necessidade de reprimir e disciplinar a classe trabalhadora, entendida como um obstáculo à manutenção de seus privilégios e à intensificação do processo de acumulação do capital.²⁷⁹ O aparato repressivo, portanto, foi funcional ao projeto de reorganização econômica e social promovida pela ditadura. Em contrapartida, os militares também viam nas elites empresariais um suporte estratégico, especialmente no tocante ao financiamento e à sustentação logística do golpe e da consolidação do regime.²⁸⁰

Tal interpretação encontra respaldo nas análises de René Armand Dreifuss, que atribuiu ao golpe de 1964 um perfil classista. Segundo o autor, o novo Estado, instituído após o golpe, operava em nome dos interesses do bloco financeiro-industrial multinacional e associado, representado de maneira orgânica por instituições como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). Este não apenas articulava interesses empresariais, mas formulava uma visão

²⁷⁶ COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. Empresas, violação dos direitos... Op. cit., p. 22.

²⁷⁷ Ibidem, p. 22.

²⁷⁸ Ibidem, p. 22.

²⁷⁹ Ibidem, p. 22.

²⁸⁰ Ibidem, p. 22.

estratégica ampla, orientada pela consolidação de um projeto político-econômico que beneficiava a elite orgânica e todo o bloco de poder dominante.²⁸¹

Importa destacar que, embora Dreifuss seja amplamente reconhecido por sua contribuição seminal ao demonstrar a participação do setor empresarial na articulação do golpe, outros autores já haviam, anteriormente, apontado a colaboração de empresários na derrubada do governo de João Goulart.

A atuação do empresariado durante a ditadura brasileira tem sido objeto de uma produção acadêmica crescente e diversificada. Entre os pioneiros, destacam-se Edmar Morel²⁸² e Luiz Alberto Moniz Bandeira²⁸³, que denunciaram a presença de interesses estrangeiros no golpe de 1964. Autores como Octavio Ianni,²⁸⁴ Fernando Henrique Cardoso,²⁸⁵ Luciano Martins,²⁸⁶ Maria Antonieta Leopoldi,²⁸⁷ Renato Boschi,²⁸⁸ Sebastião Velasco e Cruz²⁸⁹ e Carlos Lessa²⁹⁰ forneceram análises fundamentais sobre a relação entre Estado, empresariado e capitalismo no Brasil, com destaque para a formação de alianças entre capital nacional e internacional durante a ditadura.

Nos últimos anos, diversos estudos aprofundaram a análise por setores empresariais. Sobre o setor financeiro e bancário, destaca-se os trabalhos de Ary Minella²⁹¹ sobre a ação

²⁸¹ DREIFUSS, René Armand. 1964... Op. cit.

²⁸² MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

²⁸³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Os cartéis e a desnacionalização do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart...* Op. cit.

²⁸⁴ IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2024; IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

²⁸⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020; CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1972.; CARDOSO, Fernando Henrique. *Estado e sociedade. Cadernos Cebrap*. São Paulo: Cebrap, 1972.

²⁸⁶ MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

²⁸⁷ LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

²⁸⁸ BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

²⁸⁹ CRUZ, Sebastião Velasco e. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas/São Paulo: Ed. Unicamp/Fapesp, 1995.; CRUZ, Sebastião Velasco e. *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*. Campinas: Unicamp, 1997.

²⁹⁰ LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso*. Brasília: FUNCEP, 1988.

²⁹¹ MINELLA, Ary Cesar. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 1988.

política dos banqueiros entre as décadas de 1960 e 1980, enquanto Rafael Vaz da Motta Brandão,²⁹² José Pedro Macarini,²⁹³ e Joaquim Briso Neto ²⁹⁴ examinaram trajetórias familiares, políticas de conglomeração, privatizações e reformas financeiras. Quanto ao patronato rural, Sonia Regina de Mendonça,²⁹⁵ Regina Bruno ²⁹⁶ e Leonilde Sérvalo de Medeiros ²⁹⁷ analisaram a modernização conservadora no campo, o associativismo e os impactos das políticas agrárias autoritárias.

No campo das comunicações, Carla Luciana Silva,²⁹⁸ Edina Rautenberg, ²⁹⁹ Gervásio Cezar Júnior ³⁰⁰ e João Braga Arêas ³⁰¹ abordaram a relação entre imprensa, empresários e ditadura. Pedro Henrique Pereira Campos³⁰², Marco Pestana³⁰³ e Ana Carolina Reginatto³⁰⁴ estudaram os setores de construção civil e mineração, destacando a aliança entre empreiteiras,

²⁹² BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização dos bancos estaduais*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2019.

²⁹³ MACARINI, José Pedro. A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973). *Economia e Sociedade* (Unicamp), Campinas, v. 16, 2007, pp. 343-369.

²⁹⁴ BRISO NETO, Joaquim Luiz Pereira. *O conservadorismo em construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as reformas financeiras da ditadura militar (1961-1966)*. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

²⁹⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

²⁹⁶ BRUNO, Regina Angela Landim. *Um Brasil Ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro/Seropédica: Mauad X/Edur, 2009.

²⁹⁷ MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Ditadura, Conflito e Repressão no Campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

²⁹⁸ SILVA, Carla Luciana. Imprensa e Ditadura militar. *Revista História & Luta de Classes*, v. 1, pp. 43-54, 2005.

²⁹⁹ RAUTENBERG, Edina. *A revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Marechal Cândido Rondon, Unioeste, 2013.

³⁰⁰ CEZAR Junior, Gervasio *Revista Visão: construção, organização e difusão do projeto neoliberal no Brasil na década de 1970*. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2011.

³⁰¹ ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo: ditadura militar, Lula X Collor, privatizações e a vitória do PT em 2002*. Curitiba: Prismas, 2015.

³⁰² CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014.

³⁰³ PESTANA, Marco Marques. *Complexificação da sociedade civil e ampliação seletiva do Estado brasileiro: o caso do programa de remoções de favelas no Rio de Janeiro, 1957-1973*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Niterói, 2018.

³⁰⁴ REGINATTO, Ana Carolina. *A ditadura empresarial-militar e as mineradoras: as relações entre os grandes grupos econômicos da mineração e o regime ditatorial brasileiro (1964-1988)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

Estado e capital estrangeiro. No campo das conexões internacionais e estratégias empresariais, Hernán Ramírez³⁰⁵ comparou o Ipes brasileiro a institutos argentinos como FIEL e Fundación Mediterránea, enquanto Martina Spohr³⁰⁶ e Elaine Bortone³⁰⁷ analisaram a articulação transnacional do capital e a ocupação do Estado por agentes ligados ao Ipes.

Felipe Loureiro³⁰⁸ e Rafael Moraes³⁰⁹ examinaram o empresariado industrial paulista e sua relação com o Estado durante a ditadura. Renato Lemos³¹⁰ e Matheus Santana³¹¹ identificaram aproximações entre empresários e militares, incluindo no interior da Escola Superior de Guerra. Por fim, sobre o envolvimento de empresas na repressão, Jorge José de Melo³¹² investigou o caso de Henning Boilesen e a Ultragás, enquanto Marcelo Almeida Carvalho Silva³¹³ analisou o papel da Volkswagen na repressão a operários. Esses trabalhos ilustram o estado da arte atual da pesquisa sobre o empresariado durante a ditadura, revelando

³⁰⁵ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Corporaciones en el poder. Institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina*: IPES, FIEL y Fundación Mediterránea. Buenos Aires: Lenguaje Claro, 2007.

³⁰⁶ SPHOR, Martina. “*American Way of Business*”: empresariado brasileiro e norteamericano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

³⁰⁷ BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar*: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

³⁰⁸ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. São Paulo: Edunesp, 2017.

³⁰⁹ MORAES, Rafael. O governo Castello Branco e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: as bases do “milagre” (1964-1967). *América Latina en la Historia Económica*, Cidade do México, v. 23, no 2, mai.ago. 2016, pp. 64-90.

³¹⁰ LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, pp. 33-66; LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-64. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (orgs.). *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 71-102.

³¹¹ SANTANA, Matheus Santos. O Massacre de Manguinhos: segurança nacional, desenvolvimento econômico e o campo científico da saúde na ditadura civil-militar, 1964-1971. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional), Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

³¹² MELO, Jorge José de. *Boilesen, um empresário da ditadura*: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2012.

³¹³ SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. As práticas de normalização da violência Utilizadas pela Volkswagen do Brasil durante a ditadura militar brasileira. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2018.

sua complexidade e centralidade no regime, e ampliando significativamente o escopo iniciado por autores clássicos como Dreifuss.

A leitura classista do golpe de 1964 proposta por Dreifuss ao analisar a atuação coordenada entre o empresariado e os militares na estruturação do novo regime, fornece um arcabouço teórico crucial para compreender o surgimento, décadas depois, da discussão sobre a responsabilidade empresarial no âmbito da Justiça de Transição brasileira. A partir da constatação de que terrorismo de Estado foi sustentado não apenas por instituições estatais repressivas, mas também por setores do empresariado articulados por organismos como o Ipes, tornou-se possível e necessário reavaliar o papel das empresas nas violações de direitos humanos contra trabalhadores.

A inclusão do tema da responsabilidade de empresas na CNV e o emblemático caso da Volkswagen do Brasil, marcam, nesse sentido, o início de uma reconfiguração da Justiça de Transição brasileira, que passaria a incorporar a dimensão econômica e estrutural da repressão ao reconhecer que a manutenção do terrorismo de Estado também esteve ancorado na participação e na ação direta de atores privados beneficiados pelas políticas do regime.³¹⁴

A partir das investigações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade tornaram públicas evidências da participação da empresa Volkswagen do Brasil em práticas repressivas durante o terrorismo de Estado brasileiro. O depoimento de um ex-trabalhador revelou que atos de tortura foram cometidos nas dependências da planta industrial da empresa, localizada em São Bernardo do Campo, região do ABC paulista. O chamado “caso Volks”, foi o primeiro caso de empresa acionada na justiça brasileira por crimes associados à repressão durante a ditadura.

A Volkswagen foi criada em 1930, por iniciativa do Partido Nacional-Socialista Alemão, com o objetivo de produzir automóveis acessíveis à população. A atuação da industrial da empresa começou em 1937 e, no ano seguinte, foram produzidos os primeiros veículos. Inspirado no modelo fordista de linha de montagem introduzida por Henry Ford, a unidade fabril da Volkswagen foi projetada para produção em massa.³¹⁵

Conforme os autores, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Volkswagen manteve sua presença no mercado global, tornando-se símbolo do “milagre alemão” na década de 1950. Em 1953, a montadora estabeleceu sua primeira filial no Brasil, em parceria com a família Monteiro Aranha. Durante o terrorismo de Estado brasileiro, a Volkswagen se

³¹⁴ TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe público...* Op. cit., p. 6.

³¹⁵ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; COSTA, Alessandra; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. A Volkswagen e a ditadura: a colaboração da montadora alemã com a repressão aos trabalhadores durante o regime civil-militar brasileiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 42, n. 89, 2022, pp. 147-148.

consolidou como líder de mercado no Brasil, impulsionada pela política de incentivo à indústria automobilística e à construção de rodovias, que favoreceram o transporte rodoviário.³¹⁶

Nos anos 1970, a Volkswagen se consolidou como a maior montadora do Brasil. A empresa foi responsável por 42% da produção nacional de veículos e 51% de automóveis em 1966. Cinco anos depois, esses mesmos índices foram, respectivamente, de 57% e 64%,³¹⁷ com destaque para a expansão de suas operações. A abertura de novas plantas fabris e a aquisição de empresas como a Vemag e a Chrysler do Brasil fortaleceram seu domínio no mercado.

Entretanto, de acordo Campos, Costa e Silva, a descoberta de que a Volkswagen do Brasil empregava, em 1967, o ex-oficial nazista Franz Paul Stangl revelou a convivência da empresa com indivíduos historicamente envolvidos em crimes contra a humanidade. Stangl havia sido comandante dos campos de extermínio de Sobibor e Treblinka durante a Segunda Guerra Mundial, onde foi responsável direto pelo assassinato de centenas de milhares de pessoas.

Sua contratação para atuar no setor de vigilância e controle dos trabalhadores da fábrica brasileira, para os autores, indica uma escolha funcional e ideológica, alinhada à prática de repressão e disciplina externa.³¹⁸ Aliás, a presença de oficiais e nazistas alemães nos países sob ditaduras no Cone Sul é uma constante nas denúncias internacionais como, por exemplo, o caso da *Colonia Dignidad*, no Chile, e a figura Paul Schafer.

Também é notável o caso de Klauss Barbie, conhecido como “carniceiro de Lyon”, responsável pela morte de mais de 4 mil pessoas quando atuou na França, sendo também responsável pela deportação de mais de 7 mil judeus para campos na Alemanha. Todavia, sua fuga após a guerra se deu para a América do Sul, instalando-se na Bolívia e depois no Peru. Assim,

Utilizando o nome de Klaus Altmann, Barbie estabeleceu-se com sua família em La Paz, na Bolívia. Enquanto o governo francês o julgava *in absentia*, sentenciando-o à morte, Barbie tornava-se um importante homem de negócios em La Paz. Com fortes ligações com o então partido governista boliviano, Barbie envolveu-se não apenas no comércio marítimo, mas também no tráfico de armas. Nos vinte anos seguintes, Barbie/Altmann recebeu a cidadania boliviana e um passaporte diplomático que lhe

³¹⁶ Ibidem, p. 149.

³¹⁷ Ibidem, p. 149.

³¹⁸ Ibidem, p. 150.

permitia viajar para a Europa e para os Estados Unidos sem quaisquer impedimentos.³¹⁹

Como se nota, a inserção de tais “personalidades” em ditaduras empresariais-militares no Cone Sul demonstra suas atuações em empresas, como homens de negócios ou como estruturadores dos sistemas repressivos onde atuaram.

Retornando ao caso Volkswagen, de acordo com Gaspari, a empresa esteve entre aquelas que colaboraram com o regime, fornecendo carros juntamente com a Ford,³²⁰ para a Operação Bandeirantes (Oban).³²¹ Essa participação evidencia uma ação conjunta entre setores do capital privado e o Estado, no qual empresas como Volkswagen, Folha de São Paulo, Ford, Supergel e Ultragás atuaram disponibilizando apoio logístico para o aparato repressivo.

O processo de expansão da Volkswagen do Brasil durante o terrorismo de Estado inseriu-se em um contexto mais amplo de favorecimento estatal a grandes conglomerados industriais, especialmente no setor automotivo. Segundo Campos, Costa e Silva, o plano para aumentar a produção de veículos, a partir de 1967, foi acompanhado de perto pelo governo federal, com investimentos na ampliação criação e pavimentação de rodovias.³²²

A política econômica do regime priorizava o desenvolvimento da malha rodoviária e incentivava a industrialização voltada para o consumo urbano, o que beneficiou diretamente empresas como a montadora alemã. A Volkswagen do Brasil procurava atrelar sua expansão ao próprio crescimento econômico do país, permitindo ampliar sua estrutura produtiva e seu contingente de trabalhadores. Dados apontam que o número de empregados da empresa saltou

³¹⁹ MUSEU DO HOLOCAUSTO. *Enciclopedia do Holocausto*. Klaus Barbie: o carniceiro de Lyon. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nikolaus-klaus-barbie-the-butcher-of-lyon>>. Acesso em: 04 jun. 2025.

³²⁰ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 62.

³²¹ A Oban foi criada com o intuito de centralizar as investigações e ações destinadas ao desmantelamento de organizações de esquerda, armadas ou não, sob a coordenação do Centro de Informações do Exército (CIE). Seu objetivo era aumentar a eficácia da repressão política por meio da articulação entre os órgãos de segurança pública (polícias civil e militar) e as Forças Armadas. O projeto contou com financiamento de grandes empresários paulistas e corporações multinacionais, com apoio institucional da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Registros históricos apontam o envolvimento financeiro e logístico de bancos como Bradesco e Mercantil de São Paulo, montadoras como Ford e General Motors, além dos grupos Ultra (Ultragás) e Folha, este último responsável por ceder veículos de entrega de jornais que eram utilizados como disfarce pelas equipes operacionais da Oban. Ver: MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Nasce a Oban, braço da tortura em SP: repressão e violência têm dinheiro de empresários e cobertura do governo*. Disponível em: <<https://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

³²² CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; COSTA, Alessandra, SILVA; Marcelo Almeida de Carvalho. A Volkswagen e a... Op. cit., p. 148.

de 50 mil, em 1966, para 150 mil, em 1975,³²³ demonstrando o papel estratégico da empresa na política industrial do período.

Todavia, essa expansão econômica não resultou em melhorias nas condições de trabalho. Ao contrário, os operários da Volkswagen foram alvo de medidas repressivas e de perda de direitos trabalhistas. Uma das principais medidas nesse sentido foi a extinção da estabilidade por tempo de serviço nas empresas com instituição do Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS).³²⁴

A Volkswagen adotou práticas semelhantes às observadas em outros setores econômicos, caracterizadas pela intensificação da exploração da força de trabalho, com reajustes salariais inferiores à inflação e com base em índices oficiais manipulados, que não refletiam o custo real de vida dos trabalhadores.

Além da contestação salarial, a empresa se beneficiou de incentivos institucionais que flexibilizavam a jornada de trabalho. A Volkswagen passou a estabelecer seus contratos baseados em horas extras, cujo cálculo influenciava diretamente o valor de benefícios trabalhistas como férias, 13º salários e FGTS.³²⁵ Essa prática não apenas sobrecarregava os trabalhadores, como também comprometia a integridade física e mental. Segundos dados apresentados por Marcelo Almeida de Carvalho Silva, a empresa chegou a registrar, na década de 1970, a impressionante marca de 300 mil horas extras pagas por mês.³²⁶

Esse quadro de intensificação do ritmo de produção teve como efeito uma elevação dos índices da produtividade. A quantidade de veículos produzidos por trabalhadores aumentou de 6,6 unidades por anos, em 1968, para 10,53, em 1973 e 11,86, em 1976.³²⁷ Embora esses números possam, à primeira vista, sugerir uma racionalização do processo produtivo e a adoção de tecnologias industriais mais avançadas, a literatura crítica aponta que boa parte desse aumento não se deu por ganho técnico, mas sim por meio da intensificação do trabalho humano por mecanismo de exploração.

Além dos danos à saúde, questionadas pelos trabalhadores que denunciaram ambientes insalubres, ausência de protocolos adequados de segurança, negligência médica em relação à saúde ocupacional e exposição diária a agentes químicos e físicos nocivos, como gases

³²³ Ibidem, p. 150.

³²⁴ Ibidem, p. 150.

³²⁵ Ibidem, p. 151.

³²⁶ Ibidem, p. 151.

³²⁷ Ibidem, p. 151.

irritantes, névoas ácidas e poeira de lã de vidro, a precariedade da segurança nas instalações da Volkswagen refletia um padrão nacional de descaso com o trabalhador.³²⁸

Segundo Ana Beatriz Ribeiro Silva, entre os anos de 1970 e 1991, estatísticas do INSS apontam que ocorreram 28.271.828 acidentes de trabalho no Brasil.³²⁹ No caso da Volkswagen, no primeiro semestre de 1970, foram registradas, segundo relatos de operários, cinco mortes por acidentes na unidade de São Bernardo do Campo.³³⁰

As mortes de operários, relatadas em panfletos apreendidos e encaminhados ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), ocorreram por diferentes formas, como esmagamento em prensas, explosões e incêndios, demonstrando que os acidentes não eram eventos isolados, mas parte de um padrão recorrente em ambientes de trabalho marcado por jornadas de trabalho exaustivas e medidas insuficientes de proteção.³³¹ O excesso de horas extras, aliadas às negligências no fornecimento de equipamentos de segurança compunham um cenário que colocava os trabalhadores em risco constante.

Contudo, o que torna esse caso ainda mais significativo do ponto de vista histórico é a atuação da empresa como colaboradora ativa do terrorismo de Estado. Ao encaminhar panfletos apreendidos a órgãos repressivos como o Deops, a Volkswagen não apenas exercia um controle interno sobre os trabalhadores, mas também contribuía com a repressão política estatal.³³² A empresa mantinha fichas detalhadas dos funcionários, contendo informações pessoais e registros de atividade políticas, como participação em sindicatos, greves ou distribuição de materiais considerados “subversivos”.

O fato de, em 1970, o setor de segurança industrial da Volkswagen estar sob o comando de um militar como o major Ademar Rudge é expressivo dessa colaboração entre empresas e o terrorismo de Estado.³³³ Essa nomeação revela a inexistência de barreiras entre os domínios da empresa e do Estado no que se refere às violações de direitos humanos contra trabalhadores.

³²⁸ Ibidem, p. 152.

³²⁹ SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Paco Editorial, 2019. p 21.

³³⁰ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; COSTA, Alessandra, SILVA; Marcelo Almeida de Carvalho. A Volkswagen e a... Op. cit., p. 152.

³³¹ Ibidem, p. 152.

³³² Ibidem, p. 152.

³³³ Ibidem, p. 154.

Conforme o primeiro *Informe Público* do CAAF/Unifesp, a investigação contra a Volkswagen do Brasil teve início em 2016, a partir de uma representação encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF). Essa representação, segundo Teles, Osmo e Calazans, foi resultado da articulação de diversos atores sociais e instituições, como centrais sindicais, sindicatos, integrantes de Comissões e Comitês de Verdade, como o Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP), grupo voltado à investigação da repressão a trabalhadores, defensores de direitos humanos e de ex-trabalhadores diretamente afetados pelas ações de empresas. Esses mesmos agentes já vinham se mobilizando anteriormente pela inclusão das violações contra trabalhadores na pauta das comissões da verdade.³³⁴

Essa reivindicação foi acolhida no âmbito da CNV, por meio da atuação da comissionada Rosa Cardoso, responsável por coordenar o grupo de trabalho encarregado da redação do *Texto 2- Violações de direitos humanos dos trabalhadores*, incorporado ao segundo volume do relatório final. Esse documento segundo do primeiro *Informe Público* do CAAF/Unifesp, em conjunto com o *Texto 8- Civis que colaboraram com a ditadura*, também do segundo volume, identificou a Volkswagen do Brasil e outras empresas como colaboradoras diretas nas práticas repressivas e violadoras de direitos durante a ditadura.

Em resposta à representação, o MPF instaurou um inquérito civil que passou a tramitar em conjunto com investigações paralelas conduzidas pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). O inquérito durou cerca de cinco anos e resultou na produção de um robusto conjunto probatório que evidenciou a atuação da Volkswagen nas violações de direitos humanos dos trabalhadores.³³⁵

Em razão dessa demanda, optou-se pela contratação de um pesquisador autônomo com expertise na temática, com o objetivo de subsidiar tecnicamente a investigação. Assim, foi contratado o cientista político Dr. Guaracy Mingardi, por meio da Instituto de Pesquisa e informação em políticas Públicas Ltda., com financiamento proveniente do próprio MPF.³³⁶

Paralelamente, a empresa Volkswagen, por intermédio de sua matriz na Alemanha, também encomendou uma investigação independente sobre o tema. Para isso, contratou o professor Christopher Kopper, da universidade de Bielefeld, da Alemanha. Kopper teve acesso

³³⁴ TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe...* Op. cit., p. 5.

³³⁵ Ibidem, p. 5.

³³⁶ BRASIL. Ministério Público Federal; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Trabalho. *Relatório conjunto: Direitos humanos, empresas e justiça de transição - o papel da Volkswagen do Brasil na repressão política durante a ditadura militar*, outubro de 2020, p. 5.

irrestrito ao material produzido pelo MPF e pelo MPS, o que lhe possibilitou uma análise ampla do processo investigativo brasileiro.

No entanto, conforme o relatório conjunto, o mesmo nível de transparência não foi observado na direção oposta: os documentos e informações disponibilizados pela Volkswagen ao pesquisador alemão contratado não foram compartilhados com as autoridades brasileiras, o que configurou um desequilíbrio à acesso à informação entre as partes.

O relatório final do MPF adotou, como ponto de partida, as conclusões apresentadas por ambos os pesquisadores independentes, cujos trabalhos foram posteriormente reavaliados e complementados com base nas demais evidências reunidas ao longo das investigações. Dentre as condutas apuradas, destacam-se a vigilância sistemática de empregados; o repasse de informações aos órgãos de repressão, cientes de que tais dados poderiam levar a prisões ilegais e sessões de tortura; a facilitação de detenções dentro das dependências da empresa; o engano deliberado de familiares sobre o paradeiro de trabalhadores detidos; e a repressão ao exercício de direitos como greve e a liberdade sindical.³³⁷

Os inquéritos civis instaurados contra a Volkswagen do Brasil foram oficialmente encerrados em 2020 com a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme registrado no relatório conjunto elaborado pelo MPF, MPSP e MPT. A celebração do TAC teve como objetivo principais evitar o prolongamento de um litígio judicial e, simultaneamente, promover iniciativas voltadas à promoção de verdade histórica, à preservação da memória e à reparação das violações de direitos cometidos no contexto da ditadura no Brasil.³³⁸

No acordo, a Volkswagen do Brasil assumiu uma série de compromissos financeiros. Entre eles, destacou-se a destinação de R\$ 9 milhões aos fundos federal e estadual de defesa de direitos difusos, a publicação de uma declaração pública em veículos de grande circulação, reconhecendo sua participação no aparato repressivo, e a doação de R\$ 16,8 milhões à Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Volkswagen, valor que deveria beneficiar diretamente ex-funcionários e seus familiares atingidos pelas ações da empresa no do terrorismo de Estado.³³⁹

Além disso, foram destinados R\$ 10,5 milhões para o financiamento de projetos voltados à promoção da memória e da verdade, bem como para instituições de pesquisa

³³⁷ TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe Público...* Op. cit., p. 5-6.

³³⁸ Ibidem, p. 7.

³³⁹ Ibidem, p. 7.

dedicadas ao estudo da responsabilização empresarial com a ditadura. Do total de recursos previstos no TAC celebrado com a Volkswagen do Brasil, R\$ 4,5 milhões foram alocados ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp), em maio de 2021.³⁴⁰

Essa destinação evidenciou o compromisso assumido no âmbito do acordo com ações à promoção da memória, da verdade e da justiça. Especificamente, R\$ 2,5 milhões foram direcionados ao apoio de atividades do CAAF voltadas à identificação de pessoas desaparecidas durante o terrorismo de Estado brasileiro, contribuindo para a reparação aos vitimados e seus familiares³⁴¹.

Os dois milhões restantes foram destinados à gestão e coordenação de pesquisas voltadas à investigação da cumplicidade e responsabilização de outras empresas com o terrorismo de Estado, ampliando, assim, o escopo investigativo e fortalecendo a agenda de Justiça de Transição por meio da produção de conhecimento acadêmico e pericial sobre as conexões entre o setor empresarial e o aparato repressivo.

Apesar dos avanços representados pela celebração do TAC entre a Volkswagen do Brasil e os Ministérios Públicos, importantes agentes envolvidos no processo expressaram críticas em relação ao desfecho das negociações. Entre esses atores, destacam-se Rosa Cardoso, Sebastião Neto, Adriano Diogo, Adriana Gomes Santos, José Luiz Del Rojo e Antonio Fernandes Neto.³⁴²

Segundo esses críticos, o acordo estabelecido ficou aquém das reivindicações feitas ao longo de cinco anos de negociações. Eles criticam a destinação dos recursos para projetos que não refletem as prioridades históricas e simbólicas dos vitimados e suas organizações, como o projeto *Lugares de Memória das Lutas dos Trabalhadores*.³⁴³

³⁴⁰ Ibidem, p. 7.

³⁴¹ Ibidem, p. 7.

³⁴² Rosa Cardoso, comissionária da CNV (2012-2014) e coordenadora do Grupo de Trabalho *Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical* (GT-13); Sebastião Neto, secretário-executivo do Grupo de Trabalho *Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical* (GT-13) da CNV (2013-2014) e coordenador do IIEP; Adriano Diogo, presidente da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva (2012-2015); Adriana Gomes Santos, coautora da representação que denunciou a Cia. Docas de Santos por cooperação com a ditadura; José Luiz Del Rojo, ex-senador da República Italiana e diretor do Instituto Astrojildo Pereira e Antonio Fernandes Neto, coautor da representação que denunciou a Cia. Docas de Santos por cooperação com a ditadura.

³⁴³ ESQUERDA ONLINE. Ativistas de Direitos Humanos criticam acordo com a Volkswagen sobre cumplicidade com a ditadura. *Esquerda Online*, 24 set. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/09/24/ativistas-de-direitos-humanos-criticam-acordo-com-a-volkswagen-sobre-cumplicidade-com-a-ditadura/>. Acesso em: 9 maio 2025.

Outro ponto abordado pelos críticos refere-se à responsabilidade das empresas por crimes cometidos durante o terrorismo de Estado. A Volkswagen buscou reformular sua participação no regime como um “desvio de conduta” de indivíduos, e não como uma política institucional de participação com o aparato repressivo. Segundo os agentes envolvidos no processo, “*o que incomoda a Volkswagen é a imagem e o marketing*”,³⁴⁴ e isso pode ser visto como um mecanismo de negação histórica, que impede o reconhecimento de verdade.

Sobre o processo de formalização do TAC, segundo os críticos, os representantes dos vitimados e das organizações envolvidas não foram informados sobre a assinatura do acordo, e suas manifestações contrárias não foram levadas em consideração pelo MPF. O caso da Volkswagen do Brasil é analisado pelos seus críticos como a persistência da impunidade em relação aos crimes de violações de direitos humanos no terrorismo de Estado brasileiro.

Outra controvérsia da Volkswagen do Brasil aconteceu no envolvimento em sua relação como a exploração de fazendas na Amazônia, com graves impactos socioambientais. Conforme divulgado pela *Agência Pública*,³⁴⁵ a Volkswagen manteve, durante 12 anos, a fazenda Vale do Rio Cristalino, no estado do Pará, onde foram registrados diversos casos de trabalho análogo à escravidão, com financiamento do Estado brasileiro. Os testemunhos colhidos apontam para quatro mortes por omissão de socorro, incluindo dois casos de malária sem tratamento adequado e dois bebês, quatro execuções exemplares, sete episódios de agressões físicas, um caso de estupro e um desaparecimento forçado.

Dentre os relatos fornecidos pela reportagem, destaca-se o de Raimundo Batista de Souza, traficado aos 4 anos, em 1984, para a fazenda da Volkswagen junto a seus irmãos e outros jovens, oriundos de Porto Nacional, estado do Tocantins. Segundo seu depoimento ao MPT, além da separação forçada entre familiares para dificultar possíveis mobilizações, os trabalhadores viviam sob condições extremamente degradantes, com alimentação precária, adoecimento recorrente e administração de medicamentos por pessoas não qualificadas.³⁴⁶

Segundo a reportagem, as denúncias das violações de direitos humanos só ganharam visibilidade após a pressão internacional, especialmente por parte da imprensa alemã, o que revela o papel limitado e omissor das instituições brasileiras em fiscalizar grandes grupos econômicos durante o período. Em 1983, uma comissão mista de parlamentares, sindicalistas,

³⁴⁴ Ibidem.

³⁴⁵ OLIVEIRA, Marcelo. Volkswagen manteve por 12 anos fazenda com trabalho escravo no PA financiada pela ditadura. *Agência Pública*, 31 jan. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/01/volkswagen-manteve-por-12-anos-fazenda-com-trabalho-escravo-no-pa-financiada-pela-ditadura/>. Acesso em: 7 maio 2025.

³⁴⁶ Ibidem.

jornalistas e representantes da Igreja visitou a propriedade, a convite do então presidente da empresa, Wolfgang Sauer. Durante a visita, mesmo diante do evidente temor dos trabalhadores, foi possível registrar a existência de práticas coercitivas, com a vigilância armada por parte dos chamados “gatos”³⁴⁷ e a entrega de fugitivos à polícia local.³⁴⁸

A partir de 2019, foi instaurada uma investigação pelo MPT, com base em relatos colhidos desde os anos de 1980 por agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), como o professor e ex-padre Ricardo Rezende Figueiredo relacionados a práticas de trabalho escravo na fazenda Vale do Rio Cristalino, subsidiária da Volkswagen do Brasil. Conforme destaca Oliveira na reportagem, essa investigação representou um marco na responsabilização empresarial pela participação no terrorismo de Estado. Os relatos, depoimentos e registros acumulados ao longo de décadas, sustentaram a abertura formal contra a empresa.

Em dezembro de 2024, o MPT ajuizou uma ação civil pública contra a Volkswagen do Brasil. Era a primeira vez em que a justiça brasileira analisou judicialmente a participação de empresas em crimes de violação de direitos humanos durante a ditadura. A ação, que tramita na Vara do Trabalho de Redenção no estado do Pará, solicitou que a empresa seja responsabilizada por tráfico de pessoas e condições análogas à escravidão, com pedido de indenização no valor de R\$ 165 milhões. O processo refere-se ao período entre 1974 e 1986, quando a montadora operava a fazenda com apoio financeiro da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco da Amazônia (Basa), dentro da política de incentivo à ocupação da Amazônia promovido pelo regime.³⁴⁹

A ação baseia-se em depoimentos de 42 vitimados e 11 testemunhas, além do relato de um aliciador que admitiu o tráfico. Tal como relatado na entrevista, os trabalhadores viviam em condições precárias, sendo submetidos a trabalho forçado, dívidas ilegais em cantinas, vigilância armada e negligência médica. O caso ganhou destaque não apenas pelo volume de provas e a gravidade das violações, mas por representar uma tentativa inédita de responsabilizar judicialmente uma empresa multinacional pela sua atuação durante o terrorismo de Estado brasileiro.

Até o momento, o único precedente é um acordo firmado anteriormente com a Volkswagen por violações cometidas na fábrica de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo. Somado a estas iniciativas, o CAAF/Unifesp, por meio dos recursos do TAC da

³⁴⁷ Recrutadores de mão de obra, que trabalhavam diretamente para a montadora.

³⁴⁸ OLIVEIRA, Marcelo. Volkswagen manteve... Op. cit.

³⁴⁹ Ibidem.

Volkswagen, financiou projetos coletivos de pesquisa e que tiveram, como objetivo principal, investigar a cumplicidade e a responsabilidade de empresas, nacionais e estrangeiras, nas graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura brasileira (1964-1985). Os estudos articulam um recorte temporal, centrado no período autoritário, a um recorte espacial e prático, voltado à identificação de crimes cometidos no interior das empresas, bem como sua participação nas ações repressivas do Estado.³⁵⁰ A partir da seleção de um conjunto de empresas mencionadas no relatório final da CNV, em investigações do MPF e em pesquisas acadêmicas já consolidadas, buscou-se compreender como se deu a participação empresarial com os órgãos de repressão, por meio de práticas como o monitoramento da atividade sindical, fornecimento de recursos logísticos e infraestrutura para a prisão e tortura de trabalhadores, inclusive em espaços corporativos.³⁵¹

O projeto também pretendeu analisar os conflitos entre empresas e trabalhadores durante o regime, bem como os eventuais benefícios econômicos obtidos pelas empresas. Partiu-se do entendimento de que tais condutas caracterizariam colaboração com o terrorismo de Estado e, portanto, com crimes contra a humanidade, cujos efeitos persistem enquanto não forem plenamente reconhecidos, documentados e reparados.³⁵²

Nesse sentido, em um primeiro momento, entre 2021 e 2023, foram investigadas dez empresas. São elas: Aracruz Celulose, Cobrasma, CSN, Docas, Fiat, Folha de S. Paulo, Itaipu, Josapar, Paranapanema e Petrobras.³⁵³ Em um momento seguinte, entre 2023 e 2024, o caso de três outras empresas foi estudado: Belgo-Mineira, Embraer e Mannesmann.³⁵⁴

A escolha das empresas se deveu a um critério de cobrir grande parte do território brasileiro. Isso foi importante porque demonstrou, dentre outras coisas, que a ditadura e as empresas atuaram em todo território nacional, com repercussões que são mais profundas do que se imaginava previamente e que as pesquisas identificaram. Apenas a região centro-oeste do Brasil não foi coberta pelas investigações iniciais. Contudo, isso não significa que as violações não ocorreram naquela parte do território. Ao contrário, indica a necessidade de se seguirem as pesquisas sobre as atuações empresariais e suas responsabilidades, vínculos e benefícios adquiridos com a ditadura.

³⁵⁰ TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe público...* Op. cit., p. 7.

³⁵¹ *Ibidem*, p. 8.

³⁵² *Ibidem*, p. 9.

³⁵³ TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe público...* Op. cit.

³⁵⁴ *Ibidem*.

As sínteses dos estudos produzidos pelos grupos de pesquisa vinculados ao projeto, foram sistematizadas e publicadas pela equipe do CAAF/Unifesp no *Informa Público*, lançado em 2023. Esse documento constituiu um instrumento de divulgação científica e de prestação de contas à sociedade, reunindo os principais resultados obtidos a partir da análise documental, testemunhal e histórica sobre a participação de empresas com o aparato repressivo do regime no Brasil.³⁵⁵

A publicação dos resultados foi acompanhada da realização do I Seminário Ditadura, Empresas e Violações de Direitos, ocorrido em junho de 2023, na Universidade Federal de São Paulo.³⁵⁶ O evento representou um espaço de socialização do conhecimento produzido, de debate interdisciplinar e de articulação entre pesquisadores, instituições públicas e movimentos sociais, reforçando o papel da universidade pública como mediadora entre produção acadêmica e intervenção no espaço público, marco das políticas de memória, verdade e justiça.

Assim, a Itaipu, dentre todas estas empresas, é objeto central desta dissertação, em particular as relações empreendidas nas violações de direitos humanos dos trabalhadores durante os anos de construção da hidrelétrica. Mesmo considerando que camponeses e povos originários, com destaque para os Avá-guaranis, também sofreram com as atuações da própria Itaipu Binacional e os consórcios de empreiteiras que atuaram nas obras.

³⁵⁵ Ibidem, p. 5.

³⁵⁶ Ibidem, p. 5.

2 VIOLÊNCIA E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM: VIGILÂNCIA, REPRESSÃO E PERSEGUIÇÃO A TRABALHADORES PELA ITAIPU BINACIONAL

2.1 Histórico da construção da barragem

O planejamento de uma hidrelétrica no rio Paraná, especificamente na área atualmente ocupada pela usina de Itaipu, remonta, pelo menos, à década de 1950. Conforme Brandão e Campos, em 1953, foi criada a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), com o objetivo de promover estudos técnicos e estratégicos sobre o aproveitamento do potencial hidrelétrico na região da bacia do rio Paraná.³⁵⁷

Segundo Moreno, em 1958, “*el Servicio Regional de Obras de la 5° Región Militar realizo estudios para instalar servicios eléctricos en Guairá para los brasileños*”.³⁵⁸ Esses estudos preliminares para o aproveitamento hidrelétrico da região de Salto del Guairá revelam, desde o início, a forma como as relações entre Paraguai e Brasil foram estabelecidas. Já no início da década de 1960, durante o governo de Juscelino Kubistchek, foi promovido o Primeiro Congresso de Energia Elétrica de Guaíra, evento de significativa relevância técnica e política, no qual foram discutidas alternativas para o usos do potencial energético do rio Paraná.

No entanto, conforme o autor, a ausência de representantes paraguaios nesse congresso reviveu antigas questões de fronteira,³⁵⁹ demonstrando a desconsideração do Paraguai no planejamento.³⁶⁰ Durante o governo de Jânio Quadros, em 1961, foi determinado ao Serviço de

³⁵⁷ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu durante a ditadura: violações de direitos e favorecimento a grandes grupos econômicos. *Projeto História*, São Paulo, v. 77, ma./ago., 2023, p. 12.

³⁵⁸ MORENO, Juan Antonio Pozzo. *Itaipú: memoria de un fraude*. Asunción, Paraguai: Mercurio S.A., 2013, p. 58.

³⁵⁹ As tensões e negociações bilaterais entre Brasil e Paraguai nas décadas de 1950 e 1960, particularmente em torno do aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, reacenderam debates implícitos sobre soberania e controle territorial na região de fronteira. Esses desdobramentos resgataram, questões associadas à Declaração de 1872, que corresponde ao Tratado de Paz e Fronteiras (ou Tratado Loizaga-Cotegipe), firmado em 9 de janeiro em Assunção. O tratado estabeleceu os limites definitivos entre os dois países após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, formalizando a resolução das disputas territoriais resultantes do conflito.

³⁶⁰ MORENO, Juan Antonio Pozzo. *Itaipú: memoria....* Op. cit., p. 58.

Navegação da Bacia do Prata (SNBP) a sistematização dos estudos existentes sobre o potencial hidrelétrico da região de Salto Guaíra.

Como resultado, o SNBP elaborou e apresentou um anteprojeto que previa a instalação de duas usinas hidrelétricas, uma localizada em Prainha e outra em Arroyo Guazú. O projeto indicava o potencial da região para suprir as demandas energéticas não apenas no Brasil, mas também dos países vizinhos, Argentina e Paraguai, configurando-se como uma proposta de grande relevância para a integração energética regional.

Segundo Moreno, “*el material reunido era insuficiente, faltaba un planeamiento general tecnicamente fundamentado para la utilización del potencial energético para la regularización del río Paraná arriba y abajo del Salto*”.³⁶¹ João Goulart se empenhou, desde o início, na construção de uma usina na região de Sete Quedas. Durante o seu governo, o Estado brasileiro contratou o escritório do engenheiro Octávio Marcondes Ferraz para a elaboração de um anteprojeto de uma hidrelétrica no local. O estudo resultante propôs a instalação de uma usina com capacidade estimativa de 10.000 MW, localizada integralmente em território brasileiro.³⁶²

O Brasil recebeu proposta da URSS para prestar assistência técnica no desenvolvimento de projetos hidrelétricos no país.³⁶³ Essa oferta baseava-se no acúmulo soviético na construção de grandes usinas hidrelétricas, como a de Krasnoyarsk, localizada na Sibéria, e a de Assuã, no Egito.

Segundo o site *Documentos Revelados*, em 1964, no contexto das negociações em torno do aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, o diplomata José Jobim foi enviado para o Paraguai pelo então presidente João Goulart com a missão de tratar de acordos bilaterais relacionados à construção de uma usina na fronteira entre os dois países. Entre os pontos centrais das tratativas, destacava-se a possibilidade de adquirir turbinas russas.³⁶⁴

José Jobim tornou-se, nos anos seguintes, uma figura central para a compreensão das denúncias de corrupção envolvendo a construção de Itaipu. Conhecedor profundo dos bastidores do projeto, o diplomata teria reunido um acervo de documentos sigilosos revelando

³⁶¹ Ibidem, p. 59.

³⁶² CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da Usina... Op. cit., p. 12.

³⁶³ Ibidem, p. 12.

³⁶⁴ DOCUMENTOS REVELADOS. *Corrupção na construção da Usina de Itaipu pode ter motivado a morte do embaixador José Jobim*. Publicado em: 23 dez. 2014. Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/corrupcao-na-construcao-da-usina-de-itaipu-pode-ter-motivado-a-morte-do-embaixador-jose-jobim/>>. Acesso em: 13 maio 2025.

negociatas, sobrepreços e esquemas de corrupção envolvendo autoridades civis e militares, tanto do Brasil quanto do Paraguai.³⁶⁵

Segundo relatos de familiares e fontes documentais, José Jobim preparava-se para escrever um livro no qual detalharia os desvios e irregularidades ocorridos durante a construção de Itaipu. No entanto, em 24 de março de 1979, o diplomata foi encontrado morto próximo à ponta da Joatinga, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Seu corpo foi encontrado por um gari e as circunstâncias de sua morte foram rapidamente classificadas como suicídio pelas autoridades da época, versão que foi amplamente contestada por amigos e familiares, especialmente porque Jobim havia deixado anotações e bilhetes sugerindo que estava sendo ameaçado.³⁶⁶

Desde então, sua morte passou a ser considerada por estudiosos e órgãos de direitos humanos como um provável assassinato político, possivelmente vinculado às denúncias que ele pretendia tornar públicas. Essas denúncias se inserem em um contexto de terrorismo de Estado implantado no Brasil. Com o golpe de 1964, as orientações políticas e econômicas do período anterior foram interrompidas. A ditadura promoveu uma reorientação tanto da política externa quanto dos projetos de infraestrutura em curso, como o da usina de Itaipu.

O Paraguai, sob o terrorismo de Estado de Alfredo Stroessner, viu no projeto uma ameaça, não apenas devido ao seu conteúdo técnico, mas também pelo que considerava uma “*extrema presión militar sobre las determinaciones de Itamarati*”.³⁶⁷ Stroessner, procurou os Estados Unidos para expressar sua insatisfação com o projeto expansionista e sua preocupação com a construção da usina em sete Quedas.³⁶⁸

Em 1964, militares brasileiros, com participação da sociedade civil, como o empresariado, depuseram o governo de João Goulart. Já em 1965, conforme Moreno, um destacamento militar brasileiro, composto por um sargento e sete soldados, foi enviado para Puerto Renato, uma região na fronteira entre Paraguai e Brasil.³⁶⁹

³⁶⁵ BORGES, André. Itaipu na ditadura: mais de 100 operários mortos e 43 mil acidentes na construção. *A Pública*, 19 jun. 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/06/itaipu-na-ditadura-mais-de-100-operarios-mortos-e-43-mil-acidentes-na-construcao/>>. Acesso em: 13 maio 2025.

³⁶⁶ Ibidem.

³⁶⁷ MORENO, Juan Antonio Pozzo. *Itaipú: memoria...* Op. cit., p 67.

³⁶⁸ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da Usina... Op. cit., p. 12.

³⁶⁹ MORENO, Juan Antonio Pozzo. *Itaipú: memoria...* Op. cit., p. 66-67.

A presença militar brasileira nessa área foi justificada, conforme o marechal Humberto Castelo Branco, como uma necessidade de vigilância e controle, com o objetivo de prevenir a formação de grupos guerrilheiros³⁷⁰ e o contrabando. Essa justificativa refletia a visão do terrorismo de Estado de que a segurança nacional deveria ser uma prioridade, e a presença das forças armadas na fronteira visava garantir a ordem do regime.

O projeto inicial de aproveitamento hidrelétrico, conhecido como “Sete Quedas”, foi concebido ainda durante o governo Jango. Diante do acirramento das disputas na região e das exigências diplomáticas do Paraguai, o governo brasileiro, sob a presidência do general Castelo Branco, readequou o projeto original, abandonando a proposta unilateral de exploração do potencial hidrelétrico.

Esse reposicionamento se caracterizou na assinatura da Ata das Cataratas, também conhecida como Atas do Iguaçu. O documento, de 1966, estabelecia os princípios para a construção de uma usina hidrelétrica binacional em trecho situado na fronteira entre os dois países.³⁷¹ A partir desse acordo, foi criada a Comissão Mista Brasil-Paraguai, que ficou encarregada de conduzir os estudos técnicos e negociações que culminaram, anos mais tarde, no Tratado de Itaipu, de 1973 e na construção da usina durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, a partir de 1975.

As negociações para a implementação das obras da usina de Itaipu envolveram, de maneira estratégica, a atuação de grupos empresariais nacionais e multinacionais, os quais, segundo Sessi, colaboraram secretamente para a modificação do projeto original da Hidrelétrica Federal das Sete Quedas.³⁷² Este projeto havia sido encomendado pelo governo de João Goulart, antes do golpe de 1964, e elaborado pelo engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, em 1962. As alterações promovidas foram significativas, tanto no que se refere à estrutura do empreendimento quanto à localização inicialmente proposta, situada abaixo do extinto Salto das Sete Quedas, posteriormente submersos em 1982.³⁷³ No contexto do terrorismo de Estado,

³⁷⁰ Entre esses grupos destacaram-se o Movimento 14 de Mayo, a Frente Unido de Liberación Nacional (FULNA), a Organización Política Militar, o Movimento Paraguayo de Libertación (MOPAL) e o Ejército Revolucionario Paraguayo.

³⁷¹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da Usina... Op. cit., p. 12-13.

³⁷² SESSI, Valdir. *A barragem de Itaipu e suas fendas políticas: do estudo pioneiro de Octávio Marcondes Ferraz ao projeto definitivo: a fronteira, os grupos políticos e as empresas que desenharam a forma definitiva da barragem (1962–1985)*. 2023. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023, p. 58.

³⁷³ Ibidem, p. 61.

o consórcio binacional formado por Brasil e Paraguai, encarregado da futura construção da usina, cancelou as negociações com os russos e optou por adquirir equipamentos da empresa Siemens,³⁷⁴ umas das principais multinacionais alemãs do setor eletrônico.

A Ata de Iguaçu incorporava uma série de cláusulas que refletiam não apenas os interesses técnicos e econômicos, mas também as estratégias e planos políticos. Entre os pontos centrais, destaca-se o compromisso do Brasil com a retirada de tropas de seu Exército do território paraguaio. Além disso, a Ata previa a realização de estudos conjuntos sobre o potencial hidroelétrico de Salto Guairá, trecho do rio Paraná declarado em condomínio binacional.³⁷⁵

Outro elemento central do acordo era a divisão equitativa da energia elétrica gerada ao longo do curso do Rio Paraná, desde o Salto de Guaíra nas Sete Quedas e o Rio Iguaçu. Este dispositivo assegurava que os benefícios decorrentes da exploração energética seriam distribuídos de forma assimétrica.

A Ata estabelecia que a energia excedente, aquela que não fosse consumida por um dos países, poderia ser adquirida pelo outro mediante o pagamento de um “justo preço”, e com direito de preferência.³⁷⁶ Tal cláusula antecipava mecanismos que seriam retomados no Tratado de Itaipu (1973) e que procurava equilibrar interesses econômicos com a soberania nacional de cada país.

Por fim, a Ata previa a suspensão *sine die* dos trabalhadores da Comissão Mista,³⁷⁷ indicando uma suspensão indefinida das disputas limítrofes e priorizando, naquele contexto, uma agenda de cooperação em infraestrutura. Sete anos depois, a Ata de Iguaçu sofreu notáveis alterações que são perceptíveis no Tratado de Itaipu.

³⁷⁴ A empresa alemã Siemens teve participação no Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha, assinado em 1975, refletindo a convergência entre interesses empresariais e estratégias geopolíticas durante o regime no Brasil. Além disso, em 1983, a Siemens foi responsável pela instalação do primeiro rotor dos 18 geradores da usina hidrelétrica de Itaipu, consolidando sua atuação no setor energético brasileiro. Para uma análise mais detalhada, ver: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Ditadura, política nuclear e interesses empresariais: a participação da Siemens no Acordo de Cooperação Nuclear Brasil - Alemanha. *Revista Continentes*, Seropédica, ano 9, n. 16, 2020, p. 153.

³⁷⁵ BRASIL; PARAGUAI. Ata de Iguaçu de 22.06.1966. Publicado no Diário Oficial da União, 08 ago. 1966, p. 9.061-9.062. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/af_df/ataiguacu.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

³⁷⁶ BRASIL; PARAGUAI. Ata de Iguaçu de 22.06.1966. Publicado no Diário Oficial da União, 08 ago. 1966, p. 9.061-9.062. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/af_df/ataiguacu.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

³⁷⁷ MORENO, Juan Antonio Pozzo. *Itaipú: memoria....* Op. cit., p. 73.

Em 26 de abril de 1973, os presidentes Médici e Alfredo Stroessner assinaram o Tratado de Itaipu para a construção da hidrelétrica, localizada à 14 quilômetros da cidade de Foz do Iguaçu. O tratado previa o aproveitamento do rio Paraná para a construção de uma barragem, no limite territorial entre os dois países. A hidrelétrica seria a maior do mundo até então, com capacidade instalada de 14 mil megawatts.³⁷⁸

O Tratado de Itaipu sofreu modificações interpretativas e normativas ao longo das décadas seguintes, especialmente no que se refere ao regime de comercialização da energia excedente gerada pela usina. Uma das mudanças centrais foi a substituição do direito de preferência pelo direito de aquisição da energia excedente. Originalmente, segundo Moreno, o direito de preferência conferido ao Brasil na primazia na compra da energia não utilizada pelo Paraguai, mantinha intacta a soberania paraguaia sobre essa energia.³⁷⁹ Isso significava que, mesmo havendo preferência brasileira, o Paraguai conservava a prerrogativa de decidir sobre a venda ao melhor comprador, o que permitia a comercialização a terceiros em condições mais vantajosas.

No entanto, com o passar do tempo, essa concepção foi substituída por um regime de direito de aquisição exclusivo. A partir dessa interpretação, ambos os países passaram a ter a faculdade de adquirir, em parte iguais, a energia excedente que o outro não consumisse, mediante o pagamento de uma compensação financeira. Essa compensação foi estabelecida com o “preço justo” que, na prática, não correspondia ao valor de mercado da energia elétrica, mas sim a um valor fixado bilateralmente, em geral, mais baixo do que o praticado internacionalmente.³⁸⁰

Essa modificação teve consequências para a soberania energética do Paraguai. A energia excedente não utilizada pela *Administración Nacional de Electricidad* (ANDE) passou a ser destinada integralmente ao Brasil, ao lado direito do rio Paraná. A alocação da energia “não utilizada” como prerrogativa brasileira foi, segundo parte da literatura crítica, uma forma de assegurar ao Brasil o usufruto quase exclusivo da energia gerada, mesmo quando esta originava-se da cota paraguaia.

Para Brun, Florentín e Masi, a posse conjunta do rio significa que nenhum dos dois países poderia explorar unilateralmente seu potencial energético sem considerar os interesses

³⁷⁸ Atualmente, Itaipu é a segunda maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas de Três Gargantas, na China, que possui uma capacidade instalada de 22.500 megawatts.

³⁷⁹ MORENO, Juan Antonio Pozzo.... *Op. Cit.*, p 75.

³⁸⁰ *Ibidem*, p 75.

do outro. Isso levou ambos os governos a estarem vigilantes contra qualquer tentativa isolada de aproveitamento do rio. Essa vigilância mútua e o interesse comum em desenvolver infraestrutura energética acabaram por estreitar os laços entre os dois países.³⁸¹

A proposta implícita era que, ao construir a barragem e inundar a área com o reservatório da usina, incluindo os saltos, o problema territorial seria literalmente “submerso”.³⁸² Essa manobra eliminaria os marcos geográficos contestados, encerrando o litígio de maneira prática, ainda que controversa do ponto de vista histórico e ambiental.

A construção da usina hidrelétrica de Itaipu teve início em 1975, em um contexto da crescente demanda energética. A inauguração ocorreu em 1984, com início das operações comerciais em 1986. Em 1989, após a instalação de todas as turbinas, Itaipu tornou-se a maior hidrelétrica do mundo em termos de capacidade instalada atingindo a marca de 12.600 MW à época.³⁸³

A concepção do projeto contou com a forte influência internacional, notadamente dos Estados Unidos, cuja sugestão técnica foi determinante para a formatação do empreendimento. A execução das obras foi atribuída a consórcios binacionais formados por empresas brasileiras e paraguaias, que atuaram tanto na construção civil quanto na montagem eletromecânica dos equipamentos.

O engenheiro Mário Penna Bhering, ao ingressar na Eletrobrás, passou a atuar no cenário de integração energética sul-americano. Sua presença na *Comisión de Integración Energética Regional* (CIER),³⁸⁴ permitiu-lhe ampliar visão do governo nos interesses regionais e das tensões políticas envolvidas no caso de Itaipu. Segundo o engenheiro, o projeto de Itaipu enfrentava resistências diplomáticas, sobretudo por parte da Argentina, que via a construção da usina com desconfiança.³⁸⁵ Bhering teve papel ativo nas negociações diplomáticas e técnicas

³⁸¹ BRUN, Diego Abente; MASI, Fernando; FLORENTÍN, Carlos Gómez (orgs.). *Política exterior brasileña: oportunidades y obstáculos para el Paraguay*. Asunción: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya – CADEP, 2017, p. 141.

³⁸² BRUN, Diego Abente; MASI, Fernando; FLORENTÍN, Carlos Gómez. *Política exterior brasileña...* Op. cit., p. 141.

³⁸³ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da Usina... Op. cit., p. 13.

³⁸⁴ Comissão que está a serviço das empresas elétricas, com o objetivo de promover e favorecer a integração do setor elétrico da América do Sul. Disponível em: <<https://www.cier.org/es-uy/Paginas/Home.aspx>>. Acesso em: 15 mai. 2025.

³⁸⁵ BHERING, Mário Penna. Depoimento. Entrevistado por Cláudia Leonor e Danilo Lopes. São Paulo, 12 nov. 2002. Entrevista concedida ao projeto Memorial do Trabalhador – Itaipu Binacional. Realização: Museu da Pessoa. Transcrição: Elisabete Barguth. Revisão: Nataniel Torres. Disponível em: <<https://museudapessoa.org/historia-de-vida/aquarelas/>> Acesso em: 15 m. 2025.

com a ANDE, bem como nas tratativas trilaterais envolvendo representantes argentinos. Um dos principais pontos citados pelo engenheiro na entrevista está relacionada à definição da cota de operação da usina de Itaipu, já que uma elevação significativa do reservatório poderia inviabilizar a construção da usina de Corpus, pela Argentina.

A solução negociada culminou na assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, em 19 de outubro de 1979, firmado entre Brasil, Paraguai e Argentina, que estabeleceu parâmetros para a exploração hidrelétrica do rio Paraná, considerando os interesses de cada país.

Segundo Manarin, em outubro de 1975, foi finalizado o contrato que deu início à primeira etapa das obras da usina.³⁸⁶ No lado brasileiro, a execução das obras ficou sob responsabilidade do consórcio União de construtoras Ltda (Unicon), constituído por cinco empreiteiras: Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Cetenco e CBPO, que se reuniram para atender aos requisitos técnicos e operacionais definidos pelo processo licitatório promovido pela Itaipu.

De maneira equivalente, no lado paraguaio, a execução foi atribuída ao Consórcio CONEMPA, composta por empresas locais que também se uniram para atender às exigências do projeto.³⁸⁷ Manarin aponta que ambos os consórcios utilizaram as estruturas do chamado “canteiro pioneiro” para a mobilização inicial dos trabalhadores, o que incluiu a instalação de áreas administrativas, logísticas e operacionais.

O canal de desvio, com 2km de extensão e 150 metros de largura, em sua escavação, demandou a remoção de aproximadamente 55 milhões de metros cúbicos de solo e rocha.³⁸⁸ As operações tiveram início com a limpeza da área e seguiram com os trabalhos de desmonte das rochas, que envolviam a atuação da chamada “equipe do fogo”, responsável pelas detonações controladas ou pela lavagem das superfícies rochosas com jatos de água sob alta pressão.³⁸⁹

A conclusão da primeira etapa da construção da usina de Itaipu ocorreu em 1978. Esse momento foi simbolizado pela detonação controlada das duas ensecadeiras construídas para isolar e proteger a estrutura de controle do canal de desvio durante sua construção.³⁹⁰ A partir

³⁸⁶ MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991*. 2008. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008, p. 3.

³⁸⁷ Ibidem, p. 3.

³⁸⁸ Ibidem, p. 3-4.

³⁸⁹ Ibidem, p. 4.

³⁹⁰ Ibidem, p. 4-5.

desse marco, iniciou-se a segunda fase da construção, que envolveu a edificação de novas ensecadeiras com até 90 metros de altura.

A etapa final das obras teve início em 1986 e foi caracterizada pela retomada dos trabalhos na área da casa de força, localizada no antigo traçado do canal de desvio. Esta fase teve como principal objetivo a conclusão da central geradora da usina.

No entanto, a construção da barragem e do lado artificial, como veremos a seguir, resultou em uma série de impactos ambientais e violações de direitos, como o fim do Parque Nacional das Sete Quedas e a expropriação de terras de pequenos agricultores, posseiros e indígenas.³⁹¹

2.2 A formação do lago artificial: perseguição e violações contra pequenos proprietários, posseiros, trabalhadores sem-terra e povos indígenas

A construção de Itaipu foi alvo de inúmeras denúncias em razão de seus expressivos impactos sociais e ambientais. O efeito mais emblemático e amplamente conhecido foi o desaparecimento do Salta das Sete Quedas.³⁹² Contudo, o impacto mais profundo e duradouro incidiu sobre as populações humanas diretamente afetadas pela implantação do projeto. Comunidades tradicionais, compostas por pequenos agricultores, pescadores e povos indígenas, foram compulsoriamente deslocadas de seus territórios.

O processo de desapropriação demonstrou-se seletivo, favorecendo de maneira evidente os proprietários de terra com titulação de posse. Esses indivíduos, ao disporem de maior capital econômico e acesso a recursos jurídicos, conseguiram mobilizar-se com maior agilidade, contratando advogados, revendendo ou readquirindo propriedades e convertendo a situação em oportunidade de lucro.

³⁹¹ A formação de lago artificial resultou na expulsão das populações locais das terras onde viviam e trabalhavam. Esse processo atingiu milhares de camponeses, entre eles, pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores sem terra, além de povos indígenas, sobretudo da etnia Ava-Guaranis, que também sofreram com as desapropriações e migraram para outras regiões, inclusive para o lado paraguaio.

³⁹² O Salto das Sete Quedas, também conhecido como *Salto del Guairá* ou *Pokõi Ysry*, era considerado um local sagrado pelos Ava-Guarani, fundamental em sua cosmologia e práticas espirituais. Sua submersão em decorrência da construção da Usina de Itaipu representou uma perda irreparável para esse povo, afetando profundamente sua cultura, memória e território ancestral. A luta por reconhecimento e reparação histórica permanece até os dias atuais.

Em contrapartida, os migrantes e trabalhadores sem posse de terra, cuja subsistência dependia majoritariamente de atividades rurais, encontravam-se em situação de vulnerabilidade. Sem acesso a redes de apoio institucional ou mecanismos legais de reparação, esses sujeitos tornaram-se reféns das contingências do processo, sendo diretamente afetados pelas transformações impostas.³⁹³

Segundo Wilson Quintella, dirigente da empreiteira Camargo Corrêa, “apenas 800 famílias foram removidas, contra 1,5 milhão em Três Gargantas, na China”. No entanto, Jacob Blanc “se refere a 60 mil pessoas atingidas, número bem superior ao apresentado pelo representante da empreiteira”.³⁹⁴

O Tratado de Itaipu determinava que as chamadas “altas partes contratantes”, Brasil e Paraguai, deveriam declarar como de utilidade públicas as áreas a serem impactadas pela construção da usina, cabendo à empresa binacional o custeio das despesas relativas à desapropriação.³⁹⁵ No entanto, o processo de indenização conduzido pela binacional gerou intensos questionamentos quanto aos critérios adotados para a valoração das terras expropriadas, sendo amplamente criticados por subestimar o valor real dos imóveis e desconsiderar os vínculos socioculturais das populações afetadas.

Diante dessas insatisfações, os atingidos passaram a se organizar coletivamente em movimentos como o Movimento Justiça e Terra (MJT),³⁹⁶ que surgiu como forma de resistência e reivindicação por condições mais justas para os atingidos pela Itaipu. Segundo Blanc, em julho de 1980, agricultores organizados da região do oeste do Paraná articularam uma ação coletiva de protesto em frente ao escritório regional da Itaipu, localizado em Santa Helena.³⁹⁷

³⁹³ SILVA, Carla; *et ali*. Itaipu. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe...* Op. cit., p. 217.

³⁹⁴ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da Usina... Op. cit., p. 17.

³⁹⁵ SILVA, Carla; *et ali*. Itaipu. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe...* Op. cit., p. 218-219.

³⁹⁶ A experiência organizativa do MJT deu origem, posteriormente, ao Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), cuja atuação local foi fundamental para a articulação de uma mobilização nacional. Essa trajetória culminou, em 1984, na fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se consolidou como uma das mais importantes organizações de luta pela reforma agrária e pela justiça no campo no Brasil. Além disso, Patrícia Pereira da Silva cita a entrada do MAB no Brasil nessa época, por causa da Itaipu e outras hidrelétricas no país no período. Ver: SILVA, Patrícia Pereira da. *A representação do movimento dos atingidos por barragem na imprensa: o caso da hidrelétrica Candonga/MG*. 2008. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

³⁹⁷ BLANC, Jacob. A dupla realidade da abertura: experiências rurais da ditadura e democracia. *Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 9, n. 2, dez. 2023, p. 67.

A ocupação teve forte repercussão regional e nacional, impulsionado pela cobertura de rádios locais, que rapidamente disseminaram as informações, gerando ampla visibilidade para a causa dos atingidos. Durante o terrorismo de Estado, o município de Santa Helena tornou-se objeto de estreita vigilância pelo aparato repressivo em razão da crescente mobilização camponesa. Diferentes órgãos de repressão e inteligência do Estado brasileiro, como o SNI, o Ministério da Guerra, a Polícia Federal e a AESI/Itaipu, que acompanharam de forma sistemática as ações promovidas pelos agricultores.³⁹⁸

No processo de negociação, diversas lideranças religiosas, especialmente ligadas à Igreja Católica, desempenharam um papel relevante no apoio às populações expropriadas pela construção da usina. Por meio da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sacerdotes católicos se engajaram diretamente nas mobilizações. Além da Igreja Católica, setores da Igreja Luterana também se aliaram à causa,³⁹⁹ fortalecendo as redes de solidariedade e contribuindo para a denúncia das violações de direitos humanos promovidas pelo terrorismo de Estado brasileiro com a participação da empresa.

A relação entre a Itaipu Binacional e os atingidos por seu projeto de construção passou por distintos momentos de tensão e negociação, marcados por promessas não cumpridas, práticas opacas de indenização e mecanismos sistemáticos de desmobilização das comunidades afetadas. Segundo Germani, inicialmente, a empresa havia assegurado que todos os proprietários e posseiros seriam indenizados até o ano de 1978, com tempo hábil para reassentamento progressivo em novas áreas, permitindo-lhes permanecer nas propriedades originais até a inundação definitiva dos terrenos.⁴⁰⁰

No entanto, tal compromisso não foi cumprido. As indenizações oferecidas foram frequentemente consideradas insatisfatórias, com valores abaixo do mercado para o período e baseado em critérios pouco transparentes, que não foram formalmente apresentados aos atingidos.⁴⁰¹ Além disso, a Itaipu não forneceu documentos técnicos ou dados que comprovassem a situação de uso e ocupação da terra, limitando o direito à contestação e dificultando o processo de negociação por parte dos expropriados.

³⁹⁸ Ibidem, p. 68.

³⁹⁹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da Usina... Op. cit., p. 17.

⁴⁰⁰ GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados: terra e água: O conflito de Itaipu*. 2. ed. Salvador: Ed. UFBA, 2003, p. 74.

⁴⁰¹ Ibidem, p. 74.

Outro aspecto crítico apontado por Germani foi a fragmentação das indenizações, realizadas de forma individual e espaçada, o que enfraqueceu a organização coletiva das comunidades e contribuiu para o surgimento de casos em que famílias foram ignoradas durante o processo.⁴⁰²

Para a autora, os relatos dos atingidos apontam pressões institucionais para que os agricultores aceitassem as propostas da binacional. As avaliações de terra desconsideravam áreas ocupadas por rios e estradas, resultando em descontos indevidos. Infraestrutura rural, como redes de eletricidade, não foram indenizadas. Antes do recebimento das indenizações, ainda eram subtraídos os débitos existentes juntos às instituições financeiras, como financiamentos agrícolas, o que diminuía os montantes pagos.⁴⁰³

Outro fator de insatisfação foi a priorização das vilas urbanas no processo indenizatório, em detrimento das propriedades rurais, aprofundando o sentimento de negligência e injustiça entre os trabalhadores do campo. O pagamento de indenização levava à mudança de formas de vida e, na prática, as famílias acabaram empobrecendo ao viver na cidade com recursos monetários.⁴⁰⁴

As violações reclamadas por agricultores afetados pela formação do lago artificial da usina configuram um capítulo importante no debate sobre os impactos socioeconômicos de grandes empresas do setor energético no Brasil. Em 2015, um grupo de agricultores, cujas propriedades estão localizadas nas margens da represa, ingressou com uma ação judicial contra a Itaipu Binacional. Os autores da ação alegaram que, após a formação do reservatório, suas terras passaram a apresentar redução na produtividade agrícola, especialmente em culturas de importância comercial como soja, trigo e milho.⁴⁰⁵

Os agricultores pleitearam, assim, indenizações por danos materiais e morais, argumentando que a produtividade de sua propriedade era inferior à de imóveis rurais similares, porém localizados em áreas não afetadas diretamente pelo reservatório.⁴⁰⁶ Contudo, em 2021, a 11ª vara federal de Curitiba indeferiu o pedido, sob a justificativa de ausência de provas suficientes que demonstrassem relação direta entre a presença do lago e os prejuízos relatados.

⁴⁰² Ibidem, p. 75.

⁴⁰³ Ibidem, p. 76.

⁴⁰⁴ SILVA TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Infome...* Op. cit., p. 219.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 224.

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 224.

A decisão foi posteriormente confirmada pelo Tribunal Regional Federal de 4ª Região (TRF4), que também rejeitou o recurso interposto pelos autores. Com o resultado, os agricultores não apenas tiveram suas demandas desconsideradas judicialmente, mas passaram a ser responsabilizados pelo pagamento dos custos processuais ampliando suas situações de vulnerabilidade econômica.⁴⁰⁷

Além dos impactos sobre os grupos camponeses e pequenos proprietários, os povos indígenas da etnia Avá-Guarani também foram profundamente afetados pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu,⁴⁰⁸ pois “*cuando se inician las obras, en el año 1975, del lado paraguay, 36 comunidades ava paranaenses* ⁴⁰⁹ *fueron desplazadas de las orillas del Paraná, y del lado del Brasil unas 32 comunidades*”.⁴¹⁰

Em 1975, as comunidades indígenas sofreram deslocamento forçado devido ao alagamento provocado pela represa. A maior parte das terras foi submersa para formar o reservatório da usina, destruindo os espaços de vidas desses povos. As partes que não ficaram submersas, apresentam, na atualidade, a função para cultivo de soja ou reserva biológica da Itaipu.⁴¹¹

É importante ressaltar que a usina de Itaipu, enquanto empresa binacional, não adota uma abordagem integrada quanto às implicações sociais e territoriais de suas ações. Ao contrário, tendem a tratar os impactos de forma segmentada, diferenciando-os entre os contextos brasileiro e paraguaio, o que dificulta uma compreensão mais ampla das violações praticadas pela empresa.⁴¹²

Entre as violações cometidas contra os Avá-Guarani, constata-se a presença sistemática de órgãos de repressão estatal em todas as etapas relacionadas às expropriações ocorridas durante a implantação do projeto da hidrelétrica. As práticas conduzidas pela Itaipu revelam-se

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 224.

⁴⁰⁸ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da Usina... Op. cit., p. 17.

⁴⁰⁹ O subgrupo Ava Paranygua, também chamado de Ava Paranaense, autodenominado Yvy Parana Rembe'ypegua, do povo Ava Guarani ou Ñandéva no Brasil, integra a atualmente conhecida grande Nação Guarani, junto com os povos Mbya, Ache, Paĩ Tavyterã ou Kaiowa da região oriental, e os povos Guarani Ocidental e Guarani Ñandéva do Chaco. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/livro/deuda-historica-de-itaipu-binacional-lado-paraguay-con-el-pueblo-ava-guarani-paranaense/>>. Acesso em: 26 de maio de 2025.

⁴¹⁰ ASOCIACIÓN YVY PARANA REMBE'YPE. *Deuda histórica de Itaipú Binacional lado paraguay, con el pueblo Ava Guarani Paranaense: exigencias de reparación por destierro y etnocidio*. 1. ed. Asunción, Paraguay: Asociación Yvy Parana Rembe'ype, nov. 2021. p. 19.

⁴¹¹ Ibidem, p. 19.

⁴¹² TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. Informe... Op. cit., p. 221.

alinhadas aos interesses do terrorismo de Estado, refletindo a cumplicidade entre a empresa e o aparato repressivo de controle social e territorial característico daquele período.⁴¹³

Em diversos momentos, instituições estatais como o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (Incra) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) atuaram como agentes corresponsáveis pelas consequências sociais derivadas das políticas de desapropriação e descolamento forçado. Tais consequências incluem a perda de territórios tradicionais, a precarização das condições de vida de populações atingidas e fragilização dos mecanismos de proteção social e jurídico.⁴¹⁴

As violações de direitos humanos contra as populações indígenas no contexto da construção da usina revelam o caráter excludente e violento do projeto desenvolvimentista em curso naquele período. Desde os estágios iniciais, a postura da hidrelétrica foi marcada por momentos de invisibilização e negação da presença indígena na região afetada. A empresa recorreu à retórica do “vazio demográfico” com o intuito de ocultar a existência dos povos indígenas como os Avá-Guarani, e legitimar a apropriação de suas terras.⁴¹⁵

Os indígenas foram retirados à força de *tekoha*,⁴¹⁶ que eram lugares de vida cultural, espiritual, social e econômica. Diversas comunidades *Avá-Guarani* paranaenses foram diretamente afetadas pela construção da usina, resultando em deslocamentos forçados, destruição de territórios tradicionais e perda de modos de vida. Entre elas, destacam-se Aliká’i com 18 moradias e cerca de 120 pessoas, e *Itambeymi*, que resistiu até a fase final da construção, com 12 famílias.⁴¹⁷

Comunidades como *Pira’i*, com 50 famílias, lideradas por Solano González, e Santa Tereza, com 26 famílias antes da obra, também foram expulsas. Tapýi’iju (Puerto Indio), liderada por Brígido Benítez, contava com cerca de 15 casas, enquanto *Kirito* tornou-se um centro de refúgio indígena garantido por missionários. Regiões de uso tradicional como *Pozuelo*, *Limoy*, *Yvyturokái* e *Sáenz Peña* eram utilizadas para caça, pesca e cultivo, e também

⁴¹³ Ibidem, p. 221.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 222.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 222-223.

⁴¹⁶ *Tekoá* é um termo de origem guarani que significa "aldeia" ou "lugar de vida". Vai além do sentido físico de uma localidade: representa o território tradicional e sagrado onde uma comunidade indígena vive de acordo com seus costumes, espiritualidade, organização social e modo de vida próprios.

⁴¹⁷ ASOCIACIÓN YVY PARANA REMBE’ÝPE. *Deuda histórica...* Op. cit., p. 20-21.

foram impactadas e Pira Pytã (Km 20), com cerca de 35 famílias e um cemitério submerso pelo lago da represa.⁴¹⁸

Além dessas, havia localidades menores como, *Canela'i*, *Paso Ita*, *Mamóne*, *Carmenkue*, *Fortuna'i*, *Tatĩ*, *takauaru Puku* e *Añakua'i*, onde viviam entre três e dez famílias em média, muitas delas dispersas à força. Em *Romerokue*, comunidade que resistiu por mais tempo, 11 famílias permaneceram até cerca de 20 anos atrás, mas não conseguiram garantir a posse da terra.⁴¹⁹

Registros históricos, como o censo de 1976, em *General Díaz*, apontam a existência de 16 famílias e 62 pessoas nessa localidade. Algumas comunidades, como *Itabo* ou *Itabomí*, surgiram de processos migratórios anteriores.⁴²⁰ Ao todo, essas comunidades constituíam uma ampla rede de ocupação e pertencimento dos Avá-Guarani à margem do rio Paraná, cuja destruição pelo alagamento causado pela empresa Itaipu representou não apenas um deslocamento físico, mas um processo de diversas violações de direitos em sua organização social, territorial, espiritual e de memória.

Com o fim de aplicar táticas de normalização e controle social por meio da contratação de profissionais, a Itaipu, buscou estabelecer critérios rígidos de “indianidade” com base em concepções etnocêntricas.⁴²¹ Essa tentativa de definir quem poderia ou não ser reconhecido como indígena enquadra-se em práticas de colonialismo epistemológico,⁴²² que subordinam os modos de vida e as identidades indígenas à parâmetros externos e institucionalizados.

Outra estratégia adotada pela binacional, igualmente problemática, foi a fragmentação dos povos originários segundo a lógica da soberania estatal. Itaipu passou a distinguir os indígenas “brasileiros” dos “paraguaios”, ignorando as relações históricas e culturais das fronteiras étnicas e territoriais da região, especialmente no entorno do rio Paraná.⁴²³

Em 2019, foi ajuizada Ação Civil Originária (ACO) 3300, sob a liderança da então procuradora-geral da República Raquel Dodge, que representa um marco jurídico na tentativa

⁴¹⁸ Ibidem, p. 21-26.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 26-30.

⁴²⁰ Ibidem, p. 32-33.

⁴²¹ TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe...* Op. cit., p. 222-223.

⁴²² Fanon analisa como o colonialismo não apenas subjugou os povos colonizados por meios econômicos e militares, mas também por meio da imposição de um sistema de pensamento eurocêntrico, o que ele denomina como dominação cultural e epistemológica. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. 16ª ed. Salvador: Ed. UFBA, 2008; FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

⁴²³ TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe...* Op. cit., p. 222-223.

de responsabilização do Estado brasileiro e reparação pelos danos históricos causados aos indígenas Avá-Guarani em decorrência da construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional.⁴²⁴

Essa iniciativa decorreu de uma ampla investigação conduzida pelo MPF, que articulou múltiplas instâncias institucionais e contou com a participação ativa de membros da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio do grupo de trabalho “Povos Indígenas e Regime Militar”.⁴²⁵

O grupo de trabalho buscou não apenas revelar os fatos históricos, mas também destacou que era essencial na implementação de medidas reparatórias. Isso incluía a compensação às vítimas, a restituição de territórios usurpados e a criação de mecanismos institucionais que impeçam a repetição das violações. O ajuizamento da ACO 3300 inseriu-se no escopo das políticas de Justiça de Transição, voltadas ao reconhecimento e à reparação de violações de direitos humanos cometidos durante o terrorismo de Estado brasileiro.

Contudo, em 15 de dezembro de 2021, a ACO 3300 foi revogada pelo então procurador-geral da República, Augusto Aras, e substituída pela ACO 3555.⁴²⁶ Esta nova ação reduziu significativamente o escopo das reivindicações anteriores apresentadas, desconsiderando o acervo acumulado de anos de estudos, evidências e mobilizações construídas em torno da luta indígena.⁴²⁷ Tal medida representou um retrocesso nos esforços de justiça histórica ao minimizar demandas por reparação e silenciar os efeitos estruturais da violência estatal e empresarial sobre os povos indígenas.

Em 2025, a empresa Itaipu Binacional firmou um acordo com o povo Avá-Guarani referente à aquisição de terras. A proposta inicial previa a manutenção de uma mesa de negociação aberta, com o objetivo de ampliar as demandas territoriais apresentadas pelos

⁴²⁴ Ibidem, p. 223-224.

⁴²⁵ Ibidem, p. 224.

⁴²⁶ Em 2025, a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e a Comissão Guarani da Verdade (CGV) divulgaram cartas públicas em que manifestam posição crítica em relação ao acordo envolvendo a destinação de recursos da Itaipu Binacional para a compra de 3 mil hectares de terra para o povo Avá-Guarani, na região Oeste do Paraná. As organizações indígenas reconhecem o acordo como um passo inicial, porém enfatizam seu caráter parcial e insuficiente diante da magnitude das violações históricas cometidas por Itaipu durante a ditadura, e consideram insuficiente a área destinada diante das necessidades das 31 comunidades que integram as duas Terras Indígenas da região. Ambas as comissões reafirmam a necessidade de continuidade da Ação Cível Originária (ACO) 3555, que tramita no Supremo Tribunal Federal, como instrumento essencial para a reparação integral dos danos sofridos e para a devolução do território tradicional do povo Avá-Guarani, destacando que sua extinção representaria a perpetuação da violência e do preconceito institucional.

⁴²⁷ TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe...* Op. cit., p. 224.

indígenas. Nesse processo, a reivindicação original do povo Avá-Guarani era de 50 mil hectares; no entanto, foram entregues apenas 3 mil hectares pela empresa.

Segundo a *Carta do Povo Avá-guarani à Itaipu e ao Estado Brasileiro*, a aquisição parcial dessas terras deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo de reparação histórica. No documento, os Avá-Guarani afirmam que “é com essa perspectiva que entendemos a assinatura do acordo parcial com Itaipu Binacional sobre a compra dos três mil hectares de terras, 1.500 para o Tekoha Guasu Ocoy-Jacutinga e 1.500 para o Tekoha Guasu Guavira”.⁴²⁸ No entanto, eles também enfatizam que a construção da usina hidrelétrica sobre seus territórios tradicionais, incluindo a submersão das Sete Quedas e de cemitérios sagrados, constitui “um crime, uma violência sem precedentes”,⁴²⁹ razão pela qual a indenização não pode se encerrar com os três mil hectares iniciais.

O povo Avá-Guarani também reforça que a cerimônia de entrega não deve ser interpretada como uma renúncia ao direito à demarcação integral de seus territórios ancestrais. Ao contrário, eles declaram esperar “do Estado brasileiro a conclusão rápida da demarcação de nossos territórios ancestrais, em sua totalidade”.⁴³⁰ Além disso, manifestam-se de forma contundente contra o Marco Temporal e a Lei nº 14.701/2023, destacando que tais dispositivos tratam os direitos indígenas como mercadoria e, por isso, “precisam ser imediatamente e completamente revogados pelo STF”.⁴³¹

Paralelamente, no Paraguai, iniciativas de denúncia e reivindicação também vêm sendo mobilizadas por meio de organizações como a *Asociación Yvy Paraná Rembe'ýpe*, que produziu e divulgou um relatório sistematizando as violações sofridas pelas comunidades indígenas no território paraguaio afetados por Itaipu. O documento se refere a essas violações como parte de uma “dívida histórica” da usina, demonstrando que a problemática transcende fronteiras nacionais e exige um tratamento verdadeiramente binacional.⁴³²

⁴²⁸ CARTA do povo Avá-Guarani à Itaipu Binacional e ao Estado Brasileiro. Cerimônia de assinatura do acordo parcial na ACO 3.555, 26 mar. 2025. Avá-Guarani apresentam carta à Itaipu Binacional e Estado brasileiro durante cerimônia de assinatura de acordo. Disponível em: <<https://www.yvyrupa.org.br/2025/03/26/ava-guarani-apresentam-carta-a-itaipu-binacional-e-estado-brasileiro-durante-cerimonia-de-assinatura-de-acordo/>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

⁴²⁹ Ibidem.

⁴³⁰ Ibidem.

⁴³¹ Ibidem.

⁴³² TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. Informe... *Op. cit.*, p. 224.

Outro grupo que sofreu violações de direitos humanos durante a construção de usina foram os trabalhadores e, como veremos a seguir, as condições de trabalho, moradia e repressão são reflexos da participação da empresa no terrorismo de Estado brasileiro.

2.3 Violação de direitos contra trabalhadores no canteiro de obras

A construção da usina hidrelétrica de Itaipu, em 1974, promoveu profundas transformações econômicas, sociais e ambientais na mesorregião do oeste do Paraná. Essas transformações não podem ser compreendidas apenas como resultado do deslocamento forçado de populações em razão da formação do reservatório da usina, mas também pelo fluxo migratório inverso, dada a atração de um elevado contingente de trabalhadores e suas famílias para Foz do Iguaçu e municípios adjacentes, motivados pela demanda por mão de obra nas obras.⁴³³

O fluxo migratório, centrado em Foz do Iguaçu, aqui em análise,⁴³⁴ foi caracterizado pela chegada de dezenas de milhares de trabalhadores oriundos de diversas partes do Brasil para atuar na construção da usina. Segundo a Itaipu, cerca de 40 mil trabalhadores estiveram diretamente envolvidos nas obras só no ano de 1978,⁴³⁵ e esse movimento contribuiu para uma urbanização acelerada de Foz do Iguaçu.

O Brasil, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, vivenciou um processo de urbanização que não foi acompanhado, na maioria das vezes, por um planejamento urbano efetivo. O crescimento da população urbana ultrapassava o da população total, sinalizando uma aceleração

⁴³³ SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. *Educação e discriminação de classe em Itaipu: 1974-1985*. Curitiba: CRV, 2022, p. 127.

⁴³⁴ A dinâmica de atração populacional desencadeada pelas obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu não se restringiu à cidade de Foz do Iguaçu, mas abrangeu toda a região da tríplice fronteira, envolvendo também municípios adjacentes nos territórios do Paraguai e da Argentina. A região passou a ser percebida como um espaço de oportunidades econômicas e de emprego, atraindo fluxos migratórios significativos. Conforme analisa Valdir Sessi, esse processo também impactou diretamente as vilas localizadas nos países vizinhos, que experimentaram um crescimento populacional acelerado, porém desprovido de infraestrutura urbana adequada, revelando as assimetrias no processo de ocupação territorial e planejamento estatal. Ver: SESSI, Valdir. *A barragem de Itaipu...* Op. cit.

⁴³⁵ ITAIPU. Construção da Usina de Itaipu: uma obra monumental da engenharia mundial. 20 fev. 2025. Disponível em: <<https://turismoitaipu.com.br/blog/construcao-da-usina-de-itaipu/#:~:text=A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Usina%20de%20Itaipu%20come%C3%A7ou%20em%201974%20e,inovadoras%20de%20engenharia%20e%20log%C3%ADstica>>. Acesso em: 27 maio 2025.

do processo de urbanização,⁴³⁶ intensificada pelas migrações internas, pela industrialização concentrada pelas grandes obras de infraestrutura promovidas pelos Estado.⁴³⁷ Nesse contexto, Foz do Iguaçu passa a integrar a dinâmica de urbanização acelerada não por planejamento, mas por indução econômica e política.

A presença da usina induziu o desenvolvimento de infraestrutura regional, favorecendo a integração viária e energética, consolidando Foz do Iguaçu como um polo regional estratégico. Entretanto, também acentuou desigualdades socioeconômicas, conflitos por moradia e condições de trabalho.

Segundo Sessi, o espaço do canteiro de obras e das vilas residenciais associadas a grandes projetos de infraestrutura, podem ser compreendidas como um território de disciplinamento e vigilância contínuos.⁴³⁸ Como veremos no terceiro capítulo desta dissertação, Itaipu participava do aparato repressivo da ditadura, controlando os trabalhadores no canteiro de obras e fora dele.

A divisão dos conjuntos habitacionais em “A”, “B” e “C”, demonstram uma divisão baseada em critérios ocupacionais por nível de instrução e estado civil, refletindo uma lógica de organização social hierarquizada. Segundo Manarin, o conjunto “A”, com 2.200 unidades, no período entre 1979 e 1980, foi destinado ao trabalhador de nível médio e casado, sugerindo um padrão habitacional voltado para famílias estáveis e com renda intermediária.⁴³⁹

Já o conjunto “B”, contendo apenas 185 residências, correspondia aos trabalhadores de nível superior, sugerindo uma valorização desse grupo e, possivelmente, oferecendo melhores condições habitacionais.⁴⁴⁰ O número reduzido de casas indica a menor quantidade relativa de

⁴³⁶ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 30.

⁴³⁷ Obras como a Rodovia Transamazônica, as hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, avenidas, vias e marginais como o Minhocão, em São Paulo, e a Perimetral, no Rio de Janeiro, Ferrovia do Aço em Minas Gerais, as obras do Metrô paulistano e a Ponte Rio-Niterói compõem o conjunto de grandes intervenções urbanas e infraestruturais promovidas durante a ditadura e nem todas elas devidamente acompanhadas. Além do caso de Itaipu aqui em foco, do artigo de Pedro Campos sobre a construção de Tucuruí, o viaduto Paulo de Frontin, no Rio de Janeiro desabou ainda em construção, transformando esse “acidente”, e estas aspas indicam as condições precárias de construção, numa das músicas de maior impacto no Brasil naquele período e considerada ainda um clássico sobre as condições das obras no país. João Bosco e Aldir Blanc ao escreverem e musicarem “caía a tarde feito um viaduto” indicando o que se dizia em todo o país sobre as condições de construção, o que Ana Beatriz Ribeiro, citada na introdução desta dissertação indicou como o índice de acidentes de trabalho. Ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de *Tucuruí*. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255–286, 2019. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019255>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

⁴³⁸ SESSI, Valdir. “*O povo do abismo*”: trabalhadores... Op. cit., p. 29.

⁴³⁹ MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem*... Op. cit., p. 7.

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 7.

profissionais altamente qualificados, compatível com a pirâmide ocupacional típica de grandes empresas.

O conjunto “C”, próximo ao canteiro de obras, foi destinado aos serventes e trabalhadores com menor qualificação, mas também casados.⁴⁴¹ O fato de sua localização estar junto à área de produção remete a uma lógica em que a habitação serve também à produtividade e ao controle disciplinar dos trabalhadores.

A divisão das vilas residenciais em três níveis hierárquicos destinados a diferentes segmentos de trabalho, como apontado anteriormente, demonstram um modelo habitacional classista, em que a moradia serve para reproduzir, no espaço físico, as distinções sociais e laborais existentes no interior do projeto.

Essa segmentação espacial não pode ser compreendida apenas com uma política de bem-estar ou um benefício funcional. Trata-se, fundamentalmente, de um instrumento de diferenciação social, onde, a proximidade ao canteiro, a qualidade da habitação e os serviços disponíveis variavam conforme o status ocupacional.

Conforme Sessi aponta, a habitação atua como um mecanismo de controle moral e disciplinar,⁴⁴² promovendo padrões de comportamento esperados pelas empresas, como a valorização da “família nuclear casada” e da estabilidade social. Esse tipo de organização reflete que os espaços urbanos não são neutros, mas produzidos socialmente conforme interesses econômicos e políticos hegemônicos.⁴⁴³

O documento *Itaipu: como vivem os operários da represa* revela informações acerca das condições de habitação dos trabalhadores envolvidos na construção da usina, especialmente nos estágios iniciais do hidrelétrica. O relato aponta para uma série de precariedades, como a escassez de água potável, instalações físicas inadequadas e deficiência na alimentação oferecida aos operários.⁴⁴⁴

As sucessões de problemas descritos no documento demonstram que as dificuldades enfrentadas pelos operários não se restringiam a episódios pontuais, mas refletiam uma situação estrutural de descaso, que se manifestava desde o início do processo de construção. Essa constatação é relevante para compreender não apenas as dinâmicas de exploração laboral em

⁴⁴¹ Ibidem, p. 7.

⁴⁴² SESSI, Valdir. “*O povo do abismo*”: trabalhadores ... Op. cit., p. 29.

⁴⁴³ Para aprofundar a discussão, ver: LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001; CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

⁴⁴⁴ *Itaipu - Como vivem os operários da represa*. Arquivo Nacional. Fundo: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Localizador: br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0521_d0001de0001, p. 193.

grandes empresas, mas também os limites da atuação do Estado e das empresas na garantia de direitos sociais e trabalhistas em contextos de terrorismo de Estado.

Segundo Mazzarollo, as condições de trabalho vivenciadas pelos operários durante as construções de Itaipu eram precárias e o regime de trabalho alcançava 12 horas diárias, sendo estendidas por meio de horas-extras⁴⁴⁵ que, em alguns casos, aumentavam o tempo total de trabalho para até 16 horas ininterruptas.⁴⁴⁶ Além da extensa carga horária, as horas-extras eram pagas sem os devidos adicionais legais referentes ao auxílio-periculosidade e à insalubridade, configurando sérias violações dos direitos trabalhistas e humanos.

Devido às condições mencionadas, os acidentes de trabalho ocorridos durante a construção da usina foram frequentes e refletem a precarização das condições de trabalho impostas aos operários. Segundo Silva, “a construção civil foi um dos setores que mais cresceu durante a ditadura e um dos que mais empregava [...] e também o que proporcionalmente mais acidentava”.⁴⁴⁷ É importante ressaltar que a situação enfrentada pelos operários de Itaipu não constitui um caso isolado, mas sim um reflexo das condições historicamente impostas à classe trabalhadora em contextos de terrorismo de Estado.

Registros oficiais apontam que, entre os anos de 1975 e 1979, quarenta trabalhadores perderam a vida,⁴⁴⁸ sendo que, em um único episódio, oito operários faleceram.⁴⁴⁹ Dados posteriores, revelados em entrevista concedida pela própria empresa à *Agência Pública*, apontam para um total de 43.530 acidentes de trabalho e 106 mortes ao longo da construção.⁴⁵⁰

Os acidentes de trabalho tornaram-se uma constante, especialmente à medida que as estruturas monumentais, as chamadas “catedrais de concreto”, ganhavam forma.⁴⁵¹ Segundo Sessi, o aumento das mortes e mutilações entre os trabalhadores gerou um fenômeno social de

⁴⁴⁵ MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taipa da Injustiça*: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 170.

⁴⁴⁶ SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Recife: Ed. UFPE, 2016.

⁴⁴⁷ SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira, 1964-1985. São Paulo: Paco Editorial, 2019, p. 140.

⁴⁴⁸ MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taipa da Injustiça*... Op. cit., p. 74.

⁴⁴⁹ LIMA, Ivone Therezinha Carletto de. *Itaipu*: as faces de um mega-projeto de desenvolvimento, 1930-1984. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, p. 77.

⁴⁵⁰ BORGES, André. Itaipu na Ditadura: mais de 100 operários mortos e 43 mil acidentes na construção. Agência Pública, 19/06/2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/06/itaipu-na-ditadura-mais-de-100-operarios-mortos-e-43-mil-acidentes-na-construcao/>>. Acesso em: 28 mai. 2025.

⁴⁵¹ SESSI, Valdir. “*O povo do abismo*”: trabalhadores ... Op. cit., p. 192.

grande impacto: o crescimento do número de viúvas, órfãos e incapacitados, muito dos quais passaram a integrar os contingentes de desempregados e trabalhadores informais nos arredores do canteiro de obras e na cidade de Foz do Iguaçu.

Outro elemento analisado por Sessi corresponde à análise da composição social dos trabalhadores envolvidos nas obras de construção da hidrelétrica, como a imagem homogênea do chamado “barrageiro”, figura amplamente difundida pela história oficial como representante “heróico” de todos aqueles que participaram das obras.⁴⁵² Segundo o autor, “*se, por um lado, atribuíam a essa categoria a denominação barrageiros, comparando-os a um homem de aço; por outro, o avanço rápido que se exigia para a construção produzia alta taxa de acidentes de trabalho*”,⁴⁵³ a construção simbólica heroica desses sujeitos, frequentemente exaltados como figuras de força, resistência e virilidade, pode ser interpretada como um mecanismo ideológico que buscava legitimar e enaltecer o esforço físico e a abnegação exigidos na construção civil, reforçando valores de masculinidade operária. Por outro lado, essa mesma representação contrasta fortemente com a realidade concreta e precária das condições de trabalho enfrentadas. O “avanço rápido que se exigia para a construção”, ou seja, a pressão por produtividade e cumprimento de prazos, é apontada como responsável por uma “alta taxa de acidentes de trabalho” pelo autor.

Muitos dos que migraram para Foz do Iguaçu e se inseriram no mercado de trabalho local, inclusive por meio de empreiteiras como o consócio Unicon, não estavam diretamente vinculados à construção da barragem principal, mas atuavam em atividades periféricas ou complementares.⁴⁵⁴ Segundo Manarin, a concepção inicial da categoria “barrageiros” apontava para um grupo social homogêneo e bem delimitado pela visão de trabalhadores especializados na construção de barragens que se deslocam continuamente de obra em obra, em diferentes localidades.⁴⁵⁵

Essa visão encontra respaldo em uma historiografia tradicional que tende a reificar categorias de análise, tratando-as como entidades fixas e independentes do contexto histórico, social e subjetivo que a produz.⁴⁵⁶ A figura do “barrageiro”, muitas das vezes romantizadas como um “homem de aço” pela narrativa oficial da empresa, deve ser reinterpretada a partir das

⁴⁵² Ibidem, p. 37.

⁴⁵³ Ibidem, p. 37.

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 37.

⁴⁵⁵ MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem...* Op. cit., p. 13.

⁴⁵⁶ Ver: WILLIANS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1979.

experiências concretas impostas pelo terrorismo de Estado. Tais trabalhadores eram consumidos, primeiramente, pela intensa fiscalização exercida pelo aparato repressivo da empresa, como veremos a seguir, que era composto por guardas de segurança, fiscal de segurança e inspetor de segurança. A atuação desses agentes não se limitava à organização produtiva; ela se estendia ao cerceamento da autonomia individual e à repressão psicológica.

Além da opressão interna no canteiro de obras, o trabalhador também era submetido às pressões externas que impactavam diretamente sua saúde mental e estabilidade social. A primeira diz respeito às práticas sistemáticas de perseguição e coerção moral que descrevem o papel das feitorias na desestruturação subjetiva dos operários, especialmente daqueles pertencentes às categorias “C” e “D”, as mais baixas da hierarquia laboral.⁴⁵⁷

Esses trabalhadores, além de realizarem tarefas mais pesadas e perigosas, eram os mais expostos à repressão. A segunda diz respeito à vigilância e coleta de dados a partir do expediente chamado *Pedido de Busca*, que será melhor detalhado no próximo capítulo.

No contexto da construção da usina de hidrelétrica de Itaipu, observou-se a instauração de um ambiente de intensa militarização do espaço laboral, no qual as relações de trabalho foram subordinadas a uma lógica de segurança de Estado.⁴⁵⁸ Essa configuração refletia a conjuntura do terrorismo de Estado, no qual qualquer forma de reivindicação trabalhista ou de organização coletiva era enquadrada como a ameaça à “segurança nacional”.

O documento *Descrição e Especificações do Cargo - Itaipu Binacional*⁴⁵⁹ oferece um panorama detalhado sobre as atribuições dos profissionais vinculados à área de segurança institucional da entidade, estruturando-se em níveis hierárquico como guarda de segurança, fiscal de segurança e inspetor de segurança. Cada um desses cargos reflete uma divisão de responsabilidade, competências operacionais e níveis de tomada de decisão, alinhando-se às práticas comuns de gestão da segurança organizacional em ambientes estratégicos e da infraestrutura.

Segundo o documento, a função da guarda de segurança estava centrada na atuação direta e cotidiana na manutenção da ordem e disciplina nas dependências da empresa. Suas atribuições, como a organização de filas em refeitórios, a realização de buscas simples e a

⁴⁵⁷ SESSI, Valdir. “*O povo do abismo*”: trabalhadores... Op. cit., p. 37.

⁴⁵⁸ SILVA, Jussamar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações Brasil-Paraguai (1973-1987)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁴⁵⁹ Descrição e Especificações do Cargo da Itaipu Binacional. Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Localização: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001, p. 95-112.

detenção de indivíduos “suspeitos”, descrevendo um papel operacional voltado à vigilância ostensiva e à aplicação de normas básica de segurança.⁴⁶⁰

Como relata em entrevista⁴⁶¹ Valdir Sessi, ex-vigilante no consórcio Unicon, entre os anos de 1987 a 1991, os trabalhadores eram distribuídos em espaços diferentes de acordo com o status ocupacional, o que se refletia tanto na qualidade dos refeitórios quanto a proximidade dos alojamentos e áreas de trabalho:

No refeitório D, que era das pessoas dos ajudantes, só no Brasil, na minha época, almoçava em torno de 5 mil trabalhadores. [...] Aí você tem o C, o B e o A. O A tinha essa questão que não tinha guarda, então tinha a ideia do pessoal mais ilustrado, aquela coisa toda, que não andava com *muvuca*, então não colocava guarda – até porque é pra não constranger os gerentes.

O depoimento revela como a presença ou a ausência de vigilância nos diferentes espaços era cuidadosamente planejada, de modo a não interferir na imagem de prestígio de determinado grupo, como os chefes de setores e gerentes. A segmentação espacial também se manifestava fisicamente na arquitetura do espaço, “*aliás, tinha uma cerca que você não enxergava o refeitório A. não tinha contato visual. O resto você tinha uma visão linear*”.⁴⁶²

O sistema de crachás também operava como marcador simbólico de status e funcional dentro da obra: “*sabe aquela história dos crachás que eu falo? Crachá A era top. Então era assim que funcionava*”.⁴⁶³ Nesse ambiente, o próprio trabalho da segurança era moldado pelas divisões internas entre segurança física e patrimonial, refletindo as múltiplas demandas da obra: “*o guarda da UNICON, ele tinha essa dupla função, assim como o guarda da Itaipu também: segurança física e patrimonial naquela época*”.⁴⁶⁴

Como relata Sessi, a segurança patrimonial era exercida em áreas mais isoladas, como carpintarias e atracadouros: “*não passava uma alma viva, tinha lanchas pra cuidar*”,⁴⁶⁵

⁴⁶⁰ Descrição e Especificações do Cargo da Itaipu Binacional. Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Localização: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001, p. 96-97.

⁴⁶¹ Entrevista realizada em 24/04/2025 com a equipe de pesquisadores Jussaramar da Silva, Paloma Juliana Silva e o ex-vigilante do consócio Unicon e historiador Valdir Sessi.

⁴⁶² Entrevista realizada em 24/04/2025 com a equipe de pesquisadores Jussaramar da Silva, Paloma Juliana Silva e o ex-vigilante do consócio Unicon Valdir Sessi.

⁴⁶³ Entrevista realizada em 24/04/2025 com a equipe de pesquisadores Jussaramar da Silva, Paloma Juliana Silva e o ex-vigilante do consócio Unicon Valdir Sessi.

⁴⁶⁴ Entrevista realizada em 24/04/2025 com a equipe de pesquisadores Jussaramar da Silva, Paloma Juliana Silva e o ex-vigilante do consócio Unicon Valdir Sessi.

⁴⁶⁵ Entrevista realizada em 24/04/2025 com a equipe de pesquisadores Jussaramar da Silva, Paloma Juliana Silva e o ex-vigilante do consócio Unicon Valdir Sessi.

enquanto a segurança física exigia interação direta com os trabalhadores, sobretudo no controle das filas nos refeitórios e na entrada e saída dos refeitórios: *“Você tinha que estar interagindo, você tinha que estar cuidando das filas, na organização das filas, saída e entrada do refeitório”*.⁴⁶⁶

Além da diferenciação entre trabalhadores operacionais e quadros técnicos, o relato também revela a complexidade logística e o alto nível de controle sobre o fluxo de recursos financeiros, com protocolos de segurança que envolviam escoltas armadas e vigilância intensificada nos períodos de pagamento:

Quando começava a chegar dinheiro na quinta-feira pra pagamento – começava a chegar na quarta, na verdade, porque o pagamento era sempre na sexta – então os carros-fortes começavam. A Polícia Militar escoltava o carro-forte até a barreira de controle. Da barreira de controle, a Itaipu segurança escoltava até o banco.

Essas atividades exigiam não apenas preparo físico e psicológico, mas também conhecimento das normas internas da empresa. O fiscal de segurança atuava em nível intermediário, com função que conjugavam supervisão e execução de operação tática. Ele comandava equipes de guarda, demonstrando um papel de liderança operacional e coordenação de ações específicas.⁴⁶⁷ Além disso, desempenha atividades mais complexas, como investigações, operações especiais, filmagens e contra-informações, evidenciando uma função de inteligência dentro da empresa.

Este cargo exigia um perfil técnico-operacional mais sofisticado, com domínio de tecnologias de comunicação e registro, além de habilidades investigativas e de análise.⁴⁶⁸ O fiscal de segurança, portanto, ocupava uma posição estratégica na mediação ente o nível tático-operacional e o nível técnico-gerencial, sendo essencial à integração das informações provenientes da base com os processos decisórios superiores.

Segundo o documento, o inspetor de segurança dentro da hierarquia possuía atribuições voltadas ao planejamento, à coordenação e à gestão de informação estratégica no âmbito da segurança institucional. Suas tarefas envolviam desde a redação de documentos sigilosos até a execução de operações especiais, coleta e análise de dados sensíveis, e articulação com órgãos

⁴⁶⁶ Entrevista realizada em 24/04/2025 com a equipe de pesquisadores Jussamar da Silva, Paloma Juliana Silva e o ex-vigilante do consócio Unicon Valdir Sessi.

⁴⁶⁷ Descrição e Especificações do Cargo da Itaipu Binacional. Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Localização: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001, p. 100-101.

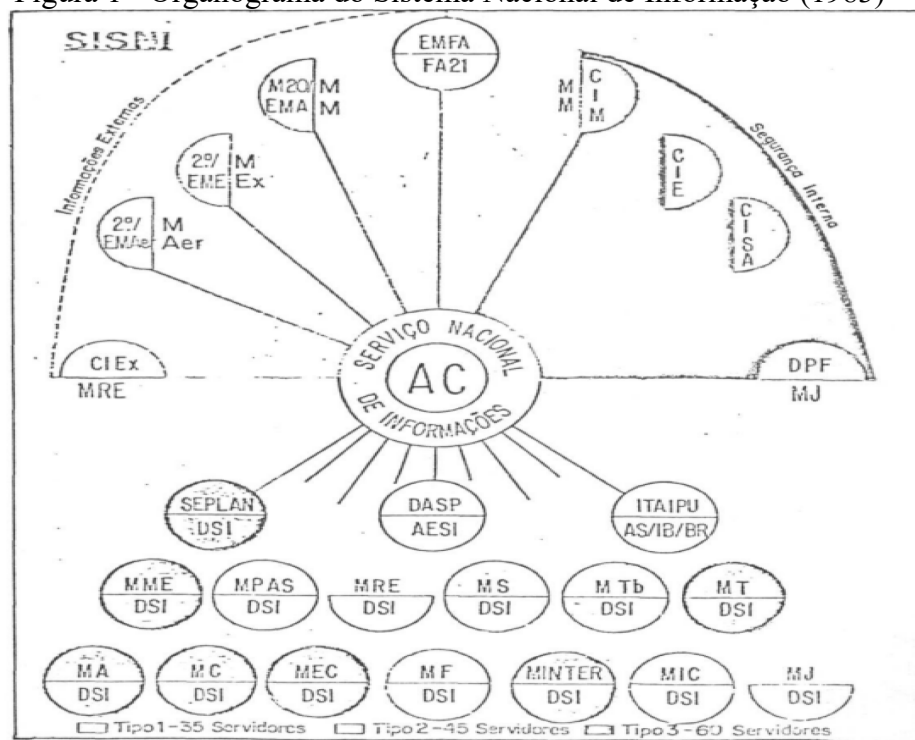
⁴⁶⁸ Descrição e Especificações do Cargo da Itaipu Binacional. Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Localização: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001, p. 101.

de segurança nacionais e internacionais, incluindo a atuação binacional com a Assessoria de Segurança (AS) da Itaipu no Paraguai.⁴⁶⁹

A natureza dessas atribuições caracterizava o inspetor como um profissional de função eminentemente analítica e de inteligência, sendo parte fundamental do sistema de segurança empresarial. Este profissional deveria dominar procedimentos de segurança institucional, técnicas e de contrainformação, metodologia investigativa e relações interinstitucionais. Sua atuação estava diretamente relacionada à preservação da integridade organizacional e à proteção de informação crítica, especialmente em um contexto de segurança binacional e infraestrutura estratégica, como é o caso da Itaipu.⁴⁷⁰

A atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), que mantinha vigilância sobre os trabalhadores classificados como “subversivos”, reforça o papel central do aparato repressivo de inteligência do Estado no controle da força de trabalho. A relação entre a AESI e o SNI evidencia a articulação entre o setor produtivo e os órgãos repressivos da ditadura, compondo uma rede de monitoramento e perseguição política na empresa binacional.

Figura 1 - Organograma do Sistema Nacional de Informação (1983)



Fonte: Conferência proferida na Escola Nacional de Informações, em 07 mar 1983, pelo Exmº Sr Gen Div Newton, Ch AC/SNI, por ocasião da abertura do ano letivo de 1983. Arquivo Nacional. Fundo CSN, documento br_dfanbsb_v8_txt_agr_nre_0084_d0001de0001.pdf, p. 40.

⁴⁶⁹ Descrição e Especificações do Cargo da Itaipu Binacional. Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Localização: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001, p. 104-105.

⁴⁷⁰ Descrição e Especificações do Cargo da Itaipu Binacional. Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Localização: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001, p. 105.

Dessa forma, o canteiro de obras de Itaipu não deve ser compreendido apenas como espaço de construção da usina, mas como *locus* de reprodução de lógica do terrorismo de Estado e da doutrina de segurança nacional.⁴⁷¹ Veremos, a seguir, as conexões de Itaipu com o aparato repressivo no controle e vigilância dos trabalhadores.

⁴⁷¹ Conforme Enrique Serra Padrós demonstra em sua produção acadêmica.

3 CONEXÕES COM O TERRORISMO DE ESTADO: A RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL DE ITAIPU E SUA RELAÇÃO COM O APARATO REPRESSIVO DA DITADURA

3.1 A estrutura de informação do aparato repressivo e o terrorismo de Estado no Brasil

Uma das primeiras ações realizadas pela ditadura empresarial-militar, logo após o golpe de 1964, foi a estruturação do serviço de inteligência federal. Segundo o jornalista e pesquisador Lucas Figueiredo, as bases doutrinárias para essa estrutura de inteligência foram lançadas ainda na década anterior, notadamente em 1955, com a publicação do livro *Pensamento Estratégico*, de autoria de general Golbery do Couto e Silva.⁴⁷²

Esta obra se tornou um marco teórico no pensamento militar brasileiro, sobretudo por apresentar uma concepção de estratégia nacional ancorada no binômio “Segurança e Desenvolvimento”. Nesse modelo, a segurança interna era considerada condição indispensável das Forças Armadas nos assuntos civis e políticos do país.⁴⁷³

Para o general Golbery, era imperativo o fortalecimento imediato do aparato de inteligência estatal. Partindo da premissa de que o país se encontrava à beira de um conflito interno, o que ele interpretava como uma “guerra revolucionária”, Golbery concebia a atuação do serviço secreto não apenas como instrumento de defesa, mas como um mecanismo de antecipação estratégica.⁴⁷⁴

Em sua perspectiva, as Forças Armadas não deveriam aguardar passivamente o desenrolar dos eventos, mas, ao contrário, adotar uma postura proativa, assumindo a iniciativa do confronto.⁴⁷⁵ Tal concepção refletia uma lógica preventiva e ofensiva, orientada pela Doutrina de Segurança Nacional que priorizava a eliminação de ameaças internas percebidas como subversivas, mesmo antes de sua materialização concreta.

⁴⁷² FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p 95.

⁴⁷³ Ibidem, p. 5.

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 97.

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 97.

Nesse sentido, concebido por Golbery, o SNI,⁴⁷⁶ teve como finalidade “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional” (Lei nº 4.341/1964). O regime demonstrava o interesse em dispor de informações estratégicas úteis para o governo, assim como a preocupação de se precaver contra os “inimigos internos”, conforme os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

As Forças Armadas receberam uma legitimidade política para o controle da informação, desempenhando um papel de ordenadores do sistema social, diante da falência das instituições da democracia representativa no período e se apresentaram como garantidoras da unidade nacional, ameaçada pelo “inimigo interno”, nesse caso, o “perigo do comunismo”.⁴⁷⁷ Cabe lembrar que a DSN foi incorporada como fundamentação teórica para justificar a proteção da sociedade nacional a partir de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática.

Segundo Carlos Fico, a DSN, desenvolvida no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), constituiu o principal arcabouço ideológico das Forças Armadas durante o regime em 1964. Esta doutrina articulava conceitos geopolíticos e estratégicos, que buscavam enquadrar a realidade brasileira no contexto da Guerra Fria, interpretando o país como um ator relevante no embate entre os blocos liderados pelos EUA e pela URSS.⁴⁷⁸

De acordo com o artigo 10º do capítulo II relativo aos crimes e penas, está expresso, não apenas a fundamentação ideológica, mas um aspecto fundamental que aqui merece ser discutido:

Art. 10. Comprometer a segurança nacional, sabotando quaisquer instalações militares, navios, aviões, material utilizável pelas Forças Armadas, ou, ainda, meios de comunicação e vias de transporte, estaleiros, portos e aeroportos, fábricas, depósitos ou outras instalações, eventualmente necessários à defesa nacional; Pena - reclusão, de 4 a 12 anos (grifos nossos).⁴⁷⁹

Para o aspecto que esta dissertação se dedica, é inegável que as empresas que funcionavam no país incorreriam no artigo em destaque. Não só Itaipu, mas quaisquer outras

⁴⁷⁶ Criado pela Lei nº 4.341, de 13 de julho de 1964.

⁴⁷⁷ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. *História e Luta de Classes*, n. 4, julho 2007, p. 4.

⁴⁷⁸ FICO, Carlos. *Como eles agiam...* Op. cit., p. 41.

⁴⁷⁹ BRASIL. *Decreto-Lei nº 314*, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 jun. 2025.

empresas que tivessem sofrendo críticas, greves e demais aspectos relacionados à organização de trabalhadores, queixas de comunidades afetadas ou removidas seriam incursas nas penalidades descritas em todo o Decreto-Lei. E é notável a defesa do Estado ao capital neste parágrafo, quando externa sua preocupação em defendê-lo, considerando reivindicações como atos de sabotagem, aliás, algo que foi encontrado inclusive em meio à documentação de Itaipu, mas que não será objeto desta pesquisa.

O trabalho de repressão ao inimigo do Estado caberia às polícias estaduais (Dops) e à Polícia Federal, que iriam se unir aos serviços de informação ligados às Forças Armadas, como o Centro de Informação do Exército (CIE), o Centro de Informação da Marinha (Cenimar) e o Centro de Informação da Aeronáutica (Cisa). E também, já nos anos de 1970, resultantes da Operação Bandeirante (Oban), os Destacamentos de Operações Internas e Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi).⁴⁸⁰

O Terrorismo de Estado revela que os setores economicamente dominantes em determinadas conjunturas, quando fortemente questionados e ameaçados, constituem um sistema de dominação e disciplinamento para a garantia da ordem. Essa perspectiva ficou evidente em 1967, com outro Decreto-Lei,⁴⁸¹ que dispunha sobre a organização da administração federal, estabelecendo diretrizes para a Reforma Administrativa. Neste decreto-lei, o aparato de informação foi reestruturado, com a criação de Divisão de Segurança e Informação (DSI) e sua colaboração com a Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o SNI.

As Divisões de Segurança e Informação foram criadas pelo Decreto nº 60.940 de 1967,⁴⁸² em substituição às Sessões de Segurança Nacional (SSN), órgão criado no governo de Eurico Gaspar Dutra. As DSI eram órgãos complementares ao Conselho de Segurança Nacional, mantendo subordinação direta aos respectivos ministérios de Estado e ligação com a Segurança Geral da CSN e com o SNI (Decreto nº 60.940/1967).

Assim, as DSI atuavam em duas frentes: na Segurança Nacional e nas Informações Nacionais. Na Segurança Nacional, forneciam dados e informações a partir da Secretária-Geral do Conselho de Segurança Nacional; colaboravam na organização de planos particulares de segurança relativos aos ministérios e executavam o Plano Particular, fazendo propostas ao

⁴⁸⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun., 2008, p. 30-67.

⁴⁸¹ BRASIL. *Decreto-Lei nº 200*, de 25 de fevereiro de 1967.

⁴⁸² BRASIL. *Decreto nº 60.940*, de 4 de julho de 1967.

ministro de Estado e colaborando no planejamento executivo da Mobilização Nacional, cadastrando recursos necessários ao fortalecimento do Poder Nacional (Decreto nº 60.940/1967).

No que diz respeito à atuação nas Informações Nacionais, as DSI tinham as seguintes responsabilidades:

- a) fornecer dados e informações necessárias à elaboração do Plano Nacional de Informação, a cargo do Serviço Nacional de Informações; b) colaborar, fornecendo os elementos necessários e complementares, na formulação do Plano Particular de Informação, decorrente do Plano Nacional, para o setor de ação do Ministério a que pertença; c) cooperar na execução desses Planos e em outros encargos determinados por aquele Serviço, no campo das Informações.⁴⁸³

Podemos presumir que a DSI se comportava como um segmento que produzia informações no interior dos ministérios civis e dos organismos e empresas federais. A reconfiguração institucional das Divisões de Segurança e Informação (DSI), formalizada em maio de 1970, representou um marco na consolidação da chamada “comunidade de informação” do regime.

Isso se comprova a partir da publicação do artigo de Vivian Ishaq e Pablo Franco,⁴⁸⁴ quando os autores revelam, em uma nota de rodapé, o tamanho da estrutura repressiva organizada no interior de estatais, autarquias e empresas públicas. A nota cobre um total de três páginas, revelando um acervo bastante significativo das DSIs, ASIs e AESIs que compunham a estrutura da comunidade de informações no Brasil. Cabe uma ressalva: as investigações contidas no *Informe Público* e no *Informe Público 2* demonstram uma estrutura repressiva que foi além das estruturas públicas. Nem todas as empresas investigadas eram estatais, mas todas identificaram a existência de seguranças patrimoniais que contaram com a presença de militares em suas estruturas, denotando similaridades organizativas entre os ramos públicos e privados do capital associado.

Segundo Fico, a partir desse momento, as DSI passaram a operar sob um regime de duplo comando: embora estivessem administrativamente subordinadas aos respectivos ministérios do Estado, suas atividades na área de inteligência eram simultaneamente coordenadas e supervisionadas pelo SNI. Esse arranjo institucional refletia a centralização

⁴⁸³ BRASIL. *Decreto nº 60.940*, de 4 de julho de 1967.

⁴⁸⁴ ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 29-42, jul/dez 2008. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/293/293>. Acesso em: 06 jun. 2025.

crescente do aparato informacional sobre o controle do SNI, concebido como o órgão superior do Sistema Nacional de Informações (SISNI).⁴⁸⁵

O quinto artigo do decreto determinava que o diretor da DSI era nomeado pelo presidente da República, após a prévia aprovação de seu nome pela Secretaria Geral de Conselhos de Segurança Nacional. Essas estruturas repressivas eram responsáveis pelo monitoramento de funcionários, entidades e demais pessoas que mantinham relações profissionais com órgãos públicos em que estavam instaladas, com o intuito de eliminar militantes comunistas na administração pública brasileira.

Segundo João Roberto Martins Filho, a influência da doutrina da *guerre révolutionnaire* nas Forças Armadas do Brasil e da Argentina foi significativa, tendo sido desenvolvida e adaptada antes e após a Revolução Cubana.⁴⁸⁶ O conceito começou a ser moldado na Argentina, onde o coronel Carlos J. Rosas introduziu ensinamentos franceses na ESG, trazendo oficiais com experiência em guerras coloniais para ensinar sobre guerra revolucionária. No Brasil, o coronel Augusto Fragoso também adotou esses princípios, ressaltando a transformação das doutrinas militares locais.

As ideias militares francesas emergiram após derrotas significativas na Indochina e na Argélia, levando à percepção de que a doutrina militar convencional não era suficiente para enfrentar a “subversão” comunista, que no mais das vezes eram reivindicações de caráter de descolonização, ainda que houvesse influências revolucionárias, especialmente na Indochina, mas também em grande medida na Argélia. A doutrina enfatizava a importância do controle da informação e um comando político-militar unificado, afirmando que, se uma sociedade democrática não suportasse o Exército, seria necessário mudar a sociedade.⁴⁸⁷

A visão da organização militar no combate ao “inimigo interno” atraiu os militares brasileiros e argentinos, que viam na guerra revolucionária uma resposta às lutas reivindicatórias dos trabalhadores, encaradas como um “desafio comunista”, especialmente no contexto da Guerra Fria.

Além disso, a doutrina francesa permitia uma definição ampla do inimigo, que podia incluir não apenas comunistas, mas também nacionalistas e grupos religiosos, tornando-a versátil para diferentes contextos nacionais. Conforme exposto acima, o caráter reivindicatório

⁴⁸⁵ FICO, Carlos. *Como eles agiam...* Op. cit., p. 79.

⁴⁸⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, jun. 2008, pp. 41-52.

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 41.

era suficiente para o enquadramento de parcelas sociais trabalhadores na pecha de “comunista”, “subversivo” e quaisquer outras palavras de então. Ao longo deste capítulo, essa perspectiva se esclarecerá melhor, na medida em que analisaremos os documentos que darão o tom dessa questão nos documentos.

A guerra revolucionária é caracterizada por um processo gradual, dividido em etapas que vão desde a preparação do terreno até a conquista do poder. A doutrina também sublinha a importância da guerra psicológica, propondo que a única forma de evitar a progressão revolucionária é derrotá-la com suas próprias táticas. Em suma, a *guerre révolutionnaire* forneceu uma estrutura adaptável e estratégica para os militares latino-americanos, permitindo que abordassem as ameaças percebidas em suas sociedades de maneira organizada e eficaz.

Vale notar que os próprios generais franceses combatentes da Indochina e posteriormente Argélia estiveram diretamente vinculados às formações dos militares na América Latina, mas também nos Estados Unidos e Europa.⁴⁸⁸

Para Padrós, a violência organizada, que configurava o sistema repressivo nos regimes ditatoriais no Cone Sul, representou a multiplicação de formas de controle, de ostentação de poder e impunidade. A aplicação concreta dessa estrutura repressiva produziu situações que variaram entre um violento disciplinamento e a institucionalização do terror.⁴⁸⁹

Com a criação do Sistema Nacional de Informação (SISNI), a partir do Decreto nº 66.732 de 1970,⁴⁹⁰ que aprovou o Plano Nacional de Informação do governo Emílio Garrastazu Médici, o controle da informação se ampliou e se especializou. Segundo Fico, o Plano Nacional de Informação, era um instrumento que definia objetivos estratégicos, as prioridades e os métodos operacionais da comunidade de informações articuladas pelo SISNI.⁴⁹¹

⁴⁸⁸ AUSSARESSES, Paul. *Services spéciaux*: Algérie 1955-1957. Paris: Editions Perrin, 2001; CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis*: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012; ROBIN, Marie Monique. *Escuadrones de la Muerte, la escuela francesa*. La Plata: De La Campana, 2014; DUARTE-PLON, Leneide. A Tortura se justifica quando pode evitar a morte de inocentes. *Folha de São Paulo*, 04/05/2008. Acesso em: 08/11/2024. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0405200809.htm>; SILVA, Jussamar da. *As conexões repressivas no sistema internacional de repressão*: instauração do terror de Estado no Cone Sul (1960-1990), Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

⁴⁸⁹ PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras de Segurança Nacional em Regiões de Fronteira: o Rio Grande do Sul e a rede de direitos humanos. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, julho 2013, p. 4.

⁴⁹⁰ BRASIL. Decreto nº 66.732, de 16 de junho de 1970.

⁴⁹¹ FICO, Carlos. *Como eles agiam...* Op. cit., p. 70-80.

Segundo Jussaramar da Silva, “no Brasil, a estrutura dos órgãos de informação começava pelo Sistema Nacional de Informações”.⁴⁹² O SISNI foi criado para dar sustentação ao terrorismo de Estado e vigorou no Brasil de 1964 a 1989, incorporando arquivos já existentes e criando uma complexa estrutura institucional apoiada nas ações de monitoramento, polícia política, repressão e propaganda.

René Dreifuss destaca que “o SNI combinou as funções de agência central de informações com as de um conselho de assessoria para formulação de diretrizes políticas nacionais”,⁴⁹³ visando influenciar todas as áreas da vida social, política e militar brasileira.

Assim, foram criadas as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Segundo Rodrigo Patto Sá Motta essas agências foram criadas a partir de subdivisões da DSI com a função “a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos Ministérios, normalmente empresas públicas, autarquias ou fundações”.⁴⁹⁴

3.2 Controle interno no canteiro de obras: a atuação da ASI e da AESI na Itaipu Binacional durante a ditadura

Como vimos anteriormente, a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) foram criadas visando à repressão imediata contra aqueles considerados inimigos do regime. Analisaremos, a partir de agora, a Assessoria Especial de Segurança e Informação de Itaipu (AESI/Itaipu). Durante as obras de construção da hidrelétrica da Itaipu, essas assessorias “tiveram o papel de espionar e emitir relatórios sobre os trabalhadores de Itaipu, bem como de quaisquer pessoas que fossem consideradas suspeitas na região da Tríplice Fronteira”.⁴⁹⁵

Analisaremos, sobretudo, o controle interno no canteiro de obras, tendo em vista que estamos tratando da atuação dos trabalhadores nesse espaço em específico. No entanto, é

⁴⁹² SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações Brasil-Paraguai (1973-1987)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, 2010, p. 115.

⁴⁹³ DREIFUSS, René Armand. 1964... Op. cit., p. 421.

⁴⁹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime..., Op. cit., p. 35.

⁴⁹⁵ SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu...* Op. cit., p. 11.

importante compreender que a estrutura repressiva de Itaipu tinha atuação fora dos limites da hidrelétrica. Segundo Valdir Sessi, “nas vilas residenciais, também estava presente o controle [...] regulado pelo Serviço Social e pela Segurança da Itaipu”.⁴⁹⁶

No âmbito da Itaipu, a Assessoria de Segurança Interna (ASI) foi criada a partir de 1974, como demonstrado no documento da Diretoria Executiva de Itaipu, tendo como relator o diretor-geral José Costa Cavalcanti. Um dos motivos apontados pelo documento para o assessoramento das atividades pelo diretor-geral e pelo diretor-geral adjunto era a necessidade de “tomada de decisão e para o apoio aos trabalhos de instalação e de início das obras de Itaipu”.⁴⁹⁷ As atribuições da Assessoria eram:

- 2.1 Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de Segurança, Informação e Contra-informação no âmbito da Entidade;
- 2.2 Assessorar o Diretor-Geral ou o Diretor-Geral Adjunto nos assuntos de Segurança e Informações.⁴⁹⁸

Na produção de informação, podemos perceber que a Assessoria nasceu em total consonância com a Divisão de Segurança e Informação (DSI), ao produzir dados para atender às “determinações contidas nos Planejamentos Nacionais de Informações do Brasil ou do Paraguai, a cargo da Entidade” e “difundir as Informações que, pelo princípio da oportunidade, devam ser do conhecimento imediato de outros Órgãos de Informações”.⁴⁹⁹

No caso de Itaipu, é importante destacar que este organismo não era apenas brasileiro. O Paraguai também criou uma Assessoria de Segurança. Ambas se localizavam com subdivisões dos dois lados da fronteira. Durante o período entre 1975 e 1987, recorte temporal da pesquisa, as AESIs pertenciam ao esquema repressivo do terrorismo de Estado tanto no Brasil quanto no Paraguai. O aparelho de espionagem e repressão da Itaipu Binacional estava espalhado por diversas cidades do Brasil, com endereços físicos “em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Foz do Iguaçu” e, no Paraguai, “em Assunção, Porto Presidente Stroessner, Hernandarias, Coronel Oviedo e Salto de Guairá”.⁵⁰⁰

⁴⁹⁶ SESSI, Valdir. “*O Povo do Abismo*”: trabalhadores... Op. cit., p. 54.

⁴⁹⁷ *Criação e Regulamentação da Assessoria de Segurança da ITAIPU*. Arquivo Nacional: Fundo Serviço Nacional de Informações. Localização: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0149_d0001de0001.

⁴⁹⁸ Ibidem, p. 147.

⁴⁹⁹ *Criação e Regulamentação da Assessoria de Segurança da ITAIPU*. Arquivo Nacional: Fundo Serviço Nacional de Informações. Localização: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0149_d0001de0001.

⁵⁰⁰ PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* São Paulo: Alameda, 2005, p. 83. Tal informação também está no documento acima, citado na p. 71.

Com a ampliação do SNI, na década de 1970, o Sistema de Informação se especializou, permitindo uma integração mais profunda entre o “Estado e a estrutura oligárquica do capitalismo industrial e financeiro”.⁵⁰¹ O SNI teve um papel essencial na promoção da estabilidade nesse contexto. Segundo Padrós,

o terrorismo de Estado acrescentou novos mecanismos coercitivos, repressivos e de controle, assim como modernos recursos de persuasão e de dissuasão, o que inclui o uso de novidades tecnológicas no campo da contrainsurgência (inteligência, espionagem, tortura, interrogatórios).⁵⁰²

Em uma mudança de orientação do SNI em Itaipu, as Assessorias de Segurança e Informações passam a ter outra nomenclatura, mudando para Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI). Essa mudança representou uma especialização da estrutura repressiva diante da comunidade de informação no Brasil. Segundo Fico, os governos ditatoriais se formaram a partir de uma organização comum para conter o “inimigo interno”.⁵⁰³

Em um dos documentos sobre AESI, é possível perceber essa especialização na área da informação. A orientação era:

1. As atribuições referentes às Informações e à Contra-Informação que eram desempenhadas pela Assessoria de Segurança da Itaipu, (AS/IB/BR), bem como as atividades de Segurança Nacional e Mobilização, passam a ser exercidas pela Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), a qual fica regulamentada em anexo ao presente ato, na forma como foi aprovada pelo Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações.⁵⁰⁴

No documento sobre o regimento interno de Itaipu, de 1974, fica evidente a relação de cumplicidade de Itaipu com o serviço de informação.⁵⁰⁵ No documento se lê:

Art. 59 - SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. O Diretor-Geral e o Diretor-Geral Adjunto, de forma coordenada, terão a seu cargo, em seus respectivos países, as atividades de segurança e informações de interesse da Entidade, podendo, para tanto,

⁵⁰¹ DREIFUSS, René Armand. 1964... Op. cit., p. 494.

⁵⁰² PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras de Segurança... Op. cit., p. 4.

⁵⁰³ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, p. 167-205.

⁵⁰⁴ *ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES*. Arquivo Nacional: Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80008206_d0001de0001, p. 5.

⁵⁰⁵ *Regimento Interno da Entidade Binacional Itaipu*. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0149_d0001de0001.

dispor do assessoramento que se fizer necessário, de acordo com a política, sistema e planejamento de cada país.

Parágrafo único: As atividades de segurança e informações terão regulamentação e planejamento específicos, de forma a obter-se a necessária coordenação e controle.⁵⁰⁶

Essa especialização na estrutura repressiva presente na Itaipu será fundamental para compreender o expediente dos *Pedidos de Busca* durante as obras de construção da hidrelétrica. No anexo 2 do mesmo documento, que aprovou a expansão da AESI em Itaipu, da Informação nº 0528/76 - E/AESI.G de 20/11/1978, no artigo 1º podemos ler:

Art. 1º - A Assessoria Especial de Segurança e Informações da ITAIPU BINACIONAL no Brasil (AESI /IB/BR) , criada em decorrência do Art. 59 do Regimento Interno da ITAIPU BINACIONAL e das recomendações do Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) , constantes do Ofício nº 099/52/AC/77 de 06 Dez 77 da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC / SN I), é órgão subordinado ao Diretor Geral e encarregado de assessorá-lo em todos os assuntos pertinentes a Segurança Nacional, à Mobilização e as Informações.⁵⁰⁷

A subordinação da informação ao Diretor-Geral pelo SNI em assuntos de Segurança Nacional, a Mobilização e as Informações faziam com que as AESI de Itaipu funcionassem como responsável e cúmplice do sistema de informação, cuja atividade principal seria a de reportar ao Estado as atividades políticas das pessoas na região e monitorar suspeitos.⁵⁰⁸

A institucionalização do combate à resistência fica mais estreita entre o SNI e Itaipu. Conforme Jussaramar da Silva, “a binacional teve, no auge das construções cerca de 40 mil trabalhadores (...), pode-se imaginar a quais níveis chegaram os trabalhos de investigação levados por ela (AESI), bem como pelos órgãos que eram remetidos os pedidos de informações”.⁵⁰⁹ Vale mencionar que, do outro lado da fronteira, em território paraguaio, também foram articuladas a criação da Assessoria. E essa articulação suscitou um certo temor em relação à soberania e suas possíveis violações.

⁵⁰⁶ Ibidem, p. 42.

⁵⁰⁷ *Regulamento da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Itaipu Binacional (AESI/IB/BR)*. Arquivo Nacional: Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80008206_d0001de0001.

⁵⁰⁸ SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu...* Op. cit., p. 30.

⁵⁰⁹ Ibidem, p. 22.

No documento secreto *ITAIPU: Segurança e informações na área do aproveitamento hidrelétrico*, de 1975,⁵¹⁰ observamos quais elementos do debate o Ministério das Relações Exteriores (MRE) indicou como posicionamento do Brasil. Nele, podemos ler:

Um dos pretextos de que se valeram os grupos paraguaios de oposição, que combateram o Tratado de Itaipu, foi, justamente, a interpretação inteiramente tendenciosa segundo a qual a referida letra g do Artigo XVIII conferia a cada uma das Altas Partes Contratantes o direito de adotar, no território da outra, através de atos unilaterais, medidas relacionadas a polícia e segurança, temas da mais alta relevância entre os que se incluem no exercício intransferível da soberania dos Estados.⁵¹¹

O Paraguai sofria, por parte do Brasil, forte pressão no processo de construção da Itaipu. Segundo Barboza, “o Paraguai achava que o território disputado era dele e o Brasil pensava que não havia razão para discutir, porque a área, sem a menor dúvida, nos pertencia”.⁵¹² Conforme Pedro Campos e Rafael Brandão,

A ditadura readequou o projeto, aceitando a proposta de uma usina binacional, em trecho do rio na divisa entre os dois territórios. O documento que atesta isso é a Ata das Cataratas, ou Ata de Iguaçu, de 1966, que previa uma usina binacional com a divisão igualitária da eletricidade gerada entre os dois países.⁵¹³

Em 26 de abril de 1973, os presidentes Médici e Alfredo Stroessner estabeleceram o Tratado de Itaipu para a construção da hidrelétrica, localizada a 14 quilômetros da cidade de Foz do Iguaçu. O tratado previa o aproveitamento do rio Paraná para a construção de uma barragem, no limite territorial entre os dois países. A hidrelétrica seria a maior do mundo até então, com capacidade instala de 14 mil megawatts.⁵¹⁴ O tratado “previa uma empresa com 12 diretores, sendo seis paraguaios e seis brasileiros e vários outros elementos de equivalência. No entanto, tratava-se de um acordo entre dois países bem desiguais entre si”.⁵¹⁵

⁵¹⁰ *ITAIPU: Segurança e informações na área do aproveitamento hidrelétrico*. Arquivo Nacional, Fundo: Serviço Nacional de Informações. Localizador:BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001, p. 13.

⁵¹¹ Ibidem, p.14.

⁵¹² BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Brasília: Funag, 2020, p. 113.

⁵¹³ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da usina... Op. cit., p. 12.

⁵¹⁴ Atualmente, Itaipu é a segunda maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas de Três Gargantas, na China, que possui uma capacidade instalada de 22.500 megawatts.

⁵¹⁵ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da usina... Op. cit., p. 7.

No que competia à segurança e informação, o governo de Stroessner, valendo-se das críticas dos opositores, transfere o problema ao governo brasileiro no que se refere ao Tratado, como se lê:

Apesar de reconhecer a total improcedência dessas críticas e a evidente má fé que as inspirou, o Governo paraguaio solicitou às autoridades brasileiras a celebração de um acordo por troca de notas com o fim de deixar expresso que "os atos unilaterais a que se refere o mencionado Artigo XVIII serão os que as Altas Partes Contratantes realizem nas áreas dos territórios submetidos às suas respectivas soberanias", estabelecendo que os atos unilaterais que qualquer dos signatários "julgue necessário ou oportuno adotar no território de sua jurisdição, relacionados com os incisos g e h do citado Artigo XVIII, serão comunicados, para seu conhecimento, à outra Alta Parte Contratante".

Tal solicitação foi atendida pelo Governo brasileiro, firmando-se o respectivo acordo em 12 de novembro de 1973.⁵¹⁶

A situação era tensa com o país vizinho quando o governo Castelo designou Mario Gibson Barbosa para a embaixada em Assunção.⁵¹⁷ Segundo o diplomata, “no dia da minha chegada a Assunção, uma bandeira brasileira foi queimada na rua principal, em minha homenagem”.⁵¹⁸

A especialização da AESI de Itaipu no lado paraguaio sugere que muitos pesquisadores associam à Operação Condor, ou, como em estudo recente a historiadora Jussaramar da Silva indica, a possível existência de um sistema de informação encobertas que vai além da Condor, inserindo-se no cotidiano das atividades dos serviços de inteligência.

Além disso, trata-se de dois tipos de entrelaçamento a Doutrina de Segurança Nacional, que doravante, ao se tratar dela em conjunto envolvendo mais de um país, será denominada Doutrina de Segurança e a Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária. A primeira, importada no Cone Sul dos Estados Unidos, e a segunda, importada também por esses países da França. Ambas, que funcionaram conjuntamente, foram o que articulou os países nas conexões repressivas e o que integrou as doutrinas.⁵¹⁹

Para flexibilizar as relações entre os dois países foi proposta a criação da Junta de Coordenação de Segurança da Itaipu, onde os órgãos colegiados que era integrado pelo diretor geral, o diretor-geral adjunto; os chefes das Assessorias de Segurança da Itaipu no Brasil e no

⁵¹⁶ *Atribuições de responsabilidade quanto a segurança e informações na área de ITAIPU*. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações Localizador:BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001.

⁵¹⁷ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da usina... Op. cit., p. 16.

⁵¹⁸ BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço...* Op. cit., p. 12.

⁵¹⁹ SILVA, Jussaramar da. *Op. cit.*, 2017, p. 34.

Paraguai e dois assessores, sendo um de cada Assessoria referida anteriormente.⁵²⁰ Ou seja, com essa definição, pode-se perceber que a estrutura das Assessorias se imiscui também nas funções da direção-geral e da direção-geral adjunta, o que implica que o mais alto escalão da empresa se envolveu diretamente no “serviço sujo” da atuação repressiva, indo além da direção da empresa e controle de geração de energia.

Pouco se sabe ainda das estruturas de Assessorias de Segurança de conjunto, mas se percebe, ao menos em Itaipu, que essa estrutura avança em tal nível que evolui de um serviço de informações para o cotidiano empresarial.

3.3 Os *pedidos de busca*: fichas detalhadas sobre trabalhadores investigados

A principal fonte que dá suporte a esta pesquisa são os *Pedidos de Busca* (PB), que listavam informações sobre os trabalhadores brasileiros e estrangeiros. As diversas informações de que dispomos, como nome, filiação, nascimento, local de nascimento, fotografia, a função que iam exercer no canteiro de obras e para qual firma atuariam, grau de qualificação, data de admissão e demissão e outras, nos dão uma visão de conjunto da realidade do canteiro de obras que aqueles trabalhadores constituíram cotidianamente.

Os *Pedidos de Busca*, instituídos em conjunto com as Assessorias de Segurança e Informação, desempenhavam um papel crucial na verificação do histórico dos trabalhadores. Essas listagens serviam não apenas para atender às necessidades de controle dos diretores e chefes, mas também para facilitar as ações de fiscalização do Estado em relação à gestão da força de trabalho. Essa prática de monitoramento reflete a influência da doutrina da "*guerre révolutionnaire*" nas Forças Armadas do Brasil e da Argentina,⁵²¹ que enfatizava o controle da informação como uma estratégia essencial para enfrentar a subversão.

⁵²⁰ *Atribuições de responsabilidade quanto a segurança e informações na área de ITAIPU*. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador:BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001.

⁵²¹ Importante notar, contudo, que tal doutrina, mesmo que de forma indireta, adentrou o Paraguai. Além da atuação das AESIs permeada por tal doutrina, Jussaramar da Silva analisou um documento relacionado ao encontro bilateral de exércitos entre Paraguai e Argentina, no qual o exército argentino esmiúça a forma de combate que desempenharam na região nordeste do país, denominado Operativo Toba. E nele havia telefones para organizarem as trocas de informações. Ver: Silva, J. *Sangue espalhado no chão do Cone Sul*: conexões repressivas, contrarrevolução e terrorismo de estado. Córdoba: Lago Editora, 2025, especialmente o capítulo “A Operação Toba no Nordeste Argentino: a disseminação do Estado de Terror (1975 - 1977)”.

Figura 2 - Documento Pedido de Busca

CONFIDENCIAL

H.S. D. P.F. 331, p. 7

ITAIPU BINACIONAL
ASSESSORIA DE SEGURANÇA

PEDIDO DE BUSCA Nº E/AS.G./2660/77

1. DATA	: 1 AGO 77
2. ASSUNTO	: [REDACTED]
3. ORIGEM	: AS/18/BR.
4. REFERÊNCIA	: Inexistente.
5. DIFUSÃO ANTERIOR	: Não houve.
6. DIFUSÃO	: [REDACTED]/MT.
7. ANEXO	: Ficha Individual e/ou Curriculum Vitae.

1. **DADOS CONHECIDOS:**

1.1. Os constantes do(s) documento(s) mencionado(s) em Anexo.

1.2. Trata-se de elemento recentemente contratado pela UNICOM- União de Construtoras Ltda- firma empreiteira encarregada das construções iniciais da Hidrelétrica de ITAIPU, com atuação nos Canteiros de Obras da Entidade.

2. **DADOS SOLICITADOS:**

2.1. O que constar nessa Agência sobre o sindicato.

2.2. Outros dados julgados úteis e esclarecedores.

Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de assunto sigiloso fica, automaticamente, responsável pela manutenção do seu sigilo. (Art. 12 do Dec. 77099 de 06 Jan. 77 - RSAS).

CONFIDENCIAL

Fonte: Modelo extraído das fichas encontradas no SIAN, fundo Delegacia de Polícia Federal em Dourados (MS). Os dados pessoais do trabalhador foram omitidos a fim de preservar a privacidade.

Segundo Fico, a produção de informação no âmbito do sistema de inteligência da ditadura era orientada por uma lógica tecnocrática e funcional, na qual a “matéria-prima” básica dos órgãos de informação consistia nos informes. Nesse contexto o autor, destaca a importância dos *Plano de busca* e dos Pedidos de Busca, documentos estratégicos que organizavam a atuação inicial dos órgãos de inteligência, funcionando como guias operacionais que definiam os focos prioritários da vigilância e da coleta de informações, orientando o trabalho dos agentes em campo⁵²².

Segundo o autor, a informação estratégica era compreendida como conhecimento sobre fatos ou situações relevantes para o planejamento e a condução de ações de caráter estratégico,

⁵²² FICO, Carlos. *Como eles agiam...* Op. cit., p 97.

ou seja, ações com impacto potencial sobre a segurança do estado e a formulação de políticas⁵²³. Essa produção de informação deveria ser articulada apenas nos níveis superiores do SISNI, especialmente na agência central do SNI, indicando um modelo centralizado e hierarquizado.

Teoricamente, a produção dessas informações deveria respeitar princípios técnicos, como a objetividade baseando-se em fatos, não opiniões; a oportunidade da entrega no tempo certo para influenciar decisões; a segurança de manter a confidencialidade da informação e na imparcialidade para evitar distorções ideológicas ou partidárias⁵²⁴.

Contudo, o autor aponta uma contradição entre os princípios e a prática institucional: na realidade, muitas dessas informações eram subjetivas, expressas em uma linguagem obscura e técnica, típica da comunidade de informação, e frequentemente marcada por parcialidade, ou seja, influenciadas por interesses políticos e ideológicos específicos⁵²⁵. Essa parcialidade não era um desvio ocasional, mas algo estrutural no funcionamento do SNI, reforçado a crítica à suposta neutralidade técnica da informação⁵²⁶. Nesse sentido, Itaipu operacionalizava o controle ao usar como critério para reprimir trabalhadores qualquer indício de irregularidade em sua vida pregressa, conforme opinião dos agentes da AESI⁵²⁷.

O documento *Manual de Informações – organização*⁵²⁸ do SNI, apresenta que o Plano de Busca é um documento central na estrutura do SNI, geralmente apresentado como anexo ao Plano de informações, representando sua etapa de execução prática. Seu objetivo é sistematizar a busca de informações estratégicas por meio da coordenação entre os diversos escalões e órgãos subordinados, assegurando atualização contínua e alinhamento das ações de coleta.

Esse plano pode ser permanente ou temporário, dependendo das necessidades informacionais. Quando um órgão recebe um Plano de Busca de uma hierarquia superior, ele deve elaborar um plano próprio, adequado ao nível e à capacidade dos órgãos que lhe são subordinados, detalhando as orientações recebidas.⁵²⁹

⁵²³ Ibidem, p. 96-97.

⁵²⁴ Ibidem, p. 96-97.

⁵²⁵ Ibidem, p. 96-97.

⁵²⁶ Ibidem, p. 96-97.

⁵²⁷ SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu...* Op. cit., p. 22.

⁵²⁸ *Manual de Informações – organização* do SNI. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Localizador: BR_DFANBSB_Z4_ESN_0_0006_d0001de0001. p 101.

⁵²⁹ *Manual de Informações – organização* do SNI. Op. cit., p. 102.

Segundo o documento, os elementos centrais do Plano de Busca são as informações necessárias, como os dados ou conhecimento que se deseja obter, constituindo o núcleo do plano e podendo ser subdivididas para orientar melhor a coleta dos dados. Os Desdobramentos das Informações Necessárias (DIN), são informações mais específicas, que afirmam o foco da busca. Cada DIN pode ser associado a indícios, que consistem em descrição detalhadas de aspectos concretos a serem observados, facilitando o trabalho dos agentes e a reunião de informações pelos analistas.⁵³⁰

Outro elemento apresentado pelo documento, são as missões atribuídas aos órgãos subordinados que recebem tarefas específicas relacionadas ao DIN e aos indícios, com base em suas competências e área de atuação. O prazo e periodicidades também são elementos fixos ou de antecipação, de modo a garantir que o órgão intermediário possa consolidar os dados e atender às demandas hierárquicas superiores.⁵³¹

No âmbito do SNI, além dos Planos de Busca, que possuem caráter estruturante e contínuo, existe também o *Pedido de Busca*, um documento específico, utilizado para suprir lacunas informacionais pontuais ou complementar de informações já existentes.⁵³² Enquanto o Plano de Busca define de forma sistemática, antecipada e hierarquizada as informações necessárias, seus DIN e os indícios a serem investigados, o Pedido de Busca é um instrumento direto, utilizado quando há uma necessidade imediata ou específica de aprofundamento em determinado tema, normalmente no decorrer do processo de produção de uma informação mais complexa.

Os *Pedidos de Busca* eram encaminhados a partir das Assessorias aos órgãos de informações em todo o país. Essa rede de comunicação se estendia ao Ministério das Relações Exteriores, visto a documentação sobre trabalhadores estrangeiros. No caso de Itaipu, os documentos sobre os *Pedidos de Busca* e fichas de trabalhadores estão em grande volume no Arquivo Nacional, em particular no fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Neste fundo, encontramos uma série de documentos da AESI/Itaipu como fichas, prontuários e dossiês de trabalhadores monitorados, considerados “subversivos”. Em outras unidades como, o Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), fundo Deops, e o Arquivo do Estado do Paraná, fundo Dops, é possível acessar também as fichas de trabalhadores de Itaipu que tinham suas origens nesses estados.

⁵³⁰ *Manual de Informações – organização do SNI. Op. cit., p. 102.*

⁵³¹ *Manual de Informações – organização do SNI. Op. cit., p. 102.*

⁵³² *Manual de Informações – organização do SNI. Op. cit., p. 87.*

Para entender as violações contra os trabalhadores cometidas pela Itaipu, é necessário entender qual a funcionalidade dos Pedidos de Busca e os dados que apresentam. Mais de cem mil trabalhadores estiveram envolvidos na construção da hidrelétrica ⁵³³ e todos passaram por Pedidos de Busca prévios, demonstrando a extensão e o poder do sistema de informação no Brasil, do qual a Assessoria Especial de Segurança e Informações de Itaipu fazia parte.

Em documento do Ministério das Minas e Energia – Divisão de Segurança e Informação com o assunto *Itaipu - como vivem os operários da represa*, de 1975, no ponto 8.1 e 8.2, é descrito que o controle dos trabalhadores tem sido realizado pela segurança da Itaipu e, para que a vigilância seja bem eficaz, foi estabelecido um sistema fichamento dos trabalhadores.

Com objetivo, porém, de obviar esse inconveniente a Segurança da ITAIPU estabeleceu um cadastramento de pessoal com base em uma ficha biográfica individual com fotografia 3x 4 cm de todos os operários. Através desse fichário é possível exercer controle sobre a rotatividade dos mesmos nas diversas empreiteiras e, dessa forma, eliminar o reemprego daqueles que são dispensados por outras empreiteiras por razões de má conduta ou indisciplina. O processo consiste, pois, em informar sobre a contra-indicação do operário que tenha incidido em qual quer dos aspectos que não recomendem seu aproveitamento.⁵³⁴

Outro elemento importante no cruzamento de dados sobre a repressão a trabalhadores no Brasil é a comunicação entre as empresas no que diz respeito à contratação. A comunicação entre a AESI de Itaipu e a Divisão de Segurança Interna da Petrobrás é um exemplo de como as empresas trocavam informações sobre trabalhadores. Em um documento referente ao *trabalhador G*, uma ficha de levantamento sócio funcional datada de 10 de maio de 1989, é apresentada às empresas e os períodos de admissão em que ele trabalhou.⁵³⁵ Segundo o documento, o *trabalhador G* foi empregado na CAEEB/Itaipu de 10 de fevereiro de 1982 a 4 de maio de 1986, atuando como mecânico na área industrial.⁵³⁶ As referências pessoais no documento são de três trabalhadores da Petrobrás no Rio Grande do Sul. Uma das referências, feitas pelo *trabalhador G*, relata: “o informante é Ajudante Administrativo no Terminal de Rio

⁵³³ SILVA, Carla Luciana; *et. all.* Itaipu. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira (org.). *Informe público...* p. 207.

⁵³⁴ *Itaipu - Como vivem os operários da represa*. Arquivo Nacional. Fundo: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Localizador: br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0521_d0001de0001, p. 193.

⁵³⁵ *Divisão de Informação da Petrobrás Sociedade Anônima*. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localização: BR_RJANRIO_HF_0_PTR_125212_d0001de0001.pdf.

⁵³⁶ CAEEB - Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, tendo prestado serviços na condição de terceirizada para a Itaipu no período de 16/06/1976 a 15/02/1977.

Grande da Petrobrás. Diz conhecer o sindicato há dois anos, entretanto não mantém maiores ligações sociais. Fornece boas referências, dizendo tratar-se de uma pessoa responsável”.

A comunicação entre a AESI de Itaipu e a Divisão de Segurança Interna da Petrobrás revela como as empresas compartilhavam informações estratégicas sobre trabalhadores, desempenhando um papel crucial na manutenção da ordem no ambiente de trabalho durante a ditadura. A troca de dados pessoais e profissionais, como a ficha de levantamento sócio funcional do *trabalhador G*, permitia às empresas identificar e evitar a contratação de indivíduos que pudessem representar um risco de contestação das condições laborais. Atitudes como indisciplina e atividades reivindicatórias, relacionadas a questões como higiene, alimentação, moradia, salário e filiação partidária, eram criteriosamente monitoradas, resultando na dispensa de trabalhadores considerados problemáticos.

Na análise documental referente aos Pedidos de Busca, encontramos um documento da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, de 13 de março de 1984, com assunto *Mobilização Nacional sobre a coletânea de vocábulos, expressões, informações e abreviaturas para estabelecimento de uma linguagem de mobilização*, que define o Pedido de Busca da seguinte forma: "Pedido de Busca (PB) é um documento de informação utilizado entre os Órgãos do SISNI para solicitar conhecimentos que complementem os já reunidos, necessários à Produção de uma Informação".⁵³⁷

O que podemos exprimir de tal definição é que o expediente tem função clara para a produção de informação e para a expansão no sistema de informação no Brasil e no exterior. Como podemos observar anteriormente, ao descrevermos a estrutura repressiva de Itaipu, esse fornecimento de dados e informações sobre os trabalhadores era necessário para manter a lei e a ordem conforme as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Segundo Padrós, a implementação de mecanismos violentos pelo Estado, visaram as organizações e os indivíduos que podiam representar perigo ao projeto em andamento, nesse sentido:

A necessidade de implementar as diretrizes da SN exigiu o confronto total com a oposição, numa luta sem compromissos nem negociações e que só poderia terminar com a destruição total e permanente do adversário. Para quebrar o “inimigo”, utilizou-se a detenção sob a forma de sequestro, a tortura, a política do desaparecimento de pessoas, o extermínio e os instrumentos da “guerra psicológica”.⁵³⁸

⁵³⁷ *Mobilização Nacional*. Arquivo Nacional. Fundo Conselho de Segurança Nacional. Localizador: br_dfanbsb_n8_0_agr_avu_0004_d0001de0001, p. 50.

⁵³⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras de Segurança... Op. cit., p. 6.

O expediente de informação denominado Pedido de Busca está inserido dentro de uma lógica organizada pela AESI. Cabe ressaltar que,

Sobre qualquer indício de irregularidade em sua vida pregressa, na opinião dos agentes da AESI, procediam-se tramitações de documentos. Eram comuns despachos com pedidos de verificações em listas de funcionários com nomes marcados em vermelho.⁵³⁹

A análise das listas de funcionários com nomes destacados em vermelho pela AESI revela um processo de triagem mais amplo do que o simples rastreamento de vínculo políticos ideológicos. Segundo Valdir Sessi, “quando eles mandavam esse pedido de busca aí, o objetivo não era só ver pessoas que estavam participando de movimentos sociais, de partidos, de comunista, essa coisa. Não é isso, a coisa era mais ampla”.⁵⁴⁰

As marcações indicavam não apenas suspeitos de envolvimento com grupos considerados “subversivos”, mas também a existência de antecedentes criminais. Como ele explica, “era ver se tinha gente procurando por homicídio, por assalto, por outros, por crimes comuns, era o que mais tinha”.⁵⁴¹ Dessa forma, as pessoas retornavam com o nome “ticado”, ou seja, com marcação positiva, não eram necessariamente militantes políticos, mas muitas vezes “pessoas que tinham praticado homicídio na Bahia, lá no Nordeste, em São Paulo, no rio Grande do Sul, né?”⁵⁴²

A violação de privacidade sofrida pelos trabalhadores durante as obras de construção de Itaipu exemplifica uma “guerra psicológica”, caracterizada como “ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar em grupos — inimigos, hostis, neutros ou aliados — emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos Objetivos Nacionais”.⁵⁴³ Esse tipo de controle psicológico, conforme analisado por Shaiene de Carvalho Silva ao estudar a Operação Fênix durante a Guerra Civil em El Salvador,⁵⁴⁴ configura

⁵³⁹ SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu...* Op. cit., p. 22.

⁵⁴⁰ Entrevista realizada em 24/04/2025 com a equipe de pesquisadores Jussaramar da Silva, Paloma Juliana Silva e o ex-vigilante do consócio UNICON e historiador Valdir Sessi.

⁵⁴¹ Ibidem.

⁵⁴² Ibidem.

⁵⁴³ *Mobilização Nacional*. Arquivo Nacional. Fundo Conselho de Segurança Nacional. Localizador: br_dfanbsb_n8_0_agr_avu_0004_d0001de0001, p. 50.

⁵⁴⁴ SILVA, Shaiene de Carvalho. *A Fênix em El Salvador: intervenção, controle e repressão que renascem das cinzas* (1980 a 1992). Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020, p. 22.

uma técnica de repressão que impõe aos opositores uma sensação constante de vigilância, medo e vulnerabilidade.

A autora aponta que o medo psicológico imposto pelos governos ditatoriais não se limitava apenas à violência física, mas também à disseminação de uma atmosfera de terror, onde a ameaça de tortura e morte pairava continuamente sobre os considerados “inimigos internos”. Treinados pelos Estados Unidos na Escola das Américas, militares da América Latina, incluindo os brasileiros, incorporaram essas práticas de tortura e controle psicológico, aprendendo a utilizar o medo como ferramenta de coerção e desmobilização, tanto de movimentos trabalhistas quanto de quaisquer vozes que desafiassem o regime.⁵⁴⁵

Por isso, a necessidade de vasculhar, listar, categorizar e monitorar a vida dos trabalhadores brasileiros e estrangeiros na construção da hidrelétrica. Era necessário monitorar o possível “inimigo interno” e neutralizá-lo para conformar trabalhadores racionalizados para o novo tipo de trabalho eficiente.

A intensa colaboração de Itaipu com os órgãos de repressão da ditadura, com o SNI, o DOI-CODI, o Cenimar e Secretária-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN),⁵⁴⁶ é revelada no fluxo de informações produzidos pela AESI na produção de Pedidos de Busca de trabalhadores. A análise documental revela essas trocas de informações com o aparato repressivo, cujo objetivo era coagir os trabalhadores a se ajustarem ao novo modelo de trabalho.

Em Itaipu, as violações contra trabalhadores seguiam essa lógica de racionalização do trabalho amparado por um intenso controle sobre a vida operária e ostensivo aparato de segurança, com monitoramento sobre a vida, o trabalho, o lazer e as atividades sindicais e políticas dos trabalhadores. No caso do Brasil, segundo Fontes, as classes dominantes, apesar das contradições e tensões internas, desenvolveram uma complexa rede associativa interburguesa. Essa diversidade associativa proporcionou flexibilidade durante crises, permitindo ajustes e acordos que impulsionaram a exploração capitalista. Assim, setores menos ágeis foram amparados, enquanto os setores mais dinâmicos puderam expandir-se sem restrições.⁵⁴⁷

⁵⁴⁵ SILVA, Jussamar da. *A Usina de Itaipu...* Op. cit., p. 22.

⁵⁴⁶ Serviço Nacional de Informação (SNI), Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa interna (Doi-Codi); Centro de Inteligência da Marinha (Cenimar) e Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN).

⁵⁴⁷ FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, p. 219.

A ditadura empresarial-militar de 1964 forçou uma modernização capitalista no Brasil, aprofundando as formas associativas pré-existentes, que eram dominadas pelos interesses empresariais. Impondo o terror de Estado e impedindo o crescimento de organizações populares, fortaleceu ainda mais os aparelhos privados de hegemonia ligados às classes dominantes. Segundo Fontes, “após o golpe de Estado civil-militar de 1964, houve uma importante expansão de associações empresariais por setores e ramos de produção a partir da década de 1970, as chamadas ‘associações paralelas’”,⁵⁴⁸ que duplicavam a estrutura de representação empresarial oficial, de cunho corporativo-estatal.

As consequências concretas da exploração e opressão na vida dos trabalhadores em Itaipu podem ser analisadas a partir do documento “*Possibilidade de ações subversivas – Canteiro de Obras*”, de 6 de novembro de 1978. O documento informa que,

aproximadamente 2.000 (dois mil) trabalhadores dos 7.170 (sete mil cento e setenta) alojados na época no COME [Canteiro de Obras da margem esquerda], inconformados com a falta d’água que vinha se fazendo sentir, por diversas vezes, há mais de uma semana nos alojamentos em que residem, passaram a proceder como turba, danificando algumas torneiras e chuveiros, culminando a ação com o apedrejamento da casa das máquinas de bombeamento d’água e consequente quebra de vidros e telhas da referida edificação.⁵⁴⁹

O documento, então, lista uma série de problemas nas condições dos trabalhadores de Itaipu:

- a) sistemática falta d’água nos banheiros e sanitários dos alojamentos;
- b) brutalidade e maus tratos infringidos pela vigilância da Unicon;
- c) suspensão do adiantamento salarial (vale) por parte do Consórcio;
- d) insuficiência, insegurança e falta de comodidade no transporte de pessoal;
- e) qualidade e temperatura de água servida nas refeições (mau aspecto e morna);
- f) insuficiência de recreação para as horas de lazer;
- g) espera exagerada nas filas formadas para acesso ao refeitório com prejuízo nas horas de descanso e/ou atrasos nas horas de início dos trabalhos;
- h) falta de bebedouros com refrigerador e de tanque para lavar roupas nos alojamentos.⁵⁵⁰

Esse documento é interessante porque além de descrever muitas das reivindicações do canteiro de obras, ele é um documento da AESI com carimbo do seu diretor-geral. Após três anos desde o começo das obras, o documento aponta uma série de “tumultos” caracterizando

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 225.

⁵⁴⁹ *Possibilidades de ações subversivas – Canteiro de obras*. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador: DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.79000886, p. 8.

⁵⁵⁰ Ibidem, p. 8-9.

como um “Movimento de Massa” que poderiam ser de ordem política, ideológica e administrativa. Por sair da ordem estabelecida, a Coordenação de Segurança-FI (CS/FI)⁵⁵¹ tomou “(...) as medidas acauteladoras normais, patrulhamento ostensivo, constante, reestabelecimento do fornecimento de água e vigilância velada ininterrupta”.⁵⁵²

Nessas medidas, podemos vislumbrar o caráter da segurança física e sua forma de atuação contra os trabalhadores e como o monitoramento e coleta de informações fomentaram as solicitações dos *Pedidos de Busca*. A luta contra a exploração acumulada pela classe trabalhadora brasileira nos anos 1950 e 1960, emerge da consciência dos trabalhadores de que as condições de trabalho impostas pela Itaipu não são humanamente aceitáveis para o ritmo laboral proposto. No documento é apresentando uma série de ações dos trabalhadores contrárias às condições insalubres nas obras de construção da margem esquerda e foram descritas da seguinte forma:

danificando algumas torneiras e chuveiros, culminando a ação com o apedrejamento da casa das máquinas de bombeamento de água e consequente quebra de vidros e telhas da referida edificação. Carro-cisternas e mesmo veículos da Segurança Física da Entidade, foram apedrejados logo que chegaram ao local do distúrbio.⁵⁵³

Aqui, é importante destacar que as ações contra as condições de trabalho, moradia, alimentação e saúde geraram um conjunto de indignações, que motivaram ações coletivas. Essas ações refletem uma compreensão das causas dos problemas enfrentados pelos trabalhadores e sugerem soluções específicas. Essa postura permitia aos trabalhadores justificar e direcionar sua revolta. Os elementos objetivos dessas articulações, observados em 1978, refletem uma racionalização do novo tipo de trabalho implementado pela Itaipu, que era reforçado de maneira repressiva pela segurança física da empresa.

⁵⁵¹ Coordenação de Segurança da Assessoria de Segurança – unidade de Foz do Iguaçu.

⁵⁵² *Ocorrência nas obras de Itaipu*. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79000886_d0001de0001.pdf.

⁵⁵³ *Possibilidades de ações subversivas – Canteiro de obras*. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador: DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.79000886, p. 8.

3.4 Monitoramento e controle de trabalhadores na hidrelétrica

Vimos anteriormente que os *Pedidos de Busca* (PB) eram documentos informativos usados pelos órgãos do Sistema Nacional de Informações e Contra-Inteligência (SISNI) para solicitar informações adicionais sobre trabalhadores, com o objetivo de complementar dados já reunidos e produzir novas informações. No contexto da construção da hidrelétrica de Itaipu, esses documentos tiveram um papel central na repressão política de trabalhadores, caracterizando-se como um mecanismo de controle e vigilância que reforçava a cumplicidade da empresa com o aparato repressivo.

A AESI de Itaipu utilizava esses *Pedidos de Busca* para investigar a vida dos trabalhadores, buscando identificar qualquer envolvimento em atividades sindicais ou políticas consideradas subversivas pelo regime, conforme o modelo de Pedido de Busca da AESI apresentado na Figura 1 do Anexo. Assim, além de monitorar os trabalhadores dentro dos canteiros de obra, a AESI também participava ativamente do processo de fichamento e controle, trocando informações com outros órgãos repressivos do governo, como o SNI e a Polícia Federal.

Esse processo resultava em perseguições políticas e demissões de trabalhadores que, por sua atuação sindical, eram incluídos em “listas sujas”. A demissão do mercado de trabalho e o impedimento de novas oportunidades de emprego caracterizavam-se como uma forma de repressão direta atingindo profundamente a vida e o sustento dos trabalhadores e suas famílias. A combinação de monitoramento contínuo e repressão direta configuram graves violações de direitos humanos, além de violações de direitos trabalhistas, mesmo nas normativas vigentes ditatoriais.

Além disso, a segurança física dos consórcios de construção da hidrelétrica atuava em conjunto com esses mecanismos repressivos, assegurando que trabalhadores considerados “indisciplinados” ou “subversivos” fossem perseguidos e demitidos. Isso evidencia o papel de Itaipu como cúmplice direta e responsável pelo terrorismo de Estado, utilizando-se de práticas que não apenas limitavam à liberdade política e sindical, mas também violavam a dignidade humana, o direito ao trabalho e à liberdade de expressão.

Assim, sobre os *Pedidos de Busca*, pode-se afirmar, não eram meros instrumentos burocráticos. A organização e normatização que se vê no contexto de Itaipu mostra como tais documentos eram parte de um aparato de repressão que facilitava a perseguição de trabalhadores por razões políticas, aprofundando a colaboração entre a empresa e o regime.

Esse uso direcionado de informações pessoais e políticas para o controle da classe trabalhadora reflete a profundidade das violações de direitos humanos cometidas pela empresa durante a ditadura.

Mas é necessário ressaltar o que estou denominando como razões políticas. De uma forma geral, a historiografia da ditadura compreendeu por décadas, e não sem motivos, que a perseguição política se deu a partir de envolvimento direto dos trabalhadores em organizações políticas, ou mesmo quando eram simpatizantes de tais organizações. No contexto da Itaipu, é perceptível que as razões políticas iam desde os casos de envolvimento e simpatia por organizações e militantes, como também pelas reivindicações mais banais do cotidiano como, por exemplo, reivindicar um prato de comida no jantar quando o trabalhador tinha se ausentado para realizar uma consulta médica, que acabou redundando no seu assassinato, como o caso de Francisco Nunes Marques.⁵⁵⁴

Reivindicações desse tipo eram tidas pela Itaipu Binacional, empreiteiras e Estado ditatorial como uma forma de organização política, o que denota que tais aparatos estiveram alicerçados num processo persecutório que submetia trabalhadores a condições de trabalho degradantes, muito mais que por suas efetivas participações e simpatias com organizações de esquerda.

Agora vamos compreender como essa prática se desenvolveu no contexto da AESI de Itaipu, impactando diretamente a vida dos trabalhadores nos canteiros de obras. Serão apresentados os diferentes tipos de Pedidos de Busca e o processo de fichamento de trabalhadores, com base na documentação analisada. Além disso, serão destacados casos selecionados que ilustram como essas práticas reforçaram o controle e a repressão política durante o período das obras de construção da hidrelétrica, revelando o papel da Itaipu na cumplicidade com o aparato repressivo do regime.

O primeiro movimento de coleta de dados começa com o fichamento dos trabalhadores pelas empresas que prestavam serviços nas obras de construção de Itaipu e pela própria Itaipu.⁵⁵⁵ Nesse processo inicial, as firmas registravam informações básicas dos funcionários, que posteriormente eram organizadas pela AESI em uma listagem confidencial, supervisionada

⁵⁵⁴ O caso de Francisco Nunes Marques está aqui diretamente citado por se tratar de um caso público. Em 1975, na reportagem citada de Caco Barcelos e Luís Abreu para o jornal Folha da Tarde de Porto Alegre, seu nome é citado diretamente. Também, na reportagem de André Borges para a Agência Pública, seu nome novamente foi mencionado. É um caso brutal e de conhecimento público, e que, portanto, optei por manter a publicidade.

⁵⁵⁵ *Pedido de Busca nº003/003/86*. Itaipu Binacional Assessoria de Segurança. Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. Localizador: BR_DFANBSB_ZD_0_0_0041B_0046_d0001de0001.pdf.

pelo diretor-geral da assessoria, através da Coordenação de Segurança para os *Pedidos de Busca*.

Em um documento da diretoria executiva de Itaipu,⁵⁵⁶ o diretor-geral, general, José Costa Cavalcanti, é um dos relatores sobre a criação e regulamentação da Assessoria de Segurança da empresa. A resolução de 03 de março de 1974 considera o “assessoramento dessa atividade ao Diretor-Geral e ao Diretor-Geral Adjunto indispensável para a tomada de decisões”. Isso indica que Costa Cavalcanti e o diretor-geral adjunto, o paraguaio Enzo Debernardi, estiveram diretamente envolvidos na coordenação da área de segurança.

Durante o fichamento, alguns nomes eram destacados com marcações em azul ou vermelho. Um exemplo de fichamento é o utilizado pelo consórcio Unicon, conforme descrito no documento de contratação, exibido na Figura 3.⁵⁵⁷ As fichas são divididas em várias seções, incluindo dados principais como nome, data de nascimento, cidade, estado, país, filiação, número de identidade, órgão expedidor, título de eleitor, zona eleitoral, carteira profissional, série, CPF e cargo. Em relação ao serviço militar, são registrados o certificado de reservista, série, categoria, região militar, cidade, estado, país e posto de graduação. Quanto à localização, são solicitadas informações sobre a residência atual, bairro, telefone, estado onde residiu ou trabalhou, com períodos aproximados, além de referências bancárias e comerciais.

⁵⁵⁶ *Diretoria Executiva. Nona Reunião Ordinária – Itaipu Binacional*. Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Localizador: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0149_d0001de0001, p. 147.

⁵⁵⁷ *Pedido de Busca n° 2660/77*. Arquivo Nacional, Fundo Delegacia de Polícia Federal em Dourados (Mato Grosso do Sul). Localizador: BR_DFANBSB_H8_0_PFI_0331_d0001de0001.pdf.

Figura 3 - Ficha de Contratação da Unicon

UNICON		FICHA CONFIDENCIAL	
1 NOME			
2 DATA		CIDADE	
3 ENDEREÇO		ESTADO	
4 IDENTIDADE Nº		DATA	
5 TÍTULO ELEITORAL Nº		CARTÃO	
6 CARTÃO PROFISSIONAL		SÉRIE	
7 CARGO		ESTADO	
8 CERTIFICADO DE RESERVA Nº		SÉRIE	
9 CATEGORIA		REGISTRO MILITAR	
10 CÍVIL		PAÍS	
11 PORTO DE GRADUAÇÃO		TELEFONE	
12 RESIDÊNCIA ATUAL		ESTADO	
13 ESTADO ONDE TRABALHA (ÉPOCAS APROXIMADAS)		REFERÊNCIAS BANCARIAS	
14 REFERÊNCIAS COMERCIAIS		RESIDÊNCIAS ANTERIORES (TRÊS ÚLTIMOS ENDEREÇOS COMPLETOS)	
15 ESCOLAS E UNIVERSIDADES QUE FREQUENTOU (NOMES E DATAS)		ATIVIDADES EXERCIDAS	
16 ESTADO CIVIL		CÔNJUGE	
TERMO DE RESPONSABILIDADE			
DECLARO, SOB MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE, SEREM EXATAS E VERDADEIRAS TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESTE FORMULÁRIO			
CONFIDENCIAL			
ASSINATURA DO TRABALHADOR			
DATA			

Fonte: Modelo extraído das fichas encontradas no SIAN, fundo Delegacia de Polícia Federal em Dourados (MS). Os dados pessoais do trabalhador foram omitidos e fim de preservar a privacidade.

Na segunda parte da ficha são incluídos dados complementares, como residências anteriores (indicando os três últimos endereços completos), escolas e universidades frequentadas (com nomes e datas), atividades exercidas, estado civil e cônjuge. A ficha é assinada pelo trabalhador, que assume total responsabilidade pelas informações fornecidas. Podemos observar que a ficha solicitava informações detalhadas sobre a movimentação e formação do trabalhador recém-contratado pela Unicon.

Os dados coletados e listados nos *Pedidos de Busca* fornecem uma dimensão do perfil que seria traçado dos trabalhadores, com o objetivo de solicitar informações aos órgãos de repressão. Esses dados também indicam quais elementos seriam utilizados para justificar demissões por causas políticas e envolvimento sindical. Esse processo envolve a fragmentação das informações do trabalhador, com cruzamentos sistemáticos realizados pela AESI de Itaipu.

A documentação na qual tivemos acesso está disponível para consulta pública no Arquivo Nacional (SIAN). Os casos de trabalhadores que tratamos neste capítulo encontram-se nos seguintes fundos: Delegacia de Polícia Federal em Dourados (MS), Comissão de Valores

Mobiliários, Comissão Geral de Investigação, Conselho de Segurança Nacional, Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Relações Exteriores, Serviço Nacional de Informação e Arquivo do Estado do Paraná, fundo Dops.

O caso do trabalhador Francisco Nunes Marques já foi amplamente divulgado em dois documentos de natureza pública e jornalística: a reportagem da *Folha da Manhã*, de Porto Alegre, em 1975, e o Informe “A responsabilidade de empresas por violação de direitos durante a ditadura”, organizado pelo CAAF. Dado o alcance que esse caso alcançou, ele será tratado nominalmente, diferentemente de outros, que não obtiveram a mesma exposição e, portanto, serão mantidos em confidencialidade. Essa discricção é essencial devido à sensibilidade do tema, que envolve graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período do terrorismo de Estado no Cone Sul.

O caso do trabalhador Francisco Nunes Marques foi retratado no documento “*Como vivem os operários da represa*”, datado de 13 de outubro de 1975, elaborado pelo Ministério das Minas e Energia, Divisão de Segurança e Informação (DSI/MME). O documento relata que a DSI “tomou conhecimento, através da imprensa, das irregularidades que estariam ocorrendo nas obras de Itaipu, onde operários estariam sujeitos a maus-tratos e viviam sem as condições mínimas de conforto e higiene”.⁵⁵⁸

Segundo o documento, após investigações, foi constatado que o projeto energético de Itaipu tinha grande projeção no cenário político-econômico, tanto internacional quanto nacional, e essa importância deveria crescer à medida que as obras avançassem. Assim, “a magnitude do empreendimento, combinado com sua natureza binacional e localização em uma região fronteiriça, atrai constante a atenção da mídia, especialmente de veículos sensacionalistas”.⁵⁵⁹

A reportagem que gerou tal preocupação está na página 18 e 19 do jornal *Folha da Manhã*, de Porto Alegre, datada de 5 de junho de 1975. O conteúdo da matéria denunciava o caso do assassinato de Francisco Nunes Marques, que se tornou público após uma reportagem do jornalista Caco Barcelos e do fotógrafo Luís Abreu, publicada no mesmo jornal. A matéria trazia o subtítulo: “Mais de mil peões estão trabalhando em Itaipu. Eles são espancados, se alimentam mal, estão com disenteria. E todos dizem que foram enganados”.

⁵⁵⁸ *Itaipu - Como vivem os operários da represa*. Arquivo Nacional. Fundo: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Localizador: br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0521_d0001de0001, p. 193.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 193.

Como veremos a seguir, a reportagem apresenta o caso Marques, que aparece durante as obras iniciais, quando se iniciava a construção dos alojamentos para a edificação de Itaipu. No documento da DSI, é informado que as atividades das firmas empreiteiras envolvia a construção de uma área residencial de apoio em Itaipu, nas proximidades de Foz do Iguaçu, como cerca de 700 residências destinadas aos trabalhadores da entidade no lado brasileiro. É esclarecido que a construção da represa ainda não havia começado e que teria início com a abertura do canal de desvio na margem esquerda do rio Paraná, à cerca de 11 km de Foz do Iguaçu. O projeto técnico da represa estava previsto para começar em outubro, sob a responsabilidade de um consórcio formado pelas cinco primeiras empresas classificadas em uma concorrência aberta por Itaipu.

As cinco empreiteiras classificadas para a construção da Vila Residencial no lado brasileiro foram:

1. Construtora Adolpho Lindenberg S/A (CAL)

Subempreiteiras: San Hidrel, Dal'Oglío, Figueiras e Vila Rica.

2. Regional São Paulo S/A

Subempreiteiras: Tupy, Jops, Clebes, Adão Vieira Lopes, Antônio Soriano, Concrehidra, Orcalino Franco, Waldemar Rodrigues da Silva, Civil Barros e Barbosa Ltda, Aderval Pereira de Freitas, Mario Granati, Souza e Dorneles Ltda e Nelson Ferreira de Lima.

3. Irmãos Mauad Ltda

Não possui subempreiteiras.

4. Góes Cohabita Construções S/A

Subempreiteiras: Soma Engenharia e Mar – Marcenaria.

5. Empresa Industrial Técnica

Subempreiteira: Estrela S/A.

6. Construtora Guarantã S/A

Não contratou terceiros.⁵⁶⁰

Dada a dimensão da obra da Vila Residencial, diversas empreiteiras e subempreiteiras foram envolvidas no projeto, refletindo um processo de terceirização e subcontratação em cascata. Esse arranjo de subcontratações estabelece um sistema de terceirização, análogo ao que ocorre nas obras analisadas por Marcelino e Cavalcante, onde a “terceirização em cascata” é uma prática comum.⁵⁶¹ Esse fenômeno é caracterizado pela delegação de serviços, em que empresas já subcontratadas realizam novas subcontratações. Assim como nas refinarias brasileiras, onde esse modelo busca a redução de custos com a força de trabalho, observa-se um

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 195.

⁵⁶¹ MARCELINO, Paula; CAVALCANTE, Sávio. Por uma definição de terceirização. *Caderno SRH*, v. 25, n. 65. Salvador, mai.-ago, 2012, p. 341.

padrão semelhante nas obras da Vila Residencial, o que pode levar à precarização das condições de trabalho.

Ademais, o contexto de recontrações nas obras é relevante, especialmente em relação às empreiteiras envolvidas no projeto. Embora o documento analisado não aborde especificamente as recontrações, a falta de informações sobre a anuência do Estado, representado por Itaipu, merece destaque. A presença de empreiteiras fora do consórcio Unicon também ilustra a complexidade desse cenário, que se assemelha à “terceirização da terceirização” e à “quarteirização”, conceitos discutidos por Biavaschi, em que empresas são contratadas para gerenciar contratos com as terceirizadas.⁵⁶²

Os mecanismos jurídicos que ocultam o verdadeiro empregador, tanto nas obras da Vila Residencial, quanto em outros projetos, dificultam a identificação dos responsáveis nas relações de trabalho. Isso ressalta a necessidade de um conceito amplo para compreender essas dinâmicas complexas de terceirização e subcontratação.

Embora não seja possível definir com exatidão a dinâmica empregada entre as empresas e Itaipu, o fato é que o sistema de monitoramento interno e externo, como o Conselho de Segurança Nacional (CSN), possuía informes detalhados sobre a situação interna das empresas atuando no canteiro de obras. E esse monitoramento também abrangia o cotidiano dos trabalhadores de Itaipu. No documento “*Como vivem os operários de Itaipu*”, um dos pontos aborda a violência policial praticada por elementos de segurança das empreiteiras.

O documento informava, ainda, que a maioria da mão de obra utilizada nas construções era composta por trabalhadores braçais vindo de várias regiões do país, comparando a situação que ocorreu em Brasília. Nesse sentido, o documento apresenta as empreiteiras que possuíam serviços de vigias. A Construtora Adolpho Lindenberg S/A (CAL) possuía dois vigilantes, sendo um contratado como vigia e outro como servente. A Regional São Paulo S/A contratou a Guarda Urbana do Paraná para a segurança. A Irmãos Mauad Ltda tinha uma segurança própria experimental, composta por quatro vigias, mas estava em negociações com uma empresa de segurança. A Góes Cohabita Construções S/A e a Construtora Guarantã S/A possuíam segurança própria, com quatro e dois serventes, respectivamente. A Empresa Industrial Técnica também contava com seis vigilantes registrados.

Os setores de produção da usina foram estruturados sob rigoroso sistema de controle, onde os vigias e *feitores* eram frequentemente os últimos responsáveis por lidar com os problemas dos trabalhadores. A eles era atribuída não apenas a função de medir as

⁵⁶² BIAVASCHI, Magda Barros. A Terceirização e a Justiça do Trabalho. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, vol. 74, n. 4, Brasília, out.-dez, 2008, p. 73.

complexidades da execução das tarefas, mas também de atender às demandas pessoais dos trabalhadores sob sua supervisão. Isso fica evidente no *Informativo Unicon* nº 69, de 15 de abril de 1981, na reportagem intitulada “Feitores e subencarregados: presenças constantes entre os operários da produção”.⁵⁶³ Na matéria, exaltava-se que “feitores e subencarregados são de fundamental importância nas frentes de serviço devido à sua presença permanente ao lado dos operários braçais”.

A reportagem prossegue, afirmando que “o feitor é que tá por dentro do peão ... quem sabe de peão é mesmo o feitor ... se o feitor não sabe da vida do peão, quem há de saber? (...). É no tratamento deles que os martelos batem no ritmo certo, os alicates torcem e cortam na cadência da produtividade (...)”.⁵⁶⁴ Mesmo que as empresas tentassem mostrar uma imagem positiva dos seus feitores, estes foram partes importantes no quadro da repressão, pois cabia a eles nortear mediante ameaças os constantes batimentos de metas em lançamento de concreto. Segundo Sessi, “esse caráter institucional racionalizado sustentava o poder dos setores opressivos e repressivos; por outro, edificava-se um poder herdado dos quartéis pelos generais e coronéis”.⁵⁶⁵

A segurança física das empreiteiras desempenhou papel fundamental para a repressão e perseguição contra os trabalhadores durante as obras. A coerção era exercida por feitores, fiscais de obras, vigias, encarregados, subencarregados, chefes de setores e engenheiros, em uma lógica de manutenção da ordem e na operacionalidade do andamento das obras. Sob o olhar vigilante dos executores da coerção, trabalhadores viveram duras jornadas de trabalho em locais com péssimas condições laborais e moradia. Diferente do que consta no *Informativo Unicon*, os efeitos de tamanha pressão já se faziam sentir na saúde e no bem-estar dos operários.

Conforme Sessi:

[...] o Informativo UNICON tinha como finalidade principal fazer a publicação dos acontecimentos evolutivos, referentes à construção da barragem, enfatizando os fatos, que não colocassem em dúvidas os propósitos do empreendimento. Por outro lado, buscava neutralizar, e se possível aniquilar, as relações sociais conflituosas, decorrentes de irregularidades no sentido do que era oferecido aos operários, juntamente com as respectivas reivindicações que eram levadas ao extremo.⁵⁶⁶

⁵⁶³ *Informativo Unicon* nº 69 de 15 de abril de 1981. Acervo gentilmente cedido por Valdir Sessi para a pesquisa acerca dos trabalhadores em que a autora foi bolsista com financiamento do MPF/CAAF-UNIFESP.

⁵⁶⁴ *Informativo Unicon* nº 69 de 15 de abril de 1981. Acervo gentilmente cedido por Valdir Sessi para a pesquisa acerca dos trabalhadores em que a autora foi bolsista com financiamento do MPF/CAAF-UNIFESP.

⁵⁶⁵ SESSI, Valdir, 2012, *Op. cit.*, p. 28.

⁵⁶⁶ _____. A voz dos empreiteiros no jornal *Informativo Unicon*: entre os textos dos cronistas e os primeiros levantamentos dos construtores de Itaipu nos anos de 1978. *Revista Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 2021.

No contexto da repressão no canteiro de obras de Itaipu, um incidente foi registrado no documento analisado, datado de 28 de abril de 1975. Nesse episódio, um trabalhador, identificado como Francisco Nunes Marques, foi brutalmente agredido e morto na fila para refeição. Era um trabalhador da empreiteira Adolpho Lindenberg S/A. Como destaca Silva, “é fundamental entender que, na luta contra as classes trabalhadoras, o capital utilizou estratégias teóricas e práticas de segurança. Quando essas não foram suficientes, recorreu a teorias de combate e instaurou o terror”.⁵⁶⁷ Assim,

[...] o trabalhador em causa, após despedido, impedido de entrar na fila para apanhar sua marmita de jantar e como reclamasse, foi agredido a pauladas por 4 (quatro) elementos da firma em questão e, por fim, baleado, do que resultou a morte do mesmo não obstante ter sido conduzido ao Hospital S. Vicente de Paula. Os agressores faziam parte de uma guarda de segurança que teria sido estabelecida por dois mestres de obras com o intuito de manter a ordem na fila de distribuição de alimentação.⁵⁶⁸

O caso de violência ocorrido no ambiente de trabalho ilustra como a repressão aos trabalhadores, durante o período ditatorial no Brasil, vai além do controle administrativo. Um funcionário foi impedido de retornar à fila de distribuição de marmitas após ser demitido. No entanto, a informação sobre sua demissão não é clara: o documento da SG/CSN afirma que ele foi demitido enquanto a reportagem do jornal *Folha da Manhã* na fala dos trabalhadores menciona que "veio da consulta ao médico do INPS e de tanto pedir a marmita foi espancado no corredor do refeitório antes de levar balaço no peito e na boca".⁵⁶⁹

Os trabalhadores sustentavam que ele morreu devido à abordagem da segurança física após ir ao médico. Além disso, afirmavam que o frio na região contribuía para que muitos nordestinos adoecessem, enquanto os contratantes cobravam por itens essenciais como colchões, botas e capas de chuva. Essa situação levanta dúvidas sobre as afirmações contidas no documento da SG/CSN, que descreve o incidente da seguinte forma: "o motivo desse acontecimento delituoso relacionou-se à circunstância de ter sido o trabalhador em causa, após despedido, impedido de entrar na fila para apanhar sua marmita de jantar".⁵⁷⁰

Essas divergências apontam para uma possível omissão nas informações apresentadas no documento, que parece ser uma prestação de contas sobre o monitoramento da obra para a

⁵⁶⁷ SILVA, Jussamar da. A Usina de Itaipu... Op. cit., p. 27.

⁵⁶⁸ BARCELOS.... *Itaipu - Como vivem os operários da represa*. Arquivo Nacional. Fundo: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Localizador: br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0521_d0001de000, p. 197.

⁵⁶⁹ Ibidem, p. 204.

⁵⁷⁰ Ibidem, p. 204.

SG/CSN. A falta de sindicatos e órgãos estatais que supervisionassem adequadamente as condições de trabalho na obra torna difícil determinar a veracidade das informações. Assim, não é possível saber quem possui a informação correta, especialmente porque não foi possível acessar a ficha de Francisco Nunes Marques.

Conforme o documento da SG/CSN, mesmo tendo sido levado ao Hospital São Vicente de Paula, Francisco Nunes Marques não resistiu aos ferimentos. No entanto, essa narrativa levanta sérias dúvidas. Os trabalhadores afirmavam que ele morreu na fila de distribuição de alimentos. Diante disso, questiona-se: qual seria o sentido de levá-lo ao hospital se ele já estava sem vida? Essa prática sugere uma possível tentativa de encobrir a realidade dos acontecimentos.

Assim, a narrativa apresentada no documento da SG/CSN, que buscava legitimar a ação dos seguranças organizados por mestres de obras para “manter a ordem” durante a distribuição de alimentos, pode ser vista como uma tentativa de encobrir a violência sistemática que os operários enfrentavam. Essa equipe, no lugar de proteger os trabalhadores, reproduzia a violência organizada, levantando dúvidas sobre as reais intenções por trás da assistência médica prestada a Francisco Nunes Marques e evidenciando a falta de transparência nas informações sobre sua morte.

Esse tipo de ação repressiva não foi um fenômeno isolado, mas sim reflexo de uma doutrina que permeava o Estado e os militares naquele período. A violência no ambiente de trabalho estava alinhada com o terrorismo de Estado que se consolidou sob a influência doutrinária francesa na formação militar brasileira dos anos 1960.

Essa doutrina francesa, que pregava a guerra, sem limites éticos ou legais, contra o “inimigo interno”, justificava a repressão violenta e clandestina. A violência organizada contra os trabalhadores, como no caso do operário espancado e morto, reflete essa mentalidade de controle total, onde a ordem e a segurança eram mantidas a qualquer custo, inclusive com uso de força letal.

Segundo Sessi, o barrageiro, caracterizado como o “homem de aço”, era consumido, inicialmente, pela fiscalização rigorosa imposta pelos Guardas de Segurança e feitores. Posteriormente, ele enfrentava pressões externas ao canteiro de obras.⁵⁷¹

As condições de trabalho nas empreiteiras envolvidas na construção da hidrelétrica de Itaipu apresentam variações, refletindo alterações na gestão e na administração de cada empresa. Segundo o documento sobre os operários da represa, a empreiteira Adolpho

⁵⁷¹ SESSI, Valdir. “*O Povo do Abismo*”: trabalhadores... Op. cit., p. 37.

Lindenberg S/A realizou mudanças no alojamento, nos sanitários e na alimentação com pagamento de salário. A Regional São Paulo S/A, por outro lado, apresentou alojamentos inadequados, com sanitários, mas com falta d'água comprometendo a higiene. A alimentação era considerada “boa”, mas há várias queixas sobre o cumprimento das obrigações salariais.

A empreiteira Irmãos Mauad Ltda oferecia alojamentos, sanitários e alimentação e com pagamento de salários. A Góes Cohabita Construções S/A apresentava alojamentos e sanitários mínimos, com alimentação e salários em dia. Já a Empresa Industrial Técnica S/A apresentou muitos problemas com alojamentos que não apresentavam condições mínimas de higiene, com alimentação de baixa qualidade e com pagamento de salário. Na empreiteira Construtora Guarantã S/A foram apontados problemas de disciplina entre os operários. A empreiteira Companhia Auxiliar de Viação e Obras (CAVO S/A) hospedava os operários em hotéis, mas não foram encontradas informações sobre a situação dos salários.

Ao cruzar os documentos do MME com a reportagem do jornal *Folha da Manhã*, nota-se que há um esforço por parte da DSI em destacar as melhorias proporcionadas pelas empreiteiras, ainda que essas mudanças fossem, em muitos casos, pontuais. A alta rotatividade da mão de obra, estimada em cerca de 30% durante um período de crise econômica, de acordo com o documento, apontava para sérias dificuldades nas relações de trabalho. Essa rotatividade, ainda segundo o documento, foi descrita da seguinte forma: “as constantes demissões de pessoal contribuem para que o efetivo do operariado seja altamente variável, estando atualmente avaliado em cerca de 1.500 a 1.600 homens”.⁵⁷²

As promessas de moradia e alimentação, frequentemente acompanhadas de atrasos nos pagamentos, revelavam uma exploração sistêmica que afetou a vida dos trabalhadores. Em resposta ao crescente movimento reivindicatório para melhorar as condições de trabalho dos operários, Itaipu, em parceria com as empreiteiras e subempreiteiras, implementou a formação de fichas de trabalhadores. Essa medida, embora ostensivamente destinada a controlar a situação, demonstrava uma estratégia de repressão e controle sobre as vidas dos operários.

Quatro casos nos chamam a atenção e que apresentaremos a seguir.

O primeira está relacionado ao registro e repercussão da morte, já aqui tratada, de Francisco Nunes Marques em um documento da construtora Adolpho Lindenberg S/A.⁵⁷³ O documento relata um incidente, ocorrido em 28 de fevereiro de 1975, por volta das 12h00, no

⁵⁷² *Itaipu - Como vivem os operários da represa*. Arquivo Nacional. Fundo: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Localizador: br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0521_d0001de000, p. 204.

⁵⁷³ *Ocorrência com operários*. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. Localizador: br_dfanbsb_zd_0_0_0038b_0008_d0004.pdf.

canteiro de obras de Itaipu. Um grupo de aproximadamente 35 operários decidiu protestar contra problemas de segurança, optando por não realizar suas atividades. Como consequência, a situação se tornou crítica, resultando em uma paralisação que durou cerca de três horas, até que a normalidade fosse restabelecida com a presença do engenheiro Alberto e do supervisor Amílcar Calazans. O anexo do documento contém as fichas de emprego da empreiteira.

O segundo caso diz respeito à trabalhadora Sônia Castanheira que foi demitida por ter participado de uma mobilização estudantil enquanto estudava na USP e residia no CRUSP. Esse caso é trazido ao debate com base em documentos encontrados sobre essa trabalhadora, que atuou na Itaipu Binacional. Selecionamos alguns documentos referentes a ela e a seu ex-marido que, com frequência, aparecem na documentação. O ex-marido, Dario Anibal Galindo, de nacionalidade argentina, havia trabalhado no consócio Unicon.

Em documento do Ministério das Relações Exteriores à embaixada do Brasil, em Assunção, datado de 11 de agosto de 1976, foi relatado que, em 18 de junho, Galindo e Castanheira se mudaram de Assunção para a cidade de Porto Presidente Stroessner.⁵⁷⁴ O documento dizia, ainda, que Sonia Castanheira, que até então trabalhava como tradutora na Itaipu Binacional, planejava pedir demissão para acompanhá-lo, fixando residência em Foz do Iguaçu.

Galindo foi denunciado à embaixada como contrabandista de armas e fugitivo da justiça brasileira. Ele havia deixado seu cargo na *Administracion Nacional de Eletricidad* (ANDE), passando a trabalhar para a IBM e a usina binacional Yacyretá,⁵⁷⁵ sendo posteriormente contratado pelo consócio Unicon. A embaixada também informou que ele foi interrogado pela polícia paraguaia em decorrência de investigação sobre atividade “terrorista” no país.

As solicitações de informações sobre Galindo, registradas pelo SNI, datam de 7 de janeiro de 1970, de 18 de janeiro de 1971 e de 19 de março de 1973. As acusações atribuídas ao trabalhador, conforme o documento do MRE, mencionam a posse de material subversivo em seu apartamento e sua participação em atividades político-subversivas. Embora tenha sido

⁵⁷⁴ *Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informação: Informe A-2*. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76095625_d0001de0001.pdf.

⁵⁷⁵ A Usina Hidrelétrica de Yacyretá, formalmente iniciada em 1926 com um convênio argentino-paraguaio, culminou na criação da Entidade Binacional Yacyretá em 1973. A construção da hidrelétrica resultou em impactos socioculturais, como o reassentamento de famílias, que enfrentaram condições inadequadas de habitação. Ambientalmente, a obra afetou a fauna íctica, causou erosão a jusante e inundou habitats naturais, comprometendo a biodiversidade e as atividades pesqueiras locais. A construção teve início em dezembro de 1983, um ano após a inauguração de Itaipu, e deu origem a um lago artificial de 1.220 km².

citado, não foi indiciado. Há, ainda, alegações de que ele estaria planejando iniciar atividades terroristas no Brasil, que incluiriam o sequestro de um diplomata brasileiro.

Na página seguinte do documento, encontramos mais duas solicitações de informações. A primeira, datada de 21 de julho de 1976, relata que o trabalhador argentino trabalhava com computação de dados na ANDE e na IBM, em Assunção, sendo cogitado para trabalhar no consórcio Unicon, responsável pelas obras de Itaipu. Em 16 de agosto de 1976, por meio de ofício, datado de 21 de julho do mesmo ano, foi informado, à título de cooperação, que havia restrições quanto à contratação do trabalhador para trabalhar no consórcio Unicon. Essa decisão foi comunicada ao órgão solicitante através do ofício em 30 de agosto.

No mesmo documento do MRE, na página 10, notamos que a acusação contra a trabalhadora brasileira, em 1976, refere-se ao fato dela ser casada com o trabalhador argentino e ter participado de uma manifestação estudantil enquanto estudava em São Paulo. Em 1977, os dados em seu prontuário incluíam informações relacionadas a uma delação, mas sem as devidas comprovações, a partir de relatos de uma cidadã paraguaia que forneceu a informação.

Como enfatiza Bauer, “as práticas repressivas do terrorismo de Estado têm efeitos destrutivos não somente na vítima direta, mas também em sua família e, ainda mais, tem todo o conjunto da sociedade”.⁵⁷⁶ A partir de uma manifestação estudantil e de uma delação, cuja procedência e efetividade não são indicadas, iniciou-se um processo de monitoramento que chegaria aos órgãos centrais de informação no Brasil.

Em um documento da AESI/Itaipu, datado de 20 de maio de 1977, foi informado que a documentação referente ao trabalhador argentino e à trabalhadora brasileira indicava, com base nos levantamentos de dados biográficos realizados pela agência, o seus antecedentes. Em decorrência disso, ambos foram demitidos de seus cargos, respectivamente, em 17 de novembro de 1976 e 15 de fevereiro de 1977, o que demonstra a oportunidade das medidas tomadas.

As práticas repressivas discutidas no texto se interligam com as reflexões de Jussaramar da Silva sobre a troca de informações e a construção da figura do inimigo interno. Silva afirma que “(...) também em comum foi a troca de informações entre os países sobre indivíduos vigiados e/ou perseguidos, configurando, mais uma vez, a integração de seus aparatos repressivos (...)”.⁵⁷⁷ Essa afirmação encontra base no processo de obtenção de informações

⁵⁷⁶ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e Ação de Polícia Política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 154.

⁵⁷⁷ SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu...* Op. cit., p. 38.

descrito no documento da Itaipu, onde, o Pedido de Busca foi aprofundado com solicitações de dados a diversos órgãos de segurança como ASP/SNI, Deops/SP e CIOp/SP (Coordenadoria de Informações e Operações Policiais – Ciop), refletindo essa dinâmica da vigilância mútua. O caso da trabalhadora brasileira e de seu ex-marido revelam que a espionagem ocorria nos dois lados da fronteira, reforçando a ideia de que os aparatos repressivos dos países envolvidos estavam interligados.

Além disso, Silva ⁵⁷⁸ menciona que a “(...) aplicação dos preceitos da Guerra Contrarrevolucionária associada à Doutrina de Segurança Nacional, que gestam a figura do inimigo interno – sujeito que poderia estar em qualquer lugar, travestido de inúmeras formas”.⁵⁷⁹ Esta perspectiva se relaciona com a vigilância de indivíduos, como os da trabalhadora brasileira e do trabalhador argentino, que foram monitorados e considerados possíveis ameaças à “segurança nacional”. O documento mencionava, ainda, a atuação da polícia paraguaia e investigações sobre atividades terroristas, sugerindo que esses indivíduos eram percebidos como “inimigos internos”. A lógica da guerra contra esse inimigo, conforme descrita por Silva, reflete o terrorismo de Estado, que justificava a repressão e o controle sobre pessoas que se encaixam nesse perfil.

Também é notável o trâmite interno e externo da documentação. Questões relacionadas à “segurança nacional” tramitaram livremente pelo canteiro de obras e órgãos de informações, denotando o que diversos autores denominam como Operação Condor.⁵⁸⁰

Mas o que se nota em Itaipu parece ir além de uma operação bastante sofisticada, como foi a Condor. Calloni explica o alcance da Condor, denotando uma operação persecutória contra militantes da esquerda.⁵⁸¹ O que se evidencia em Itaipu parece ter um alcance ainda mais substancial, porque se imiscui na dinâmica do próprio canteiro de obras e demonstra que o que

⁵⁷⁸ Jussaramar da Silva aborda o conceito de guerra contrarrevolucionária de forma semelhante ao que João Roberto Martins Filho descreve. No entanto, a autora utiliza uma diferenciação importante: enquanto o termo “revolucionária” foi empregado pelos militares, “contrarrevolucionária” reflete a visão de que essa guerra foi, na verdade, uma contrarrevolução direcionada contra a classe trabalhadora. Essa análise pode ser encontrada em SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu...* Op. cit., p. 33.

⁵⁷⁹ Ibidem, p. 47.

⁵⁸⁰ SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu...* Op. cit.; McSHERRY, J. Patrice. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina*. Santiago: LOM Ediciones, 2009 e KORNBLUH, Peter. *Pinochet: Los archivos secretos*. Barcelona: Crítica, 2004.

⁵⁸¹ CALLONI, Stella. *Operación Cóndor: pacto criminal*. Cidade do México: La Jornada, 2001; Stella Calloni y el complejo laberinto de la Operación Cóndor. Entrevista concedida a La Retaguardia. 6 de mayo de 2013.

se operou na empresa foi um sistema, denominado por Silva,⁵⁸² de Sistema Internacional de Repressão.⁵⁸³

As evidências dos trâmites de informações do caso da trabalhadora, recentemente reintegrada nos quadros da Itaipu Binacional a partir de ação judicial, demonstra que os dados circularam por diversos países. Informações baseadas em dados paraguaios e brasileiros são evidentes, mas dados argentinos não podem ser desconsiderados desse processo. A tônica da insegurança, já mencionada anteriormente a partir de Bauer⁵⁸⁴ demonstra o quão ficaram vulneráveis nesse processo, perdendo empregos e tendo suas vidas monitoradas, com repercussões futuras desse processo.

A reinserção de Sônia Castanheira no quadro funcional de Itaipu marcou um momento histórico e simbólico de reparação institucional. Aos 77 anos, Sônia foi oficialmente recebida pela hidrelétrica,⁵⁸⁵ em um gesto que representa muito mais que a retomada de um vínculo empregatício, mas o reconhecimento de uma injustiça cometida décadas atrás. Esse retorno é o reconhecimento formal de que sua demissão foi indevida, resultado de uma longa batalha judicial travada por ela e seus advogados. Casos o de Sônia Castanheira são ainda raros no país, e só foi possível devido à abertura de documentos do período da ditadura. A vitória judicial e simbólica de Sônia Castanheira reforça a importância da luta por memória, verdade, justiça e reparação no Brasil.

O terceiro caso que abordaremos envolve a análise de documentos e uma entrevista colhida no âmbito da pesquisa promovida pelo CAAF/Unifesp através do edital “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura”. O trabalhador Antônio Fernandes Neto, nesta entrevista, alegou que sofreu ameaças à sua vida. Ao mesmo tempo em que analisarei a documentação pertinente ao trabalhador, recolhida no Arquivo Nacional, no fundo do SNI, cruzei tais informações com a entrevista concedida.

⁵⁸² Ainda que em sua dissertação a autora tenha afirmado que Itaipu tenha se envolvido diretamente no Sistema Condor, sua tese, de alguns anos depois revisa tal conceito e percebe que Condor foi uma operação dentre outras acontecidas no Cone Sul, e que o que melhor identifica as operações é que elas se basearam num sistema internacional, envolvendo mais países que a própria Condor se envolveu. Documentos acerca de trabalhadores europeus ou asiáticos em Itaipu demonstram que era algo mais substancial que a Condor foi capaz de realizar, embora não se exclua que Itaipu também esteve inserida na Condor.

⁵⁸³ SILVA, Jussamar da. *A Usina de Itaipu...* Op. cit., p. 38.

⁵⁸⁴ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa...*, Op. cit., p. 154.

⁵⁸⁵ WURMEISTER, Fabiula; LANDIM, Marcos. Ex-funcionária de Itaipu é recontratada 46 anos após ser demitida na ditadura militar por suspeita de terrorismo. G1, Foz do Iguaçu, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2023/07/10/ex-funcionaria-de-itaipu-e-recontratada-46-anos-apos-ser-demitida-na-ditadura-militar-por-suspeita-de-terrorismo.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2025.

No documento intitulado “*Atuação e atividade de empregado do consórcio Itamon/Itaipu*”,⁵⁸⁶ datado de 15 de julho de 1987, consta que Antônio Fernandes Neto era funcionário do consórcio Itaipu Montagem Ltda. (Itamon), admitido em 22 de dezembro de 1986, na função de Supervisor de Segurança do Trabalho, nível III.

No documento do SNI é relatado que, no dia 11 de junho de 1987, o empregado não compareceu ao trabalho, mas sua ausência foi justificada. No dia 12 de junho de 1987, por volta das 20h30, Neto foi preso pelas autoridades paraguaias na colônia Tavapi II, cerca de 60 km de Ciudad Presidente Stroessner, acusado de incitar camponeses em movimentos de ocupação de terra. Ele teria afirmado que “a terra é de quem a cultiva”, declaração considerada subversiva pelas autoridades do Paraguai.

Notamos neste caso, que se tratava de uma atuação do trabalhador relacionada às reivindicações de luta por terra, ainda que não fosse diretamente relacionada ao seu âmbito de trabalho, mas à sua atuação militante já permitida no Brasil a partir do fim da ditadura do outro lado do rio. E observaremos, ademais, que a atuação constante dos órgãos de informação do Brasil conjuntamente com o Paraguai – que ainda estava sob a ditadura Stroessner até 1989, corrobora a tese de que o sistema de repressão e inteligência não havia sido desmontado.

No documento do SNI de 1987, consta que, no momento da prisão, Antônio Fernandes Neto estava em seu veículo transportando cerca de 25 livretos sobre a classe trabalhadora e suas lutas, considerados como “propaganda subversiva”. Ele estava acompanhado por outro trabalhador, um paraguaio e funcionário da Unicon, requisitado pela Diretoria Técnica da Itaipu. Esse trabalhador paraguaio foi admitido em 1979 como Fiscal de Obras e, em 1º de julho de 1987, foi demitido a pedido da direção paraguaia da Itaipu por sua participação em movimentos estudantis e político-partidários. Além disso, ele era militante de uma ala do Partido Colorado e estudante de Administração em Puerto Presidente Stroessner.

O corpus documental é bastante revelador da constante troca de informações. As ações persecutórias dos dois lados da fronteira se mantiveram atuantes naquele que era considerado um dos pontos geopolíticos nevrálgicos das fronteiras do Brasil: a região da tríplice fronteira.

A entrevista, realizada em 26 de julho de 2022 com Neto, narra o ocorrido e destaca a questão da vigilância e do medo relacionados à repressão e ao controle de fronteiras.⁵⁸⁷ O relato

⁵⁸⁶ *Atuação e atividade de empregado do consórcio Itamon/Itaipu*. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_87007234_d0001de0001.

⁵⁸⁷ Entrevista realizada em 26/07/2022 com a equipe de pesquisadores Jussaramar da Silva, Pedro Campos, Rafael Brandão e Valdir Sessi no âmbito da pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura” estruturada pelo CAAF/Unifesp.

apresenta uma narrativa que possibilita compreender os mecanismos de repressão e controle nas regiões de fronteira durante o terrorismo de Estado, sobretudo no que diz respeito à circulação de ideias e matérias considerados subversivos. Segundo o relato do ex-trabalhador de Itaipu:

Aí aconteceu um acidente em percurso, eu vim de São Paulo pra um congresso da Convergência⁵⁸⁸ e o povo disse o seguinte “ó, nós temos umas, uns livrinhos pra levar pra Argentina, como cê tá na fronteira, dá pro ‘cê’ levar?” eu disse “Dá...” [...] “O que é que é?” “Uns textos de Trotsky que nós compramos em espanhol que aqui no Brasil já tá vendendo pouco, os argentinos vendem isso rapidinho”. [...] Aí eu descobri que passar pelo Paraguai era mais fácil!

A fala do militante, “ó, nós temos umas, uns livrinhos pra levar pra Argentina [...] uns textos de Trotsky que nós compramos em espanhol”,⁵⁸⁹ revela não só a tentativa de driblar a censura interna à produção e difusão do pensamento marxista, mas também a importância das fronteiras como espaços de trânsito ideológico na América Latina dos anos de 1970.

O regime brasileiro, inserido na lógica geopolítica da Guerra Fria, passou a tratar a circulação de livros, panfletos e outros materiais políticos como questões de segurança nacional. Como destaca Carlos Fico, “a matéria-prima desses órgãos era o informe, isto é, notícias, dados, esclarecimentos sobre qualquer questão considerada relevante pela lógica do sistema”,⁵⁹⁰ o que incluía atividades como a distribuição de literatura marxista, mesmo que de forma informal ou em pequena escala.

A fala, “eu descobri que passar pelo Paraguai era mais fácil” e a referência ao horário da troca de turno da polícia mostram como o controle estatal era sistemático, porém permeável, revelando a existência de zonas de negociação e informalidade. Por fim, é possível afirmar que as fronteiras, longe de serem apenas limites físicos entre os países, assumiram um papel estratégico na disputa ideológica do Cone Sul, atuando como barreiras repressivas.

⁵⁸⁸ A Convergência Socialista foi uma organização de orientação trotskista, constituída ainda antes da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual se integrou desde sua criação, permanecendo em seu interior até o ano de 1992. Trata-se de uma corrente política relevante no cenário da esquerda brasileira, cuja atuação foi marcada por uma militância intensa tanto nos movimentos sociais quanto nas disputas internas do PT. Há documentos referentes à Convergência Socialista no acervo das AESIs, os quais não foram objeto de análise aprofundada nesta pesquisa, mas que representam um campo relevante para investigações futuras, assim como ocorre com a documentação relativa ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

⁵⁸⁹ Entrevista realizada em 26/07/2022 com a equipe de pesquisadores Jussaramar da Silva, Pedro Campos, Rafael Brandão e Valdir Sessi no âmbito da pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura” estruturada pelo CAAF/Unifesp.

⁵⁹⁰ FICO, Carlos. *Como eles agiam...* Op. cit., p 95.

É relevante destacar as fronteiras não apenas como espaços de repressão, como é o caso da chacina de Medianeira, estudada por Aluizio Palmar.⁵⁹¹

Nos estudos de Carla Luciana Silva sobre a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a autora aponta a existência de múltiplos fluxos de militância organizada, sugerindo que a identificação dessas rotas constituía uma agenda promissora para futuras investigações. Segundo a autora, “existem outros fluxos de outros militantes da VPR, e reunir essas rotas é tarefa para novas pesquisas. Há um forte fluxo de guerrilheiros, militantes e apoiadores difusamente reconhecíveis como nacionalistas nessa larga faixa de fronteira no final dos anos 1960 e meados dos anos 1970”.⁵⁹²

Essa configuração contribui para compreender uma das justificativas utilizadas por Itaipu para manter um número expressivo de agentes atuando no interior das AESI's. Tal presença não se explicava, necessariamente pela quantidade de casos concretos, mas por uma racionalidade que buscava inserir a empresa na chamada “comunidade de informações”.

Em outro trecho da entrevista, Neto relata sua experiência de prisão:

E o policial que me leva é um cara chamado Esquerdo [...] era Juan, Juan Esquerdo se não me engano, ele era Esquerdo porque ele batia muito forte com a mão esquerda, por isso chamavam ele de... canhoto, é como se fosse canhoto. Eles me botaram dentro de um Passat, dois polícia (*sic.*) na frente, dois atrás e eu sentado no meio, aí um fala pro outro, eles começam a conversar “não, nós vamos dar um susto nesse cara, vamo fazer que nós vamos matar ele, assustar ele”, mas eles falaram em guarani [...] aí o cara me algema dentro do ônibus, tinha aquela cordinha da... que passa a cortina no ônibus, ele passou a algema ali!

O relato de que dois policiais “*começaram a conversar ‘não nós vamos dar uns susto nesse cara, vamo fazer que nós vamos matar ele, assustar ele’*”,⁵⁹³ falando em guarani, revela o uso do terror psicológico como método de coerção, típico das técnicas do aparato repressivo. A arbitrariedade do processo é intensificada quando o militante é algemado dentro de um ônibus, demonstrando a naturalização da violação de direitos humanos como prática.

No dia 22 de junho de 1987, o documento do SNI aponta que Neto foi liberado pelas autoridades paraguaias e viajou para Curitiba para visitar sua família, retornando ao trabalho na Itamon, em 29 de junho de 1987. Destacaremos um trecho de sua declaração, feita logo após

⁵⁹¹ PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* São Paulo: Alameda, 2005.

⁵⁹² SILVA, Carla Luciana. *A revolução da VPR: a Vanguarda Popular Revolucionária*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p. 303.

⁵⁹³ Entrevista realizada em 26/07/2022 com a equipe de pesquisadores Jussaramar da Silva, Pedro Campos, Rafael Brandão e Valdir Sessi no âmbito da pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura” estruturada pelo CAAF/Unifesp.

seu retorno ao Brasil, após ser liberado da prisão no Paraguai. Na época, já era o governo de José Sarney – conforme ele mesmo esclarece – e já havia iniciado uma abertura política no país e o processo de redemocratização, além de pressão do Estado pela libertação do trabalhador. Segundo Neto,

Mas chegou na fronteira, assinaram meus documentos, mandaram eu ir embora e disseram que eu tava expulso do Paraguai, aliás eu sou expulso até hoje, nunca resolvi isso daí juridicamente, perdi meus livro e fui ‘sorto’, voltei pra Itaipu, democracia! O Cesimbra, cê lembra do Cesimbra?⁵⁹⁴ Cesimbra era uma cara que gostava de, de passar de liberal, de progressista, de progressista não tinha nada! [...] já tinham levantando todinha a minha ficha, já sabia quem eu era, né. [...] eles começaram a pressionar pra eu pedir a conta, eu falei “pedir a conta o cacete, véio, tenho estabilidade não...” [...] a ‘orde’ que nós recebemos é que se te achar lá na Itaipu é pra meter uma pedra na tua cabeça, jogar uma ferramenta, naqueles buracão lá acabar com a tua vida, te empurrar, a ordem é te liquidar.

O relato apresentado é um exemplo de como os mecanismos de repressão e vigilância política transnacional e sua articulação com regimes vizinhos, como o de Alfredo Stroessner no Paraguai agiam. A passagem inicia-se com uma ação de expulsão: *“chegou na fronteira, assinaram meus documentos, mandaram eu ir embora e disseram que eu tava expulso do Paraguai, aliás eu sou expulso até hoje”*.⁵⁹⁵

O contexto descrito indica também o funcionamento da vigilância e perseguição dentro do mundo do trabalho, especialmente em obras como a de Itaipu, local de intensa concentração de mão de obra, tensões sindicais e vigilância estatal. A referência ao engenheiro Cesimbra, *“um cara que gostava de passar por progressista, mas de progressista não tinha nada”*,⁵⁹⁶ revela o perfil contraditório de quadros da empresa.

A repressão também operava por meio da instrumentalização do sindicato. O relato de Neto aponta que, *“já tinham levantado todinha a minha ficha, já sabia quem eu era, né, toda a capivara”*,⁵⁹⁷ demonstrando que sua trajetória política já havia sido mapeada pelos órgãos de

⁵⁹⁴ Ao realizar tal pergunta, Fernandes Neto estava dialogando diretamente com o historiador Valdir Sessi, um dos entrevistadores, e que é morador de Foz do Iguaçu, tendo trabalhado como vigilante em Itaipu, e, por isso, conhecedor de vários dos trabalhadores que atuaram nas empresas construtoras e na própria Itaipu Binacional.

⁵⁹⁵ Entrevista realizada em 26/07/2022 com a equipe de pesquisadores Jussamar da Silva, Pedro Campos, Rafael Brandão e Valdir Sessi no âmbito da pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura” estruturada pelo CAAF/Unifesp.

⁵⁹⁶ Entrevista realizada em 26/07/2022 com a equipe de pesquisadores Jussamar da Silva, Pedro Campos, Rafael Brandão e Valdir Sessi no âmbito da pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura” estruturada pelo CAAF/Unifesp.

⁵⁹⁷ Entrevista realizada em 26/07/2022 com a equipe de pesquisadores Jussamar da Silva, Pedro Campos, Rafael Brandão e Valdir Sessi no âmbito da pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura” estruturada pelo CAAF/Unifesp.

informação. A estabilidade sindical, conquistada com sua entrada em uma chapa sindical, tornou-se uma barreira para sua demissão, o que levou a sofrer perseguição: “*começaram a pressionar pra eu pedir a conta, eu falei ‘pedir a conta o cacete, véio, tenho estabilidade’*”.⁵⁹⁸

A gravidade das violações de direitos alcança seu ápice quando Neto relata uma ameaça de execução dentro da própria usina: “*a ‘orde’ que nós recebemos é que se te achar lá na Itaipu é pra meter uma pedra na tua cabeça, jogar uma ferramenta, naqueles buracão lá acabar com a tua vida, te empurrar, a ordem é te liquidar*”.⁵⁹⁹ Trata-se de uma grave violação, típica do terrorismo de Estado, onde órgãos de segurança operavam com legitimidade para eliminar militantes identificados como “subversivos”. A ameaça não se concretizou, mas é reveladora da letalidade da lógica de vigilância do mundo do trabalho.

É notável a atuação da segurança de Itaipu, que poderia ser a própria AESI, mas também os setores terceirizados, que tinham segurança, como a Segurança Física da Unicon (SFU), conforme visto no caso de Francisco Nunes Marques. O relato deste trabalhador é contundente, porque além de indicar a atuação repressiva, indica e evidencia o problema constante dos acidentes de trabalho.

O chamado “buracão” era um local revelador dos excessos de acidentes e espaço privilegiado, neste caso, para que uma morte ocorresse sem deixar os vestígios de que fosse assassinato. E neste caso, quantos dos 43.530 acidentes assumidos por Itaipu em reportagem da *Agência Pública*⁶⁰⁰ não se trataram de casos de assassinatos diretos por motivações político-ideológicas, ou mesmo desavenças pessoais e que entraram para a história como “acidentes de trabalho”, ainda que tamanha incidência possa se configurar como uma prática de morte dentro do canteiro de obras?

Durante sua prisão, a coleta de informações pela estrutura repressiva de Itaipu descobriu que Antônio Fernandes Neto tinha ligações com uma militante da Pastoral da Terra e que era ex-funcionária da prefeitura de Foz do Iguaçu, envolvida em movimentos estudantis na região de fronteira. Foi traçado pela AESI a atuação da militante, que tinha influência e inserção nas

⁵⁹⁸ Entrevista realizada em 26/07/2022 com a equipe de pesquisadores Jussamar da Silva, Pedro Campos, Rafael Brandão e Valdir Sessi no âmbito da pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura” estruturada pelo CAAF/Unifesp.

⁵⁹⁹ Entrevista realizada em 26/07/2022 com a equipe de pesquisadores Jussamar da Silva, Pedro Campos, Rafael Brandão e Valdir Sessi no âmbito da pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura” estruturada pelo CAAF/Unifesp.

⁶⁰⁰ BORGES, André. Itaipu na ditadura: mais de 100 operários mortos e 43 mil acidentes na construção. *A Pública*, 19 jun. 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/06/itaipu-na-ditadura-mais-de-100-operariosmortos-e-43-mil-acidentes-na-construcao/>>. Acesso em: 07 de nov. de 2024.

colônias brasileiras no Paraguai, especialmente em Santa Rosa, Santa Tereza, Laranjal e Maracaju.

Sobre a militante da Pastoral da Terra, a AESI informa que “os dados de qualificação e atividades constam no informe INFE Nº E/AESI.G/ 032/87, de 15 JUL 87”.⁶⁰¹ Antônio Fernandes Neto, em companhia da militante da Pastoral da Terra, exibiu faixas com as frases “Diretas já” e “Fora Sarney” durante a XI Feira de Artesanato e Alimentos de Foz do Iguaçu, realizada de 5 a 8 de junho de 1987. Ele também atuava no meio estudantil da Universidade Católica do Paraguai, em Puerto Presidente Stroessner, tendo ligação com o vice-presidente do Comitê de Estudantes.

Portanto, a atuação das AESIs de Itaipu, dos dois lados da fronteira, se mantinha como se a passagem para a “democracia” não houvesse acontecido do lado brasileiro. A prática persecutória e o monitoramento, com o envio de documentos com informes, informações e a permanência de dossiês permaneceriam sendo realizados.

Além disso, Antônio Fernandes Neto era membro da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes (CIPA) da Itaipu Binacional e mantinha vínculo com a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Foz de Iguaçu/PR, particularmente com o presidente e diretor sindical da Itamon e com a direção do Partido dos Trabalhadores de Foz do Iguaçu.

Segundo o documento, Neto também teria ligações com a Associação dos Urbanitários de Foz do Iguaçu, envolvendo as direções, que também eram empregados da Itaipu.⁶⁰² Quando detido no Paraguai, Neto declarou ser dirigente sindical, membro Central Única dos Trabalhadores (CUT) e filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o que, segundo o documento, foi relatado no jornal *Primeira Hora*. Para sua defesa foram designados um advogado contratado pelo consulado brasileiro e um segundo advogado contratado pela CUT, que solicitaram um *habeas corpus* ao governo paraguaio.

Apesar do Antônio Fernandes Neto ter informado à Itamon que era solteiro, o documento do SNI relatava que publicações jornalísticas revelaram que ele tinha uma companheira, residente em Curitiba.⁶⁰³ Em relação à prisão, o jornal *HOY*, em sua edição de 23 de junho de 1987, publicou uma matéria na qual a Agrupación Independiente de Trabajadores (AIT), do Paraguai, se pronunciou sobre o ocorrido. A AIT expressou solidariedade ao

⁶⁰¹ *Atuação e atividade de em pregado do consórcio Itamon/Itaipu*. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_87007234_d0001de0001, p 5.

⁶⁰² *Ibidem*, p 5.

⁶⁰³ *Atuação e atividade de em pregado do consórcio Itamon/Itaipu*. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_87007234_d0001de0001, p 5.

trabalhador, destacando a união dos trabalhadores além das fronteiras nacionais. A AIT lembrou o apoio anterior da CUT aos seus membros detidos e, por isso, se sentia motivada a apoiar Antônio Fernandes Neto e fazer tudo o possível por sua libertação.⁶⁰⁴

O relatório da AESI de Itaipu conclui afirmando que, até aquele momento, não foi possível identificar o endereço residencial correto do empregado da Itamon.⁶⁰⁵ No entanto, os dados levantados confirmam que Antônio Fernandes Neto era considerado um indivíduo habilidoso, previamente preparado e infiltrado na hidrelétrica de Itaipu Binacional.

Em um documento do SNI sobre infiltração comunista no setor público do Paraná e Santa Catarina,⁶⁰⁶ consta que, no setor sindical do Paraná, a principal infiltração comunista detectada foi Antônio Fernandes Neto, militante e direção da Convergência Socialista (CS) no estado. Em 7 de agosto de 1987, o trabalhador foi eleito suplente de delegado representante do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Foz do Iguaçu/PR, com mandato de três anos. O documento também destaca que ele foi recentemente preso e liberado em Presidente Stroessner, acusado de incitar camponeses a movimentos de terra e portar livretos sobre a classe trabalhadora e suas lutas, considerada propaganda subversiva pelas autoridades paraguaias.

Uma estrutura daquele tamanho, operando dos dois lados da fronteira, não fora montada apenas para que este trabalhador fosse perseguido, mas para que todos os trabalhadores fossem monitorados, como mostram milhares de fichas com pedidos de busca, conforme discussão no item 3.4 deste capítulo.

O caso de Fernandes Neto é emblemático para demonstrar não a atuação militante, como estes serviços de informações fizeram, mas o golpe de classe e sua manutenção ainda em tempos de “democracia”. Ainda que seja possível discutir se o momento de abertura e passagem para o governo civil de José Sarney tenha sido um “respiro” depois de 21 anos de ditadura, o que se evidencia na documentação é que a estrutura repressiva se manteve como se nada tivesse mudado dentro dos órgãos de informações.

Reivindicações como acesso à terra, melhorias salariais e luta pelo fim da ditadura paraguaia se mantiveram como motivo de atuação do sistema de informações. A vida privada, o casamento, local de moradia e outros detalhes da vida de um trabalhador serviam e alimentavam o sistema, o que demonstra o nível de profundidade que este sistema operou.

⁶⁰⁴ Ibidem, p 5.

⁶⁰⁵ Ibidem, p 5.

⁶⁰⁶ *Infiltração comunista nos diversos setores de atividades – Paraná e Santa Catarina – Período de 30 de abril de 1987 a 30 de outubro de 1987*. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_87007347_d0001de0001.pdf., p. 5.

Também deve-se destacar a ameaça constante de morte, conforme já mencionado acima. A manutenção das estruturas, bem como os possíveis “acidentes” perfaziam a rotina de um canteiro de obras em que a vida era um bem descartável para as empresas construtoras. Ainda que a ameaça de morte não seja possível de se constatar além de um depoimento, as evidências dos acidentes rotineiros são a comprovação de que as violações dos direitos dos trabalhadores e mesmo a violação as suas vidas eram uma constante e se integraram num cotidiano bastante assustador.

A entrevista de Antonio Fernandes Neto demonstra esse lugar comum em que acidentes e mortes se tornaram casos corriqueiros do cotidiano. Esse aspecto foi discutido no segundo capítulo desta dissertação, mas que aqui é importante destacar como é notável a estrutura repressiva e suas práticas, demonstrando um *modus operandi* bastante organizado, que não se desmontou depois da passagem para a “democracia”, no pós-1985.

O último caso que apresentamos é o do trabalhador Roberto Ribas Lange, demitido de Itaipu por motivações políticas. Mencionamos esse caso nominalmente porque o nome de Lange também foi divulgado por Aluizio Palmar no site *Documentos Revelados*. Sua demissão foi noticiada na edição 175 do jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguaçu, em junho de 1985, com o título: “(...) o biólogo demitido da Itaipu por questões políticas assume uma cadeira na Câmara e promete lutar em defesa do meio ambiente”.⁶⁰⁷ Roberto Ribas Lange concedeu uma longa entrevista ao jornal, detalhando sua função na empresa e os motivos de sua demissão.

É importante destacar que o jornal *Nosso Tempo*⁶⁰⁸ era um periódico local que, dentre outras pautas, se dedicava a denunciar as violações cometidas por Itaipu contra trabalhadores, camponeses e povos originários, em especial, os Avá-guarani, que foram, como vimos anteriormente, também deslocados por Itaipu. Se hoje temos acesso à entrevista de um trabalhador que narra suas lutas e demissão, devemos ressaltar o papel fundamental de jornais e periódicos que desafiaram a estrutura repressiva de informação. Eles nos deixaram registros de extrema importância para compreender até onde o terrorismo de Estado impactou a vida desses trabalhadores e trabalhadoras.

⁶⁰⁷ “Lange: o biólogo demitido da Itaipu por questões políticas assume uma cadeira na Câmara e promete lutar em defesa do meio-ambiente”. *Nosso Tempo*, edição 175, de 28/06 a 04/07/85, p. 7.

⁶⁰⁸ Aqui não se fará um debate sobre o uso em si dos jornais enquanto documento histórico, porque a pertinência deste trabalho se encontra especialmente na entrevista, ainda que seja um aspecto a realidade dos jornais e suas contribuições históricas e para a discussão historiográfica.

Nos importa, especialmente, esta entrevista em particular, cotejada com demais documentos que revelam e desvelam as práticas de terrorismo de Estado, bem como a estruturação da repressão sobre trabalhadores.

O trabalhador, convite de Itaipu, começou seu trabalho como biólogo e teve a oportunidade de se capacitar, realizando viagens para diferentes países, como Argentina e Paraguai. Nessas viagens, ele intercambiou sobre o funcionamento de outras hidrelétricas e teve contato com o que havia de mais avançado em relação aos impactos ambientais na construção de grandes obras. Devido ao seu vasto conhecimento sobre os mais recentes avanços na mitigação dos impactos ambientais, tornou-se uma figura conhecida nacionalmente e passou a ser convidado para dar palestras.

Segundo Roberto Ribas Lange, a Itaipu adotou uma política de não executar nada diretamente, sendo tudo era realizado por empreiteiras. Ele tinha a função de orientar as empreiteiras sobre o que podia ser feito e fiscalizar a execução dos projetos. Nesse relato, podemos identificar o processo de terceirização que discutimos anteriormente.

Na tentativa de reduzir os impactos ambientais causados pela construção da represa, Lange fez parte da Operação *Mymba-Keura*,⁶⁰⁹ que tinha como objetivo atenuar os efeitos da barragem sobre a fauna local. A operação incluiu a criação dos refúgios biológicos de Bela Vista e Santa Helena, áreas destinadas a preservar a biodiversidade afetada pela construção.

Quando questionado se valia a pena disputar o cargo de vereador, Lange, que em 1982 concorreu como candidato pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), afirmou que “a participação política é uma obrigação do cidadão”, mas que “sabia dos riscos que correria”, pois “sabia que, caso não fosse eleito, poderia ser demitido”. A demissão aconteceu dois dias após a eleição, por “imposição do coronel Cássio de Paula Freitas, diretor de coordenação da Itaipu”.⁶¹⁰ Do ponto de vista trabalhista, ele relatou ter recebido todos os direitos conforme a CLT. No entanto, apesar de ter recebido tudo legalmente, Lange considerava sua demissão uma “violência política, porque ficou evidente a represália por eu ter me oposto ao partido do governo”.⁶¹¹

Após a demissão, Lange ficou vários meses desempregado até conseguir um novo emprego em Curitiba, onde passou a exercer a mesma profissão no Instituto de Terras e Cartografias (ITC). A participação de Lange nas eleições pelo PMDB não foi sua única atuação

⁶⁰⁹ Mymba Kuera, que, em tupi-guarani, quer dizer “fauna”, mas derivou popularmente para “pega bicho”.

⁶¹⁰ Ibidem, p. 7.

⁶¹¹ Ibidem., p. 7.

política. Ele teve uma participação ativa durante o período em que cursava a graduação em Curitiba, conforme indicam documentos encontrados no Arquivo Nacional (SIAN), no fundo do SNI.

Um documento da AESI de Itaipu sobre “infiltração comunista”, aponta que, em 6 de dezembro de 1968, Lange foi detido pela Polícia Militar do Paraná durante manifestações estudantis realizadas em Curitiba. Posteriormente, em 21 de outubro de 1971, seu nome foi citado em declarações relacionadas à Ação Popular (AP). No dia 19 de setembro de 1972, ele foi julgado pela Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) por acusações de envolvimento com a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), sendo absolvido. O processo teve origem no Inquérito nº 11/71, instaurado para investigar a referida organização.

Esses registros constam na Informação nº E/AESI.G/IB/BR/0531/79, de 15 de setembro de 1979.⁶¹² Embora a AESI não tenha encontrado provas suficientes para classificá-lo como uma ameaça, recomendou que seu comportamento fosse monitorado de perto. Segundo o documento, a partir de 1981, Lange demonstrou simpatia pelo jornal *Nosso Tempo*, conhecido por sua postura crítica ao regime governamental.

Em outro documento da AESI/Itaipu, datado de 18 de janeiro de 1983, os dados de Roberto Ribas Lange são apresentados como um dos casos investigados, juntamente com os nomes de outros funcionários da empresa e seus “antecedentes”. Em anexo, há uma ficha com seus dados pessoais.

Na conclusão do caso, é apontado que, conforme os registros existentes no âmbito da AESI de Itaipu, não é possível obter uma ideia clara sobre o grau de envolvimento de Roberto Ribas Lange em “atividades subversivas”. O documento afirma que, com base nos dados conhecidos, não há elementos suficientes para classificá-lo como um “Comunista Infiltrado”. Essa conclusão é interessante porque reflete a análise de Padrós sobre a questão do “inimigo interno” na Doutrina de Segurança Nacional. Segundo ele, o conceito de inimigo interno é um guarda-chuva extremamente flexível. Um Estado terrorista precisa de um inimigo interno, pois a sua existência justifica a manutenção do próprio Estado terrorista.⁶¹³

Assim, seguindo as pistas e informações, cotejando com a leitura bibliográfica, compreendemos que, mesmo sem as provas contundentes contra um suposto “comunista”, a demissão, a criação de “listas sujas” e monitoramento constante se tornaram práticas no interior

⁶¹² *Infiltração comunista nos diversos setores de atividades*. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Localizador: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83030830_d0001de0001, p. 9.

⁶¹³ PADRÓS, Enrique Serra. *Palestra no Seminário 40 anos do Golpe Militar no Brasil*. Organização: Renato Della Vechia. Equipe técnica: Instituto de Estudos Políticos Mário Alves. Pelotas/RS: [s.n.], 2023, p. 7.

do canteiro de obras, afetando trabalhadores das obras de alvenaria, como também trabalhadores especializados, numa prática sistemática que vai muito além das configurações propaladas sobre a suposta “ameaça comunista”. O caso de Roberto Lange, assim como os demais, é demonstrador de que bastava algum tipo de reivindicação para que a estrutura repressiva de Itaipu se colocasse em marcha para criar dispositivos que impedissem a continuidade do trabalhador na empresa.

Mais do que um monitoramento para eventuais atentados e “ameaças comunistas”, o que se deu no canteiro de obras evidencia que a atuação preventiva perfazia a sistemática da ditadura empresarial-militar como um projeto e uma prática de atuação contra a classe trabalhadora, seja reivindicando um prato de comida, seja participando de atividades diversas na sua vida social. A lógica do terrorismo de Estado, imposta no país a partir do golpe de classe de 1964, apresenta meandros bastante complexos, que vão desde a demissão de trabalhadores, a formulação de “listas sujas”, a impossibilidade de se realocarem em outros empregos, entre outros elementos.

É muito importante notar que as estruturas repressivas, amplas, complexas, composta por muitos funcionários, por infiltrados e por informantes, era mais do que o temor de um levante da classe trabalhadora contra o capital. Era especialmente uma forma de subjugar-los, inseri-los na lógica das empresas e subordiná-los enquanto eram expropriados todo o seu tempo, toda a sua força de trabalho, toda a sua saúde, em que suas demissões, não raramente, redundaram em adoecimento psíquico, afastamento social e até mesmo a morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscou-se compreender as relações entre a hidrelétrica de Itaipu Binacional e a ditadura empresarial-militar no Brasil, com ênfase nas práticas repressivas dirigidas contra trabalhadores na construção da usina. A partir da análise do “Pedido de Busca”, principal fonte documental utilizada neste estudo, foi possível identificar a existência de uma estrutura organizada de vigilância e repressão no interior da obra, coordenada pela AESI de Itaipu. Sob o discurso da “segurança nacional”, consolidou-se um aparato repressivo e violador de direitos.

As violações de direitos humanos cometidas contra os operários, frequentemente silenciados pela ausência de responsabilização institucional, permanecem em grande medida desconhecidas do público e da historiografia. Embora esta pesquisa tenha enfrentado limitações de tempo e de acesso a fontes da empresa, os documentos analisados apontam para a urgência de se ampliar a investigação sobre a participação e responsabilidade empresarial na repressão durante a ditadura.

No contexto brasileiro, marcado por uma “transição pelo alto” e pela ausência de uma política efetiva de Justiça de Transição, os processos de memória, verdade, justiça e reparação seguem incompletos. Revelar essas práticas, mesmo que tardiamente, é fundamental não apenas para reconhecer os direitos dos vitimados, mas também para consolidar uma cultura democrática.

Deve-se considerar que o surgimento de novas questões e a inserção dos movimentos de trabalhadores no centro do debate sobre a ditadura brasileira contribuíram para a ampliação da discussão e para o aprofundamento da compreensão desse período. A esse processo soma-se uma nova virada interpretativa, impulsionada pelas informações contidas nos *Informes Públicos* do projeto responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura, coordenado pelo CAAF/Unifesp, que evidencia a emergência de leituras mais complexas sobre o terrorismo de Estado no Brasil.

Essa reconfiguração do campo tem promovido a valorização de sujeitos historicamente silenciados, como trabalhadores, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e demais segmentos sociais, que passam a ocupar lugar central na análise da repressão e da resistência. Nesse sentido, a presente dissertação busca se inserir nessa nova perspectiva, contribuindo para o avanço das interpretações críticas sobre o período da ditadura.

Convém destacar, ainda, a importância fundamental do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) para o avanço dessa discussão, ao sistematizar e tornar público dados essenciais sobre as violações de direitos durante a ditadura, incluindo a participação de empresas. Esse documento serviu como base para iniciativas jurídicas e de reparação, como o TAC firmado entre o Ministério Público e a Volkswagen, que representou um marco pioneiro ao reconhecer formalmente a responsabilidade da empresa nas práticas repressivas contra trabalhadores.

A partir dessas iniciativas, consolidou-se um conjunto de pesquisas acadêmicas, jurídicas e de memória social, que ampliam e aprofundam o entendimento da repressão empresarial no período. Nesse contexto, o lançamento do documentário *Folha Corrida*,⁶¹⁴ sobre a relação do grupo *Folha de S. Paulo* com a repressão, teve grande impacto ao trazer visibilidade pública a esses debates, contribuindo para a democratização da memória e o reconhecimento das responsabilidades históricas das instituições envolvidas.

Assim, a reflexão sobre a Lei da Anistia no Brasil, de 1979, ganha nova relevância não apenas a partir do lançamento do filme *Ainda Estou Aqui*, mas também na medida em que corrobora e fortalece as lutas históricas dos movimentos de familiares e vitimados do terrorismo de Estado. Essas organizações têm se mobilizado por meio de denúncias formais, inclusive na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), contribuindo para o aumento da pressão por memória, verdade, justiça e reparação. Destaca-se, nesse contexto, o caso emblemático do advogado Gabriel Sales Pimenta, defensor dos direitos humanos, cujo assassinato em 1982 foi reconhecido oficialmente como responsabilidade do Estado brasileiro após condenação da CIDH em junho de 2022⁶¹⁵.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, tem ressaltado a continuidade da responsabilidade penal dos agentes militares no período, enfatizando que o tipo

⁶¹⁴ FOLHA CORRIDA. Direção Chaim Litewski. Produção: Cleisson Vidal – Terra Firme. Distribuição: Instituto Conhecimento Liberta (ICL), 2025.

⁶¹⁵ Advogado de trabalhadores rurais e defensor dos direitos humanos, Gabriel Sales Pimenta foi assassinado com três tiros na cidade de Marabá (PA), em 1982, quando tinha apenas 27 anos. O Instituto Gabriel Pimenta de Direitos Humanos realizou, em 30 de julho de 2024, um ato de reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro por ter sido omissor e não ter julgado os assassinos de Gabriel Pimenta. Referências: BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Estado brasileiro fará pedido de desculpas a Gabriel Sales Pimenta, nesta terça (30), em Juiz de Fora (MG). Publicado em 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/estado-brasileiro-fara-pedido-de-desculpas-a-gabriel-sales-pimenta-nesta-terca-30-em-juiz-de-fora-mg>. Acesso em: 24 out. 2025. G1 ZONA DA MATA. Entenda quem foi o advogado assassinado de Juiz de Fora que recebeu pedido público de desculpas do Ministro dos Direitos Humanos. 01 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2024/08/01/entenda-quem-foi-o-advogado-assassinado-de-juiz-de-fora-que-recebeu-pedido-publico-de-desculpas-do-ministro-dos-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2025.

penal atribuído a eles persiste no tempo. Segundo o magistrado, “o crime de ocultação de cadáver não ocorre apenas quando a conduta é realizada no mundo físico. A manutenção da omissão do local onde se encontra o cadáver, além de impedir os familiares de exercerem seu direito ao luto, configura a prática crime, bem como situação de flagrante”.⁶¹⁶ Essa posição jurídica, portanto, expressa uma evolução na compreensão da responsabilidade estatal, que se alia às demandas por reparação e à pressão crescente em torno dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Essa perspectiva de análise sobre o caso Itaipu não apenas consolida a compreensão da relação da empresa binacional com o terrorismo de Estado, mas também aponta para caminhos de pesquisa inadiáveis. A responsabilidade empresarial, aqui evidente na atuação de grupos nacionais e multinacionais e nos indícios de corrupção no processo de construção da hidrelétrica exige uma investigação mais detalhada sobre os mecanismos de financiamento e as relações de poder entre civis, militares e Estado brasileiro.

No canteiro de obras e nas áreas da formação do lago artificial, a violência estatal se reproduziu contra os mais vulneráveis. As modificações habitacionais e a situação dos trabalhadores no canteiro de obras configuram um espaço de reprodução do terrorismo de Estado. Além disso, as perseguições e expropriações afetaram pequenos proprietários de terra, trabalhadores sem-terra e, sobretudo, os povos indígenas Avá-Guarani. Essa estrutura repressiva era sustentada pelo aparato de informação e segurança, com atuação, atuação direta de Assessoria Especial de Segurança e Informação de Itaipu (AESI/Itaipu) com monitoramento e coleta de dados através dos Pedidos de Busca.

O estudo sobre a empresa Itaipu Binacional é crucial para potencializar a compreensão da atuação de outras empresas durante a ditadura, ressaltando o conceito de *ditadura empresarial-militar*. No entanto, lacunas de pesquisa persistem. Destaca-se a ausência de estudos sobre o *Informativo Unicon* com a perspectiva de responsabilidade empresarial, assim como a necessidade de analisar o papel da empreiteira Adolpho Lindenberg, especialmente porque em sua história aparece o caso do assassinato do operário Francisco Nunes Marques, discutido ao longo da dissertação. Ao incorporar esses elementos, a historiografia e o campo da Justiça de Transição poderão constituir novos dados para a consolidação do processo de reparação histórica e jurídica no Brasil.

⁶¹⁶ VILELA, Pedro Rafael. Dino propõe que Lei da Anistia não vale para ocultação de cadáver. *Agência Brasil*, Brasília, 15 dez. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-12/dino-propoe-que-lei-da-anistia-nao-vale-para-ocultacao-de-cadaver>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

REFERÊNCIAS

AHUMADA, Miguel José; SOLIMANO, Andrés. Modelo económico y democracia subordinada en Chile. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karina; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica con la dictadura chilena: un país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. *Repertorios: perspectivas y debates en clave de Derechos Humanos: 3 - Responsabilidad Civil en delitos de lesa humanidad*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. *Nombrar la dictadura*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, 2023.

ASOCIACIÓN YVY PARANA REMBE'YPE. *Deuda histórica de Itaipú Binacional lado paraguayo, con el pueblo Ava Guaraní Paranaense: exigencias de reparación por destierro y etnocidio*. Asunción: Asociación Yvy Parana Rembe'ype, 2021.

AUSSARESSSES, Paul. *Services spéciaux: Algerie 1955-1957*. Paris: Editions Perrin, 2001.

AYLWIN, José. Las empresas forestales y los derechos humanos en Chile: el caso del pueblo mapuche. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karina; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica con la dictadura chilena: un país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Brasília: Funag, 2020.

BASUALDO, M. Eduardo. El legado dictatorial: El nuevo patrón de acumulación de capital, la desindustrialización y el ocaso de los trabajadores. In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

BASUALDO, Victoria. Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina: los casos de Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma y Mercedes Benz. *Revista Engranajes, Federación de Trabajadores de la Industria y Afines (FETIA)*, n. 5 (edição especial), março 2006.

_____. (org.). *Responsabilidad Empresarial en Delitos de Lesa Humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado*. Buenos Aires: EDUNAM/Flacso, 2016, Tomo I.

_____. El caso de Acindar Villa Constitución y el ciclo de transformaciones represivas, productivas y laborales entre dictadura y democracia. *Revista Continentes*, Seropédica, v. 9, n. 16, 2020.

_____; OJEA, Tomás; VARSKY, Carolina. Los casos de Ford y Mercedes Benz. In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e Ação de Polícia Política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BIAVASCHI, Magda Barros. A Terceirização e a Justiça do Trabalho. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 74, n. 4. Brasília: out./dez. 2008.

BLANC, Jacob. A dupla realidade da abertura: experiências rurais da ditadura e democracia. *Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 9, n. 2, dez. 2023.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). *El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya*. Montevideo: Penguin, 2016.

_____; VERBITSKY, Horacio. *Cuentas pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

_____. La complicidad en contexto: ¡Es la economía, estúpido! In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karina; SMART, Sebastián (orgs.). *Complicidad económica con la dictadura chilena: un país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

BORTONE, Elaine de Almeida. As trincheiras do empresariado norte-americano no golpe de estado de 1964: os casos da American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM) e do Fundo de Ação Social (FAS). *Revista Continentes*, Sepédica, ano 9, n. 16, 2020.

_____. A indústria farmacêutica e a ditadura empresarial-militar (1964-1967). *Revista História & Luta de Classes*, v. 16, n.31, mar. 2021.

_____. Os ipesianos no poder (1964-1967). *História Unisinos*, v. 27, n. 2, mai./ago., 2023.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *O “negócio do século”: o acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Ditadura, política nuclear e interesses empresariais: a participação da Siemens no acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha. *Revista Continentes*, Seropédica, ano 9, n. 16, 2020.

_____; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Empresariado e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

BRUN, Diego Abente; MASI, Fernando; FLORENTÍN, Carlos Gómez (orgs.). *Política exterior brasileña: oportunidades y obstáculos para el Paraguay*. Asunción: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya – CADEP, 2017.

CALCAGNO, Alfredo F. Las finanzas públicas. In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (orgs.). *Cuentas pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

CALLONI, Stella. *Operación Cóndor: pacto criminal*. Cidade do México: La Jornada, 2001.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia. *Sillogés*, v. 3, n. 1, p. 17, jan./jun. 2020.

_____. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. 2 ed. Niterói: Ed. UFF, 2022.

_____; COSTA, Alessandra, SILVA; Marcelo Almeida de Carvalho. A Volkswagen e a ditadura: a colaboração da montadora alemã com a repressão aos trabalhadores durante o regime civil-militar brasileiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 42, n. 89, 2022.

_____; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu durante a ditadura: violações de direitos e favorecimento a grandes grupos econômicos. *Projeto História*, São Paulo, v. 77, maio/ago. 2023.

_____; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; BASUALDO, Victoria. Responsabilidade empresarial em violações de direitos humanos nas ditaduras da Argentina e do Brasil. In: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da; FOGELMAN, Patricia; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; MELO, Leda Agnes Simões de (org.). *Conexões Brasil-Argentina: pontes e intercâmbios a partir da história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2024.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CHASIN, J. Marx: *Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHAVES, Marcelo Antônio. Arquivos empresariais como fonte para a produção da História. *Revista Fontes*, n. 7, 2017.

CHELEST, Alessandra di. *Chile: o golpe estético como estratégia do domínio de corações e mentes (1970's)*. São Paulo: PUC/SP, tese.

COMISIÓN VERDAD HISTÓRICA Y NUEVO TRATO CON LOS PUEBLOS INDÍGENAS. *Informe de la Comisión Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas*. Santiago de Chile: Comisionado Presidencial para Asuntos Indígenas, 2008. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/articles-122901_recurso_2.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA. *Carta do povo avá-guarani à itaipu binacional e ao Estado brasileiro*. Cerimônia de assinatura do acordo parcial na ACO 3.555, 26 mar. 2025. Disponível em: <<https://www.yvyrupa.org.br/2025/03/26/ava-guarani-apresentam-carta-a-itaipu-binacional-e-estado-brasileiro-durante-cerimonia-de-assinatura-de-acordo/>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CORREIA, Larissa R.; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho; MARTINS, Richard (orgs.). *Repressão aos trabalhadores e responsabilidade empresarial nas ditaduras do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2022.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. *O&S*, Salvador, v. 25, n. 84, p. 015-029, jan./mar. 2018.

DAVIS, Ricardo French. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile*. Santiago: Siglo XXI, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. CSN. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira (orgs.). *Informe Público: a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF/Unifesp, 2023.

FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián. El gran aporte de Cassese y sus denuncias aún pendientes. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica con la dictadura chilena: un país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, p. 167-205.

_____. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. In: BRASIL. *Comissão de Anistia. Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 29-42, jul/dez 2008.

LEFEBVRE, Henri. *De L'Etat: les Contradictions de L'État Moderne la dialectique et/ de L'État*. Tome IV. Paris: UGE, 1978.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Ivone Therezinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega-projeto de desenvolvimento, 1930-1984*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

LIMA, Larissa Souza de. *História local e consciência histórica: investigando a aprendizagem de jovens estudantes de Foz do Iguaçu sobre a história da construção de Itaipu e seus impactos*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991*. 2008. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

MARCELINO, Paula; CAVALCANTE, Sávio. Por uma definição de terceirização. *Caderno SRH*, v. 25, n. 65. Salvador, mai.-ago., 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, jun. 2008. pp. 41-52.

MARZI, Daniela. Derecho sindical: la antisindicalidad como triunfo neoliberal In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karina; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica con la dictadura chilena: un país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

MATOS, Emerson Barbosa. *A Itaipu e os barrageiros: uma análise das representações dos trabalhadores a partir do Informativo Unicon (1978-1980) e dos espaços de memória de Foz do Iguaçu*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MENDES, Inaiara Lôbo. *Entre peões e barrageiros: origens e trajetórias dos trabalhadores na construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (1975-1987)*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – América Latina), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

MORENO, Juan Antonio Pozzo. *Itaipú: memoria de un fraude*. Asunción, Paraguai: Mercurio S.A., 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun., 2008, p. 30-67.

NEIRA, Fernández Karinna; FUENTES, Garcés Magdalena. Los casos de la Pesquera Arauco y Colonia Dignidad. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karina; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica con la dictadura chilena: un país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. *História e Luta de Classes*, no 4, julho 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras de Segurança Nacional em Regiões de Fronteira: o Rio Grande do Sul e a rede de direitos humanos. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, julho 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. *Palestra no Seminário 40 anos do Golpe Militar no Brasil*. Organização: Renato Della Vechia. Equipe técnica: Instituto de Estudos Políticos Mário Alves. Pelotas/RS: [s.n.], 2023.

PAULÓN, Victorio. Acindar y Techint: militarización extrema de la relación laboral. In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (orgs.). *Cuentas pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. Cobrasma. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira (orgs.). *Informe Público: A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF/Unifesp, 2023.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 172, jun. 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart et. all. Folha de São Paulo. In.: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira. *Informe Público: a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo, CAAF/Unifesp, 2023.

ROBIN, Marie Monique. *Escuadrones de la Muerte, la escuela francesa*. La Plata: De La Campana, 2014.

RULLI, Mariana. El gato sin cascabel. La privatización del sistema previsional chileno durante la dictadura militar de Pinochet. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karina; SMART, Sebastián (orgs.). *Complicidad económica con la dictadura chilena: un país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed., São Paulo: Edusp, 2008.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. *Educação e discriminação de classe em Itaipu: 1974-1985*. Curitiba: CRV, 2022.

SECRETARÍA DE DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN. *Responsabilidad empresarial en las violaciones a los derechos humanos en Argentina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires:

Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, Secretaría de Derechos Humanos, 2022.

SESSI, Valdir. “*O povo do abismo*”: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1974-1987). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

_____. A voz dos empreiteiros no jornal Informativo Unicon: entre os textos dos cronistas e os primeiros levantes dos construtores de Itaipu nos anos de 1978. *Revista Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 2021.

_____. *A barragem de Itaipu e suas fendas políticas*: do estudo pioneiro de Octávio Marcondes Ferraz ao projeto definitivo – a fronteira, os grupos políticos e as empresas que desenharam a forma definitiva da barragem (1962-1985). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Recife, UFPE, 2016.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). São Paulo: Paco Editorial, 2019.

SILVA, Carla Luciana. Itaipu. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira (org.). *Informe Público*: a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. São Paulo: CAAF/Unifesp, 2023. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

_____. *A revolução da VPR*: a Vanguarda Popular Revolucionária. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor*: o outro lado das relações bilaterais Brasil – Paraguai (1973-1987). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SILVA, Jussaramar da. *Sangue espalhado no chão do cone sul*: conexões repressivas, contrarrevolução e terrorismo de estado. Córdoba: Lago Editora, 2025.

SILVA, Shaiene de Carvalho. *A Fênix em El Salvador*: intervenção, controle e repressão que renascem das cinzas (1980 a 1992). 2020. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira (org.). *Informe Público*: a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. São Paulo: CAAF/Unifesp, 2023.

TELES, Janaína. Ainda estamos aqui, apesar de vocês. *Blog da Boitempo*, 02 dez. 2024. Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/blog/2024/12/02/ainda-estamos-aqui-apesar-de-voces/#comments>>. Acesso em: 05 ma. 2025.

UEDA, Eduardo Gonçalves. *História e memória dos trabalhadores brasileiros na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

UEDA, Eduardo Gonçalves; GERALDO, Endrica. A farda e o fardo: memórias sobre o mundo do trabalho na construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (1975-1991). *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, n. 1, nov. 2020 – abr. 2021.

VERGARA, Ángela; WINN, Peter. Los empresarios hacen lo que quieren»: sindicatos y trabajadores bajo la dictadura de Pinochet. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karina; SMART, Sebastián. (orgs.). *Complicidad económica con la dictadura chilena: un país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

VIEIRA, Vera. Docas. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira (org.). *Informe 'Público': a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF/Unifesp, 2023.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

FONTES PRIMÁRIAS:

I- Arquivo Nacional (SIAN):

Fundo: Conselho de Segurança Nacional

Conferência proferida na Escola Nacional De Informações, em 07 mar 83, pelo Exmº Sr Gen Div Newton, Ch AC/SNI, por ocasião da abertura do ano letivo de 1983. Arquivo Nacional. Fundo CSN. Localizador: br_dfanbsb_v8_txt_agr_nre_0084_d0001de0001.pdf.

Descrição e Especificações do Cargo da Itaipu Binacional. Arquivo Nacional. Fundo CSN. Localizador: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001.

Diretoria Executiva. Nona Reunião Ordinária – Itaipu Binacional. Arquivo Nacional. Fundo CSN. Localizador: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0149_d0001de0001.

Mobilização Nacional. Arquivo Nacional. Fundo CSN. Localizador: br_dfanbsb_n8_0_agr_avu_0004_d0001de0001.

Fundo: Delegacia de Polícia Federal em Dourados (Mato Grosso do Sul)

Pedido de Busca nº 2660/77. Arquivo Nacional. Fundo Delegacia de Polícia Federal em Dourados (Mato Grosso do Sul). Localizador: BR_DFANBSB_H8_0_PFI_0331_d0001de0001.pdf.

Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal.

Ocorrência com operários. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. Localizador: br_dfanbsb_zd_0_0_0038b_0008_d0004.pdf.

Pedido de Busca nº003/003/86. Itaipu Binacional Assessoria de Segurança. Arquivo Nacional, Fundo. Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. Localizador: BR_DFANBSB_ZD_0_0_0041B_0046_d0001de0001.pdf.

Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores

Manual de Informações – organização do SNI. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Localizador: BR_DFANBSB_Z4_ESN_0_0006_d0001de0001.

Fundo: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional

Itaipu - Como vivem os operários da represa. Arquivo Nacional. Fundo Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Localizador: br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0521_d0001de0001.

Fundo: Serviço Nacional de Informações

ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. Arquivo Nacional: Fundo SNI. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80008206_d0001de0001.

Atribuições de responsabilidade quanto a segurança e informações na área de ITAIPU. Arquivo Nacional, Fundo SNI Localizador: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001.

Atuação e atividade de em pregado do consórcio Itamon/Itaipu. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_87007234_d0001de0001.

Criação e Regulamentação da Assessoria de Segurança da ITAIPU. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Localizador: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0149_d0001de0001.

Divisão de Informação da Petrobrás Sociedade Anônima. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Localizador: BR_RJANRIO_HF_0_PTR_125212_d0001de0001.pdf.

Infiltração comunista nos diversos setores de atividades. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Localizador: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83030830_d0001de0001.

Infiltração comunista nos diversos setores de atividades – Paraná e Santa Catarina – Período de 30 de abril de 1987 a 30 de outubro de 1987. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_87007347_d0001de0001.pdf.

ITAIPU: Segurança e informações na área do aproveitamento hidrelétrico. Arquivo Nacional, Fundo SNI. Localizador: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0234_d0001de0001, p. 13.

Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informação: Informe A-2. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_7609_5625_d0001de0001.pdf.

Ocorrência nas obras de Itaipu. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79000886_d0001de0001.pdf.

Possibilidades de ações subversivas – Canteiro de obras. Arquivo Nacional. Fundo SNI. Localizador: DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.79000886.

Regimento Interno da Entidade Binacional Itaipu. Arquivo Nacional, Fundo SNI. Localizador: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0149_d0001de0001.

Entrevistas:

Entrevista com o historiador e o ex-vigilante do consócio Unicon, Valdir Sessi, realizada pelas pesquisadoras Jussamar da Silva e Paloma Juliana Silva, em 24/04/2025.

Entrevista realizada com Francisco Neto, realizada pela equipe de pesquisadores Jussamar da Silva, Pedro Campos, Rafael Brandão e Valdir Sessi, no âmbito da pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura” do CAAF/Unifesp em 26/07/2022.

Reportagens, depoimentos, documentários e sites consultados:

AZEVEDO, Caio. Usina Cambahyba, local de violência durante a ditadura, será tombada. Rio de Janeiro: Rádio Nacional, 24 out. 2024. *Agência Brasil*. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-10/usina-cambahyba-local-de-violencia-durante-ditadura-sera-tombada>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BHERING, Mário Penna. Depoimento. Entrevistado por Cláudia Leonor e Danilo Lopes. São Paulo, 12 nov. 2002. Entrevista concedida ao projeto Memorial do Trabalhador – Itaipu Binacional. Realização: Museu da Pessoa. Transcrição: Elisabete Barguth. Revisão: Nataniel Torres. Disponível em: <<https://museudapessoa.org/historia-de-vida/aquarelas/>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BORGES, André. Itaipu na ditadura: mais de 100 operários mortos e 43 mil acidentes na construção. *A Pública*, 19 jun. 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/06/itaipu-na-ditadura-mais-de-100-operarios-mortos-e-43-mil-acidentes-na-construcao/>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

_____. Racismo, perseguição e assassinatos nas instalações da CSN nos anos da ditadura. *A Pública*, 9 jun. 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/06/racismo-perseguiacao-e-assassinatos-nas-instalacoes-da-csn-nos-anos-da-ditadura/>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Pioneirismo e legado: Eunice Paiva ajudou a Funai a demarcar territórios e contribuiu para o reconhecimento dos direitos indígenas. *Assessoria de Comunicação/Funai*, 27 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/eunice-paiva-ajudou-a-funai-a-demarcar-territorios-no-maranhao-e-no-para-e-contribuiu-para-o-reconhecimento-dos-direitos-indigenas#:~:text=Em%201976%2C%20aos%2047%20anos,e%20autodetermina%C3%A7%C3%A3o%20dos%20povos%20ind%C3%ADgenas>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Estado brasileiro fará pedido de desculpas a Gabriel Sales Pimenta, nesta terça (30), em Juiz de Fora (MG). Publicado em 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/estado-brasileiro-fara-pedido-de-desculpas-a-gabriel-sales-pimenta-nesta-terca-30-em-juiz-de-fora-mg>. Acesso em: 24 out. 2025.

CAETANO, Bruna. Cláudio Guerra: o pastor que assassinava e queimava corpos na ditadura militar. *Brasil de Fato*, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/15/claudio-guerra-o-pastor-que-assassinava-e-queimava-corpos-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CALLONI, Stella. Stella Calloni y el complejo laberinto de la Operación Cóndor. *Entrevista concedida à La Retaguardia*. 6 de mayo de 2013.

CARTA CAPITAL. Nosso mundo: tortura à francesa. Entrevista Marie-Monique Robin mostra como o Brasil foi pioneiro na importação da teoria militar sobre esquadrão da morte. *Carta Capital*, 16 fev. 2005.

DOCUMENTOS REVELADOS. Corrupção na construção da Usina de Itaipu pode ter motivado a morte do embaixador José Jobim. Publicado em: 23 dez. 2014. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/corruptao-na-construcao-da-usina-de-itaipu-pode-ter-motivado-a-morte-do-embaixador-jose-jobim/>.

DUARTE-PLON, Leneide. A Tortura se justifica quando pode evitar a morte de inocentes. *Folha de São Paulo*, 04/05/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0405200809.htm>. Acesso em: 08/11/2024.

ESQUERDA ONLINE. Ativistas de Direitos Humanos criticam acordo com a Volkswagen sobre cumplicidade com a ditadura. *Esquerda Online*, 24 set. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/09/24/ativistas-de-direitos-humanos-criticam-acordo-com-a-volkswagen-sobre-cumplicidade-com-a-ditadura/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

EXCLUSIVO. Escuadrones de la muerte: la escuela francesa. *La conexión francesa*. 5 set. 2003. Disponível em: <https://ciperchile.cl/wp-content/uploads/la-conexion-francesa-7mas7.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

FOLHA CORRIDA. Direção Chaim Litewski. Produção: Cleisson Vidal – Terra Firme. Distribuição: Instituto Conhecimento Liberta (ICL), 2025.

G1. Justiça Federal de Campos condena ex-delegado do Dops por ocultação de cadáver durante a ditadura militar. Campos dos Goytacazes, 13 jun. 2023. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2023/06/13/justica-federal-de-campos-com-dena-ex-delegado-do-dops-por-ocultacao-de-cadaver-durante-a-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

G1 ZONA DA MATA. Entenda quem foi o advogado assassinado de Juiz de Fora que recebeu pedido público de desculpas do Ministro dos Direitos Humanos. 01 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2024/08/01/entenda-quem-foi-o-advogado-assassinado-de-juiz-de-fora-que-recebeu-pedido-publico-de-desculpas-do-ministro-dos-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2025.

ITAIPU. Construção da Usina de Itaipu: uma obra monumental da engenharia mundial. 20 fev. 2025. Disponível em: <<https://turismoitaipu.com.br/blog/construcao-da-usina-de-itaipu/#:~:text=A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Usina%20de%20Itaipu%20com%20e%C3%A7ou%20em%201974%20e,inovadoras%20de%20engenharia%20e%20log%C3%A7tica>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Nasce a Oban, braço da tortura em SP: repressão e violência têm dinheiro de empresários e cobertura do governo. 29 jun. [s.d.]. Disponível em: <<https://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Albert Henning Boilesen – Biografias da Ditadura: Civis que disseram sim. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/albert-hening-boilesen/>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Por que ocupamos as terras da usina Cambahyba? 24 jun. 2021. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/06/24/por-que-ocupamos-as-terras-da-usina-cambahyba/>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS (WRM). Novas tendências na expansão dos monocultivos industriais de árvores na América Latina. *Documento informativo*, 2014. Disponível em: <<https://wrm.org.uy/pt/>>.

MUSEU DO HOLOCAUSTO. Enciclopedia do Holocausto. Klauss Barbie: o carniceiro de Lyon. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nikolaus-klaus-barbie-the-butcher-of-lyon>>.

OLIVEIRA, Marcelo. MPF debate como Porto de Santos deve reparar violações de direitos após apoio à ditadura. *A Pública*, 15 ago. 2024. Disponível em: <<https://apublica.org/nota/mpf-debate-como-porto-de-santos-deve-reparar-violacoes-de-direitos-apos-apoio-a-ditadura/>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

OLIVEIRA, Marcelo. Volkswagen manteve por 12 anos fazenda com trabalho escravo no PA financiada pela ditadura. *Agência Pública*, 31 jan. 2025. Disponível em: <<https://apublica.org/2025/01/volkswagen-manteve-por-12-anos-fazenda-com-trabalho-escravo-no-pa-financiada-pela-ditadura/>>.

VILELA, Pedro Rafael. Dino propõe que Lei da Anistia não vale para ocultação de cadáver. *Agência Brasil*, Brasília, 15 dez. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-12/dino-propoe-que-lei-da-anistia-nao-vale-para-ocultacao-de-cadaver>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

WURMEISTER, Fabiula; LANDIM, Marcos. Ex-funcionária de Itaipu é recontratada 46 anos após ser demitida na ditadura militar por suspeita de terrorismo. *G1*, Foz do Iguaçu, 10 jul. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2023/07/10/ex-funcionaria-de-itaipu-e-recontratada-46-anos-apos-ser-demitida-na-ditadura-militar-por-suspeita-de-terrorismo.ghtml>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

Documentos Oficiais:

BRASIL; PARAGUAI. Ata de Iguaçu de 22.06.1966. *Diário Oficial da União*, 08 ago. 1966, p. 9.061-9.062.

BRASIL. *Decreto n° 5.584*, de 18 de novembro de 2005.

_____. *Decreto n° 60.940*, de 4 de julho de 1967.

_____. *Decreto n° 66.732*, de 16 de junho de 1970.

_____. *Decreto que modifica a lei n° 17.729*.

_____. *Decreto-Lei n° 701*, 1974.

_____. *Decreto-Lei n° 200*, de 25 de fevereiro de 1967.

_____. *Decreto-Lei n° 314*, de 13 de março de 1967.

_____. *Decreto-Lei n° 3.002*, de 30 de janeiro de 1941.

_____. *Lei n° 4.341*, de 13 de julho de 1964.

_____. *Lei n° 6.683*, de 28 de agosto de 1979.

_____. *Lei n° 12.527*, de 18 de novembro de 2011.

_____. Ministério Público Federal; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Trabalho. *Relatório conjunto: Direitos humanos, empresas e Justiça de Transição - o papel da Volkswagen do Brasil na repressão política durante a ditadura militar*. Outubro de 2020.

CHILE. *Constitución Política de la República de Chile*. Texto promulgado por Decreto Supremo n° 1.150, de 21 de octubre de 1980.

PARAGUAI, *Ley n° 23.492*, 24 de Diciembre de 1986.

_____, *Ley n° 23.521*, 8 de Junio de 1987.

_____, *Ley n° 18.314* de 1984.